

DISCURSOS POLÍTICOS COMPARADOS: INDIGENISMO E BOLIVARIANISMO
(1992-2012)

Rafael Pinheiro de Araujo

Rio de Janeiro
2013

Rafael Pinheiro de Araujo

DISCURSOS POLÍTICOS COMPARADOS: INDIGENISMO E BOLIVARIANISMO
(1992-2012)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós
Graduação em História Comparada da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da
Silva

Rio de Janeiro

2013

ARAUJO, Rafael Pinheiro de.

Discursos políticos comparados: indigenismo e bolivarianismo (1992-2012) / Rafael Pinheiro de Araujo. 2013

205 fl.

Tese (Doutorado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de História, Rio de Janeiro, 2013.

Orientador: Francisco Carlos Teixeira da Silva

1. História. 2. Bolívia. 3. Equador. 4. Venezuela. 4. Bicentenário das independências. 5. Socialismo do século XXI. 6. Integração. I – Silva, Francisco Carlos Teixeira da (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-graduação em História Comparada. III. Título.

Rafael Pinheiro de Araujo

DISCURSOS POLÍTICOS COMPARADOS: INDIGENISMO E BOLIVARIANISMO
(1992-2012)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em XX.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva

Aprovada por:

Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva

(Orientador – Programa de Pós-graduação em História Comparada – UFRJ)

Prof. Dr. Wagner Pinheiro Pereira

(Programa de Pós-graduação em História Comparada – UFRJ)

Prof. Dr. Dilton Cândido Maynard

(Programa de Pós-graduação em História Comparada – UFRJ)

Profa. Dra. Maria Paulo Nascimento Araújo

(Programa de Pós-graduação em História Social – UFRJ)

Prof. Dr. Bernardo Kocher

(Programa de Pós-graduação em História – UFF)

Prof. Dr. Wallace dos Santos de Moraes

(Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

Suplentes:

Prof. Dr. Karl Schurster Veríssimo de Souza Leão
(Universidade de Pernambuco – UPE)

Profa. Dra. Gracilda Alves
(Programa de Pós Graduação em História Comparada – UFRJ)

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não seria possível sem o apoio de pessoas e instituições que foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa de doutorado ao longo dos últimos anos. Agradeço à Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), pelo financiamento da pesquisa, e aos funcionários, especialmente Marcinha, e aos professores do Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) pelo apoio nos últimos anos.

A meu orientador, Prof. Francisco Carlos, ou apenas Chico, pelo apoio, pela amizade e pelo carinho. Sem ele, este trabalho não teria sido possível. Obrigado pelas críticas e ponderações direcionadas ao fortalecimento desta pesquisa. Obrigado pelo apoio incondicional à minha formação de historiador.

Agradeço, mais uma vez, a meus amigos venezuelanos, que me receberam com carinho e presteza durante a pesquisa nesse país. Hector, Profa. Lolola, Francisco “Negrito”, Fidel, José Gabriel, Simon, entre outros, muito obrigado pela recepção calorosa e pelo rico debate de ideias.

A minha família, obrigado pelo apoio material durante todos esses anos. A meu irmão, obrigado por sempre quebrar “vários galhos”. Agradeço também a meus companheiros de trabalho do UNILASALLE e dos eternos Baltazar, Voltaire e Levi Carneiro. A minha revisora Aline Amantes um muito obrigado.

Um agradecimento especial a meus amigos Apoena, Honório, Beбето, Leozinho, Thiaguinho, “Oswaldinho”, Bruno Menezes, Vlana, Bruno Moreira, Jonas, Cristininha, Stela, Rômulo “Pig”, Viola, Leo Perrie, Geraldo, Luciana, Karl Schuster, Igor, Bárbara, Théo, Geraldinho e “Zé Preto”, obrigado por compreenderam os sumiços e pela amizade.

Obrigado aos professores Dilton Maynard, Wagner Pinheiro, Wallace Moraes, Maria Paula Araujo, Bernardo Kocher e Gracilda Alves por aceitarem participar da banca. Aos meus alunos, ex-alunas e a todos não citados, não por desconsideração, mas por esquecimento. Para quem não foi citado diretamente, fica a frase de Chaplin: “Cada pessoa que passa em nossa vida passa sozinha. É porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra. Cada pessoa que passa em nossa vida passa sozinha e não nos deixa só porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós”.

Um agradecimento especial à Viviana, por suportar minhas ausências e meu nervosismo e pela relação de carinho, amizade e amor construída ao longo desses anos.

Estamos comenzando a mirar lo que el padre Libertador imaginaba: una inmensa región donde debe reinar la justicia, la igualdad y la libertad, fórmula mágica para la vida de las naciones y la Paz entre los pueblos.

Hugo Chávez

Si un hombre fuese necesario para sostener el Estado, ese Estado no debería existir; y al fin no existiría.

Simón Bolívar

RESUMO

Araujo, Rafael Pinheiro de. Discursos políticos comparados: indigenismo e bolivarianismo (1992-2012). Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em História Comparada). Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

A política sul-americana transformou-se na primeira década do século XXI. Presenciamos um conjunto de processos insurrecionais que fizeram das novas formas de movimentos sociais (indígenas, sem terras, sem tetos, mulheres etc.) os protagonistas das lutas na região.

Na Bolívia, no Equador e na Venezuela o recrudescimento da luta de classes propiciou a ascensão de governos revolucionários. O indígena Evo Morales, o economista Rafael Corrêa e o coronel Hugo Chávez simbolizaram a emergência de um novo ciclo revolucionário na América do Sul.

Diferentemente de períodos anteriores de luta, nessa nova fase, presenciamos o abandono da luta armada, por meio da utilização da via institucional como o caminho para a construção das revoluções. Presenciamos, também, a realização das Assembleias Constituintes e o fomento à democracia participativa como instrumentos fundamentais para as mudanças sociopolíticas.

Além disso, assistimos à reivindicação de um novo tipo de socialismo, o socialismo do século XXI. Essa proposta começou a ser difundida na Venezuela entre os anos de 2004 e de 2006, com a radicalização da revolução bolivariana. A consolidação do chavismo e o êxito das outras insurreições populares sul-americanas possibilitaram essa difusão. A intensificação das lutas populares na Bolívia e no Equador fez com que a proposta do novo socialismo também fosse defendida pelos movimentos sociais, pelos partidos e pelas lideranças políticas desses países.

Realizamos, nesta tese, uma comparação do evismo, do chavismo e do correísmo a partir de quatro temáticas centrais: o bicentenário das independências, o socialismo do século XXI, a democracia participativa e a integração latino-americana. Avaliaremos a importância da reivindicação dos processos independentistas do século XIX para essas revoluções, definiremos a proposta do socialismo do século XXI e debateremos os principais aspectos concernentes à defesa da integração latino-americana por esses fenômenos políticos.

Palavras-chave: Bolívia, Equador, Venezuela, bicentenário das independências, socialismo do século XXI e integração.

ABSTRACT

Araujo, Rafael Pinheiro de. Discursos políticos comparados: indigenismo e bolivarianismo (1992-2012). Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em História Comparada). Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

The South American politics transformed the first decade of this century. Witnessed a set of processes that made insurrectionary social movements "new type" (indigenous, landless, homeless, women, etc.) the protagonists of Struggles in the region.

In Bolivia, Ecuador and Venezuela the intensification of the class struggle led to the rise of revolutionary governments. The Indian Evo Morales, Rafael Correa economist and Colonel Hugo Chávez symbolized the emergence of a new revolutionary cycle in South America

Unlike previous periods of struggle, this new phase witnessed the abandonment of armed struggle, with the institutional path is used as the path for the construction of revolutions. Also witnessed the completion of polling constituents and promote participatory democracy as a fundamental tool for political and social change.

Moreover, we have seen demand for a new type of socialism, socialism of the XXI century. This proposal began to be widespread in Venezuela between 2004-2006, with the radicalization of the Bolivarian revolution. The consolidation of chavismo and the success of other popular uprisings in South America allowed its spread. The intensification of popular struggles in Bolivia and Ecuador made the proposal for the new socialism was also supported by social movements, political parties and political leaders of these countries.

We will make in this thesis a comparison evismo, chavismo and correismo from four central themes: the bicentennial of independence, the XXI century socialism, participatory democracy and Latin American integration. Evaluate the importance claim of independence processes of nineteenth century to these revolutions, the proposal will define the twenty-first century socialism and will discuss the main aspects concerning the defense of Latin American integration by these political phenomena.

Keywords: Bolivia, Ecuador, Venezuela, Bicentennial of Independence, XXI Century Socialism and Integration.

SUMÁRIO

Introdução _____	12
Capítulo 1 – Um olhar histórico sobre a Bolívia, o Equador e a Venezuela _____	17
1.1. Considerações preliminares _____	17
1.2. A democracia venezuelana _____	20
1.2.1. A crise política e econômica dos anos 80: o neoliberalismo e o Caracazo ____	21
1.2.2. A Venezuela entre 1999-2009 _____	25
1.2.3. O PSUV e o chavismo _____	32
1.2.4. As eleições de 2010 e de 2012: a consolidação do cenário político venezuelano	33
1.3. A Bolívia entre a redemocratização na década de 1980 e o protagonismo indígena- camponês _____	37
1.3.1. O Movimento Al Socialismo: importância política e princípios programáticos	42
1.3.2. O ciclo revolucionário boliviano _____	44
1.4. Consolidação democrática e neoliberalismo no Equador (1979-1990) _____	53
1.4.1. Insurreições populares e crises políticas entre 1992 e 2003 _____	56
1.4.2. Alianza País – princípios ideológicos e programa _____	63
1.4.3. A vitória eleitoral de Rafael Corrêa e a revolução cidadã _____	64
Capítulo 2 – Bolivarianismo e indigenismo: passado e presente _____	70
2.1. Considerações preliminares _____	70
2.2. As independências e as repúblicas sul-americanas no século XIX: uma breve análise histórica _____	71
2.3. O conceito de revolução e as insurreições do século XXI _____	74
2.4. Os discursos políticos, o passado e a revolução na Bolívia, no Equador e na Venezuela _____	96
Capítulo 3 - O socialismo do século XXI: teoria e imaginário social na América do Sul	114
3.1. Considerações preliminares _____	114
3.2. O nacional-estatismo e a América Latina _____	116
3.3. O imaginário do socialismo do século XXI na Venezuela _____	119
3.4. O socialismo do século XXI na Bolívia _____	129
3.5. O imaginário socialista equatoriano _____	132

3.6. EPS, capitalismo de Estado e o novo modelo produtivo _____	136
Capítulo 4 – A integração sul-americana: os múltiplos olhares do chavismo, do correísmo e do evismo _____	150
4.1. Considerações preliminares _____	150
4.2. A Alba e a integração revolucionária _____	157
4.3. Um olhar histórico sobre a integração _____	159
4.4. A Venezuela e a integração sul-americana: da década de 1980 ao chavismo ____	163
Considerações finais _____	174
Referências _____	178

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado, apresentada no âmbito do Programa de Pós Graduação em História Comparada, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e orientada pelo professor Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva, titular de História Moderna e Contemporânea, objetiva comparar três fenômenos políticos sul-americanos no início deste novo milênio: o evismo, o chavismo e o correísmo.

A América do Sul viveu um ciclo revolucionário na primeira década do século XXI. Assistimos à ascensão de governos de esquerda que trouxeram, para o debate político e acadêmico da região, distintos projetos de sociedade e uma retórica nacionalista que parecia esquecida na “longa noite” neoliberal das décadas de 1980 e, principalmente, de 1990.

Essas insurreições originaram propostas de novos paradigmas no agir e na prática políticos. A radicalização da participação popular, por meio da democracia participativa, tornou-se uma bandeira política central dos fenômenos analisados nesta tese. Como o *debacle* ideológico do pós Guerra Fria esvaiu-se, pudemos presenciar, igualmente, o protagonismo de grupos sociais historicamente subalternos e excluídos da política sul-americana, como, por exemplo, indígenas e camponeses, e de lideranças defensoras do nacionalismo econômico e do intervencionismo estatal na economia.

Nesse sentido, movimentos sociais e partidos políticos de esquerda conquistaram apoio popular em virtude da retórica contestatória ao neoliberalismo e à corrupção. O primeiro foi associado ao crescimento da pobreza, do desemprego e da estagnação econômica na década de 1990. O segundo foi identificado como uma prática corrente dos partidos políticos tradicionais, levando ao descrédito em relação às instituições republicanas e, em alguns casos, à democracia representativa.

Os governos de esquerda sul-americanos, além de combater incisivamente a pobreza e a indigência, apresentaram variados temas que se tornaram centrais no debate político regional, a saber: socialismo do século XXI, democracia participativa, participação política de minorias, resgate do passado independentista do século XIX e integração latino-americana.

Essa esquerda pode ser dividida em dois grupos. O primeiro é de centro-esquerda, marcado por um programa análogo ao da socialdemocracia europeia que coaduna políticas sociais à manutenção dos paradigmas econômicos do neoliberalismo. Nesse grupo, poderíamos enquadrar os governos de Nestor e Cristina Kirchner na Argentina; de

Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil; de Tabaré Vázquez e Pepe Mujica no Uruguai; e da *Concertación* no Chile, entre outros. O segundo grupo é composto por uma esquerda radical e nacionalista. Evo Morales (Bolívia), Rafael Corrêa (Equador) e Hugo Chávez (Venezuela) representam um setor que se colocou contrário aos paradigmas neoliberais e que advoga pela construção do socialismo do século XXI como uma alternativa para os povos sul-americanos.

Acreditamos que os processos políticos representados por esse segundo grupo são revolucionários. O protagonismo popular, com a utilização da democracia das *calles* como forma do agir político, a distribuição de renda, a elevação do nível de consciência política da população, as reversões das privatizações de empresas públicas e recursos naturais, a refundação estatal com as Assembleias Constituintes e a proposição imagética do socialismo fizeram com que as três nações formassem um bloco revolucionário na América do Sul.

Esses processos políticos resgatam tradições insurrecionais e nacionalistas presentes na região ao longo dos séculos XIX e XX. A luta contra o colonialismo europeu, as resistências ao imperialismo norte-americano, as bandeiras do nacional-desenvolvimentismo que estiveram presentes na América Latina entre as décadas de 1930 e de 1970 e as experiências revolucionárias cubana e chilena são reivindicadas e ressignificadas nesse novo ciclo revolucionário.

Analisamos, nesta tese, o evismo, o chavismo e o correísmo a partir de quatro temáticas centrais: o bicentenário das independências, o socialismo do século XXI, a democracia participativa e a integração latino-americana. Além disso, avaliamos a importância da reivindicação dos processos independentistas do século XIX para as revoluções em curso, caracterizamos a proposta do socialismo do século XXI e debatemos os principais aspectos concernentes à defesa da integração latino-americana por esses fenômenos políticos.

Dividimos esses três países em dois grupos: indigenista (Bolívia) e bolivariano (Equador e Venezuela). Essa divisão justifica-se por defendermos que, no primeiro, o resgate da tradição indígena é fundamental para o projeto político defendido por Evo Morales, enquanto, no segundo, temos a utilização da imagem de Simón Bolívar para justificar uma ideologia transformadora formulada por Hugo Chávez e seguida por Rafael Corrêa.

A pluralidade e a heterogeneidade desses fenômenos políticos fazem com que o nosso trabalho se situe no campo da Nova História Política, que almeja compreender não

apenas a política, em seu sentido tradicional, mas “em nível de representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem com as diversas práticas discursivas associadas ao poder” (FALCON, 1997, p. 76).

A comparação dos fenômenos políticos da Bolívia, do Equador e da Venezuela justifica-se pela necessidade de compreender o novo ciclo revolucionário sul-americano. Ciclo esse marcado pela ascensão de governos que se utilizam das mobilizações das massas para a implantação de medidas governamentais com o intuito de romper com o neoliberalismo, bem como de construir a democracia participativa e o projeto de integração que se afaste da união meramente comercial e produtiva.

Segundo Baczko (2005) “é nas ilusões que uma época alimenta a respeito de si própria que ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua ‘verdade’, bem como o lugar que lhe cabe na ‘lógica da história’” (BACZKO, 2005, p. 303). Assim, entendemos que a ascensão de movimentos sociais, partidos políticos e lideranças populares aos governos da América do Sul representam uma lógica histórica própria e específica, o que confere à região uma particularidade e uma univocidade, desdobradas na necessidade de um olhar também específico. Assim, justifica-se a análise comparada dos fenômenos políticos examinados nesta tese.

A escolha pela História Comparada ambiciona a compreensão das similaridades e das diferenças entre os projetos da integração regional, da democracia participativa, do novo socialismo e das formas de utilização do passado de luta anticolonial presentes nos três processos revolucionários analisados.

Utilizamos, em nosso trabalho, a metodologia comparada defendida por Bloch (1930) e Kocka (2003). Segundo Bloch (1930), a aplicação do método comparativo nas ciências humanas objetiva a identificação das semelhanças e das diferenças de séries análogas e contemporâneas, tomadas de meios sociais distintos. Nessa perspectiva, assinalamos as distinções e fixamos as regularidades manifestadas nos três processos revolucionários analisados em nosso trabalho.

Utilizamos, também, a metodologia comparativa de Kocka (2003), segundo o qual a comparação permite aos historiadores possuir maior discernimento na pesquisa histórica. Além disso, possibilita o debate sistemático e intercruzado de dois ou mais fenômenos históricos, concedendo aos historiadores a capacidade de identificar similaridades e diferenciações.

Para Kocka (2003), o historiador deve evitar a análise isolada dos fenômenos históricos, mas deve, sistematicamente, cruzar os dados que compõem o processo

histórico. Dessa forma, desenvolvemos uma comparação sistemática e cruzada de nossos objetos de estudo. Outrossim, buscamos as continuidades e as diferenciações a partir da correlação e das interconexões das conjunturas políticas e das principais bandeiras transformadoras defendidas pelo correísmo, pelo chavismo e pelo evismo.

Como fontes para a construção deste trabalho, utilizamos entrevistas, documentos partidários e ministeriais e, principalmente, os discursos de Evo Morales, Hugo Chávez e Rafael Corrêa. A análise do discurso permitiu identificar as construções ideológicas presentes nesses processos revolucionários. Com isso, compreendemos os significados das propostas de transformação da realidade defendidas nesses fenômenos políticos.

Ao analisar os discursos dos três mandatários, buscamos o conteúdo da ideologia revolucionária, suas contradições e suas funções no campo da luta de classes de uma formação social, como apontado por Robin (1973). A análise das temáticas concernentes ao bicentenário das independências, ao socialismo do século XXI e à integração latino-americana possui o intuito de identificar os principais traços que compõe a ideologia e os elementos transformadores desses fenômenos políticos.

Ao examinar os discursos dos mandatários, intencionamos, como debatido por Robin (1973), caracterizar a ideologia revolucionária e as práticas políticas daí derivadas. Buscamos, também, discernir a imagem de si e do outro, contidas nos discursos políticos, como aferido por Amossy (2008).

A análise comparativa dos discursos dos três mandatários possibilitou a realização de distinções sobre as imagens construídas por cada líder, com o intuito de legitimar os processos de transformação social e política. Além disso, permitiu-nos caracterizar os múltiplos olhares sobre a integração regional, o socialismo do século XXI e a democracia participativa, por exemplo.

Destacamos, adicionalmente, que Morales, Chávez e Corrêa se intitulam líderes de revoluções que, legitimadas no passado de lutas anticoloniais, realizam transformações socioeconômicas e políticas em seus países. Para isso, utilizam-se das ideologias revolucionárias e, principalmente, da desconstrução da imagem do outro. Nesse caso, os grupos dominantes de cada país caracterizados como corruptos, destruidores da soberania nacional e incapazes de solucionarem os problemas sociais.

A persuasão e a adesão popular aos projetos políticos defendidos pelos três mandatários constituem o principal objetivo de seus discursos políticos. Para isso, ambos constroem cenografias variadas e utilizam-se do imaginário social e das memórias dos distintos segmentos sociais. A imagem revolucionária é sedimentada por meio da

analogia ao passado de lutas contra os colonizadores espanhóis, da defesa de um novo tipo de socialismo, cuja construção é mais retórica do que prática, e da reivindicação da integração dos latino-americanos, sustentada em um discurso anti-imperialista.

Esta tese organiza-se em quatro capítulos, além das considerações finais. No primeiro capítulo, resgatamos o contexto histórico de cada país e analisamos, principalmente, os fatores que possibilitaram o início dos três processos revolucionários, os mais relevantes acontecimentos políticos de cada governo e as transformações sociais realizadas pelo evismo, pelo chavismo e pelo correísmo.

No segundo capítulo, avaliamos as razões para o uso político do bicentenário das independências, a utilização das constituintes como instrumentos de refundação estatal, a construção da democracia participativa e as razões para definir esses processos políticos como revolucionários.

No terceiro capítulo, abordamos a temática do socialismo do século XXI. Além disso, avaliamos se essa proposta realmente aponta para a construção de um novo socialismo ou se resgata a tradição nacional-desenvolvimentista latino-americana, a partir de um discurso radicalmente antineoliberal.

Por fim, no quarto capítulo, averiguamos as propostas de integração regional dessas revoluções e resgatamos as múltiplas tentativas de unidade entre os países presentes na história latino-americana.

Capítulo 1 – Um olhar histórico sobre a Bolívia, o Equador e a Venezuela

Si algún continente tiene un patrimonio intelectual cuajado con los años y un conjunto de propuestas profundas para el desarrollo integral y para la construcción de espacios alternativos, es la América Latina y el Caribe; patrimonio que quiso ser borrado.

Hugo Chávez

1.1. Considerações preliminares

Como afirmamos anteriormente, os três fenômenos analisados nesse trabalho são revolucionários. Ambos realizaram transformações sócio-políticas em seus países que marcaram, definitivamente, suas histórias. A realização das Constituintes, analisadas no próximo capítulo, e a implantação de políticas sociais distributivas de renda consistiram nas principais modificações da realidade dessas nações.

As mudanças sociais atingiram, principalmente, os segmentos pauperizados, que compõem a base social dessas revoluções. O crescimento econômico, potencializado pela elevação do preço internacional das matérias-primas na primeira década do século XXI, foi utilizado para modificar a estrutura social. Como demonstra o gráfico a seguir, o chavismo, o evismo e o correísmo diminuíram significativamente os índices de pobreza e desemprego.

Além disso, ampliaram-se os investimentos públicos em infraestrutura, no sistema produtivo e em programas sociais. Como exemplo disso, podemos destacar, na Bolívia, no Equador e na Venezuela, os investimentos públicos ao decorrer do ano de 2011, os quais corresponderam, respectivamente, a 9,4%, 11% e 4% do produto interno bruto (PIB). Já os gastos estatais, proporcionalmente ao PIB, ficaram em torno de 46%, 49,2% e 26%, respectivamente (CEPAL 2012).

Tendo isso em vista, podemos dizer que as revoluções não se restringiram ao aspecto político, mas avançaram em direção ao âmbito socioeconômico. Dessa forma, propiciaram o desmantelamento da antiga composição social excludente.

O apoio popular a Chávez, Morales e Corrêa não se sustentou, única e exclusivamente, no carisma dessas lideranças. Realizaram-se alterações sociais que potencializaram a mobilização das massas e os conflitos de classes, quando necessário.

Podemos citar, como exemplo, o golpe de estado contra Chávez, na Venezuela, em abril de 2002, e os conflitos entre o governo e os grupos do oriente boliviano, na Bolívia, entre os anos de 2007 e 2009.

Esses embates opuseram os grupos dominantes a uma nova força social, composta por indígenas, camponeses, classe média, população das favelas e dos bairros pobres e a oficialidade das Forças Armadas. Tais setores foram os protagonistas da luta de classes e compuseram a base social das revoluções analisadas neste trabalho.

A primária industrialização e a contundente informalidade no mercado de trabalho, cujos índices, nos três casos, giraram em torno de 50% à época das vitórias dos mandatários, fizeram com que os trabalhadores urbanos organizados em sindicatos profissionais (operários, professores etc.) não liderassem as revoluções. Conseqüentemente, a luta de classes desenvolveu-se sob o comando de um amplo movimento social reunido em torno de bandeiras defensoras da ética na política, do repúdio ao neoliberalismo e da reivindicação da cultura e da identidade indígena.

A tabela a seguir evidencia as melhorias no âmbito socioeconômico e nos níveis de emprego, proporcionadas pelas três revoluções. As taxas de desemprego bolivianas referem-se aos centros urbanos, e os dados do Equador e da Venezuela referentes aos anos de 2010 a 2012 foram retirados dos sites dos institutos de estatísticas de cada país. Imperioso ressaltar que não encontramos, nos relatórios de estatísticas sociais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), dados referentes às variações dos índices de pobreza e de desemprego entre os anos de 2010 a 2012 na Bolívia.

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Bolívia														
Pobreza	63,47	66,38	63,12	63,33	-----	-----	59,63	59,92	60,10	57,33	51,31	----	----	----
Extrema pobreza	40,70	45,20	38,80	39,50	-----	-----	36,69	37,68	37,70	30,14	26,06	----	----	----
Varição do PIB	-----	2,5	1,7	2,4	2,7	4,2	4,4	4,8	4,6	6,1	3,4	4,1	5,2	5,0
Desemprego	7,2	7,5	8,5	8,7	9,2	6,2	8,1	8,0	7,7	6,7	7,9	6,5	5,8	---
Equador														
Pobreza	---	64	55	----	50	44	42	38	37	35	36	33	29	27
Extrema	----	----	----	19,4	----	----	----	17	17	16	15	13	11	11

pobreza														
Varição do PIB	-----	2,8	5,3	4,2	2,7	8,2	5,3	4,4	2,2	6,4	1,0	3,3	8,0	4,8
Desemprego	9,0	14,1	10,4	8,6	9,8	9,7	8,5	8,1	7,4	6,9	7,9	6,1*	5,1*	4,1*
Venezuela														
Pobreza	42,0	40,4	39,0	48,6	55,1	47,0	37,9	30,6	28,5	27,5	26,7	26,9	26,5	----
Extrema pobreza	20,1	18,0	16,9	25,0	29,8	22,5	17,8	11,1	9,6	9,2	7,2	6,9	7,0	----
Varição do PIB	-----	3,7	3,4	-8,9	-9,4	18,3	10,3	9,9	8,8	5,3	-3,2	-1,5	4,2	5,3
Desemprego	15,0	13,9	13,3	15,8	18,0	15,3	12,4	10,0	8,4	7,3	7,8	8,6	7,8*	8,7*

Tabela 1. Bolívia, Equador e Venezuela: índices de pobreza, desemprego e variação do PIB entre os anos de 1999 e de 2010 (CEPAL, 2005, 2010, 2012; INE, 2012; INEC, 2012, 2013).

Como veremos ao longo deste trabalho, sobretudo no terceiro capítulo, essas revoluções possuem retórica e prática antineoliberais e encontram sustentação na base social. Esse segmento da sociedade repudia, veementemente, as reformas neoliberais, tônicas das diretrizes econômicas das nações sul-americanas durante as décadas de 1980 e de 1990.

A estabilização econômica, a disciplina fiscal, o controle do gasto público (principal responsável pelos cortes nos programas sociais), a liberalização comercial e financeira, a abertura comercial a privatização das empresas estatais e a desregulamentação da economia foram considerados, naquele momento, prerrogativas fundamentais para o desenvolvimento dos países capitalistas. Por conseguinte, difundiu-se a ideia de ineficácia do Estado, caracterizado como fonte de irracionalidade e corrupção (DINIZ, 2011).

As diretrizes neoliberais entraram em crise na América do Sul entre a segunda metade da década de 1990 e o início do novo milênio. Essa época foi marcada pelo ressurgimento dos nacionalismos de base popular ou de base burocrático-estatal, como nos três casos analisados neste trabalho, além de projetos políticos que intensificaram os programas sociais, não obstante mantivessem o neoliberalismo (MARTINS, 2011).

O desgaste do neoliberalismo teve como consequência a retomada do papel regulador, indutor e coordenador do Estado, cujo intervencionismo foi recobrado

enquanto instrumento fundamental para o crescimento econômico e a competitividade das economias nacionais (DINIZ, 2011).

O retorno da regulação do Estado foi fundamental nessas revoluções. Mais uma vez, interveio-se nas relações econômicas e sociais, assim como no ciclo desenvolvimentista entre as décadas de 1930 e de 1970. A realização das Constituintes também se tornou um marco relevante para a refundação estatal e política de cada nação, pois as críticas ao neoliberalismo ocorreram concomitantemente ao repúdio às instituições democráticas, vistas como corruptas e ineficazes.

Neste capítulo, realizamos um breve resgate histórico acerca dos três países estudados, bem como abordamos os seguintes aspectos de cada governo: (i) a constituição da democracia representativa; (ii) as consequências socioeconômicas da implantação do neoliberalismo; (iii) os ciclos insurrecionais que resultaram na eleição dos respectivos mandatários; e (iv) os principais acontecimentos políticos.

1.2. A democracia venezuelana

Diferentemente da Bolívia e do Equador, a democracia venezuelana foi construída em meados da década de 1950. Em 1957, formou-se uma aliança cívico-militar para derrubar a ditadura liderada por Marcos Pérez Jiménez, que vigorou no país entre os anos de 1952 e de 1958 e que foi considerada uma das mais violentas do continente na segunda metade do século XX (CABELLERO, 2003).

Em 23 de janeiro de 1958, a forte mobilização popular derrubou Jiménez do poder. Nesse processo, uniram-se diversas forças sociais: partidos políticos, igreja católica, empresários, organizações estudantil e sindical, artistas e intelectuais atuaram em conjunto contra esse regime ditatorial (MYERS, 2007).

Após esse período, tivemos a criação do Pacto de Punto Fijo, cujo acordo fora justificado pela urgência de governabilidade na Venezuela. Para isso, as diferenças ideológicas e programáticas entre os governos foram amainadas. Adicionalmente, com o puntofijismo, os partidos Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) e a Aliança Democrática (AD) se alternaram no poder. Além desses, outro partido que participou da constituição do puntofijismo foi a União Republicana Democrática (URD) (MYERS, 2007).

Segundo Molina e Troudi (2004), o concerto partidário garantiu benefícios para setores sociais dominantes, tais como a burocracia da AD e do COPEI, a cúpula das

Forças Armadas, os grandes empresários, os latifundiários e, inclusive, os dirigentes do movimento sindical. Sobre este último aspecto, destacamos que Rómulo Betancourt (1959-1964), primeiro presidente do puntofijismo, fortaleceu as relações com a Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV), oferecendo um papel intermediário entre o governo e os empresários. Com isso, a organização sindical tornou-se relevante para a estabilidade política, pois freava irrupções reivindicativas do movimento social (MOLINA e TROUDI, 2004).

O crescimento econômico venezuelano entre as décadas de 1960 e, principalmente, de 1970 derivou do fluxo de capitais decorrentes da elevação dos preços do petróleo, o que garantiu o apoio da população aos governos puntofijistas (MARINGONI, 2004). A crise econômica dos anos 80 desencadeou uma profunda recessão econômica, contribuindo, decisivamente, para o esgotamento do pacto de governabilidade criado em 1958.

1.2.1. A crise política e econômica dos anos 80: o neoliberalismo e o Caracazo

A partir de 1983, a Venezuela imergiu na recessão econômica. A elevação da dívida externa, que saltou de US\$1,422 bilhões, ao fim da década de 1970, para US\$29,356 bilhões ao fim da década de 1980 (URQUIDI, 2005), engessou os governos de Luis Herrera Campíns (1979-1984) e do sucessor Jaime Lusinchi (1984-1989). Ambas as administrações criticaram o intervencionismo estatal e a regulação econômica, introduzindo, em seus governos, os preceitos neoliberais, que foram aprofundados no mandato de Carlos Andrés Pérez (1989-1992) (MORÓN, 2004).

Pérez assumiu o governo com uma taxa de inflação de 40,3% e de desemprego em torno de 15%. Além disso, a economia venezuelana estava asfixiada pela diminuição das reservas financeiras internacionais, resultantes da queda do preço de petróleo (MARINGONI, 2004). A fim de solucionar esse conturbado cenário econômico, o presidente acordou, com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a concessão de um empréstimo de US\$4,5 bilhões para o país.

Em contrapartida, esse empréstimo demandou ajustes macroeconômicos: desvalorização da moeda nacional, redução do gasto público, liberação dos preços, congelamento dos salários, redução dos subsídios agrícolas e fim das restrições às transações internacionais, incluindo o investimento estrangeiro. O acordo previu, ainda, a elevação em 100% do preço da gasolina (MAYA e LANDER, 1994).

Em resposta a esse plano, sucedeu um relevante protesto social que marcou o repúdio popular em relação à democracia puntofijista e suas medidas neoliberais. O *Caracazo* ou *Sacudón*, ocorrido entre os dias 27 e 28 de fevereiro de 1989, materializou a insatisfação popular contra as medidas neoliberais implementadas pelo governo Pérez.

Esses dois dias de distúrbio encurralaram o governo venezuelano. Assim, Pérez ordenou a repressão policial, e suspenderam-se as garantias constitucionais. Tal rebelião simbolizou o descontentamento popular com o bipartidarismo de Punto Fijo e com os rumos socioeconômicos do país. A marginalização social, em decorrência dos índices de pobreza, que, em 1990, giravam em torno dos 55,1% da população, contraposta à riqueza dos grupos abastados que se beneficiavam das rendas petrolíferas, possibilitou as explosões populares.

Esse episódio detonou o descrédito dos venezuelanos em relação ao puntofijismo: as práticas corruptas das agremiações partidárias ficaram evidentes, e a AD e o COPEI perderam prestígio. Consequentemente, construíram-se espaços de poder popular, como, por exemplo, as assembleias de bairros e as redes de integração social, que desenvolveram reuniões sobre diversos temas, desde problemas de cada localidade até assuntos políticos e econômicos relevantes para o país.

A insatisfação popular com o governo Pérez fez com que Chávez e o Movimento Bolivariano Revolucionário (MBR-200), criado em 1982 no interior das Forças Armadas venezuelanas, desencadeassem uma tentativa de golpe de Estado em 4 de fevereiro de 1992, na operação denominada *Ezequiel Zamora* (ELIZALDE e BÁEZ, 2004).

A conquista do poder não ocorreu em virtude da forte repressão do governo Pérez às ações golpistas. No entanto, Chávez e o MBR-200 conquistaram força política, o que evidenciou a falência do bipartidarismo venezuelano. Após esse levante, uma pesquisa revelou que 64% dos entrevistados apoiavam Chávez e seu movimento (ELIZALDE e BÁEZ, 2004).

Não foi apenas o carisma de Chávez que atraiu o povo, mas sua postura em assumir a responsabilidade pela preparação da revolta e em esclarecer suas razões em uma alocução pronunciada em cadeia nacional. O *por ahora* (por enquanto) mencionado nesse discurso demonstrou que a luta pela transformação da sociedade venezuelana não terminaria com a desarticulação do golpe e a posterior prisão do prócere.

Chávez concentrou, em sua figura, as expectativas dos venezuelanos em relação às transformações sociopolíticas. Além disso, duas consequências estiveram ligadas ao *Caracazo* e ao levante militar de 1992: (i) a fragmentação do bipartidarismo, com a

ascensão do multipartidarismo na vida política venezuelana; e (ii) o alto abstencionismo nos pleitos eleitorais. Em 1993 e em 1998, por exemplo, 40% e 36% dos eleitores, respectivamente, deixaram de votar nas eleições presidenciais (GONZÁLEZ, 2008).

Em maio de 1993, Pérez foi afastado da presidência venezuelana pelo Congresso Nacional e pela Corte Suprema de Justiça, quando denúncias de peculato e de malversação de fundos públicos pairaram sobre ele. Rafael Caldera, presidente no mandato de 1969-1974, ganhou o pleito presidencial em dezembro de 1993 ao apresentar um programa político contra o bipartidarismo e a ineficácia do Estado venezuelano (MOLINA e TROUDI, 2004).

Caldera não conseguiu combater a crise social e econômica venezuelana. Em 1997, o índice de pobreza alcançou 48% da população, dos quais cerca de 20,5% se encontravam na extrema pobreza. Ao final de 1994 e de 1995, a inflação alcançou 70,8% e 103%, respectivamente (CEPAL, 2006).

A insatisfação popular com o governo Caldera fez com que Chávez difundisse seus objetivos políticos. Tornava-se cada vez mais evidente que a convocação da Assembleia Constituinte era um aspecto central, pois simbolizava a refundação do Estado. Em abril de 1997, o MBR-200 transformou-se em Movimento V República (MVR), em virtude da necessidade de criação de um partido político para a eleição presidencial de 1998.

O MVR justificou-se pela defesa da aliança cívico-militar, que teria a missão de recriar o país e formar uma ampla frente de esquerda com características antineoliberais e anti-imperialistas. Convém destacar que essa frente anti-imperialista foi originada pelas Teses do Oriente, votada na III Internacional Comunista em 1922, e objetivava orientar os partidos comunistas a apoiar os movimentos nacionalistas e anticoloniais que se desenvolviam nas colônias europeias após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A luta contra a opressão política e econômica realizada pelas nações imperialistas era central e abrangia os seguintes pontos: (i) congruência das forças revolucionárias na luta contra o imperialismo; (ii) busca de autonomia e de independência política (iii) luta pela democratização do sistema político; (iv) liberdade de organização operária; (v) direitos sociais, entre outros. No início de século XXI a frente anti-imperialista apresenta um caráter nacionalista e de defesa da soberania nacional. Sua constituição advém, por conseguinte, da união de variados setores sociais: operários, camponeses, desempregados, classe média, pequena burguesia, frações da burguesia nacional etc.

Tendo isso em vista, podemos afirmar que o anti-imperialismo venezuelano propiciou a aglutinação de setores sociais das mais variadas origens em uma frente

eleitoral de esquerda. A vitória de Chávez com 56% dos votos inaugurou um período de abruptas transformações na sociedade venezuelana.

O MVR aglutinou um amplo setor social favorável às transformações políticas e sociais propostas pelo chavismo. Como veremos no Capítulo 3, embora o início da revolução bolivariana estivesse distante da luta pelo socialismo, a construção do Polo Patriótico reuniu diversas tradições políticas e priorizou os setores sociais mais atingidos pelo neoliberalismo. Com isso, o programa dessa frente eleitoral enfatizou os ataques ao bipartidarismo e a propagação da Constituinte.

O programa do Polo Patriótico para a eleição de 1998 fundamentou-se no seguinte: (i) luta pelo bem-estar da população e pela ética na política; (ii) defesa de um Estado forte e intervencionista; (iii) fortalecimento da democracia, com a construção de instrumentos participativos; e (iv) a reivindicação da integração latino-americana, com o intuito de conquistar a soberania e a independência das nações do continente sul-americano (MOLINA e TROUDI, 2004).

Contudo, não havia um forte movimento social organizado em torno do projeto chavista, haja vista que seu apoio era espontâneo e sustentava-se em seu carisma e no fato de simbolizar o repúdio ao neoliberalismo e às instituições republicanas venezuelanas. O aparecimento de Chávez na cena política em 1992 fez com que canalizasse as insatisfações contrárias ao *status quo* venezuelano. Consequentemente, passou a ser considerado um bonapartista progressista.

Esse conceito foi cunhado por Marx (2006) em uma análise sobre a ascensão de Luis Bonaparte ao poder na França, em 1851, após o processo revolucionário ocorrido entre os anos de 1848 e de 1851. Posteriormente, Trotsky (1939), durante o seu exílio no México na segunda metade da década de 1930, analisou a conjuntura política dos países latino-americanos, marcados pela ascensão de líderes carismáticos e com proposições nacionalistas.

Com base na experiência nacionalista mexicana, no decorrer do governo de Cárdenas (1934-1940), Trotsky (1939) afirmou que, em função do desenvolvimento retardatário do capitalismo, as nações latino-americanas, em uma conjuntura de retração do sistema capitalista mundial, teriam maior autonomia em relação ao imperialismo. Assim, constituir-se-iam regimes bonapartistas em virtude das características da relação entre proletariado, burguesia nacional e capital estrangeiro. Adicionalmente, Trotsky (1939) classificou dois tipos de bonapartismo: (i) o reacionário, que reprime as massas

populares; e (ii) o progressista, que se apoia nas forças populares para enfrentar o imperialismo e as oligarquias internas (MARX, 2006; TROTSKY, 1939).

Chávez ganhou as eleições em um momento em que os grupos dominantes não mais conseguiriam manter o domínio por meio da Constituição, bem como os trabalhadores urbanos e rurais não tinham condições organizativas de assumir o poder político. Tendo isso em vista, podemos considerar Chávez um bonapartista pelo fato de ter assumido o papel de mediador entre as classes internas, embora não fosse um representante direto e unívoco de uma classe social.

1.2.2. A Venezuela entre 1999-2009

A frente eleitoral que elegeu Chávez foi composta por um conjunto de partidos, entre os quais destacamos: MVR, Movimento ao Socialismo (MAS), Pátria Para Todos (PPT), setores do La Causa Radical (LCR), Movimento Eleitoral do Povo (MEP), Partido pela Democracia Social (PODEMOS) e Partido Comunista (PC). Essas tradições políticas aglutinaram-se por conta da empatia com os seguintes aspectos do programa chavista: a realização da Assembleia Constituinte, a oposição ao neoliberalismo e as promessas de combate à pobreza.

Como podemos notar, o chavismo fundamenta-se em um executivo forte e centralizador, uma vez que não há decisão política ou econômica realizada sem a anuência do presidente. Além disso, a gestão de Chávez é marcada pelo intervencionismo estatal na economia, como veremos no terceiro capítulo. Ao longo do governo, ocorreram nacionalizações de companhias siderúrgicas; empresas de comunicação, de eletricidade e de petróleo; cimenteiras; bancos como, por exemplo, o Banco da Venezuela, que pertencia ao banco espanhol Santander; e redes de supermercado.

O executivo também organizou o apoio à atuação dos chavistas nos sindicatos e nas entidades estudantis, bem como a participação popular por meio das missões sociais e dos conselhos comunitários, cuja importância será debatida no terceiro capítulo. Com isso, intensificou-se a organização popular, não obstante tenha se vinculado ao executivo nacional.

Como vimos, os dados divulgados por instituições internacionais e governamentais ressaltam a melhoria dos padrões de vida da população após a chegada de Chávez à presidência. O apoio ao chavismo não advém, exclusivamente, do carisma desse líder,

mas da constatação, pelos venezuelanos, das melhorias socioeconômicas realizadas a partir de 1999.

Nesse sentido, acreditamos que a espontaneidade dos anos de 1989 ou de 1998 foi substituída pela conscientização política. Por isso, independentemente da capacidade persuasiva do discurso de Chávez, hipotetizamos que o apoio popular ao governo deriva das melhorias sociais conquistadas pela população.

A tabela 1 demonstrou que, entre os anos de 1999 e 2010, o desemprego, a pobreza e extrema pobreza diminuíram quase a metade. A isso, juntou-se o acesso popular às missões sociais, a instalação da rede de supermercado estatal Mercal nas proximidades das grandes favelas, com a venda de alimentos subsidiados pelo governo, e a elevação do salário mínimo do país. Tendo isso em vista, o chavismo conseguiu conquistar e consolidar o apoio populacional.

Os dados apresentados no início deste capítulo demonstram que a Venezuela chavista transformou a realidade social do país. O alcance desses índices foi potencializado pelo aumento do preço internacional do petróleo entre os anos de 2003 e de 2008, bem como pela disponibilização de parte da renda petroleira para impulsionar os programas sociais do governo.

Em 2000, após a realização da Constituinte, Chávez foi eleito presidente da Venezuela para um mandato de seis anos. A luta política entrou em um novo ciclo, que perdurou do final de 2001 até meados de 2004. A oposição ao bolivarianismo chavista perpetrou uma série de ações que contribuíram para a instabilidade política e econômica da Venezuela (MAYA, 2006).

A confrontação com o chavismo foi detonada em dezembro de 2001, ano em que o governo, apoiado por um dispositivo constitucional, anunciou 49 Leis Habilitantes (similares às medidas provisórias no Brasil), a fim de transformar as estruturas econômicas venezuelanas (ARAÚJO, 2009). Entre as leis promulgadas, três afetaram os interesses dos grupos econômicos locais e dos setores estrangeiros aliados: a Lei de Pesca; a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário; e a Lei dos Hidrocarbonetos.

A Lei de Pesca buscou a preservação da atividade artesanal em detrimento da industrial, em virtude da grande quantidade de trabalhadores empregados e pelo baixo impacto no meio ambiente. Outrossim, a faixa marítima para a pesca artesanal foi ampliada de três para seis milhas, além de se normatizar a dimensão das embarcações, que deveriam ser submetidas ao recém-criado Instituto Nacional de Pesca e Aquicultura.

A Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, ao longo dos 281 artigos, criou diretrizes que abrangeram a propriedade agrícola e sua produtividade. A ociosidade da terra, o direito dos proprietários e a possibilidade de realização da reforma agrária foram temas abordados nessa lei. Adicionalmente, o Instituto Nacional de Terras (INT) ficou responsável pela fiscalização do uso da terra e pela identificação das propriedades improdutivas e ilegais a serem disponibilizadas ao programa de reforma agrária.

A Lei dos Hidrocarbonetos almejou o fortalecimento do controle estatal sobre a atividade petrolífera, revertendo a privatização da Petróleos da Venezuela S.A. (PDVSA) desenvolvida nos governos de Pérez e de Caldera. Essa lei também elevou os *royalties* recebidos pelos cofres públicos para as atividades de produção dos hidrocarbonetos pelo setor privado e abriu a possibilidade de reversão das privatizações (LANDER e NAVARRETE, 2009).

A implantação dessas leis exacerbou a hostilidade da oposição ao chavismo. Sob a alegação de que elas representavam a excessiva participação estatal na economia e o fim de direitos adquiridos, criou-se a *Coordinación Democrática de Acción Cívica*, mais conhecida como *Coordinación Democrática* (CD). Essa entidade contou com os seguintes participantes: a Federação de Câmaras, Associações de Comércio e de Produção da Venezuela (Fedecâmaras); os tecnocratas da PDVSA; a Central dos Trabalhadores da Venezuela (CTV); os funcionários públicos; as organizações sociais da sociedade civil; a cúpula das Forças Armadas; os meios privados de comunicação; a AD; e o COPEI. Além desses, a CD obteve o auxílio financeiro dos Estados Unidos, *National Endowment for Democracy* (NED) (GOLINGER, 2005).

Após meses de articulação e movimentações políticas, a CD iniciou, em 2002, a ofensiva contra o chavismo. Para desestabilizar o governo e exigir a renúncia de Chávez, nos dias 8 e 9 de abril de 2002, convocou-se uma paralisação de 48 horas das empresas públicas e privadas, do comércio, das universidades, entre outros setores. A intensa mobilização dos *esquálidos*, como os chavistas denominaram, pejorativamente, a oposição, fez com que os dirigentes do protesto convocassem uma nova ação no dia 11 de abril.

Nesse dia, os opositores realizaram uma nova greve e outra marcha, que se direcionou para a sede da PDVSA em Caracas. Devido à grandiosidade das manifestações, os líderes levaram-na para as proximidades do Palácio de Miraflores, onde os chavistas estavam reunidos em apoio ao presidente. Os embates entre os dois

grupos intensificaram os discursos favoráveis à renúncia de Chávez nos meios de comunicação e nos círculos militares (BRICENO, 2007).

Durante esses conflitos, os meios de comunicação apontaram Pedro Carmona, então presidente da Fedecámaras, como responsável pela transição política, caso o presidente renunciasse. Além disso, dez generais liderados por Vásquez Velasco, ex-comandante do Exército venezuelano e da Guarda Nacional, exigiram a renúncia de Chávez. Então, para impedir confrontos entre os chavistas e a oposição nas proximidades do Palácio de Miraflores, Chávez entregou-se aos oficiais golpistas.

A reação das parcelas populacionais apoiadoras do chavismo foi imediata. As favelas caraquenas organizaram-se de forma espontânea, sem a direção de partidos ou de movimentos sociais, para exigir, nas ruas, o retorno de Hugo Chávez à presidência. A menos de 48 horas depois da prisão, o comandante do bolivarianismo retornou à sede oficial do governo, o Palácio de Miraflores.

Entretanto, Chávez não se aproveitou dessa vitória política para desenvolver uma perseguição aos opositores, haja vista que o tom de seus discursos apontavam para a conciliação política e para o respeito à institucionalidade. Não obstante, algumas medidas foram adotadas pelo governo: a reorganização das Forças Armadas; a abertura de espaços políticos para os opositores; a aproximação com setores econômicos golpistas; e a conciliação com os gerentes petroleiros, que atuaram ao lado da oposição nos dias dos distúrbios.

Apesar da tentativa de composição com os adversários, a estabilidade e os acordos com os antichavistas foram insuficientes para acalmar o país. Dessa forma, novas ações foram desencadeadas pelos opositores no final de 2002 e no início de 2003, no episódio conhecido por *paro petrolero* (MAYA, 2006).

A greve da produção petroleira e industrial representou mais uma tentativa de desgastar o governo. Como o golpe de estado de abril de 2002 fora infrutífero, os opositores tentaram estrangular o bolivarianismo pelo principal sustentador da economia venezuelana: o petróleo. Ao estancar a produção dos hidrocarbonetos, a elite e seus aliados almejavam tornar insustentável a perpetuação de Chávez no poder (MAYA, 2006).

No entanto, o objetivo opositor não fora alcançado, uma vez que a população ficou ao lado de Chávez, mesmo com a deterioração das contas públicas, o desemprego, o aumento da marginalização social e a falta de crescimento econômico, como comprovam as tabelas supracitadas.

Na luta hegemônica no interior da Venezuela, o chavismo saiu fortalecido mais uma vez, pois utilizou o *paro petrolero* para remover a direção da PDVSA e para realizar a nacionalização do petróleo. Nesse processo, os setores chavistas das Forças Armadas permaneceram coesos, de modo a proteger a indústria petroleira e a soberania venezuelana perante as ameaças da oposição. A CD e os demais setores responsáveis pela organização do *paro* acreditaram que suas ações levariam a uma nova fissura entre os militares, mas isso não ocorreu. O caos econômico derivado dessa ação desembocou em uma resposta institucional de defesa dos interesses nacionais e, conseqüentemente, de Chávez (MAYA, 2006).

Os acontecimentos de abril e dezembro de 2002 e de fevereiro de 2003 polarizaram a sociedade venezuelana entre chavistas e antichavistas. Com a vitória de Chávez, com 59% dos votos (CNE, 2004), no referendo revogatório do mandato, em agosto de 2004, o governo encontrou condições para intensificar a revolução bolivariana.

No decorrer dos anos de 2005 e de 2006, o chavismo consolidou-se. A oposição, conseqüentemente, não participou da eleição para a Assembleia Constituinte e alegou a possibilidade de fraude no pleito. Com isso, o chavismo angariou quase todas as vagas do parlamento: dos 167 deputados, apenas dois estavam fora da coalização de apoio ao chavismo. Em 2006, Chávez foi reeleito, derrotando Manuel Rosales, com 62,84% dos votos, a maior porcentagem conquistada pelo bolivarianismo venezuelano.

Em 2007, a Rede Caracas de Televisão (RCTV), uma emissora bastante popular na Venezuela, não obteve a renovação da licença, medida que elevou as acusações de autoritarismo sobre o chavismo. Em dezembro desse mesmo ano, o governo sofreu a primeira derrota eleitoral, em virtude da rejeição popular à proposta de reforma constitucional que dividiu a Venezuela. Imperioso destacar, outrossim, os principais artigos dessa proposta:

(i) O artigo 16 tratava da divisão política e territorial do país e objetivava o incentivo à autogestão e à participação cidadã, com a instituição da cidade comunal. Além disso, previa a criação de novos Estados pelo Poder Executivo.

(ii) O artigo 18 estabelecia a reestruturação urbana por meio de obras de infraestrutura e de melhorias na assistência social (saúde, educação, esportes, cultura etc.) por parte do poder público. Centralmente, a proposta abordava o combate à especulação imobiliária em grandes cidades, como Caracas, por exemplo.

(iii) O artigo 67 abrangia a exclusividade do financiamento estatal para as campanhas eleitorais, proibindo a doação por parte de empresas públicas ou privadas.

(iv) Os artigos 87 e 90 tratavam do mercado de trabalho. O primeiro visava à institucionalização de garantias trabalhistas aos autônomos por meio da criação do *Fondo de estabilidad social para trabajadores y trabajadoras por cuenta própria*. Com isso, seriam assegurados aos venezuelanos férias, aposentadoria, direito à licença por doença, entre outros direitos. O segundo propôs a jornada de trabalho de seis horas diárias e o limite de 36 horas semanais, bem como dificultou a realização de horas extras. Com essas medidas, o governo almejava a geração de, aproximadamente, 120.000 novos empregos.

(v) Os artigos 112, 113 e 115 abordaram a implantação de medidas que interfeririam diretamente nos rumos econômicos venezuelanos. Entre essas decisões, proibiu-se o monopólio privado, e foi prevista a exclusividade da exploração dos recursos naturais por parte do Estado ou por empresas por ele designadas, como, por exemplo, a mista ou unidades de produção socialista. Além disso, pressupunha-se o reconhecimento de diversos tipos de propriedade, tais como pública, social, direta e indireta, comunal, coletiva, cidadã, mista e privada.

(vi) O artigo 184 previa, em esfera municipal, a construção de espaços efetivos de participação popular, com a transferência, para os conselhos comunitários e as associações de moradores, da gestão de recursos financeiros e da determinação dos serviços prioritários a serem atendidos pelo orçamento municipal. Igualmente, abordava a gestão comunitária de empresas que não atendessem, de forma qualitativa, as principais e mais urgentes demandas populares.

(vii) O artigo 307 abordava a proibição do latifúndio improdutivo.

(viii) Os artigos 318, 320 e 321 regiam sobre o fim da autonomia do Banco Central e de sua submissão ao Poder Executivo. Dessa forma, as reservas internacionais foram disponibilizadas para investimentos governamentais nas esferas social e produtiva.

(ix) O artigo 328 disciplinava sobre as Forças Armadas, ratificadas como principais defensoras da revolução bolivariana e propulsoras da soberania nacional, da luta anti-imperialista e da guerra popular de resistência.

(x) O artigo 230, item mais polêmico do projeto, regulamentava a possibilidade de reeleição indefinida de qualquer cargo eletivo, não apenas o de presidente, e o aumento do mandato presidencial de seis para sete anos.

O apoio popular entre 2002 e 2006 fez com que Chávez buscasse radicalizar o processo revolucionário por meio dessa proposta de reforma constitucional. Nesse sentido, o governo acreditou que a liderança do presidente e a polarização entre chavistas e antichavistas seriam suficientes para o êxito governista.

O projeto para as alterações da Carta Magna, cunhado pelo presidente, pelos colaboradores próximos e pelo Poder Legislativo, não incluiu a população, o que se contrapôs ao discurso de participação popular defendido pelo chavismo. Dessa forma, não se repetiu o ocorrido em 1999, quando as mudanças na Constituição refletiram os anseios da população durante a segunda metade da década de 1990 (TOUSSAINT, 2008), como veremos mais especificamente no Capítulo 2.

A primeira derrota eleitoral de Chávez deveu-se aos seguintes fatores: (i) repúdio da população à continuidade da burocratização e da corrupção nas esferas do poder, características que se contradizem ao discurso sobre a moralidade revolucionária e a construção do novo socialismo; (ii) o deslocamento para a oposição de figuras moderadas do chavismo, como, por exemplo, o ex-Ministro da Defesa Raúl Baduel, figura importante do chavismo desde 1992; (iii) a falta de diálogo entre o governo e a população no que diz respeito à preparação dessa proposta de reforma constitucional; (iv) alta inflação e ausência de um plano nacional de habitação; (v) as ações do movimento estudantil.

A derrota no referendo constitucional fez com que Chávez lançasse a campanha dos “três erres”, visando a *revisión*, *rectificación* e *reimpulso* do processo revolucionário. Com essa proposição, o governo almejou solucionar os problemas que derivaram na derrota no referendo, bem como impulsionar a revolução e evitar novos fracassos eleitorais (MARREGOT, 2008).

Essa perda fez com que Chávez adotasse um discurso menos radical, objetivando atrair, novamente, setores da classe média para a base social do chavismo. Isso foi expresso na reativação do Polo Patriótico, que havia sido desestruturado com a criação do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). Esses elementos podem ser constatados nas palavras de Chávez (2008):

Vamos retomar o Polo Patriótico. As alianças com PPT, Partido Comunista, agremiações regionais e organizações sociais (...). Receberemos, de braços abertos, todos os setores nacionalistas e patrióticos, não apenas aos que usam a “camisa vermelha” do PSUV. Isso é um aspecto que devemos rever, a fim de realizar a batalha contra o sectarismo e o extremismo de alguns grupos que

“querem ser mais papistas que o Papa”. Não podemos deixar que a classe média siga a contrarrevolução (Chávez, 2008: p. 1). (Tradução nossa.)

As mudanças na dinâmica interna do chavismo com os “três erres” impulsionaram o êxito nas eleições regionais de 2008, com a conquista de 80% das prefeituras e 17 dos 23 governos estaduais. Em fevereiro de 2009, o governo conseguiu aprovar a proposta de reeleição indefinida para os cargos eletivos. Com isso, Chávez pôde concorrer a mais um mandato na eleição presidencial de 2012.

1.2.3. O PSUV e o chavismo

A fundação do PSUV, em março de 2008, objetivou o rompimento entre a dependência do bolivarianismo e a figura de Chávez, possuindo como missão, além disso, atrair jovens militantes para as bases do chavismo e formar quadros políticos. Com esse partido, o chavismo almejou a continuidade da revolução bolivariana sem Chávez, pois seu papel consistiria na elevação da consciência de classe e na organização do amplo movimento de massas que gira em torno da figura do mandatário venezuelano.

Até a formação do PSUV, o chavismo consistia em um fenômeno marcado pela espontaneidade, pelo dinamismo e pela combatividade. Entretanto, podemos citar, como exemplo dessa mobilização popular por parte do PSUV, a filiação partidária de 5,8 milhões de pessoas, quase 1/5 da população venezuelana.

Criado para transcender à disputa eleitoral, as metas principais do PSUV são a formação política e a organização da base social do chavismo. Dessa forma, o partido almeja fortalecer a construção da democracia participativa e do projeto de socialismo do século XXI.

Assim como o MAS boliviano e o Alianza País equatoriano, partidos de Morales e Corrêa, o PSUV define-se como democrático, anticapitalista e anti-imperialista (PSUV, 2010). O partido reúne variadas tradições políticas e ideologias, com o intuito de construir o novo socialismo. De acordo com o *Libro Rojo*, que reúne suas diretrizes programáticas:

O partido assume o ideário bolivariano, a contribuição teórica de Ezequiel Zamora e Simón Rodríguez, assim com os aportes da luta e da organização dos povos indígenas e afro-americanos. Inspira-se nas origens do cristianismo e na teologia da libertação, nutre-se do socialismo científico e da história das lutas revolucionárias e da construção do socialismo (...). Nosso socialismo incorpora a doutrina de Simón Bolívar, particularmente a visão anti-imperialista, a defesa

da união dos países sul-americanos (...), a luta pela propriedade social da terra, o enfrentamento dos poderes oligárquicos e o programa de proteção social. Além disso, assume a união cívico-militar como uma de suas características fundamentais (PSUV, 2010: p. 38-9 e 44). (Tradução nossa.)

A criação do PSUV almejou o aprofundamento do processo revolucionário venezuelano, com o intuito de potencializar a construção do novo socialismo. Como vimos, Chávez foi eleito em 1998 pelo MVR, fundado para ser um instrumento político eleitoral. Havia um rascunho programático que reuniu as prioridades do movimento; entretanto, inexistiam quadros políticos que pudessem realizar as batalhas políticas na sociedade para além do período eleitoral.

O partido ainda é uma ferramenta política burocrática para a disputa de eleições. A reativação do Polo Patriótico pelo chavismo nas eleições de 2010 e de 2012 demonstrou que esse fenômeno se move pela disputa eleitoral. Além disso, a agremiação não se consolidou como um instrumento dinâmico e construtor de novos atores revolucionários.

1.2.4. As eleições de 2010 e de 2012: a consolidação do cenário político venezuelano

A eleição para a Assembleia Legislativa em 2010 dividiu a Venezuela. Para o governo e a oposição, o 26S, pleito parlamentar ocorrido em 26 de setembro, significava a visualização do apoio popular aos projetos de poder encarnados por ambos os polos, entre vendo as eleições presidenciais de 2012.

A eleição foi marcada pela disputa dos seguintes polos: (i) o oficialista PSUV; (ii) a Mesa da Unidade Democrática (MUD), um conglomerando de 18 partidos de oposição; e (iii) o Partido Pátria para Todos (PPT), que representava um setor independente.

O governo e a oposição tiveram, como meta, alcançar 2/3 da Assembleia Legislativa. Para o chavismo, essa conquista permitiria indicações para cargos públicos e mudanças substanciais na Constituição, não obstante a oposição. Por outro lado, os opositores desejavam consertar um erro fundamental: o abandono do parlamento. O retorno ao Poder Legislativo significaria um novo patamar político para a oposição. Novamente, teria a capacidade de interferência em assuntos de relevância nacional e a máscara golpista, intensamente propagada pelo chavismo, seria retirada.

O processo eleitoral demonstrou um elemento importante: o chavismo e a oposição mantiveram a média de votos (o primeiro entre 52% e 59% e o último entre 37% e 45%)

presente desde 2000, exceto pelo referendo constitucional de 2007. Portanto, percebe-se a hegemonia chavista na política venezuelana, mas não um domínio total.

A aparente supremacia de Chávez foi criada pelos opositores, em virtude da opção golpista, em um país de tradição democrática, e do abandono da disputa eleitoral em 2005. Nesse sentido, ao adotar uma postura golpista e abandonar o parlamento, a oposição possibilitou o fortalecimento do chavismo.

A partir de 2008, quando abandonou a conspiração e voltou a valorizar a disputa eleitoral, presenciamos um apoio à oposição de mais de 1/3 dos venezuelanos. A tabela 2 a seguir demonstra que os índices de votação para o governo e para a oposição se mantiveram quase os mesmos desde 2000.

Ano	Tipo de eleição	Chavismo	Oposição	Abstenção
2000	Presidencial	59,7	40,2	43,6
2004	Referendo revogatório	59,1	40,9	30,08
2006	Presidencial	62,8	37,2	25,3
2007	Referendo constitucional	49,3	50,7	37
2008	Regionais	57	43	35
2009	Referendo constitucional	54,8	45,1	36
2010	Parlamentar	58	37	33,55
2012	Presidencial	55	44	20

Tabela 2. Porcentagem de votos para o chavismo e para a oposição, além da abstenção nas principais consultas eleitorais venezuelanas entre os anos de 2000 e de 2010 (CNE, 2012).

Em outubro de 2012, Chávez foi reeleito presidente. A luta contra o câncer e o receio dos venezuelanos em perderem os programas sociais do governo impulsionaram o êxito do chavismo. No entanto, esses não foram os únicos motivos. O país vive um processo de transformação que se materializou em conquistas sociopolíticas, as quais analisaremos no Capítulo 2. Essas conquistas elevaram a consciência revolucionária da

população, sobretudo dos grupos sociais mais empobrecidos que compõem a base de sustentação do chavismo.

Acreditamos que a conquista de melhores condições de vida pelos venezuelanos deveu-se às missões sociais criadas após a crise política vivida pelo país entre abril de 2002 e o início de 2003. Com elas, o governo descentralizou a política social das estruturas estatais, fazendo com que as comunidades assumissem um papel protagonista na sua execução. Segundo as diretrizes do governo venezuelano:

As missões sociais foram criadas pelo presidente Hugo Chávez em 2003, com o objetivo de aprofundar a revolução bolivariana e consolidar a democracia participativa. Essas políticas revolucionárias significaram um esforço do governo para pagar a dívida social do país (...). (...) seu propósito principal consiste no enfrentamento das causas e das consequências da pobreza, com a participação protagonista do povo (...) (MINCI, 2006: p. 1). (Tradução nossa.)

Chávez, ao chegar ao governo, deparou-se com um aparato estatal em colapso e ineficiente, devido à corrupção e às consequências políticas e sociais do neoliberalismo (...). Uma das mudanças mais significativas consistiu na criação das missões sociais bolivarianas (...). Essa política revolucionária orientou-se no intuito de saldar a enorme dívida social do país após décadas de exclusão social. Construir o Estado revolucionário tornou-se fundamental (...). As missões foram criadas no marco da crise econômica produzida pelo *paro petrolero*. Seu início deveu-se ao resgate dos recursos petrolíferos, assim como o compromisso da população excluída em assumir a liderança da transformação de suas vidas e da sociedade venezuelana. Trata-se de um modelo revolucionário de políticas públicas que conjuga a ação estatal com a participação direta das comunidades na gestão de projetos sociais. Sua execução é possível graças à presença do Estado nos lugares mais afastados, por meio da participação direta das comunidades (...) (MINCI, 2006: p. 13-4). (Tradução nossa.)

As missões consistem em políticas estratégicas criadas pelo chavismo para atender às demandas econômicas, culturais, educacionais, de saúde, entre outras, da população mais carente do país. Há 35 missões em funcionamento (MINCI, 2006), cujos projetos são financiados com recursos da PDVSA. Dessa forma, confirma-se a proposição do chavismo de reverter a renda petrolífera, elevada com as nacionalizações, na transformação da estrutura econômica e na distribuição de renda.

Essas missões expressam o exercício da democracia participativa e ressaltam a importância dos *consejos comunales*, sobre os quais falaremos no Capítulo 3, pois o financiamento público aos programas socioeconômicos ocorre com a participação de cada comunidade organizada. Com elas, o chavismo almeja “a revolução social, a revolução institucional e a revolução do conhecimento” (MINCI, 2006: p. 15).

Desde a criação do Fundo para o Desenvolvimento Econômico e Social do País (FONDESPA) em 2004, foram disponibilizados, aproximadamente, US\$30 bilhões para projetos de infraestrutura, atividades produtivas e programas sociais (PDVSA, 2011; MINCI, 2012). Desse total, cerca de 1/3 foi distribuído para as missões na área social, o que contribuiu para que a Venezuela atendesse aos pontos das Metas do Milênio, como, por exemplo, a redução da pobreza (PNUND, 2010).

O falecimento de Hugo Chávez inaugurou um período de dúvidas na Venezuela e, principalmente, nos seus vizinhos sul-americanos sobre a continuidade do chavismo. A pergunta central residiu na seguinte questão: é possível um chavismo sem Chávez? cremos que a ampla mobilização popular durante o seu velório, mais de dois milhões de pessoas passaram pela *Capilla Ardiente*, demonstra que provavelmente o chavismo se perpetuará pelos próximos anos.

Nesse sentido, acreditamos que o fenômeno se perpetuará, tal como foi com o varguismo no Brasil ou o peronismo na Argentina. A liderança de Chávez era fundamental e é muito pouco provável que Nicolas Maduro, Diosdado Cabello ou outra liderança do PSUV se aproxime do papel por ele cumprido nos últimos anos.

As transformações sociais ocorridas desde 1999 propiciaram a consolidação do bolivarianismo revolucionário. Antes de partir para a última viagem do tratamento contra o câncer em Cuba no início de dezembro, Chávez indicou Nicolas Maduro como o seu sucessor. A nomeação do seu herdeiro político almejou iniciar uma transferência de votos, mas também unir o PSUV, evitando disputas pela sucessão entre Maduro e, principalmente, Cabello.

Além da designação *del Comandante*, há outros três elementos importantes para avaliarmos a unidade dos chavistas em torno de Maduro: o apoio das Forças Armadas, a preferência dos aliados latino-americanos, sobretudo os cubanos, em virtude do seu papel de Chanceler entre 2006-2012, e a pouca rejeição entre os militantes do PSUV.

Maduro é um chavista histórico, um dos homens de confiança de Chávez e possui credibilidade internacional. Ele começou sua militância política na Liga Socialista, quando era estudante secundarista. Durante a década de 1990 foi motorista de ônibus das unidades terrestres da empresa “Metrobus”, que complementava o serviço do metrô da capital venezuelana. Na 2ª metade da década de 1990 ingressou no MBR-200, foi deputado constituinte em 1999, deputado do parlamento unicameral e entre 2006-2012 foi ministro de Relações Exteriores, cargo que ocupou até outubro de 2012, quando foi designado vice-presidente.

Maduro foi empossado presidente em oito de março de 2013, mesmo dia do funeral para os chefes de Estado, e as eleições foram convocadas para o próximo 14 de abril. Historicamente, o chavismo teve uma média de 54%-56% dos votos. O apoio ao chavismo e o clamor popular em torno do velório de Chávez indicam que, provavelmente, Maduro vencerá as eleições e poderá superar a média de votos do PSUV nos últimos anos.

No entanto, Maduro não é Chávez. Ele é menos radical. Representa o que denominamos um chavismo de centro. Assim, provavelmente, não assistiremos mais os discursos efusivos contra os Estados Unidos ou as longas falas em defesa do socialismo do século XXI. Presenciaremos um tom mais moderado nas relações com a oposição *esquálida* e uma diminuição do discurso anti-imperialista, direcionado aos Estados Unidos e Europa.

Nesse momento, há uma unidade do PSUV em torno de Maduro. Possíveis divisões na busca pelo poder entre as principais lideranças do partido não apareceram. Isso, inevitavelmente, possibilitará a continuidade do fenômeno chavista em médio prazo. O embalsamento de Chávez e a construção do mausoléu em sua memória representam não só a continuação do culto a sua personalidade, traço fundamental do chavismo, mas a própria possibilidade da imagem para sempre presente do *Comandante* evitar divisões futuras na burocracia pesuvista. Como foi dito pelo governo e pelas bases sociais do seu partido, Chávez não morreu, apenas “desapareceu fisicamente”. A idolatria e o respeito a sua imagem são condições fundamentais para que não tenhamos o início da fragmentação do PSUV.

1.3. A Bolívia entre a redemocratização na década de 1980 e o protagonismo indígena-camponês

Em 1982, foi iniciada, na Bolívia, a reconstrução da democracia após 17 anos de ditadura. Assim como no Equador, esse processo coincidiu com a crise econômica da década de 1980, ocasionada, principalmente, pela explosão da dívida externa e pela queda do preço internacional dos minerais, como o estanho, por exemplo. Dessa forma, dificultou-se a implantação da democracia pelos distúrbios econômicos vividos naquele momento (GUMUCIO, 1996).

O primeiro presidente civil eleito foi Hernán Siles Zuazo, que governou entre 1982 e 1985. Sua gestão uniu partidos da esquerda boliviana, tais como o Movimento

Nacionalista Revolucionário (MNR), o Movimento Esquerda Revolucionária (MIR), o Partido Comunista Boliviano (PCB), o Democrata Cristão e outras siglas menores.

O governo Zuazo foi marcado pela acentuação da crise econômica decorrente dos seguintes fatores: (i) retração do PIB, em consequência da queda do preço internacional das matérias-primas; (ii) má administração das empresas estatais; (iii) altas taxas inflacionárias; e (iv) elevação da dívida externa. Como exemplo disso, podemos destacar que a dívida externa boliviana saltou de US\$588 milhões, no final da década de 1970, para cerca de US\$2,8 bilhões, no início dos anos 1990 (URQUIDI, 2005). Isso dificultou a transição da ditadura para a democracia, e a possibilidade de intervenção dos militares contribuiu para elevar as tensões políticas (PITTARI, 1996).

A instabilidade política e os problemas financeiros da Bolívia fizeram com que a eleição presidencial fosse antecipada em um ano. Em 1985, ocorreu um novo pleito. Víctor Paz Estenssoro, do MNR, presidente nos mandatos de 1952-1956 e de 1960-1964, foi novamente eleito. As instáveis conjunturas econômica e política fizeram com que a população boliviana depositasse nele, um dos principais líderes da Revolução de 1952, a esperança de transformações.

Convém ressaltar que essa revolução foi um dos principais acontecimentos da História sul-americana na segunda metade do século XX. Em abril de 1952, os sindicatos operários das minas e das zonas urbanas iniciaram o processo revolucionário, em aliança com os setores médios urbanos, indígenas e camponeses. A plataforma política dos grupos revolucionários fundamentou-se na defesa da democracia e da soberania nacional, sintetizadas na proposta de nacionalização da mineração. A arena política era disputada, centralmente, por dois partidos: o *Partido Obrero Revolucionario* (POR) e o MNR. Esse advogava por medidas reformistas nacionalistas, nos marcos do capitalismo, e aquele tinha orientações socialistas. O êxito operário em abril derivou na formação da *Central Obrera Boliviana* (COB) pelos diversos sindicatos existentes no país. A revolução começou a ser consolidada no primeiro governo de Paz Estenssoro (1952-1956). Demandas operárias e camponesas, tais como a nacionalização das minas e a reforma agrária, foram atendidas por esse governo e pelo sucessor, Hernán Siles Zuazo (1956-1960), o que acalmou o clima político no país (ANDRADE, 2007).

À época, os apologistas do neoliberalismo criticaram a estrutura estatal emanada dessa revolução boliviana de 1952. O intervencionismo estatal na economia e a preponderância das empresas públicas foram exprobrados em razão da crise econômica e social (PITTARI, 1996).

Paz Estenssoro iniciou a reestruturação da economia boliviana por meio do Decreto Supremo (DS) nº 21.060, que simbolizou a implantação das diretrizes neoliberais pelo país. Os principais pontos do decreto foram: o controle inflacionário; a liberdade de comércio; a privatização de empresas públicas, como, por exemplo, a capitalização da estatal Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL); a renegociação da dívida externa; a flexibilização das leis trabalhistas; e os corte nos gastos públicos.

O estabelecimento dessas diretrizes polarizou a sociedade boliviana e engendrou mobilizações dos mineiros e dos grupos de esquerda contrários a essas políticas. A marcha pela vida marcou o repúdio ao neoliberalismo e à privatização da COMIBOL, fato que resultou na demissão de 20 mil mineiros (OSTRIA, 2001).

Parte substantiva dos bolivianos demitidos da estatal mineira migrou para o departamento de Cochabamba, relevante naquele momento por conta da produção de coca, e para a cidade de El Alto, vizinha de La Paz, que proporcionava a esperança de trabalho por ser próxima da capital boliviana. Ressaltamos que muitos ex-mineiros reinventaram o capital militante em novos tipos de organizações, tais como as associações de vizinhos em El Alto, os embriões da *Federación de Juntas Vecinales* (FEJUVE), e os sindicatos dos cultivadores de coca no Chapare de Cochabamba, principal região produtora de planta na Bolívia (STEFANONI e ALTO, 2006).

Convém ressaltar que, com o início da revolução boliviana em 2001, a FEJUVE, uma das principais organizações sociais da Bolívia, impulsionou a mobilização social, importante movimento para as lutas do período e para o próprio êxito eleitoral de Morales em 2005 (LINERA, 2006).

O enfraquecimento da *Central Obrera Boliviana* (COB), em razão das privatizações das minas e das empresas públicas, propiciou uma nova configuração para o movimento social boliviano. Ganharam relevância os grupos organizados em razão de interesses étnicos. Entidades camponesas e indígenas como a Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses de Bolívia (CSUTCB) e a Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB) tornaram-se fundamentais para as lutas sociais, além da FEJUVE.

As modificações econômicas aconteceram em paralelo às mudanças políticas. Após as eleições, Paz Estenssoro e o ex-ditador Hugo Banzer, segundo colocado no pleito, uniram-se em nome da estabilidade política. Cabe, aqui, destacar que Banzer foi presidente da Bolívia duas vezes: a primeira em razão de um golpe de estado, que iniciou um governo ditatorial entre os anos de 1971 e de 1978, e a segunda entre 1998 e 2001, após o êxito eleitoral pela Aliança Democrática Nacionalista (ADN). O período ditatorial ocorreu correlatamente a

outras ditaduras do cone sul e teve como consequência a participação do país na Operação Condor. Economicamente, Banzer abriu o país para o capital estrangeiro e começou a implantação de medidas neoliberais, concretizadas no governo de Paz Estenssoro. (SADER e JINKINGS, 2007).

Essa união marcou o nascimento da “democracia por consenso” boliviana. A partir desse fato, os principais partidos políticos do país estabeleceram acordos que objetivaram a formação da maioria parlamentar no Congresso. Por conseguinte, em nome da governabilidade, diferenças políticas entre as agremiações foram esquecidas. Nesse sentido, a divisão dos cargos na burocracia estatal foi a forma encontrada para manter a unidade entre os distintos grupos, e a corrupção tornou-se uma prática regular (PITTARI, 1996).

Sobre as organizações indígenas, destacamos que o combate ao narcotráfico se tornou prioridade na gestão do presidente Paz Estenssoro. A partir desse momento, ocorreu uma forte repressão aos produtores de coca das regiões do Chapare, em Cochabamba, e dos Yungas, em La Paz. Em consequência disso, foram criadas federações locais dos produtores de coca, espécie de sindicatos. Essas entidades foram fundamentais para a liderança nacional de Evo Morales, que se tornou presidente das federações cocaleiras em 1996 (STEFANONI e ALTO, 2006).

Imperioso mencionar que a Lei nº 1.008 inaugurou um embate mais sistemático ao narcotráfico e institucionalizou a substituição do plantio de coca por produtos alternativos, criando três zonas responsáveis pelo cultivo de coca: (i) tradicional, que consiste na área produtora anterior à chegada dos espanhóis ao território, concentradas na região dos Yungas de La Paz; (ii) excedente, que corresponde às áreas de produção mais recente, nas localidades próximas aos Yungas e ao Chapare, juntamente com o governo, por meio do financiamento americano, o que abriu a possibilidade de substituição por produtos alternativos; e (iii) ilícita, áreas de cultivos ilegais espalhadas pelo país, que estavam fora das regiões supracitadas. Como podemos ver, apenas as produções no Chapare e nos Yungas de La Paz foram respeitadas, diferentemente das demais áreas produtoras de coca existentes no país.

A criminalização dos produtores de coca ocorreu em paralelo com a elevação da crise social. No início da década de 1990, 52,6% dos bolivianos estavam abaixo da linha da pobreza, e 23,0 % eram indigentes (CEPAL, 2006). Os indígenas eram os mais afetados pela inópcia. Em razão disso, organizaram mobilizações em diferentes lugares da Bolívia, das quais, duas merecem destaque.

A primeira foi a Marcha pela Dignidade e pelo Território, organizada pela Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB), em 1990, por meio da qual os indígenas reivindicaram o reconhecimento de aproximadamente dois milhões de hectares de terras e o fim da exploração da madeira por grandes empresas na região. Ambas as demandas foram atendidas pelo governo de Jaime Paz Zamora (1989-1993).

O aspecto mais importante dessa mobilização consistiu no fato de os indígenas do oriente boliviano, até então sem espaço na mídia boliviana e com parca capacidade organizativa, terem se apresentado como um movimento social com capacidade interlocução com os seus “irmãos” andinos (CAMARGO, 2006).

Outro episódio relevante ocorreu no ano de 1992, quando o Exército Guerrilheiro Tupac Katari (EGTK), liderado por Felipe Quispe e Álvaro García Linera, empreendeu ações na província de Omasuyos, que fica próxima da capital La Paz. Os *Ponchos Rojos*, como foram chamados os participantes, realizaram atentados contra redes de transmissão de eletricidade, oleodutos e sedes de grandes empresas nacionais e internacionais, principalmente contra aqueles considerados símbolos do neocolonialismo boliviano. Os membros do EGTK almejavam, a partir da utilização da luta revolucionária, “a reconstrução do território aimará de *Jach'a Uma Suyu (El Gran Omasuyo*, o território da água), que se estende até o Peru e o norte do Chile” (AZCUI, 2007, p. 2).

Ressaltamos que os governos de Paz Zamora, Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997) e Hugo Banzer (1997-2001) perpetuaram as políticas neoliberais, como no Equador e na Venezuela. O crescimento econômico, em torno de 3% ao ano nessa década, não promoveu melhorias sociais, e os índices mantiveram-se semelhantes aos do final da década de 1980 (CEPAL, 2006).

Em 1992, durante a Assembleia dos Povos Originários da CSUTCB, os indígenas e os camponeses debateram a constituição de um partido político que os permitissem disputar espaços institucionais. Os cocaleiros foram os principais entusiastas dessa possibilidade, que não foi aprovada em razão das divergências entre duas tendências: uma favorável à conquista do poder por meio da luta armada e outra defensora da ocupação dos espaços institucionais por meio das eleições (CAMARGO, 2006).

Em consequência de o instrumento partidário não ter se formado em 1992, o conjunto do movimento camponês decidiu, nas eleições do ano seguinte, pela participação eleitoral com a esquerda do país por meio do Eixo de Convergência Patriótica (ECP), aglutinador de grupos dissidentes do MIR e do PCB e de um partido surgido no cerne do movimento Guevarista, o Exército de Libertação Nacional (ELN). A

particularidade do ECP, denominado *Izquierda Unida* (IZ), residiu na significativa participação camponesa, inclusive do núcleo dirigente, como o ex-presidente da CSUTCB entre os anos de 1988 e de 1989, Juan de la Cruz Villca.

A proposta de criação de um partido foi consolidada em 1995, no congresso da CSUTCB, denominado *Tierra, Territorio e Instrumento Político*. No encontro, os delegados decidiram pela criação da *Asamblea por la Soberanía de los Pueblos* (ASP), posteriormente convertida em *Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos* (IPSP). Participaram da constituição da ASP os seguintes movimentos sociais: CSUTCB, CIDOB, Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia (CSCB) e Federação Nacional de Mulheres Campesinas Bartolina Sisa (FNMCB-BS). Nesse encontro, as entidades sociais aprovaram que a luta por uma Bolívia socialista, multicultural e comunitária consistiria no objetivo central do novo partido (PINTO e NAVIA, 2007).

A ASP elegeu quatro deputados federais em 1997: Evo Morales, Félix Sánchez, Néstor Guzmán e Román Loayza. A ocupação dos espaços institucionais por membros das entidades sociais acelerou-se a partir desse momento (CNE, 1997). Em 1998, foi criado o IPSP, embrião do MAS, partido de Morales e expressão política das principais organizações sociais bolivianas (STEFANONI e ALTO, 2006).

1.3.1. O Movimento Al Socialismo: importância política e princípios programáticos

A criação do MAS, partido que nasceu com um perfil antineoliberal e anti-imperialista, marcou um novo momento na trajetória política de Evo Morales e na ocupação dos espaços institucionais pelas organizações sociais indígenas. As referências ao socialismo estiveram vinculadas ao resgate do comunitarismo indígena, e a defesa da folha de coca conectou-se à reivindicação da soberania nacional. Com isso, Morales e as organizações sociais distanciavam-se da bandeira anticapitalista, assim como da tradição marxista (STEFANONI e ALTO, 2006).

O MAS surgiu para ser o instrumento de luta pelo poder político dos indígenas e dos camponeses, bem como para transpor as reivindicações dos movimentos sociais das *calles* para a institucionalidade. Além disso, apresentou-se enquanto agente político das demandas das organizações sociais e rechaçou as estruturas dos partidos tradicionais bolivianos (HARNECKER e FUENTES, 2008).

Para o MAS, as mudanças das instituições democráticas seriam consequência dos êxitos eleitorais, e o respeito à Constituição e à ordem democrática consistiu em uma das características centrais do partido ao longo de sua história. Mesmo nos períodos de intensa instabilidade política e de abertura de crises revolucionárias, que poderiam propiciar a conquista do poder por meio de luta armada, como em 2003, na Guerra do Gás, ou em 2005, nas mobilizações pela renúncia de Mesa, o MAS defendeu a saída constitucional e democrática.

A agremiação não se coloca como um guia do movimento social, mas como um aglutinador dessas entidades. Com isso, indígenas, camponeses, trabalhadores e jovens utilizam as *calles* como o espaço preferencial do agir político, e o MAS é o instrumento para a nortear essas lutas.

Um exemplo da união do partido com os movimentos sociais foi a constituição da *Coordinación Nacional del Cambio* (CONALCAM), entidade criada após o primeiro ano do governo de Morales. A articulação de um contínuo diálogo entre os movimentos sociais, o governo e os deputados masistas consistiu no objetivo principal do partido (CONSTIYENTE SOBERANA, 2007).

O MAS assumiu consignas que também estiveram presentes no chavismo e no correísmo, como, por exemplo, a defesa da nacionalização dos recursos naturais, a reestatização das empresas públicas privatizadas, o intervencionismo estatal na economia, o aumento do investimento público na área social, a realização de reforma agrária e a valorização da cultura indígena. Todos esses foram alguns dos principais pontos existentes no programa masista (MAS, 2005).

Destacamos, também, a defesa da Assembleia Constituinte, com o intuito de refundar a Bolívia, e a proposição da plurinacionalidade do Estado Boliviano, objetivando o respeito aos indígenas, sua autonomia e sua participação nas estruturas estatais. Do ponto de vista internacional, o MAS defende a integração sul-americana e a relação amistosa com os Estados Unidos, a Europa e a Ásia.

Além disso, igualmente ao Equador, existe a remissão ao socialismo do bem viver, cuja construção é defendida como um objetivo estratégico do MAS e do movimento social. Nesse sentido, a transição para o novo socialismo perpassa pelo desenvolvimento do capitalismo andino-amazônico, cujo seu eixo central fundamenta-se na intervenção estatal na economia, como veremos no Capítulo 3.

Com o surgimento do MAS, Evo Morales consolidou-se enquanto liderança política dos movimentos sociais. Por conseguinte, as acusações sobre a criminalização dos

produtores de coca, as críticas às medidas de cunho neoliberal, sobretudo aquelas direcionadas à venda da exploração dos recursos naturais a empresas transnacionais, e as denúncias de corrupção nas instituições do Estado tornaram-se centrais nos discursos do presidente e nortearam as ações dos movimentos sociais nas *calles* bolivianas.

1.3.2. O ciclo revolucionário boliviano

O ano de 2000 marcou o início do processo revolucionário boliviano, haja vista que o desagrado popular com as políticas de caráter neoliberal propiciou a eclosão de conflitos sociais. Consequentemente, diversos setores sociais uniram-se na revolução democrática, cultural e indígena, liderada por Evo Morales.

De abril de 2000 ao final de 2005, o país andino-amazônico ingressou em um processo de lutas políticas e sociais que engendraram a perda de legitimidade dos partidos políticos tradicionalistas e do ideário neoliberal. Com isso, o MAS, o presidente Evo Morales e as diversas entidades sociais organizaram a revolução e propuseram novas diretrizes político-econômicas para a Bolívia.

Destacamos que o enfraquecimento político da COB, sobre o qual se discutiu anteriormente, fez com que os movimentos indígena e camponês, bem como a FEJUVE de El Alto, fossem os líderes desse ciclo revolucionário boliviano. Dessa forma, as candidaturas de Evo Morales em 2002 e em 2005 simbolizaram o protagonismo desse bloco nas lutas políticas do país.

Além disso, ressaltamos que a etnia aimará se tornou o pilar central do projeto político do MAS. Segundo Linera (2006):

Diferentemente das outras comunidades indígenas, os aimarás criaram elites culturais capazes de estruturar discursos com capacidade de reinventar uma história autônoma, que, ligada ao passado, buscou um sistema de mobilização sindical de massas em torno das crenças políticas e culturais. Recentemente, surgiu uma liderança [Evo Morales] que simbolizou a expressão política da etnicidade. A identidade aimará é a mais antiga do território boliviano. Ela criou uma arquitetura de crenças e de discursos centrados no autogoverno e na identidade indígena. Esse grupo possui uma elite intelectual construtora de um discurso étnico que, por meio da rede sindical, foi apropriado por amplos setores populacionais, constituindo a única identidade de tipo nacional indígena na atualidade (LINERA, 2006, p. 11-1). (Tradução nossa.)

Destacamos uma série de acontecimentos nessa fase revolucionária. Em 2000, sucedeu a Guerra da Água em prol do combate popular à privatização da água, sem consulta à população, no departamento de Cochabamba, para o consórcio Aguas de

Turani (CONSTANCE, 2000). Entre 2000 e 2001, ocorreu um longo período de bloqueios de estradas e manifestações dos indígenas aimarás no departamento de La Paz. A razão principal para a mobilização desse setor residiu no combate à Lei do Serviço Nacional de Reforma Agrária (Lei INRA). Essa Lei foi instituída pelo governo Hugo Banzer, em 1996, com o objetivo de mudar a estrutura fundiária do país, imutável desde a Revolução de 1952. A partir da criação das terras comunitárias de origem, buscava-se o reconhecimento da propriedade de terras indígenas comunitárias e de pequenos camponeses, os quais ficaram isentos da cobrança de impostos. Entretanto, a Lei INRA não combateu a concentração de terras na Bolívia, sobretudo na região Oriental, e não impôs o financiamento estatal ao processo produtivo. Tais elementos levaram ao ciclo de mobilizações dos indígenas (STEFANONI e ALTO, 2006).

Em 2002, Evo Morales candidatou-se à presidência e ficou em segundo lugar, conquistando 20,94% dos votos. Naquela época, havia um mecanismo na Constituição boliviana acerca da decisão do pleito pelo parlamento caso um candidato não obtivesse mais de 50% dos votos. Como isso, Gonzalo Sánchez de Lozada foi eleito presidente pelos deputados e pelos senadores bolivianos. Nesse pleito, o MAS elegeu oito senadores e 27 deputados, consolidando sua força política no país (CNE, 2002).

O programa eleitoral do MAS foi semelhante ao do Polo Patriótico venezuelano, cujos aspectos centrais consistiram na reivindicação do nacionalismo econômico e da refundação das instituições estatais bolivianas. Além disso, as principais bandeiras do MAS foram: convocação de uma Assembleia Constituinte e nacionalização dos hidrocarbonetos (PINTO e NAVIA, 2007).

Nessa eleição, o MAS beneficiou-se do momento político propício para a apresentação de um novo projeto de sociedade. Entre 1999 e 2001, a crise socioeconômica ampliou-se: o PIB boliviano cresceu, em média, 0,7%, ao passo que o índice de pobreza aumentou, chegando a 63,9% (CEPAL, 2001). Esse cenário fez com que a população rechaçasse os partidos tradicionais, possibilitando a convergência, em torno do líder indígena, de frações da classe média, de setores da intelectualidade, da classe trabalhadora e do bloco indígena-camponês.

Durante o ano de 2003, ocorreram intensas lutas sociais na Bolívia que marcaram o ápice do ciclo revolucionário boliviano. Foram duas as principais causas: o repúdio popular à proposta de reforma trabalhista realizada pelo governo de Gonzalo Sánchez de Lozada e, principalmente, o rechaço à exportação de gás natural para os Estados Unidos e o México, através do Chile.

A iniciativa, apoiada entusiasticamente pelo governo, foi elaborada em janeiro de 2002 pelo consórcio Pacific LNG, composto pela Repsol YPF, pela British Gas e pela Petroleum. A síndrome de Potosí, uma referência aos séculos de exploração da prata do Cerro Rico de Potosí pelo Império Espanhol, e o nacionalismo antichileno propiciaram a repulsa popular a essa proposta governamental.

Em 20 de setembro de 2002, 500 mil pessoas manifestaram-se contra esse projeto na Bolívia e iniciaram a Guerra do Gás. Para tanto, as principais entidades sociais e sindicais uniram-se ao MAS, com o intuito de conquistar a nacionalização dos hidrocarbonetos, além de impedir a exportação de gás pelo Chile (ANDRADE, 2007).

Entre o final de setembro e a renúncia de Lozada à presidência, em 17 de outubro de 2003, assistimos a um conjunto de manifestações na Bolívia: o acesso a La Paz foi bloqueado, em virtude da ocupação das estradas pelas entidades sociais, bem como a rejeição popular à privatização do gás natural e a morte de 60 pessoas durante essa guerra isolaram o presidente boliviano. Por isso, foi obrigado a abdicar da presidência e fugir para os Estados Unidos (GOMEZ, 2004).

Carlos Mesa assumiu a presidência após a saída de Lozada. Nesse momento, o MAS consolidou-se enquanto principal força política de oposição ao neoliberalismo e ao *status quo* boliviano. O partido articulou um acordo com o novo presidente e criou a Agenda de Outubro, a qual previa os seguintes pontos: (i) convocação de uma Assembleia Constituinte; (ii) nacionalização dos hidrocarbonetos; (iii) realização de um referendo para que a população decidisse pela venda ou não de gás natural para os Estados Unidos e o México; e (iv) reforma agrária (SUAREZ, 2010).

Em 2004, o referendo foi realizado, e as cinco perguntas dessa consulta giraram em torno do apoio dos bolivianos à nacionalização dos hidrocarbonetos, como podemos constatar no seguinte excerto:

1 - Está de acordo com a revogação da Lei de Hidrocarbonetos nº 1.689 promulgada por Sánchez de Lozada?

2 - Está de acordo com a recuperação da propriedade de todos os hidrocarbonetos pelo Estado Boliviano?

3 - Está de acordo com a refundação da Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, recuperando a propriedade estatal das empresas petrolíferas capitalizadas, de maneira que o Estado possa participar em toda a cadeia produtiva dos hidrocarbonetos?

4 - Está de acordo com a política do presidente Carlos Mesa em utilizar o gás como um recurso estratégico para o logro de uma saída útil e soberana ao Oceano Pacífico?

5 - Está de acordo com que a Bolívia exporte gás no marco de uma política nacional que cubra o consumo de gás de bolivianos e bolivianas, fomente a industrialização de gás em território nacional, cobre impostos ou regalías de

empresas estrangeiras, chegando ao valor de 50% da produção de gás e de petróleo a favor do país, e destine os recursos da exportação e industrialização de gás, principalmente para a educação, a saúde, estradas e o emprego? (CNE, 2004, p. 1). (Tradução nossa.)

Nas três primeiras, mais de 80% dos bolivianos votaram “sim”; já nas duas últimas, o êxito ocorreu com 60% dos votos. Apesar de reivindicar o intervencionismo estatal no setor dos hidrocarbonetos, Carlos Mesa não atendeu às exigências populares. Em virtude disso, ocorreram novas mobilizações sociais.

O cenário político boliviano assemelhou-se ao de 2003, em que a nacionalização dos hidrocarbonetos e a Assembleia Constituinte se tornaram a principal bandeira das entidades sociais. Em junho de 2005, Mesa foi obrigado, pelas pressões populares, a renunciar à presidência. Assim, as eleições presidenciais foram antecipadas de 2006 para dezembro daquele ano.

O programa eleitoral do MAS concentrou-se nas demandas surgidas durante o ciclo revolucionário, cujos eixos norteadores foram: a nacionalização dos recursos naturais; a realização da reforma agrária; a convocação da Assembleia Constituinte; o respeito ao cultivo da folha de coca e às tradições indígenas; e a defesa da soberania nacional. Os elementos programáticos eram semelhantes aos de 2002 e aos defendidos por Chávez e Corrêa à época de suas respectivas eleições.

Em dezembro de 2005, Evo Morales, o primeiro presidente indígena da história boliviana, foi eleito com 53,7% dos votos. Durante a fase democrática do país, nenhum candidato conquistou essa porcentagem de votos. Dessa forma, pela via eleitoral, o MAS conseguiu reconfigurar o cenário político boliviano.

Ao assumir o mandato na Porta do Sol de Tiwanaku, em janeiro de 2005, antes da posse oficial, Morales comprometeu-se com as mudanças sociopolíticas na Bolívia. A valorização da cultura indígena, o ciclo de nacionalizações dos recursos naturais, o intervencionismo estatal na economia e a Assembleia Constituinte consistiram nas principais transformações perpetradas pelo evismo, atendendo, assim, às reivindicações das entidades sociais bolivianas.

A heterogeneidade da frente eleitoral que apoiou Evo Morales se expressou em seu primeiro gabinete ministerial. O caráter antineoliberal e anti-imperialista do projeto masista levou à aglutinação de distintas tradições políticas e grupos sociais, como afirmamos anteriormente. Com isso, esse gabinete ministerial reuniu representantes dos

movimentos sociais, intelectuais e até um empresário, Salvador Ric Riera, que ficou encarregado da pasta de Obras e Serviços Públicos (CUBA ROJAS, 2006).

O dia 1º de maio marcou o primeiro ato de grande simbolismo da gestão de Morales, pois a maior reivindicação dos bolivianos foi atendida. O governo, por meio do decreto nº 28.701, denominado Heróis do Chaco, nacionalizou a exploração dos hidrocarbonetos bolivianos. A medida foi legitimada no referendo de julho de 2004, marcado, como vimos, pelo apoio popular à nacionalização dos hidrocarbonetos.

A retomada do controle estatal da produção de gás e de petróleo não anulou a possibilidade de participação do setor privado na exploração desses recursos naturais. No entanto, diferentemente do que ocorria até aquele momento, a divisão dos lucros alterou-se. A partir do decreto, o Estado arrecadaria 82%; enquanto as companhias privadas, 18%.

Em relação aos recursos naturais, outro ato emblemático da gestão de Morales consistiu na ruptura do contrato com a Águas del Illimani, filial da transnacional Suez, que atuava na região de El Alto. Desde a Guerra da Água, em 2000, a nacionalização desse recurso também era uma das principais demandas dos movimentos sociais bolivianos, na medida em que o controle da água pelo Estado era fundamental. Esse processo de nacionalização da Águas de Illimani iniciou-se no segundo semestre de 2006 e foi finalizado no início de 2007.

Além disso, outro ponto central do programa masista consistiu na instauração da Assembleia Constituinte, iniciada em agosto de 2006, cuja realização dividiu a Bolívia, conforme já mencionamos. Ao contrário do esperado no momento dessa instituição, o órgão colegiado somente foi dissolvido em janeiro de 2009, quase dois anos após o previsto (MACIEL, 2007).

Em virtude de o MAS não ter alcançado 2/3 dos constituintes, o funcionamento da Assembleia Constituinte ficou travado, uma vez que o decreto de convocação previa que as leis deveriam ser aprovadas por maioria absoluta. Dessa forma, o MAS e os aliados alcançaram 50,7% das cadeiras, mas não a maioria absoluta.

O ano de 2006 foi o primeiro da revolução democrática e indígena, e o processo de transformação boliviana apenas se iniciava. As medidas nacionalistas de Morales e a possibilidade de reforma agrária exacerbaram as disputas entre o governo e a oposição, concentradas na *medialuna* boliviana (departamentos de Beni, Pando, Tarija e Santa Cruz de la Sierra). Entre 2007 e 2008, os confrontos intensificaram-se, levando a Bolívia a um cenário de guerra civil.

Ao longo de 2007, os conflitos entre governistas e opositores concentraram-se no interior da Assembleia Constituinte, na qual os seguintes temas se fizeram presentes: autonomia departamental ou indígena; tipo de modelo econômico a ser implantado; caráter da democracia; controle e distribuição de recursos financeiros estatais; capital em Sucre ou La Paz; entre outros.

Nessa época, havia dois projetos autonômicos: um defendido pelo MAS, que propunha a concessão de autonomia central aos municípios e às comunidades indígenas; e outro reivindicado pelas elites dirigentes da *medialuna* boliviana, que aspiravam a autonomia departamental. Esses dois modelos de autonomia podem resumir-se da seguinte forma:

- (i) Indígenas: exigiam o direito ao autogoverno, como a expressão da autodeterminação das nações indígenas originárias, e demandavam que a autonomia fosse construída em territórios habitados por coletividades descendentes dos povos autóctones, para que, assim, vivessem de acordo com suas tradições culturais.
- (ii) Departamentais: intencionavam conquistar maior autonomia administrativa e pleiteavam um controle maior da arrecadação oriunda dos recursos naturais, o manejo independentemente das instituições departamentais e a eleição de governadores. Além disso, repudiavam a proposta autonômica dos indígenas, pois acreditavam que levaria ao autogoverno, prejudicando, dessa forma, a integridade administrativa dos departamentos.

Em junho de 2007, uma comissão de parlamentares da Constituinte ratificou a proposta plurinacional do masismo, isto é, incluiu-se, nas Constituições boliviana e equatoriana, a plurinacionalidade, por meio da qual se almejaram garantias constitucionais aos indígenas e a incorporação de suas tradições e seus costumes às novas Cartas Magnas. Reagindo a isso, a Junta Autonômica, constituída por representantes dos departamentos de Beni, Pando, Tarija e Santa Cruz de la Sierra, convocou uma resistência civil e conclamou as Forças Armadas para defender a autonomia departamental.¹

¹ *Cuatro regiones autonomistas organizan una resistencia civil*. Disponível em: www.la-razon.com. Acessado em: Jun/2007.

As Forças Armadas rechaçaram o levante da Junta Autonômica e ficaram ao lado do governo. Segundo o General Wilfredo Vargas, comandante das FFAA naquela época, a instituição defenderia a integridade territorial da Bolívia e a gestão de Evo Morales. Da mesma maneira, também alertou que não se permitiriam levantes armados, divisão do país ou movimentos separatistas.²

A proposta de Estado plurinacional dividiu a Bolívia. Em meados de 2007, o governo e os dirigentes departamentais realizaram mobilizações a fim de buscar o rechaço ou o apoio a seus projetos de autonomia. As disputas ficaram tão tensas que, em dezembro, uma nova Carta Magna foi aprovada pela Assembleia Constituinte, mas sem a presença dos deputados opositores ao mesmo. Nessa ocasião, em vez de 2/3 do total de deputados para a aprovação do texto constitucional, o MAS mudou o regimento interno e subscreveu a necessidade de 2/3 dos presentes. Assim, os masistas abriram o caminho para a consolidação da maior reivindicação dos movimentos sociais, ou seja, a mudança da Constituição.

Essa situação agravou as disputas entre o governo e os opositores, por isso a implantação definitiva da nova Constituição ocorreu apenas em fevereiro de 2009, após sua aprovação em um referendo.

A comemoração do dia do trabalhador foi marcada por mais um ciclo de nacionalizações. A COMIBOL reassumiu o controle da prospecção, da exploração, da concentração, da fundição e do refino dos minérios.³ Quanto à área petrolífera, Morales decretou a nacionalização da exportação e do comércio interno de petróleo, gasolina e derivados, relegando a exclusividade dessas atividades à empresa Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB).

Essa medida afetou a PETROBRAS, principal investidora que perdeu duas importantes refinarias na Bolívia, uma em Cochabamba (Gualberto Villaroel) e outra em Santa Cruz de la Sierra (Guillermo Elder Bell). Destacamos que os bolivianos indenizaram o Brasil pela nacionalização, pagando US\$112 milhões pelas duas refinarias. Em um pronunciamento, Morales afirmou que a “Bolívia marca uma nova história no

² *Las FFAA no permitirán la división.* Disponível em: www.la-razon.com. Acessado em: Jun/2007

³ *La nacionalización minera en tiempos de Evo Morales Ayma.* Disponível em: <http://www.comibol.gob.bo/noticia/128-La-nacionalizacion-minera-en-tiempos-de-Evo-Morales-Ayma> Acesso: Agosto/2012.

processo de recuperação dos recursos naturais, de algumas empresas estatais leiloadas e vendidas a empresas estrangeiras”.⁴

Além disso, ressaltamos que o governo Morales renegociou o preço pago pelos brasileiros ao gás natural boliviano, e o valor foi elevado em quatro vezes.⁵ Com mais esse ciclo de nacionalizações, o governo Morales cumpria a principal reivindicação dos movimentos sociais ao longo da revolução iniciada em 2000, ou seja, o controle estatal dos recursos naturais.

Em agosto de 2008, Evo Morales foi ratificado presidente com 68% dos votos, assim como, no mesmo referendo, os chefes dos executivos departamentais da *medialuna* foram ratificados em seus respectivos cargos. Portanto, os resultados da consulta demonstraram que a população desejava a continuação do projeto antineoliberal e anti-imperialista encabeçado por Morales, mas ansiavam por maior autonomia administrativa para os departamentos bolivianos (OEP, 2009). Com isso, a oposição e o governo foram obrigados a negociar.

Em setembro de 2008, o departamento boliviano de Pando foi palco de violentos conflitos. Paramilitares, financiados pelo governo de Leopoldo Fernández, mataram 18 apoiadores do evismo e feriram aproximadamente 40. Esse episódio levou Fernández à prisão e ao veemente apoio das nações sul-americanas ao evismo, isolando, dessa forma, a oposição da *medialuna*.

A União das Nações Sul-americanas (UNASUL) defendeu o governo de Evo Morales, a unidade territorial boliviana e a democracia. Entretanto, a condenação do massacre e o apoio incondicional ao governo boliviano isolaram grupos separatistas dos departamentos da *medialuna*. Assim, a Unasul intermediou acordos entre o governo e a oposição.

Dessa forma, após dois anos e três meses, cerca de 20 mortos, dezenas de feridos, ameaças de guerra civil e de cisão territorial, uma nova Carta Magna foi aprovada. Aproximadamente 100 pontos foram modificados pela comissão parlamentar responsável por alinhar as reivindicações dos variados setores.

A conciliação do MAS com os opositores em relação ao tamanho máximo da propriedade agrícola dividiu o partido. No referendo de janeiro de 2009, o tamanho máximo estabelecido para as propriedades agrícolas produtivas foi de cinco mil hectares;

⁴ *Bolivia compra de Brasil las refineras en \$us 112 millones*. Disponível em www.la-razon.com. Acesso em: 09/05/07.

⁵ *Acuerdo de Cuiabá generará mayores ingresos para el país*. Disponível em: www.eldiario.net. Acesso em: Fev/2007

porém, esse limite começaria a valer após a aprovação da Carta Magna. A expropriação dos grandes produtores rurais, ponto central para a base social do evismo, não foi aprovada.

A possibilidade de uma guerra civil, cujo clímax ocorreu no mês de setembro, fez com que Morales e seus assessores vissem a necessidade de negociar com a oposição, inclusive para retirar-lhe a culpa por um conflito entre as regiões, o qual, sem sombra de dúvidas, seria péssimo para o governo.

Em janeiro de 2009, a nova Constituição foi aprovada com 61% dos votos; e, em dezembro, Morales foi reeleito presidente com o sufrágio de 64% dos eleitores. O apoio popular à revolução democrática, cultura e indígena consolidou-se após quase uma década de intensos conflitos sociais (OEP, 2009).

Embora o MAS tenha adotado medidas que transformaram as realidades socioeconômica e política da Bolívia, como, por exemplo, os impactos das transformações políticas realizadas pela Constituinte, como veremos no Capítulo 2, alguns dados devem ser sublinhados para visualizarmos as mudanças bolivianas.

Os êxitos eleitorais de Morales entre 2008 e 2010 derivaram das transformações socioeconômicas realizadas pelo governo. A distribuição de renda para a população mais pobre foi impulsionada pela criação de dois programas sociais: (i) Bônus Juancito Pinto, que consiste no pagamento de 200 bolivianos mensais para, aproximadamente, 1,8 milhões de crianças que frequentam as escolas; e (ii) *Renta Dignidad*, que se refere ao pagamento de 200 bolivianos mensais, para maiores de 60 anos sem aposentaria, e de 150 bolivianos para os aposentados. Somados, esses programas beneficiaram em torno de 1/4 da população boliviana e contribuíram, decisivamente, para a diminuição da pobreza no país.

As transformações sociais estão associadas às mudanças econômicas provocadas pelo fortalecimento da ação estatal nesse setor. Em razão disso, tivemos as nacionalizações nos setores mineiros e dos hidrocarbonetos, responsáveis por elevar, em três vezes, a arrecadação estatal (LINERA, 2012), as nacionalizações da ENTEL (empresa de telecomunicação), em 2008, e de 75% do setor elétrico, com a criação da Empresa Nacional de Eletricidade (ENDE); e a formação da Boliviana de Aviação (BOA).

Com isso, o governo teve condições de ampliar os investimentos públicos, que quadruplicaram entre 2003 e 2009, e realizar as reformas socioeconômicas defendidas pelo evismo, como, por exemplo, a distribuição de moradias, a construção de escolas,

entre outras (LINERA, 2012). Cabe ressaltar que as limitações deste capítulo não nos permitem analisar todas as mudanças, por isso, priorizamos as modificações sociais e econômicas promovidas pelo governo Morales.

Em outubro de 2011, ocorreram eleições diretas para os membros dos Tribunais Constitucional, Supremo de Justiça e Agroambiental, bem como para o Conselho de Magistratura. Fato inédito na América do Sul, essa eleição foi considerada, pelo evismo, um dos principais símbolos do processo de transformação das instituições estatais, inaugurado pela Constituição aprovada em 2009.

A oposição boliviana transformou essa eleição em uma espécie de plebiscito sobre o governo Morales. Por isso, pregou o voto nulo, buscando deslegitimar o pleito para o judiciário e demonstrar um possível enfraquecimento político de Morales. Apesar da participação de 80% dos eleitores, o número de votos brancos e nulos foi alto, aproximadamente 60% (Informe Latinobarómetro, 2011).

Essa votação expressou a primeira derrota eleitoral do evismo, que trabalhou intensamente pela participação popular no evento, embora os 60% de votos não válidos não tenham anulado o caráter histórico dessa consulta. O sufrágio para o Poder Judiciário foi memorável por representar a exacerbação dos instrumentos democráticos e participativos, principalmente se levarmos em consideração o caráter conservador e não democrático das instituições judiciais sul-americanas.

Essa derrota também demonstrou o enfraquecimento político de Morales, haja vista que os índices de aprovação do presidente variaram entre 40% e 50% (Informe Latinobarómetro, 2011), bem abaixo do percentual nas eleições em 2009. O aumento no preço dos combustíveis, o repúdio pelos trabalhadores urbanos ao governo, como, por exemplo, professores e profissionais da saúde, e as tensões com grupos indígenas do oriente, que se mobilizaram contra a construção de uma estrada entre os departamentos de Beni e Cochabamba, pelo interior do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS), são fatores que ajudam a compreender a diminuição da aprovação ao masismo durante os últimos três anos.

1.4. Consolidação democrática e neoliberalismo no Equador (1979-1990)

Como a Bolívia e a Venezuela, a década de 1980 no Equador foi marcada pela crise econômica e pelo início da adoção dos paradigmas neoliberais. A alta inflação, a diminuição do valor das matérias-primas exportadas e as dificuldades para o pagamento

da dívida externa, que saltou de US\$364 milhões para US\$6 bilhões, fizeram com que o governo de Osvaldo Hurtado (1981-1984) inaugurasse a aplicação das políticas neoliberais, perpetuadas pelas administrações civis subsequentes (URQUIDI, 2007).

Com isso, o Estado cedeu a construção e a administração da infraestrutura física, bem como a exploração dos recursos naturais e das empresas públicas, ao setor privado. Por conseguinte, estabeleceram-se leis para a proteção dos investimentos e dos subsídios governamentais para a produção e a proteção do mercado interno (ACOSTA, 2006).

Objetivando proteger o empresariado nacional da crise econômica, evitando o fechamento de empresas e a elevação do desemprego, o governo Hurtado implantou a denominada sucretização. Com essa medida, o Estado equatoriano previu assumir as dívidas contraídas de credores internacionais pelo setor privado, impedindo, assim, o alto endividamento do empresariado em virtude da desvalorização da moeda nacional, o Sucre (ACOSTA, 2006).

A proposta de sucretização, a elevação do desemprego e o aumento da desigualdade social originaram mobilizações contra a gestão de Hurtado, as quais foram organizadas pela Frente Unitária de Trabalhadores (FUT), por entidades estudantis e pelo movimento guerrilheiro Alfaró Vive!, surgido no princípio da década de 1980.

O sucessor de Hurtado, León Febres-Cordero (1984-1988), perpetuou a aplicação das reformas neoliberais e renegociou, com o Estado, o prazo para o pagamento da dívida do setor privado. Não obstante, a crise econômica manteve-se em virtude da ampliação da dívida externa e da queda do preço internacional do petróleo e de outras matérias-primas na segunda metade da década de 1980 (ACOSTA, 2006). Essa instável conjuntura econômica contribuiu para o desgaste político do governo Leon Febres-Cordero, quadro que se exacerbou com a continuação das mobilizações de trabalhadores urbanos e das ações armadas do movimento Alfaró Vive!.

Posteriormente, Rodrigo Borja Cevallos, do partido Esquerda Democrática, chegou à presidência em 1988, cuja eleição representou a esperança de retomada do crescimento econômico do Equador e a estabilização política em virtude do apoio recebido por setores da burguesia, da classe média e dos trabalhadores urbanos. Seu programa de governo propôs reformas socioeconômicas e representou a esperança de melhorias nas condições de vida para os equatorianos em um cenário de distúrbios econômicos.

Contudo, o governo de Cevallos foi marcado pela dualidade. Por um lado, desenvolveu programas sociais, como, por exemplo, a massiva campanha de alfabetização, e estabeleceu negociação com as organizações da sociedade civil, ao

contrário do antecessor, que fora acusado de violações aos direitos humanos, inclusive pela anistia internacional. Além disso, estabeleceu-se o diálogo para o fim da luta armada com o movimento Alfaro Vive!. Por outro lado, iniciou a retirada de direitos trabalhistas por meio de uma reforma na legislação (MORA, 2002).

O *Plano Nacional de Desenvolvimento* da gestão de Cevallos não retirou o Equador da instável situação econômica. Ao contrário, contribuiu para o desgaste político do socialdemocrata, cuja administração manteve as diretrizes macroeconômicas anteriores e beneficiou o ingresso de capital estrangeiro, incentivado pela adoção do câmbio livre (ACOSTA, 2006).

Esse governo almejou maior autonomia na atuação internacional do Equador. Nesse sentido, a política externa fundamentou-se no multilateralismo e aspirou afirmar a presença do país na região andina, na América Central e no Caribe, com o intuito de conquistar acordos comerciais (BAEZ, 1995).

Como parte desse processo, ocorreram diversos fatos: o restabelecimento das relações diplomáticas com a Nicarágua, a acolhida a representantes da *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional* (FMLN) e o fortalecimento da atuação do país no Pacto Andino e na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Paralelamente, tivemos a manutenção dos pactos comerciais e políticos com os Estados Unidos.

À medida que o desemprego e as privatizações foram aprofundados, assistimos a mudanças no protagonismo das lutas sociais no país. Entidades sindicais tradicionalistas, como a FUT, foram suplantadas, sobretudo, por organizações indígenas e camponesas. Esse cenário também ocorreu em nações vizinhas dos equatorianos, como a Bolívia e o Peru.

A partir de então, e até meados dos anos 2000, a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE), fundada em 1986, tornou-se fundamental na cena política do país. Essa organização reúne povos e comunidades indígenas e considera-se herdeira da resistência autóctone durante o período colonial e no período após a emancipação. Em virtude da exclusão socioeconômica e política dos indígenas, a entidade incorporou personagens, símbolos e deuses da cultura pré-colombiana a suas consignas políticas. Além disso, modificou o repertório das imagens políticas utilizadas entre partidos e movimentos sociais, resgatando a memória dos indígenas e de seus heróis contra a colonização espanhola.

Adicionalmente, embora o programa da CONAIE não reivindique o socialismo do século XXI, o combate ao neoliberalismo e a retórica anti-imperialista são fundamentais nessa organização. Além disso, prevê a radicalização da democracia por meio da exacerbação dos instrumentos de participação política (referendos, plebiscitos, auto-organização comunitária para a gestão de recursos públicos etc.), bem como por meio da defesa dos territórios indígenas, dos recursos naturais e da educação bilíngue (CONAIE, 2010).

Em maio de 1990, essa organização surpreendeu o povo equatoriano ao realizar uma manifestação contrária às condições de vida dos indígenas, em repúdio aos casos de corrupção nas instituições democráticas durante a década de 1980 e, por fim, pelo reconhecimento da cidadania cultural e étnica dos autóctones.

Com esse levante, a CONAIE demonstrou capacidade de mobilização das bases sociais. O reconhecimento étnico, a igualdade cidadã, no que diz respeito à equidade no acesso aos serviços públicos, e a conquista de melhorias sociais por conta dos anos de exclusão e não reconhecimento, como reforma agrária, por exemplo, eram os pontos mais destacados e requeridos pela organização indígena.

A partir dessa sublevação indígena, o Equador ingressou em um período de instabilidade política, marcado pela ocorrência de levantes sociais e quedas sucessivas de presidentes. O desgaste popular com as reformas neoliberais, ampliadas na década de 1990 e cujo clímax fora a dolarização da economia, o aumento da pobreza e as denúncias de corrupção levaram à diminuição da legitimidade das instituições democráticas. Com isso, o país ingressou em uma fase de insurreições populares e rupturas institucionais, que culminaram na chegada de Rafael Corréa à presidência do Equador ao final de 2006.

1.4.1. Insurreições populares e crises políticas entre 1992 e 2003

O último ano do governo de Sixto Durán Ballén (1992-1996) marcou o início de um período em que se conjugaram insurreições populares e crises políticas. A eleição do nacionalista Rafael Corréa à presidência foi fruto desses processos. Entre os anos de 1996 e de 2006, cinco presidentes tiveram o mandato interrompido por conta das mobilizações populares. Assim como na Bolívia, as ruas foram o cenário da revolução.

A partir de 1996, a *política de la calle*, participativa e rebelde, fez-se presente no Equador. Nas ruas, indígenas, classe média, estudantes e trabalhadores misturaram-se em mobilizações que tiveram, nos discursos de suas lideranças e no agir político, o objetivo

de denunciar os atos corruptos de figuras proeminentes da política equatoriana e lutar por melhores condições de vida (HARNECKER, 2011).

A democracia representativa equatoriana e suas instituições sofreram com a perda de legitimidade. Consequentemente, os projetos políticos das entidades sociais, suas ações *callejeras* e as diretrizes programáticas do partido do atual presidente Rafael Corrêa, o Alianza País, apresentaram, por vias e caminhos distintos, a necessidade de radicalização da democracia equatoriana, a reformulação das instituições e o combate à miséria como prioridades.

A intensificação dos protestos sociais e o ingresso do país em uma fase revolucionária, no ano 2000, associam-se à união de cinco conjuntos de fatores: (i) contraposição entre a democratização política da sociedade equatoriana e a erosão do sentimento de pertença à comunidade política; (ii) repulsa ao neoliberalismo e às propagadas reformas modernizadoras da economia equatoriana; (iii) busca de direitos sociais por grupos étnicos e afrodescendentes; (iv) aversão à corrupção e contestação ao funcionamento da institucionalidade equatoriana; e (v) desejo de reformas socioeconômicas (GALARZA, 2009).

Em 1999, 63,5% da população urbana do país viviam na pobreza, dos quais 31,3% eram indigentes. No campo, a situação era análoga à das cidades. Esses dados explicam as razões para o cenário político equatoriano ter sido permeado por uma década de rebeliões sociais. Por conseguinte, a manutenção das reformas neoliberais levou à queda de presidentes e à proeminência de organizações sociais e de lideranças políticas de esquerda.

A postergação das reformas neoliberais entre a década de 1990 e o início do século XXI teve dupla consequência: (i) a crise política foi aprofundada, propiciando a perda de legitimidade e de capacidade de negociação política dos grupos dominantes; e (ii) ampliou-se o trânsito para o aparecimento de demandas ligadas aos grupos étnicos, articuladas com a luta contra o neoliberalismo (GUARDERAS, 2001).

As gestões dos presidentes Abdalá Bucaram (1996-1997) e Jamil Mahuad (1998-2000) simbolizaram o auge da aplicação do neoliberalismo. A dolarização da economia, iniciada incipientemente por Bucaram e implantada com efetividade por Mahuad, simbolizou a adoção do neoliberalismo e diminuiu a competitividade da economia do Equador. Além disso, a agenda neoliberal desses dois governos foi marcada por processos de privatizações, aumento das tarifas dos serviços públicos e liberalização do sistema financeiro (GALARZA, 2009; ACOSTA, 2006).

As reformas neoliberais ampliaram a exclusão social, o que contribuiu para a perda de legitimidade dos governos de Bucaram e Mahuad. Ambos os presidentes foram afastados do cargo em virtude das pressões sociais ocorridas nas *calles* equatorianas, rebeliões apoiadas por frações significativas da sociedade civil (HARNECKER, 2011).

Igualmente, intensificou-se a batalha pelo atendimento às demandas sociais e políticas do movimento indígena. Nesse sentido, a CONAIE liderou mobilizações e apresentou um programa político que continha críticas ao neoliberalismo, reivindicações étnicas e proposição de reformas socioeconômicas.

As mobilizações contra Bucaram reuniram grupos médios urbanos, trabalhadores liderados pela FUT e indígenas equatorianos. A perda de legitimidade do governo desencadeou a composição de uma frente partidária de oposição que congregou o Partido Social Cristão, os centristas Democracia Popular e Esquerda Democrática, o esquerdista Movimento Popular Democrático e o Pachakutik, braço político da CONAIE.

Os movimentos sociais mobilizados durante os meses de novembro e fevereiro de 1996, além de exigirem a saída de Bucaram, apresentaram a seguinte pauta de reivindicações: (i) não privatização da seguridade social e das áreas estratégicas da economia; (ii) reconhecimento da plurinacionalidade do país; (iii) respeito aos direitos humanos e trabalhistas; e (iv) convocação de uma Assembleia Constituinte para reformar a Carta Magna de 1979 (PARGA, 2009).

A queda de Bucaram foi seguida da realização da Assembleia Constituinte, fruto da convergência de interesses entre as organizações sociais e partidárias. Entretanto, a nova Constituição foi contraditória, uma vez que institucionalizou o reconhecimento dos direitos coletivos dos povos indígenas e dos negros, isto é, a aceitação do Equador como Estado plurinacional e pluriétnico; porém, implantou a possibilidade de privatização dos recursos naturais, anteriormente proibida.

A nova Carta Magna permitiu a existência de candidaturas independentes e revogou a obrigatoriedade de pertencimento a um partido político. Conseqüentemente, esse fato debilitou o sistema partidário e criou um fenômeno que distorceu a politização e participação cidadã no Equador. O personalismo político foi ampliado, e a confusão entre os limites do público e do privado foi estabelecida. Com isso, a democracia ficou desgastada, possibilitando uma nova onda de manifestações (PARGA, 2009; DÁVILA, 2004).

Legitimado pelo processo constituinte e pela vitória nas urnas, Jamil Mahuad, do Partido pela Democracia Popular (PDP), acelerou os ajustes neoliberais no Equador,

beneficiando os exportadores e o setor financeiro. Esse governo manteve as privatizações, sustentadas na Constituição equatoriana, aperfeiçoou a dolarização da economia e cortou os gastos sociais.

Entre janeiro e março de 1999, Mahuad adotou um conjunto de medidas que levaram o país à paralisia econômica, como, por exemplo, o fato de o imposto de renda ser substituído por uma taxa de 1% sobre a circulação de capitais. Além disso, esse governo congelou os depósitos bancários e elevou o preço da gasolina. A medida de abolir o imposto de renda justificou-se pela tentativa de evitar uma hiperinflação, decorrente do auxílio público a bancos privados em estado de solvência, em razão da fuga de capitais (cerca de US\$84 milhões) e para combater o déficit fiscal, na casa de US\$1,2 bilhões em março de 1999 (CREAMER, 1999,).

Essas estratégias fizeram com que a aprovação do governo girasse em torno de 16%. Com isso, assistimos a uma onda de manifestações sociais que reuniram sindicatos e organizações indígenas durante o ano de 1999. A desobediência civil ao governo de Mahuad e a utilização das *calles* como o espaço do agir político das camadas sociais insatisfeitas com as reformas neoliberais foram a resposta do movimento social à perpetuação da crise da socioeconômica e das reformas neoliberais (HARNECKER, 2011).

Em janeiro de 2000, diante de mais uma onda de insurreições contra o governo, Mahuad implantou a dolarização. Esse último ato culminou em sua renúncia no dia 21 desse mês. Para tanto, sindicatos, entidades indígenas, classe média e setores empresariais intensificaram as mobilizações com o objetivo de conquistar essa abdicação.

As palavras de ordem do movimento social giraram em torno de alguns eixos: rechaço à dolarização da economia; reivindicação de um plebiscito para que a população decidisse o futuro político e econômico do Equador; renúncia de Mahuad; dissolução do Congresso e do Poder Judiciário (CATALINA e GALARZA, 2009).

Além disso, as insurreições reivindicaram o surgimento de instrumentos de controle popular sobre os rumos políticos do país. Antes de renunciar, Mahuad já não governava. O movimento social criou um poder autônomo, o *Parlamento de los Pueblos del Ecuador*, que pleiteou o exercício da governança direta e contou com, aproximadamente, 800 integrantes. Protestos sindicais foram vistos nas principais cidades equatorianas, como Guayaquil e Quito. Paralelamente, a CONAIE organizou uma greve geral e uma marcha indígena-camponesa nas principais cidades equatorianas (AZNAREZ, 2000).

Essa entidade foi fundamental para as lutas desse período. Às vésperas do golpe militar que depôs Mahuad, liderado pelo Coronel Lucio Gutiérrez, futuro presidente do país entre 2003 e 2005, cerca de sete mil indígenas acamparam em Quito, exigindo a renúncia do governante.

A abdicação de Mahuad propiciou a aliança entre militares e indígenas, amparada na coordenação dos movimentos sociais. As aspirações nacionalistas e o rechaço ao neoliberalismo foram os principais eixos programáticos dessa união, tendo em vista os seguintes pontos: (i) rechaço aos tradicionais partidos políticos e à democracia representativa, caracterizada como “importada” e disfuncional aos valores culturais equatorianos; (ii) reivindicação da soberania política e econômica do país; (iii) exaltação dos indígenas e dos mestiços; e (iv) condenação do neoliberalismo (LASCANO, 2000).

Diferentemente das mobilizações de 1997 e de 1999, as jornadas de janeiro de 2000 apresentaram maior unicidade entre os sindicatos urbanos e a CONAIE, além de contar com o apoio dos militares. As estratégias e as pautas pleiteadas, que possibilitaram o desgaste e a deposição de Mahuad, foram articuladas entre essas forças sociais.

Com essas bandeiras, as organizações sociais desgastaram o governo Mahuad e permitiram mobilizações com um caráter antissistêmico, visualizando o ataque à estrutura estatal equatoriana. A perda de legitimidade dos partidos e dos três poderes alargou a base social das rebeliões contra o *status quo*, a partir da conquista de apoio da sociedade civil (PRIETO, 2009).

A apresentação dessas propostas serviu para que as bandeiras de radicalização da democracia e de transformação institucional ficassem arraigadas na sociedade equatoriana. As seguidas manifestações populares e a manutenção de crises políticas entre 2000 e 2006 demonstraram que o movimento contra Mahuad potencializou o ciclo revolucionário equatoriano, culminando na eleição de Rafael Corrêa em dezembro de 2006.

A incapacidade dos mandatários desse período (Gustavo Noboa, Lucio Gutiérrez e Alfredo Palacio) em romper com o neoliberalismo e implantar as “bandeiras revolucionárias” apresentadas em 2000 (radicalização da democracia, participação cidadã, maior distribuição de renda, soberania nacional etc.) auxiliou na compreensão das razões para a permanência das crises institucionais e o início da revolução cidadã em 2007.

A deposição de Mahuad não foi seguida da instauração de um governo que representasse as entidades populares, por isso atendimento às demandas sociais ficou

distante. Embora o presidente tenha mudado, o panorama de ajuste neoliberal, de corrupção e crises políticas conservou-se no governo de Gustavo Noboa (2000-2003), que manteve a dolarização da economia. Durante esse governo, inexisteram alterações nos rumos socioeconômicos e políticos, por isso, a partir do final de 2000 e do início de 2001, ocorreram novas lutas nas *calles* equatorianas.

Tais lutas tiveram, nos movimentos sociais urbanos e rurais, agentes fundamentais, porém não conseguiram consolidar uma direção política capaz de liderar um projeto autônomo. Essas entidades tiveram um alto poder de resistência aos efeitos socioeconômicos das reformas neoliberais e à estrutura política clientelista do Equador, mas não foram capazes de edificar um projeto político unitário que aglutinasse as consignas populares presentes nas ruas equatorianas (CATALINA e GALARZA, 2009).

Não foi criado um partido político organizado e representativo dos variados grupos sociais que pudesse direcionar as rebeliões *callejeras* para a construção de um projeto político alternativo àqueles apresentados pelos partidos tradicionais. Tal hipótese comprovou-se nas eleições de Lucio Gutiérrez (2002) e Rafael Corrêa (2006), figuras que não foram militantes do movimento social equatoriano, mas que, apesar disso, tiveram condições de conduzir as entidades sociais nos períodos eleitorais.

Ressaltamos que a CONAIE foi incapaz de ampliar o lastro social de sua agremiação, o Pachakutik. O discurso político radicalizado em torno de bandeiras étnicas, como, por exemplo, o plurinacionalismo e o comunitarismo indígena, e o sectarismo às propostas políticas dos grupos médios urbanos impossibilitaram sua liderança sobre os mobilizados entre 1997 e 2003.

O não predomínio demográfico dos indígenas dificultou o projeto político da CONAIE. Diferentemente da Bolívia, onde aproximadamente 70% da população se intitulam indígenas; no Equador, em torno de 7% se reivindicam como tal. Esse fato, adicionado ao discurso político radicalmente indigenista, inibiu o apoio a esse movimento e a seu partido pelos grupos sociais urbanos.

A ausência de uma liderança política que representasse as organizações sociais permitiu que Lucio Gutiérrez fosse eleito presidente em novembro de 2002, cuja ascensão ao governo foi fruto do desgaste popular com os partidos políticos tradicionais. O apoio às manifestações que culminaram no afastamento de Jamil Mahuad e a aliança com entidades indígenas fizeram com que o líder militar fosse visto como alternativa ao movimento social organizado. Por conseguinte, a aliança indígena-militar, forjada na ocasião da queda de Mahuad, manteve-se. Além disso, o desejo de representatividade

institucional e a crença na transformação do Equador propiciaram o apoio do movimento indígena ao coronel.

Essa gestão foi marcada pelo personalismo, pelo autoritarismo e pelo distanciamento em relação aos grupos populares que possibilitaram a eleição. Conseqüentemente, as permanências das propostas neoliberais e a ineficácia no combate à exclusão social fizeram com Gutiérrez perdesse a legitimidade conquistada perante a população equatoriana. Apesar do crescimento econômico (3,3%, 8,8% e 5,7% entre 2003 e 2005) e do lento combate à miséria entre 2002 e 2005, a pobreza no país caiu de 49% para 48,3%, o que contribuiu para a perda da capacidade de governar (CEPAL, 2009).

A inaplicabilidade do programa de transformações socioeconômicas e as denúncias de corrupção propiciaram a saída de entidades sociais e da própria CONAIE do governo. Novas lutas repetiram o ciclo de confrontações e crises políticas presentes no Equador desde a segunda metade da década de 1990 (HARNECKER, 2011).

Deflagrou-se, também, uma crise institucional entre o governo, a Corte Suprema de Justiça e o Tribunal Supremo Eleitoral. Por isso, assistimos à aprovação, pelo Congresso, de uma lei que autorizou a substituição dos juízes desses órgãos por figuras próximas a Gutiérrez. O argumento para essa medida residiu no controle do Poder Judiciário equatoriano pelos tradicionais partidos políticos (TRIBOCHA, 2008).

Essa crise institucional isolou o governo de Gutiérrez, cuja destituição foi aprovada pelo parlamento. Por conseguinte, o presidente fora substituído pelo seu vice Alfredo Palacio, o que agudizou a crise política equatoriana. Nesse processo, destacou-se o projeto político do Alianza País, agremiação independente criada em 2006, o qual possibilitou a Rafael Corrêa se tornar símbolo das mudanças nos rumos políticos e sociais do Equador (ECHEGARAY, 2010).

As seguidas crises institucionais fizeram com que Corrêa tivesse, como principal bandeira de campanha para o pleito de 2006, a realização de uma Assembleia Constituinte. Esse aspecto também esteve presente nos processos eleitorais que culminaram nas eleições de Evo Morales e de Hugo Chávez. Nesse sentido, os três processos revolucionários associaram a refundação nacional a uma nova Carga Magna.

O apoio ao Alianza País derivou do descrédito popular em relação à democracia representativa e às instituições políticas equatorianas. A proposição de uma nova Constituição e a não disputa pelo partido por vagas no Congresso, acusado de corrupto e

ineficiente, propiciaram a Corrêa conquistar legitimidade política para defender a construção de um projeto de sociedade fincado em valores solidários e participativos.

1.4.2. Alianza País – princípios ideológicos e programa

O Alianza País é a organização partidária de Rafael Corrêa, cujas bandeiras principais giram em torno da radicalização da democracia equatoriana por meio do incentivo à participativa cidadã, à inclusão social e à transformação econômica, decorrentes do intervencionismo estatal.

Além disso, essa agremiação pleiteia o fortalecimento da soberania nacional e a construção do socialismo do século XXI, denominado *socialismo do bem viver*. A promoção da igualdade social, o combate à pobreza e a recuperação produtiva são outros pontos fundamentais para o partido.

A proposta do socialismo do bem viver equatoriano reúne aspectos do marxismo e do cristianismo, sobretudo aqueles defendidos pela Teologia da Libertação, bem como bandeiras do movimento indígena. Os principais pontos defendidos no programa do Alianza País são:

- (i) visões revolucionárias sustentadas na mudança não violenta e na negação da ditadura do proletariado. A Constituinte expressou a materialização da mudança revolucionária;
- (ii) democratização da propriedade privada, com a ampliação do número de pequenos e médios proprietários privados;
- (iii) controle estatal de relevantes setores estratégicos para a economia nacional, como os recursos naturais;
- (iv) incentivo ao acesso dos trabalhadores e das comunidades indígenas/camponesas aos meios de produção. (Alianza País, 2006).

A asserção do socialismo equatoriano intenciona combater a pobreza, eliminar a opressão sobre as minorias étnicas e construir uma sociedade fincada na diversidade cultural, na solidariedade e na inclusão social. Adicionalmente, o programa partidário propõe que o desenvolvimento econômico deve ser equitativo, intencionando o *Sumak Kawsay* (o bem viver). Ou seja, a edificação da justiça social é basilar. Como veremos no

terceiro capítulo, o socialismo equatoriano encontra-se distante da defesa da luta de classes, haja vista que a antítese ao neoliberalismo consiste no elemento primordial.

O manifesto ideológico do Alianza País reivindica heróis nacionais de origens *criolla* e indígena. Tendo isso em vista, a utilização da história das lutas anticoloniais e independentistas objetiva apresentar, aos equatorianos, um projeto de sociedade autônomo, nacionalista, democrático e multiétnico. Com isso, o correísmo almeja a construção de uma identidade indígena-mestiça para as lutas sociais do início de século XXI.

A construção de uma nova identidade nacional pelo Alianza País ocorre, igualmente, com a utilização das imagens dos líderes da independência em 10 de agosto de 1809. Nesse sentido, Simón Bolívar, Antonio José Sucre, Manuela Sáenz e General Paez são constantemente empregados para auxiliar na caracterização do governo Corrêa como nacionalista e revolucionário. Igualmente, a imagem de Eloy Alfaro, liderança liberal que assumiu a presidência após a Revolução Liberal de 1895, é utilizada para sedimentar a legitimação do discurso revolucionário de Corrêa.

Para esse partido, a reconstrução da democracia equatoriana e de suas instituições derivará da radicalização da participação cidadã. Em consequência disso, teremos a eficiência dos serviços públicos e o melhor direcionamento dos gastos estatais. Além disso, a descentralização dos processos decisórios do governo decorrerá do fomento aos mecanismos de consulta popular, como, por exemplo, referendos e plebiscitos, da gestão coletiva de verbas públicas e da utilização das *calles* como o espaço prioritário do agir político.

Conforme analisaremos no quarto capítulo, o multilateralismo, a recuperação da soberania nacional e o fomento à integração latino-americana constituem importantes eixos programáticos desse partido. O fortalecimento da UNASUL e do Banco do Sul, conjuntamente à promoção da Aliança Bolivariana para os Povos da América (ALBA), constituem em elementos fundamentais para a integração regional, pois simbolizam a consolidação da independência político-econômica da região (Alianza País, 2006).

1.4.3. A vitória eleitoral de Rafael Corrêa e a revolução cidadã

Como abordamos anteriormente, as crises institucionais entre 1996 e 2006 fizeram com que Corrêa tivesse a realização da Assembleia Constituinte como principal bandeira de campanha. Consequentemente, a criação da nova Carta Magna foi a principal proposta

do partido em decorrência do descrédito popular em relação à democracia equatoriana e a suas instituições.

Durante o período eleitoral, realizaram-se intensos ataques aos tradicionais partidos políticos e ao parlamento equatoriano, atitude que consolidou a imagem de Corrêa como independente. Assim como no processo eleitoral de 2002, os eleitores desejavam apoiar candidatos que representassem a perspectiva de mudanças nas instituições equatorianas e nas estruturas socioeconômicas.

A crise de representatividade, simbolizada na baixa ou na nula capacidade dos partidos e das instituições do sistema político em representar os interesses da sociedade, fez com que a independência política de Corrêa e seu forte discurso contra o *status quo* alcançassem o apoio popular. Isso culminou em sua eleição em novembro de 2006, com 56,7% dos votos (CNE, 2006).

Em abril de 2007, três meses após a posse de Corrêa, realizou-se uma consulta popular sobre o apoio ou rechaço à Assembleia Constituinte, cuja realização foi respaldada por, aproximadamente, 81% dos eleitores (CNE, 2007). Em setembro, ocorreram eleições para os membros.

A legitimidade conquistada perante a população fez com que o Movimento Oficialista Pátria País, nome adotado pelo partido de Corrêa para essa disputa eleitoral, alcançasse, aproximadamente, 62% dos votos. O êxito conquistado pelo partido foi tão contundente que a segunda agremiação com mais cadeiras, o Partido Sociedade Patriótica (PSP), obteve cerca de 17% dos votos (CNE, 2007).

Em setembro de 2008, a 20ª Constituição equatoriana foi aprovada por, aproximadamente, 70% dos votos. O novo texto reforçou o papel do Estado na economia; incorporou a revogação de mandatos eletivos, inclusive do presidente; instituiu a descentralização político-administrativa, beneficiando as comunidades indígenas e os municípios; e estabeleceu a plurinacionalidade e o caráter intercultural do Equador (Constituição Equatoriana, 2008).

A nova Carta Magna, tal como a boliviana aprovada em 2009, incorporou as principais reivindicações das entidades indígenas. Se, em 1998, a Constituição reconheceu os direitos coletivos dos povos indígenas e a plurinacionalidade do Estado equatoriano, o texto constitucional de 2008 incorporou símbolos indígenas e a descentralização do poder, permitindo que as comunidades tivessem a gestão autônoma de seus recursos.

Mais do que o reconhecimento e a preservação da cultura indígena, a incorporação e o respeito a seus símbolos e valores culturais consistiram em aspectos basilares da refundação da república equatoriana, ligando seu processo revolucionário ao boliviano.

Um exemplo disso residiu na inclusão da Justiça Indígena na Constituição (artigo 171), uma Reivindicação histórica das entidades indígenas. Esse artigo instituiu que as autoridades das comunidades e dos povos indígenas exerceriam funções jurisdicionais com base em suas tradições ancestrais e em suas leis. Cabe ressaltar que um processo análogo ocorreu na Bolívia.

Também foram autorizados mecanismos de cooperação e de coordenação entre a jurisdição indígena e a ordinária. As autoridades indígenas poderiam aplicar normas e procedimentos próprios para assuntos internos da comunidade, desde que não sejam contrários à Carta Magna e aos acordos internacionais concernentes aos direitos humanos (Constituição Equatoriana, 2008).

A nova Constituição incorporou as principais diretrizes econômicas presentes no programa do Alianza País. Ao Estado, reservou-se o direito de administrar, regular, controlar e realizar a gestão dos setores estratégicos, tais como: energia, telecomunicações, recursos naturais não renováveis e refino dos hidrocarbonetos. Além disso, assumiu a provisão de água potável, saneamento, energia elétrica, telecomunicações, infraestrutura portuária e aeroportuária.

O ano de 2008 também marcou o processo de auditoria das dívidas interna e externa equatorianas. Esse processo foi marcado pela seguinte divisão:

(i) Análise da dívida comercial contraída por entidades públicas perante o setor privado internacional a partir de 1976.

(ii) Avaliação da dívida multilateral concedida por organismos financeiros internacionais, referentes aos créditos selecionados segundo prioridades e presunção de ilegitimidade.

(iii) Estimativa da dívida bilateral, que agrupa créditos provenientes dos governos ou das entidades oficiais de nove países. Nesse caso, auditou-se, especialmente, a dívida com aos maiores credores, como Espanha e Brasil, e aqueles que conformam o Clube de Paris, formado pelos principais credores mundiais das dívidas externas. Destacamos que espanhóis e brasileiros foram credores de 67,7% da dívida externa bilateral dos equatorianos (CAIC, 2010).

(iv) Avaliação dos créditos concedidos à Comissão de Desenvolvimento da Bacia do Rio Guayas (CEDEGE) para a execução do projeto Jaime Roldós Aguilera (Hidrelétrica de São Francisco, construída pela empresa brasileira Odebrecht).

(v) Levantamento da dívida interna (CAIC, 2010).

A auditoria foi realizada com o intuito de estabelecer a renegociação da dívida com os seus credores, buscando a legitimidade e a legalidade no pagamento dos débitos externos e internos (CAIC, 2010). Tal procedimento foi bandeira histórica dos movimentos sociais equatorianos e dividiu os grupos sociais em torno de Corrêa. Embora essa medida tenha sido pioneira na América do Sul, grupos sociais e partidos políticos, como a CONAIE e o Pachakutik, criticaram o governo, pois essas organizações defendem o não pagamento da dívida externa.

O ano de 2008 foi fundamental para a consolidação do correísmo na política equatoriana. A aprovação da nova Constituição e a auditoria da dívida ampliaram a popularidade do governo. Com isso, o Alianza País reelegeu Corrêa em 2009, com 52% dos votos, quase o dobro de Lucio Gutiérrez, que teve 28%. O *Movimiento Pátria Altiva y Soberana* (PAIS), frente eleitoral do governo, conquistou 46% das cadeiras do parlamento, o triplo do segundo colocado, o *Partido Sociedad Patriótica* (PSP) (CNE, 2009).

O resultado eleitoral de 2009 demonstrou que os partidos políticos tradicionais, como o pós-ditadura PSC, *Partido Unión Democrata Cristiana* (UDC) e *Partido Roldosista Ecuatoriano* (PRE), perderam espaço na política equatoriana para o correísmo. Ambos conquistaram, respectivamente, 13,2%, 0,8% e 4,1% dos votos para o parlamento.

Além disso, o Pachakutik, agremiação da CONAIE, isolou-se na cena política equatoriana em razão da radicalidade indigenista de seu discurso e do sectarismo em relação às organizações políticas e sociais não indígenas da sociedade civil. O partido conquistou apenas 1,4% dos parlamentares.

Entre o êxito eleitoral de 2009 e outubro de 2010, Corrêa administrou o Equador com relativa estabilidade política, pois a oposição estava isolada. Nesse período, o presidente detinha uma aprovação positiva de, aproximadamente, 60% em seis anos de governo e de 80% em setembro de 2012 (CEDATOS, 2010, 2011), em virtude da credibilidade alcançada perante as camadas sociais equatorianas pelo discurso político de mudanças e pela colocação, em prática, das diretrizes do programa de governo.

O crescimento econômico e o combate à pobreza, demonstrados no início deste capítulo, contribuíram para isso. Após uma década de distúrbios, o governo de Corrêa estabilizou o convulsionado cenário político equatoriano. Contudo, em 30 de setembro de 2010, a normalidade democrática foi ameaçada em decorrência de agressões contra o presidente, realizadas por membros da política e por militares.

Corrêa apresentou ao Congresso uma proposta de lei que objetivava a diminuição dos gastos estatais em segurança pública por meio do corte de gratificações e bônus excedentes nas Forças Armadas. A contrariedade de grupos no interior dessas instituições levou a uma greve da aviação civil e a rebeliões em quartéis, o que ocasionou agressões físicas a Corrêa ao se direcionar ao Aeroporto Internacional Mariscal Sucre para as negociações com os rebelados (LIMA, ANO).

Em reação à rebelião, Corrêa declarou, temporariamente, estado de exceção. As garantias constitucionais foram suspensas, o Congresso foi fechado, e a oposição foi criticada, sobretudo, Lucio Gutiérrez, acusado pelo presidente como autor da suposta tentativa de golpe de Estado.

Nesse episódio, a cúpula das Forças Armadas manteve-se fiel a Corrêa e criticou as ações dos militares sublevados. Apesar das acusações do presidente contra Gutiérrez e os partidos de oposição, não se encontraram indícios substanciais de participação desses setores nos distúrbios.

Internacionalmente, Corrêa também teve apoio, visto que as principais lideranças sul-americanas, a Unasul, os Estados Unidos e a Organização dos Estados Americanos (OEA), ficaram ao lado do presidente equatoriano.⁶

Creemos que a rebelião em 30 de setembro de 2010 e as subsequentes agressões ao presidente foram movidas por caráter corporativo, portanto, não se configuraram uma tentativa de golpe de Estado. O apoio da cúpula das Forças Armadas a Corrêa demonstrou que a possibilidade de um golpe esteve distante da cena política equatoriana naquele momento.

O governo utilizou, politicamente, a rebelião corporativa dos oficiais, ao atacar e deslegitimar a oposição. O aumento de sua aprovação entre agosto e dezembro de 2010, de 53% para 73%, demonstrou que o aproveitamento, pelo governo, dessa crise política

⁶ *Foreign leaders condemn riots in Ecuador.* Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/news/2010/10/mil-101001-rianovosti09.htm> Acesso: Out/2010.

surtiu efeito, consolidando ainda mais a revolução cidadã no cenário equatoriano (CEDATOS, 2010).

Em maio de 2011, realizou-se um referendo em que a população respondeu, com sim ou não, a dez perguntas (CNE, 2011) sobre variados temas, desde a proibição de jogos de azar e morte de animais em espetáculos públicos até a reforma no sistema judiciário e a limitação financeira e de conteúdo aos meios de comunicação. O governo teve uma média de apoio de 48% nas dez perguntas; enquanto a oposição, 41%, sendo aprovadas as propostas do governo.

O êxito do governo demonstra que existe apoio popular ao projeto revolucionário liderado por Corrêa. Desde que assumiu a presidência em 2007, o correísmo nunca foi derrotado em um processo eleitoral. Inegavelmente, há uma nova hegemonia política no Equador em torno do presidente e do Alianza País.

A adesão popular ao correísmo foi confirmada com a reeleição em fevereiro de 2013, com 57% dos votos. Outrossim, o Alianza País conquistou 52% das cadeiras do parlamento unicameral (CNE, 2013). Corrêa foi o primeiro presidente desde 1996 a finalizar o mandato. O crescimento econômico e as políticas sociais, como, por exemplo, o pagamento do Bônus de Desenvolvimento Humano para as famílias de baixa renda, contribuíram para a redução dos índices de pobreza no país em 10%. Já a elevação dos gastos públicos proporcionou melhorias na infraestrutura equatoriana (saneamento básico, estradas e eletricidade, por exemplo) e beneficiou distintos grupos sociais. Por conta disso, o líder bolivariano teve o apoio popular ao longo do governo, garantindo, assim, sua permanência no poder até 2017.

Capítulo 2 – Bolivarianismo e indigenismo: passado e presente

América Latina ha iniciado de nuevo el mismo proceso que quedó pendiente a Bolívar, San Martín, O’ Higgins y Artigas: la independencia.

Hugo Chávez

2.1. Considerações preliminares

Neste início de século XXI, a América do Sul vive uma fase de efervescência política, cujo novo ciclo, em nossa avaliação de caráter revolucionário pelas transformações sócio-políticas ocorridas, tem como principal característica a utilização do passado de lutas independentistas do início do século XIX e, sobretudo no caso equatoriano, de revoluções liberais ocorridas no fim desse século e no início do século XX.

O resgate do passado de lutas anticoloniais nos discursos políticos de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Corrêa intenciona gerar uma identidade revolucionária entre os atuais processos políticos e aqueles ocorridos há duzentos anos. Essa associação deriva da análise de que as independências não propiciaram a completa autonomia dos países sul-americanos, pois se mantiveram a dependência econômica e a subjugação política às nações centrais do capitalismo.

Esses processos políticos também constroem a noção de uma nova independência a partir do resgate do debate histórico concernente ao fato de as emancipações não derivarem do controle do poder político das novas repúblicas pelos indígenas, camponeses ou trabalhadores, mas pela elite econômica do período colonial (os *criollos*)⁷ e pelos caudilhos⁸ associados a esse grupo.

O resgate do debate historiográfico sobre a formação das repúblicas oligárquicas no período de pós-emancipação intenciona demonstrar que as lutas políticas desenvolvidas

⁷ Segundo Lambert (1979), a independência da América Hispânica foi um empreendimento dos colonizadores *criollos* (filhos de espanhóis nascidos na América), que buscaram a libertação dos entraves colocados pela metrópole ibérica às atividades econômicas.

⁸ De acordo com Chevalier (2005), o caudilhismo tem raízes nas estruturas coloniais ibéricas do período colonial. Durante os séculos XIX e XX, esse fenômeno tornou-se marcante nas sociedades latino-americanas, pois o patriarcalismo, o autoritarismo, a exploração e a exclusão de negros e índios, típicos do sistema colonial, mantiveram-se. Os caudilhos dominaram a cena política da América Hispânica no período de pós-independência, aproveitando o vazio institucional e burocrático dos nascentes Estados. As trocas de favores, o clientelismo, a utilização das redes familiares, o autoritarismo e a preponderância de chefes políticos locais marcaram as novas repúblicas.

no início do século XXI almejam o definitivo controle das repúblicas pelos grupos sociais historicamente excluídos (trabalhadores, camponeses e indígenas, principalmente).

Nesse sentido, ao analisarmos a história sul-americana, os discursos políticos apontam para temáticas fundamentais: a autonomia política e econômica em âmbito internacional e o controle das repúblicas pela população. Além disso, o uso da imagem dos próceres da emancipação almeja a criação de uma áurea revolucionária nos processos políticos em curso.

Nos discursos políticos dos atuais presidentes, assistimos à evocação de um novo ciclo de lutas direcionado à segunda independência sul-americana. A definitiva emancipação associa-se à completa libertação do controle político das repúblicas pela elite econômica e à inclusão social.

Dividimos este capítulo em três partes. Na primeira, analisamos, brevemente, os processos de emancipação do século XIX e a constituição das repúblicas oligárquicas ao longo do século XIX. Na segunda, debatemos o conceito de revolução e as principais características das revoluções sul-americanas, procurando avaliar os eixos centrais desses processos políticos. Na terceira, examinamos o uso do bicentenário das emancipações nos discursos de Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Corrêa.

2.2. As independências e as repúblicas sul-americanas no século XIX: uma breve análise histórica

A independência é um marco crucial da história sul-americana, haja vista que um dos aspectos considerados mais relevantes diz respeito ao fato de o fim da colonização e o nascimento dos Estados independentes ocorrerem de forma simultânea na região. Além disso, as emancipações produziram heróis que “levantaram da tumba” no chavismo, no evismo e no correísmo e que foram utilizados como um fator de legitimação desses fenômenos revolucionários.

Os processos de independência da parte espanhola da América do Sul tiveram uma notória influência do pensamento liberal. Os ventos libertários e as ideias transformadoras do Iluminismo, da independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa estiveram presentes nos textos e nas falas dos Libertadores da América. A centralidade do indivíduo na História, a igualdade jurídica, a liberdade e a soberania consistiram nas principais motivações dos que lutaram pela emancipação da América Hispânica.

Por mais que as lutas independentistas tenham sido dirigidas, fundamentalmente, pela elite branca *criolla*, as batalhas do início do século XIX disseminaram, no continente, a esperança da transformação. A libertação do jugo colonial significava a construção de um novo mundo, onde a igualdade entre os homens e a liberdade predominassem. Dessa forma, a soltura em relação às amarras da colonização constituía o caminho para a prosperidade e a felicidade. Nas palavras de Bolívar (2007):

“É mais difícil tirar um povo da servidão que subjugar um livre” – diz Montesquieu. Esta verdade está comprovada pelos anais de todos os tempos, que mostram a maioria das nações livres submetidas ao jugo e muito pouco das escravas recobram sua liberdade. Apesar deste convencimento, os meridionais deste continente manifestaram a vontade de conseguir instituições liberais e ainda perfeitas por efeito, sem dúvida, do instinto que têm todos os homens de aspirar à sua melhor felicidade possível; a que se alcança infalivelmente, nas sociedades civis, quando elas estão fundadas sobre as bases da justiça, da liberdade e da igualdade. (BOLÍVAR, 2007: p. 64).

Optamos por esse trecho da *Carta da Jamaica* para demonstrar o que a luta independentista significava para seus líderes: o fim do obscurantismo social e político representado pela colonização. Contudo, a esperança foi substituída pela desilusão após a definitiva libertação em relação à Espanha.

A longa duração das batalhas de independência devastou econômica e humanitariamente as novas nações. Minas foram abandonadas, plantações ficaram destruídas, e a criação de gado caiu consideravelmente. Do ponto de vista humano, mortes, deslocamento de pessoas e fugas para a Europa foram a tônica. A Venezuela, por exemplo, viu sua população diminuir, entre 1810 e 1822, de 825.000 habitantes para 651.000 habitantes (POZO, 2009).

A esse cenário, seguiu-se uma incisiva batalha pelo poder entre as lideranças políticas e, principalmente, militares, que se dividiram em variadas facções. Os principais artífices da independência foram assassinados, fazendo com que a expectativa de um futuro próspero e de paz social se esvaísse. Com isso, a crença de que o binômio liberdade-igualdade não era propício para a América independente ganhou força. Assim, a complexidade das sociedades desiludiu o próprio Bolívar, que confirmou, em uma carta ao General Flores, a ingovernabilidade da América independente (PRADO, 2004).

A emancipação, igualmente, não engendrou benefícios para as classes menos abastadas, uma vez que a participação política, as reformas socioeconômicas e o respeito às diferenças não foram implantados na América independente. Para os setores

desfavorecidos que lutaram pela emancipação, restaram a arbitrariedade dos líderes autoritários e a exploração pela oligarquia rural. Evitar a participação popular era fundamental para a elite liberal da América independente, que jogou sobre a terra o manto da ansiada soberania popular (PRADO, 2004).

A América independente também foi marcada pela posse da terra por um pequeno grupo de proprietários, que monopolizou os melhores solos produtivos. Esse grupo manteve a estrutura econômica típica da colonização, a qual se baseava na exportação de matérias-primas (produtos agrícolas e minerais). Conseqüentemente, a região manteve-se como fornecedora de matérias-primas ao mercado internacional (LAMBERT, 1979).

Em países cuja população indígena era elevada, sobretudo na Bolívia, no Peru e no Equador, a condição de vida dos ameríndios não melhorou com a emancipação. As tributações excessivas, um sistemático processo de aculturação, que contou com a ação catequizadora da Igreja Católica, a perda das terras para latifundiários e até mesmo o trabalho forçado, como o sistema boliviano de *pongueaje*, foram imputados a esse grupo (POZO, 2009).

Politicamente, as novas repúblicas foram controladas pela oligarquia branca, que concentrava o poder em poucas mãos e se utilizava, muitas vezes, de laços familiares para tal fim. Embora as constituições republicanas advogassem pela soberania popular, essa, de fato, não ocorreu. Fraudes eleitorais, intervenção nos pleitos e baixo número de votantes, entre outros problemas, foram algumas das características dos sistemas políticos da região durante o século XIX (POZO, 2009).

O controle branco contou com a emergência dos caudilhos, que dominaram a cena política da América Hispânica no período de pós-independência. Esses líderes aproveitaram-se do vazio institucional e burocrático dos Estados nascentes, desenvolvendo um poder de mando marcado pela troca de favores, pelo clientelismo político e pelo uso da força e da violência para chegar e manter-se no poder. Dessa forma, tornaram-se preponderantes na política regional e contribuíram decisivamente para a profunda divisão étnica e material das repúblicas sul-americanas (SILVA, 2009).

Ao final do século XIX, sobrepujaram demandas pela modernização das nações sul-americanas. O desgaste em relação ao domínio oligárquico fez com que grupos ligados às atividades urbanas pressionassem por transformações políticas e sociais. No caso equatoriano, as décadas de conservadorismo político e de exclusão social levaram a convulsões sociais, tendo como ápice a Revolução Liberal de 1895. Esse processo foi comandado pelo General José Eloy Alfaro Delgado, um dos líderes liberais equatorianos

mais importantes da segunda metade do século XIX. Ao assumir a presidência em 1895, em decorrência da Revolução Liberal, foi responsável pelo processo constituinte que culminou na Constituição de 1896 e no mandato presidencial entre 1897 e 1901. Além disso, no final de 1905, comandou a insurreição contra o governo de Lizardo Garcia. Com isso, uma nova Constituição Liberal foi promulgada em 1906, e Alfaro assumiu, no ano seguinte, um novo mandato, finalizado em 1911 (PINO, 2012). Dessa forma, tornou-se símbolo do liberalismo equatoriano no início do século XX e figura constantemente mencionada pelas organizações sociais, pelos partidos políticos e por Rafael Corrêa nos discursos sobre a necessidade de modernização do Equador.

O passado de domínio oligárquico e as insurreições liberais são remetidos pelos líderes dos processos políticos analisados neste trabalho. Como veremos ao longo deste capítulo, a legitimação do indigenismo e do bolivarianismo deriva da compreensão de que as lutas atuais almejam uma segunda e definitiva independência, que não teria lugar para traições aos anseios populares.

A compreensão dos discursos dos três mandatários perpassa pelo olhar acerca da história do domínio oligárquico sobre as antigas colônias espanholas. Todos eles afirmam que as revoluções atuais materializam a conquista definitiva da independência e que, agora, a ansiada inclusão social ocorrerá.

Tendo isso em vista, na próxima seção, abordamos o conceito de revolução e as principais características dos discursos de Chávez, Corrêa e Morales. Outrossim, analisamos o porquê de esses fenômenos políticos serem considerados revolucionários. Constatamos também que o aspecto transformador desses três processos deriva do seguinte: (i) proposição de um agir político democrático participativo; (ii) refundação dos Estados por meio das Assembleias Constituintes; e (iii) mudança nos valores éticos e morais a partir da proposição do socialismo do século XXI e do processo de melhorias sociais.

2.3. O conceito de revolução e as insurreições do século XXI

Considerando os ciclos revolucionários passados, como, por exemplo, as lutas pela independência no século XIX contra a Espanha; o período compreendido entre a Revolução Mexicana e as ditas revoluções nacionais entre as décadas de 1930 e de 1950; e as insurreições entre 1960 e 1980, marcadas pela forte incidência de movimentos

guerrilheiros, como consequência direta da Revolução Cubana de 1959, acreditamos que a América do Sul vive o quarto ciclo revolucionário neste início de século.

Esse novo momento insurrecional é marcado por características peculiares que o diferenciam de períodos anteriores, como, por exemplo, a substituição das armas e da violência revolucionária pelo voto; os processos constituintes; e o efetivo programa de distribuição de renda. Tais medidas consistem, em nossa opinião, nas principais inovações políticas e sociais dessas revoluções.

Além da utilização da consulta popular como “arma preferencial”, fazendo com que a democracia participativa seja a principal inovação desse quarto ciclo revolucionário, há veementes contestações à hegemonia norte-americana no mundo após a Guerra Fria. Disso, decorrem as críticas ao neoliberalismo, a busca de um reequilíbrio nas relações internacionais e a reivindicação do socialismo do século XXI, fazendo com que a China ganhe relevância nas relações externas.

De acordo com Leyton (2009), o atual processo revolucionário é anticapitalista, antineoliberal, anticolonial e pró-socialista. Nesse sentido, o caráter político é fundamental nesses processos, bem como as mudanças institucionais, cujo símbolo é a Assembleia Constituinte. Esse aspecto diferencia o processo cubano daqueles do início do século XXI, uma vez que não houve transformações substanciais na estrutura da propriedade privada dos meios de produção. Dessa forma, não se afetaram as fontes de poder social, e o caráter político tornou-se notório.

Ressaltamos também que as três revoluções analisadas neste trabalho expressam a resistência ao neoliberalismo nas nações sul-americanas. Tendo o esgotamento desse modelo em vista, permitiu-se a ascensão de lideranças que propuseram mudanças socioeconômicas a partir do abandono dos paradigmas neoliberais (RODAS, 2009).

As revoluções são compreendidas a partir do sentido de movimento social, inaugurador de novas realidades sociopolíticas e de modos de produção (BARROS, 2011). Nesse sentido, o quarto ciclo revolucionário rompe com o passado de domínio oligárquico na América do Sul e constrói sociedades marcadas pela reivindicação da participação popular, materializada pelos usos de referendos e plebiscitos previstos nas novas Constituições dos três países a que nos referimos neste trabalho.

Além disso, a transformação social a partir de programas efetivos de distribuição de renda é um ponto central em nossa discussão, já que são consideradas as concretas transformações do *status quo* nos países aqui analisados. Como veremos no capítulo referente aos conceitos do socialismo do século XXI, não há uma ruptura com o modo de

produção capitalista, mas apenas com os paradigmas neoliberais, o que faz o socialismo aparecer em um horizonte longínquo.

Como destaca Koselleck (2006), o conceito de revolução, na concepção moderna, incorpora, para além de uma mudança política, a ideia de transformação da estrutura social. Após a Revolução Francesa, essa noção tornou-se uma espécie de coletivo singular que concentra, em si, todas as revoluções particulares. Com isso, assume um caráter meta-histórico, que permite sua constituição em um argumento puramente retórico dentro de uma realidade histórica específica.

Nos processos sul-americanos vigentes, a expressão “mudança revolucionária” enseja a noção de radicalidade e refere-se ao desaparecimento das antigas estruturas societárias, que eram dominadas pelas oligarquias e pelas composições sociais lideradas pelos mandatários juntamente com o movimento social organizado. A sensação de que a velha ordem foi varrida do mapa da História alimenta o furor revolucionário das bases sociais bolivariana e indigenista.

Como defendido por Arendt (1998), o conceito de revolução está ligado à noção de que o curso da História começa sob uma forma repentina e inteiramente nova, em que algo desconhecido ou jamais contado está prestes a se desenvolver. Essa concepção de revolução extrapola a necessidade do uso da violência ou mesmo da subversão das estruturas políticas. Isso implica efetivas mudanças sociais, o que gera um sentido de liberdade e, como dito anteriormente, advoga por um novo começo.

As revoluções em andamento na América do Sul procuram a invenção de um novo sentido de liberdade que se associa ao protagonismo popular e faz das *calles* um espaço prioritário do agir político. Com isso, aspira-se a um presente repleto de lutas em prol de transformações sociais e econômicas. Segundo Chávez (2010):

Certamente, a política revolucionária, se quer ser digna de tal nome, faz-se nas ruas, com o povo.

Pessoalmente, fui sacudido pela interpelação popular. Durante toda esta semana, voltei a sentir sua intensa força histórica no Porto Santa Rosa, no Chivo, no Forte Tiuna, na Casa Amarela, no Palácio Branco, na Praia Grande. E creio estar cumprindo com o dever que ela me exige: promovê-la e abrir canais para que se expresse sem qualquer forma de desincentivo. Nada substitui o contato direto com o povo.

(...)

Insisto em um ponto: é necessário que o povo nos interpele, nos exija, nos desafie. O exercício da obediência do poder começa precisamente por aí. (CHÁVES, 2010: p. 1). (Tradução nossa.)

Segundo Engels e Marx (1999), as revoluções derivam da necessidade de transformação da base material das sociedades, isto é, das condições objetivas de reprodução da existência humana. No modo de produção capitalista, as rupturas insurrecionais provêm das contradições das forças sociais e produtivas, as quais se chocam, continuamente, em um movimento dialético em que as classes sociais são contrapostas. Assim, a luta de classes torna-se uma questão fundamental.

Cabe esclarecer que, no Manifesto Comunista, Engels e Marx apontam que as diferenças de classes aparecem claramente na sociedade capitalista, que a consciência de classe se desenvolve de maneira mais completa e que as lutas de classes são mais agudas. A partir desse ponto de vista, a sociedade capitalista constitui uma etapa fundamental da evolução histórica das formas societárias. Nessa perspectiva, as lutas de classes modernas têm importância fundamental na teoria marxista, porque o resultado final é concebido como uma transição para o socialismo, isto é, uma sociedade sem classes (BOTTOMORE, 2001).

O marxismo afirma que “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (ENGELS e MARX, 1999: p. 7). O conflito entre grupos sociais antagônicos é o motor da História, e a revolução liderada pelas classes menos abastadas, sob a liderança dos trabalhadores, consiste no aspecto central para a superação do capitalismo.

A noção de materialismo histórico é basilar no marxismo, que a define a partir da análise de que as forças econômicas são importantes na determinação dos rumos da História. Tendo isso em vista, a preponderância das forças econômicas é explicada pelos seguintes pressupostos:

(i) Os modos de produção ou as forças produtivas determinam a superestrutura da sociedade, ou seja, todos os sistemas de lei, política, moral, religião, filosofia e arte (os meios de vida) são determinados pelas forças produtivas.

(ii) Os modos de produção transformam-se gradativamente e colocam-se em conflito com as mais estáticas relações de propriedade existentes. Por isso, o evolucionismo dos modos de produção das sociedades, do asiático aos mais modernos meios burgueses de produção.

(iii) O conflito histórico materializa-se na luta de classes. De acordo com Marx, a polarização da sociedade capitalista entre burguesia e proletariado expressa a mais recente e a maior de todas as lutas de classes.

(iv) A elevação da pobreza e das contradições sociais, inerentes ao capitalismo, findaria com a vitória do proletariado e a definitiva superação do capitalismo.

(v) A eliminação do Estado, após um período transitório marcado pela ditadura do proletariado (MAYO, 1966).

As contradições sociais sul-americanas, exacerbadas pelo neoliberalismo, possibilitaram a conscientização política dos setores marginalizados, sem a qual é impossível haver revoluções. A consciência em relação à exploração do capital e às diferenciações sociopolíticas entre os grupos dominantes e subjugados engendrou a busca pelo movimento social da completa emancipação. Por isso, eclodiu o quarto ciclo revolucionário na América do Sul.

A identificação de que, na sociedade capitalista, o domínio de um grupo deriva do controle dos meios produtivos e das articulações econômicas permite-nos afirmar que houve a conscientização de um grupo social. A luta ideológica pela consciência constitui o momento em que os grupos sociais subalternos iniciam as batalhas pela emancipação econômica e política (LUKÁCS, 1989).

A maturidade ideológica e a consciência de classe possibilitam a eclosão das revoluções. O sentido consciente da situação histórica de classe pelos trabalhadores é o que permite, segundo Lukács (1989), a superação do capitalismo e a supressão da sociedade de classes. Por isso, a junção das lutas política e econômica é fundamental.

Adicionalmente, a irrupção das revoluções sul-americanas associou-se ao combate do espontaneísmo e da luta reivindicativa de melhorias econômicas pelas organizações sociais. A intensificação das contradições socioeconômicas durante as décadas de 1980 e de 1990 fez com que os grupos sociais subalternos se afastassem do caráter espontâneo ou reivindicativo desses avanços materiais. Desse modo, criaram-se organizações políticas que contribuíram para a conscientização e a conquista das estruturas estatais.

Segundo Lenin (1982), a ocorrência das revoluções deriva da conscientização política e da capacidade de organização do movimento social pelas forças revolucionárias. Por isso, o partido político é essencial, pois tem a capacidade de transformar as lutas de caráter econômico, como por exemplo, as sindicais, em lutas políticas que objetivem a ascensão dos trabalhadores às estruturas estatais.

A maior organicidade desses movimentos sociais, bem como a criação e o fortalecimento das estruturas partidárias, ocorreram de forma distinta nos três casos analisados. Na Bolívia, a revolução democrática, cultural e indígena, liderada por Morales, foi decorrência dos embates empreendidos pelos movimentos sociais a partir da

segunda metade da década de 1980. Já a vitória eleitoral de Morales foi consequência das lutas sociais e políticas de praticamente duas décadas do movimento social organizado que combateu, sistematicamente, o espontaneísmo das lutas sociais.

No bolivarianismo equatoriano e venezuelano, o aspecto espontâneo, fragmentário e personalista dos processos políticos foi notório. Embora houvesse intensas lutas sociais ao longo da década de 1990, a chegada de Rafael Corrêa e de Hugo Chávez aos governos resultou do desgaste em relação ao neoliberalismo e dos desejos de transformação das instituições republicanas. A organização popular nos movimentos sociais e nos partidos políticos era incipiente, se comparado ao caso boliviano.

Essas diferenças entre o bolivarianismo e o indigenismo não negam a conscientização política e a presença de um desejo de transformação presente no primeiro caso. A dessemelhança fundamental diz respeito ao fato de o espontaneísmo ser mais notório no bolivarianismo.

A eclosão das três revoluções derivou da aglutinação de fatores objetivos (contradições sociais) e subjetivos (conscientização política). O uso político dos ciclos revolucionários anteriores e, principalmente, o combate ao neoliberalismo foram essenciais para a conscientização e a conquista do poder político pelos grupos subalternos.

Igualmente, os processos revolucionários têm como um dos elementos principais a reformulação moral e intelectual da sociedade. Além das modificações econômicas e sociais nessas novas independências, tais como a nacionalização dos recursos naturais e a diminuição da pobreza, a transformação cultural constitui outro acontecimento fundamental. As superestruturas política, moral e ideológica dessas sociedades foram alteradas, permitindo a continuidade das revoluções.

Segundo Marx, a estrutura econômica da sociedade (base ou infraestrutura) condiciona a existência e as formas do Estado e da consciência social (superestrutura), as quais não são autônomas e fundamentam-se nas relações de produção social. Nesse sentido, o conjunto particular de relações econômicas determina a existência de formas específicas de Estado e de consciência social que são adequadas a seu funcionamento, e qualquer alteração na base econômica de uma sociedade leva a transformações na superestrutura. Por conseguinte, o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral.

A modificação do modo de pensar é essencial para os processos políticos. A realização da hegemonia advém da emanção de um terreno ideológico que determina a

geração de novas consciências e de novas direções políticas. A junção de alterações na infraestrutura e na superestrutura realiza o momento máximo da política para Gramsci “que é a revolução, a criação de um novo Estado, de um novo poder e de uma nova sociedade” (GRUPPI, 1978: p. 4).

Tendo isso em vista, torna-se importante mencionar a necessidade da organização política dos trabalhadores, destacada nestes trechos dos discursos de Corrêa:

Dizíamos, faz um ano, que nenhuma ação revolucionária pode ser espontânea, porque requer antecedentes que expliquem a natureza da rebelião. O 24 de maio de 1822 é a concretização de mais de um século de atividades desse povo insurgente. A figura do Mariscal Antonio José de Sucre ocupa um lugar privilegiado nesse ciclo de lutas. Devemos nos sentir seus herdeiros e, para sermos merecedores disso, precisamos estar prontos, em cada instante, para defender nossa dignidade e soberania, em qualquer parte e no momento em que a vida exigir (CORRÊA, 2008: p. 5-6). (Tradução nossa.)

Sabemos, perfeitamente, que este governo deseja interlocutores e aliados. Nosso movimento foi *quase espontâneo*. Chegamos ao poder sem possuir estruturas políticas organizadas e amplas bases nas organizações sociais. Devemos construí-las e sabemos da necessidade de ter alianças com grupos possuidores de uma forte organização política, porque estamos decididos a fortalecer esse governo (...). Recuperamos a soberania da pátria: aqui já manda o povo equatoriano (CORRÊA, 2010: p. 16-17). (Tradução nossa.)

Na Venezuela, o chavismo contribuiu para a participação da população nos movimentos sociais e partidários. Como abordamos no Capítulo 1, até a irrupção desse fenômeno político, a militância dos venezuelanos em entidades sociais e políticas era embrionária. A chegada de Chávez à presidência contribuiu para a filiação de uma fração majoritária da população às organizações sociais e ao PSUV.

Outra característica do chavismo, bem como dos governos de Evo Morales e Rafael Corrêa, foi a reivindicação da união cívico-militar. Essa aliança foi essencial para que o ciclo revolucionário iniciasse e consistisse em uma peculiaridade do bolivarianismo venezuelano. Em relação à consciência política e à união com as Forças Armadas, Chávez declarou antes da eleição:

Existe uma incandescência geral na sociedade civil e nas Forças Armadas venezuelanas. A insatisfação abarcou toda a sociedade, e nada poderá detê-la. (...) se a classe política continuar apegada a seus privilégios, se não for capaz de compreender a evolução do processo político venezuelano e se persiste na resistência às mudanças necessárias, assistiremos, inevitavelmente, à rebelião da sociedade venezuelana. Isso decorreria da união de civis e militares e produziria uma insurreição desses grupos (...). Nos últimos anos, a conscientização política dos venezuelanos incrementou-se e não regressará. É ela que permitirá a condução de autênticos processos insurrecionais, que deverão ser liderados pela aliança cívico-militar (CHÁVEZ, 1992: p. 31). (Tradução nossa.)

Nos três fenômenos, a proposição da Assembleia Constituinte consistiu em um eixo central e simbolizou o impulso à reconstrução da pátria e a ocorrência, de fato, da soberania popular. O chavismo iniciou a associação entre as Constituintes, a refundação nacional e o efetivo controle das instituições republicanas pela população. O desgaste dos sistemas políticos e da institucionalidade, vistos como ineficazes e corruptos, levou a isso. As revoluções democrática, cultural e indígena (Bolívia) e cidadã (Equador) seguiram essas prerrogativas do fenômeno chavista. Sobre a importância das Constituintes, Chávez afirmou em variados discursos:

Daqui a algumas horas, meu governo proporá ao Congresso a solicitação da Lei Habilitante para enfrentar, em curto prazo, o desafio da Constituinte. O povo não pode esperá-la, e isso é uma verdade absoluta. A Constituinte não é uma panaceia, nunca pleiteamos isso. Tem objetivos fundamentais: a transformação das bases estatais, a criação da nova República, a partir de sua refundação, e uma nova legitimidade democrática. Esse é o objetivo da Assembleia Constituinte. É político, é macropolítico, mas não é imediatamente econômico ou social (CHÁVEZ, 1999: p. 19). (Tradução nossa.)

Amanhã vamos expressar nossa vontade no referendo de 25 de abril sobre a convocação da Constituinte. A primeira das perguntas será: “Você concorda com a convocação de uma Assembleia Constituinte para transformar o Estado, para reordenar o sistema político venezuelano e para realizar as transformações necessárias?” Recordemos que ela é uma necessidade histórica, vital para o país, porque, precisamente, o sistema político venezuelano dos últimos 40 anos perdeu a essência democrática, sua legitimidade, e não tem capacidade para conduzir a nação até seus altíssimos objetivos de buscar a justiça social, a igualdade e o desenvolvimento econômico (...), por isso, é essencial uma mudança radical, integral e profunda do Estado e do sistema político venezuelano. Fá-la-emos com a decisão soberana do povo venezuelano (CHÁVEZ, 1999: p. 105). (Tradução nossa.)

Existem datas que podemos, agora, estabelecer. Poderíamos nos atrever a relatar um pouco da história do país. Voltemos a Ali: “façamos a história e que outros escrevam sobre um mundo melhor.” Podemos ousar em olhar a história recente e refletir sobre ela. Não estamos em 1811. Nos últimos 10 anos, assistimos ao “decênio Constituinte”, revolucionário e bolivariano. A última década desse século XX começou aqui em Caracas, em 27 de fevereiro de 1989⁹ (...). Há várias datas que ficaram para a história nesse caminho construído pelo povo nos últimos anos. Em algumas, deveríamos realizar um estudo profundo, para entender por que estamos aqui hoje. Somos filhos da tormenta. Estamos governando porque nos traíram durante a tormenta revolucionária desatada na derradeira década do século XX venezuelano (...) (CHÁVEZ, 1999: p. 284-5). (Tradução nossa.)

Creio que, falando de pacificação nacional, a única saída para garantir a paz consiste na realização da Assembleia Nacional Constituinte. Ela permitirá convocar o soberano, que é o povo venezuelano, e nos reunir autonomamente, com o intuito de refundar a república. Esse acontecimento permitirá o advento de um novo rumo à nação. A assembleia popular significará um espaço de

⁹ Início do Caracazo.

discussão que propiciará a edificação de um grande projeto nacional (CHÁVEZ, 1994: p. 84-5). (Tradução nossa.)

No caso boliviano, o papel da Constituinte foi semelhante ao venezuelano. Podemos constatar isso nas palavras de Morales (2006):

(...) venho aqui expressar esse sentimento de humanidade para os povos do mundo e da Bolívia. Apregoo o sofrimento dos bolivianos, produto da marginalização e da exclusão social. Expresso, sobretudo, o sentimento anticolonial dos povos que lutam por igualdade e justiça. Quero dizer, delegados e delegadas, senhora presidenta, que, em meu país, começamos a buscar profundas transformações democráticas e pacíficas. Estamos na etapa da refundação boliviana. Buscamos unir os bolivianos, reestabelecendo a integração dos grupos sociais e das regiões do país. Refundar a Bolívia não para nos vingar, ainda que os indígenas tenham sido submetidos à discriminação. Refazer a Bolívia para acabar com o desprezo e com o ódio aos povos (...). Felizmente, decidimos passar da luta social, sindical e comunal à eleitoral. Almejamos a resolução dos problemas sociais, econômicos e estruturais do país. Apostamos nosso futuro nessa Assembleia Constituinte. Desejo que as Nações Unidas apoiem esse processo de mudança pacífico e democrático, que intenciona um futuro melhor para as famílias excluídas e marginalizadas da Bolívia (MORALES, 2006: p. 3). (Tradução nossa.)

A elaboração da nova Constituição expressou a possibilidade de participação política dos indígenas e das demais camadas sociais excluídas. De acordo com Linera (2008):

Qual era a ideia? Por que os movimentos camponês, indígena, operário e popular haviam reivindicado uma nova Constituição Política do Estado (CPE)? Basicamente, porque, em nenhuma Constituição anterior, os camponeses, os indígenas, os operários e as organizações de bairros foram contemplados ou participaram da elaboração. Os “doutores” diziam que houve treze Constituições e sete Assembleias Constituintes na história boliviana, mas, nesses processos e nas leis deles derivadas, o movimento social não participou. Se os indígenas, os camponeses e outros grupos sociais buscaram cunhar um novo texto constitucional, era porque almejavam a participação e o reconhecimento. A relevância de cooperar na elaboração da nova CPE decorre da reestruturação das instituições e do reconhecimento dos grupos sociais. A nova Carta Magna vigorará durante 40 ou 50 anos (...), por isso, os movimentos camponês, indígena, popular, operário e de vizinhos buscaram a reelaboração da CPE, para que seus direitos estejam reconhecidos, para que a igualdade jurídica esteja garantida e para que não se lembre dos indígenas, apenas, em períodos de sublevação ou quando ocorrerem lamentações pelos trabalhadores e camponeses mortos em conflitos (LINERA, 2008: p. 12). (Tradução nossa.)

Como no Equador, a nova Constituição boliviana expressou o surgimento do Estado plurinacional, o que significou uma ruptura na organização das instituições

estatais, cujo poder fora descentralizado. Consequentemente, permitiu-se a maior incidência dos cidadãos e das organizações indígenas sobre elas.

Além de contemplar espaços de atuação na estrutura estatal para diversas organizações sociais, a Carta Magna boliviana intensificou a autonomia e a participação dos segmentos indígenas, permitindo, por exemplo, que se elaborem leis próprias para embasar o julgamento de pequenos delitos cometidos na comunidade.

O surgimento do Estado plurinacional atendeu aos anseios das entidades sociais em torno do bloco de poder liderado por Morales. Segundo Linera (2009):

A formação do novo bloco de poder possibilita a existência do Estado Plurinacional. Não é uma impertinência teórica ou um capricho intelectual, pois tem ligação com a nossa história. Ela expressa a união dos mestiços com aimarás, quéchuas, guaranis, *mojeños* etc. Por termos nos unido, presenciamos a existência de distintas matrizes intelectuais. O Estado Plurinacional é a virtuosa solução dessa articulação da história, da vida, do idioma e das culturas que não estiveram anteriormente no núcleo de poder, pois quem o controlava era um núcleo homogêneo, vinculado, inclusive, por laços familiares (...). Os dominantes armaram estruturas de poder que se mantiveram até 2005 e não desapareceram. O Estado Plurinacional não consiste em um debate intelectual, ainda que possua essa vertente. Expressa a realização prática da realidade, permitindo que mestiços, aimarás, quéchuas, guaranis, *mojeños* e trinitários sejam tratados de forma igual, sem que nenhum grupo se sinta superior a outro. Isso é plurinacionalidade. Esse é o primeiro núcleo do novo Estado: um bloco de poder construído a partir da junção de várias matrizes culturais, linguísticas, históricas etc., que propiciam a formação de um bloco de poder plurilinguístico e pluricultural (...) (LINERA, 2009: p. 11). (Tradução nossa.)

Destacadamente no caso boliviano, as mudanças na estrutura estatal decorreram da existência de um bloco histórico formado por indígenas, camponeses e setores médios urbanos. Nos primeiros anos do século XXI, esse grupo construiu uma nova hegemonia, permitindo, assim, as transformações sociais e políticas. Nesse sentido, Linera (2009) enfatiza:

Vejamos qual é o bloco histórico que articula a hegemonia e a liderança moral e intelectual do novo Estado. A nova correlação de forças apresenta um núcleo nacional-popular como o articulador da vontade geral da sociedade. Evidentemente que não é a pequena burguesia intelectual, como ocorreu com o MNR, que se construiu a partir de um jornal, livros, núcleos intelectuais e profissionais, vinculados aos círculos de poder e à academia. No caso atual, o núcleo articula-se, inicialmente, em torno do sindicato agrário, na estrutura urbana de vizinhos e nos núcleos do mundo operário e, posteriormente, vincula-se a um núcleo acadêmico, intelectual e profissional. (...) o bloco de liderança social da estrutura do país é formado pelo movimento indígena e sindical, articulado com grupos sociais urbanos de vizinhos, os pequenos produtores, além de núcleos operários e da classe média. Essa seria a soma virtuosa do que poderia ser chamado de bloco histórico de poder. Ao redor dele, temos a articulação, às vezes parcial, às vezes total, mas com muitas dificuldades, dos outros setores médios urbanos e de empresários emergentes

do âmbito popular. Por fim, em um eixo mais externo, poderíamos encontrar setores empresariais bolivianos que não estão vinculados ao investimento estrangeiro, que, no modelo neoliberal, foi o núcleo do Estado. Portanto, presenciamos o aparecimento de um novo bloco histórico, de uma nova correlação de forças no interior do Estado. Essa é a primeira grande diferença em relação ao MNR, partido de classe média, possuidor de um núcleo discursivo organizador e dirigente composto pela classe média intelectual-profissional. O núcleo dirigente do atual processo revolucionário não é a classe média intelectual, mas os setores indígenas, camponeses, urbanos e de vizinhos, que conquistaram uma vinculação com setores médios acadêmicos de origem popular. Temos, então, uma natureza de classe distinta (LINERA, 2009: p. 11). (Tradução nossa.)

Semelhantemente aos casos boliviano e venezuelano, a revolução cidadã depositou, na Constituinte, a esperança da transformação radical da realidade socioeconômica. A participação dos marginalizados consistiu em um aspecto básico, como afirmado por Corrêa (2007) nos discursos de posse e de convocação da Assembleia Constituinte:

Tivemos oito presidentes nos últimos dez anos. Milhões de compatriotas saíram do país, nessa tragédia chamada migração. Dinheiro público foi desviado para salvar os bancos, e milhões de dólares foram levados do país por banqueiros corruptos (...). A moeda nacional foi eliminada, e sofremos com a crise. Cansado disso tudo, o povo equatoriano, em 26 de novembro de 2006, votou pela mudança radical, profunda e rápida das estruturas vigentes, optando pela Assembleia Constituinte. Mas o que é isso? A Assembleia expressa a soberania dos equatorianos. Significa discutirmos conjuntamente os fundamentos guiadores de nossa vida. Em outras palavras, materializa a criação de uma Constituição que nos prepare para o século XXI. Simboliza a construção de um verdadeiro Estado de Direito, com adequada divisão de poderes, despolitização dos tribunais e descentralização do Estado, permitindo a construção de um adequado sistema de autonomias. Essa Constituição deve reestruturar o Congresso Nacional, inaugurando uma verdadeira democracia representativa e muito mais participativa (CORRÊA, 2007: p. 2-3). (Tradução nossa.)

Voltar a ter pátria. Essa consigna inspirou os cidadãos que decidiram libertar o país dos grupos dominantes que propiciaram a nossa submissão. Por isso, empreendemos a batalha pela revolução cidadã, que consiste na transformação radical, profunda e rápida do sistema político, econômico e social existente. Sistema perverso que destruiu nossa democracia, economia e sociedade (...). A pátria voltou, e, com ela, retornaram o trabalho, a justiça e os milhões de irmãos e irmãs migrantes (...). Nosso eixo basilar é a revolução constitucional. O voto cidadão foi claro: queremos uma transformação profunda. Nossas classes dirigentes fracassaram. Queremos uma democracia que ouça nossa voz, em que os eleitos entendam que são nossos representantes e que vejam os cidadãos como os verdadeiros mandantes (...). A institucionalidade política equatoriana desmoronou pelo desenho anacrônico e caduco, bem como pelas garras da corrupção e da voracidade política. A distribuição de cargos refletida na constituição vigente, por meio da politização de autoridades, dos tribunais etc., desestabilizou e imobilizou-nos. O Congresso Nacional, supostamente a máxima expressão da democracia representativa, não é percebido pela cidadania como seu representante. Pelo contrário, a perda de credibilidade reflete o desencantamento de milhões de homens e mulheres que anseiam por mudanças. O momento histórico da pátria e do continente exige uma Constituição que prepare o país para o século XXI, superando o dogma neoliberal e findando a falsa democracia, pois essa submeteu pessoas, vidas e a

sociedade equatoriana às regras do mercado (CORRÊA, 2007: p. 3-4). (Tradução nossa.)

No Equador, a nova Constituição foi vista como a propulsora do caminho para a segunda e definitiva independência, pois consistiu no símbolo de um processo revolucionário que refundou a pátria. Além disso, instituiu os mecanismos exacerbadores da participação cidadã e os mecanismos direcionados ao combate da marginalização social. Nas palavras de Corrêa (2008):

(...) o caminho à libertação verdadeira e necessária, para conquistarmos nossa segunda e definitiva independência, reside na dignidade altiva, na decisão soberana para ratificar, com um contundente sim, as aspirações por mudanças, bem como para sepultar, com o sim, os antigos grupos dominantes e ratificar a nova Constituição, que é de todos e para todos. Na segunda e definitiva libertação, nossas armas são os votos; nossos exércitos são os cidadãos. A nossos adversários, sempre responderemos com o que mais temem: democracia e mais democracia. Hoje saudamos a Assembleia Nacional Constituinte. Com ela, estamos mais unidos e capazes para transformar a pátria. Com a memória viva dos libertadores, com a paixão e a clareza histórica de Simón Bolívar; com a entrega à causa libertária de Antonio José Sucre e Manuela Sáenz, com todos os heróis e heroínas de nossa primeira independência, vamos até o futuro para derrotarmos definitivamente o passado infame e excludente. Sonhamos e merecemos criar um país com paz social, justiça e de dignidade (CORRÊA, 2008: p. 13-5). (Tradução nossa.)

Nos três eventos, as transformações revolucionárias estão associadas às mudanças no agir democrático, a partir da intensificação da interveniência popular. A democracia participativa expressa a soberania popular, pois significa a descentralização das decisões a serem implantadas pelas instituições estatais, por meio do uso, por exemplo, de plebiscitos ou referendos. Ou seja, a consulta popular simboliza o advento da mudança de época na região onde exista, verdadeiramente, soberania popular. No tocante às alterações do agir democrático, Chávez (2010) sublinha:

O povo anseia que os representantes cumpram com o compromisso. O poder eleitoral deve obrigar todo candidato, que opte por um cargo público de representação popular, a registrar seus projetos. Se for eleito, deve ter a obrigação de cumpri-lo, pois, caso contrário, devem ser estabelecidos mecanismos revogatórios, como o referendo.

O esquema clássico da democracia liberal não deve ser eterno. Precisamos de um novo conceito de Estado e de uma nova arquitetura desconcentrada de poder. Pleiteamos uma autêntica democracia representativa, participativa e protagonista. A democracia participativa não é um fim (...). O protagonismo popular é um conceito bolivariano, democrático e iminentemente revolucionário. (...) devemos dar ao povo diversos mecanismos, como o plebiscito, os referendos, as assembleias populares, as consultas populares, as iniciativas legislativas, enfim, instrumentos que devem ficar, para mim, inseridos em uma nova Carta Magna que incentive a participação. Deve ser um instrumento de construção, de protagonismo, de democracia verdadeira e

de participação efetiva, vital para reconstruir o país (CHÁVEZ, 2010: p. 299-300). (Tradução nossa.)

O incentivo à radicalização da interveniência popular é, igualmente, um dos elementos do processo equatoriano. De acordo com Corrêa (2008, 2009):

O objetivo foi desenvolver, em nosso país, uma verdadeira revolução constitucional, encaminhada à construção de uma autêntica democracia no Equador. A democracia requer, para ser verdadeira, algumas atribuições básicas, entre as quais, a mais importante é a sujeição do poder ao Direito. Para que o Equador possa superar, definitivamente, esse remendo de democracia que nos acompanha em toda História republicana, uma democracia usurpada pelos antigos poderes que ficavam “de costas” aos interesses e aos desejos populares, requeremos o desenvolvimento de normas e instituições fortes e respeitadas, por que os cidadãos sejam respaldados social e culturalmente (CORRÊA, 2008: p. 11). (Tradução nossa.)

Não retrocederemos um passo! Essa revolução não se vende nem se rende! Aprofundaremos a revolução cidadã. Cada uma de nossas ações e realizações tem ligação com o exercício real da democracia. A democracia é revolucionária, pois busca a participação real de todos os setores, assim como o bem-estar, o desenvolvimento social (...). Nosso processo é pacífico, profundamente humano, democrático e verdadeiro. As balas são os votos. A luta revolucionária é democrática e é realizada desde a consciência histórica, pela memória combatente de cidadãos que amam a pátria e utilizam as urnas como instrumento transformador (CORRÊA, 2009: p. 5-6). (Tradução nossa.)

No próximo Capítulo, analisaremos o fato de a natureza capitalista desses países não se alterar. Ao invés do socialismo, presenciamos um modelo capitalista que resgata intervencionismo estatal, visualizado nas nacionalizações dos recursos naturais, no controle do papel das multinacionais e na defesa da liberação de crédito para pequenas e médias empresas.

Como ressaltado no início deste Capítulo, as insurreições sul-americanas do início de século XXI são revolucionárias. Além das rupturas políticas, o ataque à exploração do capital sobre o trabalho, sedimenta a existência das reformas sociais, que consistem em outro pilar das prerrogativas revolucionárias.

Por mais que as não tenham ocorrido com a ascensão violenta às estruturas estatais, em virtude dos êxitos nos escrutínios eleitorais, é inegável que as revoluções bolivariana e indigenista romperam com o *status quo*, utilizando a democracia e as instituições estatais, como destacado por Chávez (2009):

(...) quero dizer que, ao sul da fronteira, há revoluções. Há insurreições na América do Sul, na América Latina e no Caribe. É necessário que o mundo as veja, as assuma e as aceite, porque é uma realidade imutável. São revoluções que transcendem o ideológico e que são extremamente necessárias. As

revoluções são grandes e crescerão à medida que passem os dias e os meses. (...) Esses processos brotam das cidades e das massas. São revoluções de massas, pacíficas e democráticas, profundamente democráticas. Não tenham medo da democracia (CHÁVEZ, 2009: p. 1e 4). (Tradução nossa.)

A refundação das instituições estatais, o advento da democracia participativa e as reformas sociais consistiram em pilares para que os mandatários dos três países reivindicassem o fato de as atuais revoluções simbolizarem a segunda emancipação sul-americana, iniciando, assim, a mudança de época. Destacamos, também, que as transformações não se localizadas apenas em âmbito nacional, mas possuem um caráter continental e de repúdio completo ao neoliberalismo. Segundo Corrêa (2008, 2009, 2011, 2012):

Toda mudança implica resistência, ainda mais quando são transformações revolucionárias. (...) as políticas impulsionadas neste ano pelo governo da revolução cidadã mudaram radicalmente os princípios e as orientações, privilegiando o ser humano e sua dignidade sobre o capital (...). Mais uma vez, ratificamos nosso compromisso e juramento de jamais falhar, trair nossos princípios ou romper com a promessa de lutar para que o país seja de todos e de todas, sobretudo dos mais pobres (...) (CORRÊA, 2008: p. 8-9). (Tradução nossa.)

Entendemos, com clareza absoluta, que não fomos eleitos para administrar um sistema corrupto, que fora construído sobre a desigualdade, a injustiça, a exploração e o desamparo. Fomos eleitos para alterar a raiz desse sistema perverso, que destruiu a democracia, a economia e a sociedade equatoriana. Esse sistema privilegiou os poderosos e submeteu, durante décadas, as maiorias populacionais à miséria (...). Nosso maior esforço refere-se à transformação do Estado, seguido pela mudança no sistema econômico, à construção da igualdade e à recuperação da soberania nacional. A revolução cidadã fundamenta-se em princípios que reconhecem que o ser humano é o princípio e o fim da vida política e econômica. Nosso primeiro objetivo consiste na transformação democrática do Estado (...). Recebemos um país fraturado e ingovernável, cuja institucionalidade estava destruída. Desde os primeiros dias de janeiro de 2007, iniciamos uma verdadeira transformação de época. Estamos fazendo história (CORRÊA, 2011: p. 6-7). (Tradução nossa.)

Com os processos ocorridos na América Latina, tudo está mudando. Os povos da região lutam por sua liberação. Nossa América não vive um período de simples mudanças, mas um câmbio de época, e isso, em parte, explica minha presença aqui. Estamos alterando a relação e os poderes estatais, que se tornam favoráveis às maiorias. Estamos transformando nossos Estados burgueses, os “Estados aparentes” (...), estamos transformando nossas “falsas democracias” em democracias reais. Todas as instâncias da nossa América devem estar em função dessa mudança de época, que se revolucionará ou desaparecerá, entendendo que as instituições não são o fim, mas os meios para conquistarmos o bem viver de nossos povos (CORRÊA, 2012: p. 2-3). (Tradução nossa.)

Vivemos tempos novos, tempos de revolução e não de involução. É uma verdadeira mudança de época. Estamos resgatando a pátria, estamos em festa, renascendo do caos mercantilista. Saímos do caos privatizador e das garras dos exploradores. A pátria estava suja, enferma e amargurada. Tivemos que arrancar os apátridas. O país estava a serviço dos bancos e do capital. Mudamos para devolver a dignidade ao país. Agora, estamos abrilhando a

alma da pátria. (...) Nessa revolução cidadã, o ser humano é o centro, a prioridade e a razão (...). Essa é uma revolução pacífica que está dando exemplo. É uma revolução verdadeira, que também desperta esperança em outros pobres da América (...) (CORRÊA, 2009: p. 2-3, 12 e 16). (Tradução nossa.)

América Latina está atravessando uma verdadeira mudança de época. Isso é importante enfatizar. Estamos transformando os Estados da região, esfacelados após as quase três décadas da longa e triste noite neoliberal (...). Todavia, falta muito por caminhar. Na América Latina, ganhar as eleições não significa conquistar o poder. Os grupos dominantes continuam intactos, se aproveitando dos poderes econômicos, sociais, midiáticos e até religiosos. Essa luta é diária. Os governos revolucionários sofrem com as conspirações permanentes (...). Por isso, além dos debates técnicos e das simplificações econômicas, o principal desafio no início desse século é a mudança nas relações de poder, colocando-os à disposição das grandes maiorias (CORRÊA, 2012: p. 4). (Tradução nossa.)

Nesses trechos, constatamos que o caráter revolucionário do governo de Corrêa reside nas modificações da estrutura política. Além disso, o bolivarianismo revolucionário equatoriano fundamenta-se em um constante diálogo com entidades sociais indígenas, que compõem, aproximadamente, 7% da população do país (INEC, 2010).

O elo entre a revolução cidadã e o passado indígena equatoriano advém da necessidade do bem viver, ou seja, o *sumak kawsay* dos povos ancestrais. As modificações no agir democrático e as reformas sociais associam-se a essa consigna indígena. Como veremos no Capítulo 3, o socialismo do século XXI também está associado ao *sumak kawsay*. Segundo Corrêa (2009):

(...) para nós, o ser humano, o bem-estar, o desenvolvimento igualitário, o bem viver, o *sumak kawsay* de nossos povos ancestrais constituem o princípio e o fim de nossa ação. Para afirmar esses princípios, estamos conduzindo uma revolução (...) que não se afasta um centímetro sequer da paz que honramos como nação. A revolução significa transformações rápidas, radicais e profundas das estruturas vigentes. Em nosso caso, pretendemos alcançar a única paz verdadeira e sustentável, que se baseia na justiça social (CORRÊA, 2009: p. 2-3). (Tradução nossa.)

Como na revolução cidadã equatoriana, o aspecto revolucionário do indigenismo boliviano fundamenta-se na radicalização da democracia e nas reformas sociais, além das transformações econômicas, cujas características serão debatidas no Capítulo 3. De acordo com Linera (2007):

Em 2003 e 2004, as grandes mobilizações sociais demonstraram que a sociedade não aceita, simplesmente, votar ou eleger governantes a cada quatro anos. Ela tem desejo de participar diretamente no que acontece no país. A população definiu a agenda que debatemos hoje: Assembleia Constituinte,

recuperação dos recursos naturais e nova economia. Esses são, fundamentalmente, elementos ansiados pela sociedade para uma efetiva participação nas decisões. Podemos dizer que, a partir de 2003, por meio da sociedade civil, e de 2006, por meio das estruturas estatais, entramos em uma segunda fase democrática, que passou a ser vista não apenas pelo voto, mas também pela participação da sociedade nas decisões do país (...).

Nossa sociedade ambiciona não apenas direitos individuais, como o voto ou a associação. Reivindica o reconhecimento dos direitos coletivos, da igualdade dos povos, dos idiomas e das culturas, o que chamamos de uma cidadania multicultural ou de um Estado plurinacional. A Bolívia, no fundo, é uma nação de nações; nossa amada pátria é uma grande nação, mas, no interior, está composta por múltiplas identidades nacionais: indígenas, mestiços e não mestiços, com direitos coletivos para o reconhecimento institucional (LINERA, 2007: p. 7). (Tradução nossa.)

A radicalização da participação cidadã e a constituição do Estado plurinacional, com o reconhecimento da autonomia para as comunidades indígenas, consistem nos elementos para definir o indigenismo boliviano como revolucionário. Sobre a associação da democracia à revolução, sublinhamos, também, a articulação do governo com as organizações sociais, aspecto central da dinâmica política do evismo.

O agir democrático participativo intenciona a reinvenção das instituições republicanas, aprimorando seu funcionamento e ampliando a possibilidade de influência cidadã sobre elas. Consideramos que a democracia participativa não supera a democracia representativa, mas aperfeiçoa seu funcionamento.

Nas palavras de Morales (2006, 2008) e Linera (2008, 2012):

As formas organizativas comunitárias, agrárias e sindicais do movimento indígena contemporâneo fundamentam-se nas assembleias deliberativas, na rotatividade dos cargos e, em alguns casos, no controle dos meios produtivos. Eles são o centro de decisão da política e de boa parte da economia boliviana. Os círculos de poder estatal sustentam-se nos debates e nas decisões das assembleias indígenas, operárias e de bairros. Os sujeitos do poder político e da institucionalidade foram trasladados para os âmbitos operário e indígena. Os “cenários conflitivos” anteriores, como sindicatos e comunidades, são espaços estatais de poder e de decisões relevantes da trama política (LINERA, 2012: p. 2). (Tradução nossa.)

Em 1997, quando cheguei a este parlamento, vi a inexistência do propagado pacto pela democracia e pela governabilidade. Vi apenas pactos da corrupção. Felizmente, havia limites, o que acabou graças à consciência do povo boliviano. A política significa uma ciência a serviço do povo. Devemos servi-lo e não viver às suas custas. Isso sim é política. Devemos viver para a ela e não viver dela. Nossas autoridades autóctones sabem, exatamente, que são eleitas para servir à população (...). Felizmente, o povo é sábio, o que deve ser reconhecido (...). As organizações sociais, os conselhos de amautas do altiplano pacenho, os sindicatos do campo e da cidade são reservatórios de conhecimentos científicos da vida, para defender e salvar a humanidade. Devemos nos articular a essas organizações para implantar políticas em conjunto (...) (MORALES, 2006: p. 2). (Tradução nossa.)

A Constituição reconhece a democracia representativa e a democracia participativa, que consiste no uso do referendo como figura democrática.

Também há outro mecanismo: a democracia comunitária, ignorada nas Constituições anteriores, pois havíamos elaborado leis pensando que vivíamos na França, em virtude da mentalidade colonizada dos congressistas e dos constituintes anteriores. (...) A nova CPE é plurinacional e reconhece a relevância das assembleias comunitárias, de bairros e sindicais (...). Somos democráticos representativos, participativos e comunitários. Praticamos a justiça convencional positivista, mas também a comunitária. A nova institucionalidade do Estado recorre a uma parte da institucionalidade republicana, que a enriquece e complementa a partir da articulação com outra institucionalidade existente, mas inviabilizada pelas antigas instituições (LINERA, 2008: p. 14). (Tradução nossa.)

Outros elementos do Estado plurinacional são os que abarcam o reconhecimento da democracia representativa e da direta, visualizados na existência do referendo revogatório ou ratificador de mandato. Com isso, conseguimos manter ou mudar uma autoridade. Podemos aprovar ou rechaçar uma lei. Integramos, no novo texto constitucional, a democracia comunitária. Pela primeira vez, reconhecemos como parte das normas estatais as assembleias e os cabildos, expressões da possibilidade decisória em nível local. O comunitarismo sempre foi visto como algo secundário, pois era de camponeses. Agora, está presente nas instituições do Estado e faz parte da conquista dos direitos para tomar decisões locais pelos bolivianos. Quando definimos que a Bolívia tem um Estado plurinacional, estamos afirmando que, em todas as instituições, há o reconhecimento da diversidade dos povos, das nações, dos idiomas e das culturas (LINERA, 2008: p. 14). (Tradução nossa.)

Quero dizer que, hoje, bolivianos e bolivianas, vivemos um dia histórico, em virtude da participação popular nesta etapa de aprofundamento da democracia boliviana, por meio do referendo revogatório. Pela primeira vez na História, houve um referendo revogatório, com massiva participação popular (...). O triunfo da revolução democrática e cultural é importante não apenas para os bolivianos, mas também para os revolucionários latino-americanos (...) (MORALES, 2008: p. 3). (Tradução nossa.)

Em relação ao modelo revolucionário, constatamos que o caso venezuelano é o mais radicalizado. Os discursos de Chávez, principalmente após 2005, apontaram seguidamente para a construção do socialismo. O elo entre a revolução e o fim do modo de produção capitalista é estabelecido e não se associa somente às transformações constitucionais ou democráticas.

A diferenciação na radicalidade discursiva deve-se ao fato de Chávez estar há mais tempo no poder. Em janeiro de 2013, completou 14 anos de mandato¹⁰ e, assim, teve mais condições de aprofundar as transformações econômicas e políticas venezuelanas. Inegavelmente, ao propagar o horizonte socialista, Chávez agiu diretamente na consciência das massas, fortaleceu o combate ao capitalismo, aguçou a luta de classes e ampliou a defesa popular do bolivarianismo.

¹⁰ No momento em que finalizávamos este Capítulo, as dúvidas sobre o início de um novo mandato de Chávez, em razão de seu estado de saúde, permaneciam.

O socialismo é o horizonte estratégico do chavismo. Sobre isso, Chávez (2012) declara:

Afirmamos que houve uma primeira etapa em que não se aplicou a revolução a fundo. Isso é certo, mas devemos refletir, profundamente, sobre as razões. Se tivéssemos radicalizado no início, teríamos abortado o processo, pois, naquele momento, seria inviável. Recordo (...) a tese da viabilidade de projetos. Quer dizer, do ponto de vista político, seria viável iniciar o governo com um projeto profundamente revolucionário? Haveria viabilidade política? Como? Com a oposição de quase todos os poderes estatais? Haveria viabilidade social? Econômica? Não tínhamos, sequer, recursos para pagar salários (CHÁVEZ, 2012: p. 404). (Tradução nossa.)

As duas fases do processo revolucionário venezuelano podem ser constatadas nos seguintes trechos dos discursos de Chávez (1999):

O povo venezuelano deve estar alerta e exigir mudanças profundas. Os grupos dominantes têm ojeriza à participação popular (...). Estamos diante de uma crise galopante, sem retorno, e aproximamo-nos de eventos históricos que marcarão o nascimento da nova Venezuela. Nesse momento, referendado na necessidade de sobrevivência da República, devemos invocar a soberania popular e a vontade das maiorias, para evitar que os setores dominantes se reacomodem e nos levem a uma derrota histórica. Isso se enquadra dentro do planejamento estratégico, existente desde 1992: a saída desse terrível labirinto ocorrerá quando tivermos novos atores políticos e quando emergirem forças sociais que realizem ações concretas, propulsoras das mudanças profundas e verdadeiras. Nesse momento histórico, existe apenas um ser que pode tirar os velhos atores e pôr em ação essas novas forças sociais e políticas, que conduzam processos profundos de transformação. Esse ser é o povo venezuelano, autêntico detentor de soberania (...) (CHÁVEZ, 1992: p. 53-4). (Tradução nossa.)

O povo despertou. Estava adormecido e, agora, está nas ruas, buscando um novo destino (...). Quando isso ocorre, os lutadores sociais devem ficar otimistas, pois um ciclo de mudanças históricas aproxima-se. Estamos vivendo isso. Começou nosso momento, pelo fato de não existir aqui a hora de Chávez. Vivemos o momento da ressurreição do povo venezuelano. Estamos falando de um povo, de um coletivo que está em plena ação política (...). Sou um componente a mais desse povo e decidi cumprir um papel político importante (...). Dizia aos cadetes da Academia Militar, quando era capitão, que este século, para nós, era como um treinamento para nosso século, que é o próximo, o XXI. Esse será o século do povo venezuelano. Chegou o momento de acabar com o velho sistema, traiçoeiro e corrupto. A hora chegou e não é retórica. Estou confiante na destruição do velho regime e no nascimento de um novo país. Sentimos isso nas ruas. O povo venezuelano despertou e não é fácil enganá-lo. Assistimos à organização de forças que levarão a outro país. Por isso, luto com tanta veemência (...) (CHÁVEZ, 1994, 1995: p. 112-3 e 127-8). (Tradução nossa.)

A instalação da Assembleia Constituinte é um ato revolucionário. Simboliza a ocupação dos espaços institucionais pelos revolucionários, algo que não pode ser detido (...). Essa revolução é conduzida, impulsionada e amada pelo povo (...). Povo e revolução são como hidrogênio e oxigênio, que, juntos, produzem água. Não existe revolução sem povo, e aí estão os venezuelanos impulsionando a transformação (...), “segurando” as rédeas do destino (...),

buscando capitães, porque disso necessita o povo: verdadeiros capitães, verdadeiros líderes, que sejam capazes de liderar e servir o povo. Assistimos à construção de lideranças políticas, nascidas da própria revolução (...). Ocupamos espaços que pertencem ao soberano, como a presidência e o parlamento (...) (CHÁVEZ, 1999: p. 214). (Tradução nossa.)

(...) em nosso processo, existem várias revoluções. Mas começemos falando da primeira, que é a revolução política. (...) os americanos desta terra já disseram: se desejamos que a revolução política tenha êxito, precisamos fazer a transformação econômica. Alterar o modelo econômico é essencial, pois, caso contrário, a revolução política perde-se. Teria sido útil, e hoje vou repetir: somos obrigados a fazer a revolução econômica socialista, sem a qual se perderá a revolução política que lideramos durante esses anos. Precisamos realizar outras revoluções: da ética, dos valores, do conhecimento (...) (CHÁVEZ, 2011: p. 14). (Tradução nossa.)

Não tenho dúvidas em repetir, como Bolívar, que o impulso desta revolução foi dado. O que devemos fazer é conduzi-la corretamente, e isso acontece por meio do Projeto Simón Bolívar, que expressa o projeto socialista, o socialismo bolivariano. (...) O único caminho para a vitória da Venezuela é a revolução socialista e democrática (...) (CHÁVEZ, 2008: p. 287 e 315). (Tradução nossa.)

Estamos realizando a batalha revolucionária contra a burguesia, que tanto nos odeia. Não perderemos, como em outras oportunidades. Chegou o momento da vitória popular, do êxito revolucionário, e somos obrigados a seguir consolidando o caminho da vitória até a revolução socialista. Esse é o único caminho possível, que tem variações de velocidade, contradições e ritmos distintos, mas que não regredirá, pois o caminho revolucionário é irreversível (CHÁVEZ, 2011: p. 20). (Tradução nossa.)

Diferentemente do caso venezuelano, os líderes da revolução democrática e indígena boliviana ressaltam que o processo revolucionário não se iniciou com a eleição de Morales. Já existia um ciclo insurrecional e contra-hegemônico anterior, dirigido por organizações sociais camponesas e indígenas, fato comprovado pela análise histórica realizada no Capítulo 1.

A chegada do MAS ao poder expressou o ápice da luta pelo domínio político, que fora realizada, durante muitos anos, pelo movimento social e teve um caráter revolucionário no início do século XXI. A eleição de Morales consistiu em um aspecto básico do processo de mudanças, mas não foi considerado seu marco inicial.

Ao comparar as três revoluções, constatamos que o caso boliviano expressa a conquista do governo por um bloco histórico formado por indígenas, camponeses e setores médios urbanos, que, durante anos, desencadeou um conjunto de lutas contra os grupos dominantes e suas políticas neoliberais.

Evo Morales, nesse sentido, cumpre o papel de aglutinador do movimento social, sendo a sua própria expressão política. Como abordamos no capítulo anterior, a eclosão das insurreições sociais a partir 2001 fez com que o país entrasse em um processo

revolucionário, cujo ápice foi a vitória eleitoral de Morales, em 2005, e os conflitos em torno do processo constituinte. Todavia, a revolução não dependeu dessa liderança ou iniciou-se com a vitória eleitoral do líder providencial, como nos casos bolivariano, equatoriano e venezuelano.

A centralidade do movimento social organizado na construção histórica da revolução democrática e indígena é constatada nas palavras de Linera (2010):

Cinco foram os pilares desse processo de *empoderamiento*, de conquista e construção de um novo Estado. O *primeiro* foi quando o movimento indígena-camponês pleiteou a conquista do poder estatal e a necessidade de reconstruí-lo, a partir do reconhecimento das históricas batalhas por igualdade política, realizadas pelos mártires e heróis bolivianos. O *segundo* versa sobre a reconstrução da capacidade de mobilização, pois a aquisição do poder deriva da força social. Essa foi construída em marchas, cabildos e assembleias. Foi edificada a capacidade territorial de mobilização e de presença do movimento social, convertendo suas demandas em feito político e em força estatal. Entretanto, talvez o feito mais relevante da conquista do poder resida na habilidade de o movimento indígena tecer alianças, acordos e aproximações com distintos segmentos das classes trabalhadoras. Historicamente, uma pequena elite abastada dominou o povo, aproveitando-se de sua desunião. Todavia, ao unificar-se como movimento social, o povo transformou-se em poder. Isso, na história dos povos, consiste em um acontecimento extraordinário que somente ocorre a cada cem ou duzentos anos. A grande virtude do movimento indígena, camponês, operário, estudantil, juvenil e profissional foi a habilidade para articular alianças, como diria o presidente Evo Morales, de construir o grande tecido social com todas as cores, as identidades e as estruturas organizativas da imensa maioria das classes laboriosas. Esse tecido vivo de articulações políticas, da soma de forças para lograr um bloco social com vontade de soberania político-estatal, é denominado hegemonia. Hegemonia não é o domínio, mas a capacidade de liderar diferentes setores, bem como de conduzir, recorrer e apoiar suas demandas. É a capacidade de seduzir e convencer, de fazer acordos políticos e materiais. Isso é o que vimos na última década: liderança moral e intelectual, articulação das alianças para unir o povo em torno de um projeto. Capacidade hegemônica é, portanto, o *terceiro pilar* da estratégia de poder. O *quarto pilar* diz respeito ao fato de o bloco de poder estatal desenvolver-se ao longo do ciclo de mobilizações (2000-2005), configurando um *programa de transformações*. Não é que as sublevações populares adotaram um norte estratégico previamente constituído, mas cada mobilização, em torno de pontos específicos das necessidades vitais afetadas pelo neoliberalismo, engendrava, como fruto da experiência e da aprendizagem popular em luta, novas demandas e propostas que potencializavam a luta prévia, buscavam superar os limites temporais e afiançavam aliados mais extensos. Foi a própria experiência de luta dos sublevados que sedimentou a transformação da estrutura estatal (...). Nacionalizar os recursos naturais, realizar a Assembleia Constituinte, indianizar o Estado, fomentar a soberania política etc. são eixos do programa de ação do bloco histórico popular-indígena, que, a partir de sua mobilização, fez com que emergisse um processo de autoaprendizagem dos movimentos sociais, aglutinando outras classes populares e setores médios urbanos durante o momento político da transição estatal (2005-2009). O *quinto pilar* foi a liderança, a figura, a pessoa que uniu esse bloco histórico, ou seja, Evo Morales (...) (LINERA, 2010: p. 9-10). (Tradução nossa.)

Sobre as fases do processo revolucionário boliviano, Linera (2010) reitera:

A primeira foi quando se viabilizaram o projeto e o desejo de poder popular, entre os anos de 2000 e 2003. A segunda ocorreu entre 2003 e 2005, quando o projeto logrou força de mobilização, presença territorial e capacidade de oferecer uma alternativa verossímil e viável para o resto da sociedade. O terceiro momento foi a conquista do governo, ainda não do poder, por meio da conversão dessa grande capacidade de mobilização dos movimentos sociais do campo e da cidade em força eleitoral democrática. Em 2005, o companheiro Evo Morales Ayma ganhou as eleições gerais com 54% dos votos. O quarto momento foi decisivo e, como sucede em toda revolução estatal, tratou-se de um feito de força, de tensão e de confrontação decisiva entre os blocos de poder sociais antagônicos. Por mais que tivéssemos o governo, as classes dominantes resistiam a abandonar seus privilégios e tentavam acabar com o novo poder ascendente na Bolívia. Tentaram nos derrotar mediante o estrangulamento econômico e fracassaram. Apostaram em nos vencer mediante a revogação eleitoral do presidente, que teve a maior votação dos últimos 50 anos, e, mais uma vez, falharam (...). Fracassadas a guerra econômica e as tentativas de nos derrotar, optaram pelo pior, o golpe de Estado, mas também os vencemos. Por último, tentaram dividir nossa amada pátria e fracassaram. Esse *ponto de bifurcação* ou *resolução hobbesiana* da luta pelo poder, que consolida estatalmente o novo bloco social dirigente nacional-popular, foi obtido no ano passado (2009). Agora, com 64% de apoio social, temos a construção do novo Estado plurinacional, autônomo, social e comunitário. (LINERA, 2010: p. 10-1). (Tradução nossa.)

Nos eventos equatoriano e venezuelano, observamos a prevalência do caráter bonapartista. Chegamos a essa conclusão a partir da análise histórica dos processos revolucionários e dos discursos dos presidentes. Embora combatam a preponderância do líder providencial para as insurreições, esse traço é uma marca peculiar dos bolivarianismos equatoriano e venezuelano.

As revoluções do início de século XXI intitulam-se continuadoras da obra emancipatória do século XIX. Sustentados nos ideais de solidariedade, justiça social, coletividade e integração sul-americana, os correntes processos políticos almejam a construção do socialismo do século XXI e da pátria grande sul-americana. Segundo Chávez (2010):

(...) 24 de julho, completados 227 anos do nascimento do “pai Bolívar”, é dia de júbilo para toda a pátria, não somente para a Venezuela, mas para a pátria grande, para esses povos de nossa América. Toda a população americana, 200 anos depois de iniciada a revolução de independência que, por esses dias, completará 200 anos, hoje, igual a ontem, seguem lutando, continuam batalhando pela plena independência e pela criação da pátria humana, a pátria grande, a pátria nova (...). Começamos, aqui, a demolir esse perverso sistema, com a bandeira de Bolívar e a missão bolivariana. Devemos desmontá-lo definitivamente, para que possa haver pátria verdadeira, para que possa haver igualdade, justiça e paz entre nós, construindo uma nova pátria de iguais, de irmãos. Essa é a pátria socialista, a pátria socialista (CHÁVEZ, 2010: p. 2 e 14). (Tradução nossa.)

Destacamos, outrossim, que as instituições estatais foram remodeladas para servir aos processos transformadores, bem como utilizadas para que se alcancem o desenvolvimento socioeconômico e a alteração dos valores sociais. Além disso, como discutiremos no próximo capítulo, nega-se o Estado mínimo, vigente nos anos neoliberais entre o final da década de 1980 e o início do século XXI.

O intervencionismo estatal na economia e as políticas sociais são reivindicados, pois permitirão a completa independência econômica e a inclusão social. Adicionalmente, exige-se o Estado como representante da ação coletiva; por isso, o fortalecimento de suas instituições é relevante nesses processos. Reproduzimos, a seguir, uma fala de Corrêa (2009) que demonstra a relevância do fortalecimento da ação estatal:

(...) a importância do Estado, que é a representação institucionalizada da sociedade, por meio da qual se dita a ação política. Pretender minimizar a ação do Estado foi um dos grandes absurdos da larga e triste noite neoliberal, assim como pretender maximizá-lo foi um dos erros centrais do socialismo estatista. O inquestionável é a necessidade de um Estado eficiente, que aja em função do bem comum, para o qual deve se liberar do sequestro das classes dominantes. Trabalharemos arduamente para isso. Sem dúvida, este foi o trabalho mais duro e menos visível, mas provavelmente o mais importante: a profunda reforma do Estado equatoriano (CORRÊA, 2009: p. 21). (Tradução nossa.)

Além disso, o desenvolvimento desses processos revolucionários ocorre com a dissipação de bandeiras democráticas, traduzidas não somente no fomento à maior participação popular por meio da democracia participativa, mas também em reformas sociais.

Tendo isso em vista, o conceito de revolução permanente, renascido no marxismo em 1905, por meio de Leon Trotsky, aplica-se aos eventos estudados, sobretudo ao caso venezuelano. Segundo Trotsky (2007), o cumprimento das tarefas democráticas, proposto nos países de capitalismo retardatário, deveria ser conduzido, diretamente, para a ditadura do proletariado, responsável por colocar as tarefas socialistas na ordem dia. Essa teoria negava a visão da maior parte dos marxistas do início do século XX, uma vez que tratava da necessidade de um longo período democrático nos países de capitalismo retardatário até a chegada do socialismo. Adicionalmente, a democracia não era um fim em si mesmo, mas consistia no prólogo imediato da revolução socialista. Dessa forma, o desenvolvimento revolucionário tornava-se permanente, perpassando pela revolução democrática até a transformação socialista da sociedade. Nessa teoria, as transformações sociais são contínuas, e a internacionalização da revolução socialista é fundamental.

Nesse sentido, nos casos analisados nesta tese, a radicalização da democracia é pleiteada em associação a consignas propositoras do novo socialismo. Além disso, a soberania popular é construída por meio da união de bandeiras democráticas, com a proposição de transformação socialista da sociedade, ainda que isso esteja distante desses processos revolucionários. Ou seja, a retórica reivindicativa pela construção do socialismo age mais no plano das ideias, no imaginário social, do que na pragmática, como veremos no Capítulo 3.

Também ressaltamos que o discurso revolucionário e favorável ao novo socialismo não é restrito ao âmbito nacional, uma vez que há uma contínua reivindicação em prol da expansão das características desses processos para o plano internacional. A materialização disso ocorre, por conseguinte, nas propostas de integração regional, sobretudo na criação da Aliança Bolivariana para as Américas (Alba), que examinaremos no Capítulo 4.

2.4. Os discursos políticos, o passado e a revolução na Bolívia, no Equador e na Venezuela

Os homens não fazem sua história livremente, pois cada escolha defronta-se com acontecimentos passados (MARX, 2008). Em períodos revolucionários, quando o desenrolar dos acontecimentos aponta para a construção de um novo tipo de sociedade, os homens recorrem à tradição e aos “espíritos do passado, tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar, nessa linguagem emprestada, a nova cena da história universal” (MARX, 2008: p. 15).

O apelo ao passado ocorre, constantemente, nas revoluções analisadas nesta tese. A História e a lembrança das lutas independentistas do século XIX são reivindicadas pelos mandatários para criar uma relação identitária com o passado. Com isso, os três presidentes aparecem como próceres de revoluções que almejam a segunda independência da América.

Além disso, os atores da resistência à colonização e da emancipação ressurgem nos discursos dos presidentes com o intuito de legitimar os processos revolucionários. A apropriação do passado atendeu ao desejo de construção da imagem de líderes revolucionários desses três mandatários.

A constituição da imagem de si nessas lideranças, meta fundamental do discurso político (AMOSSY, 2008), reside na demonstração de que os processos transformadores

almejam a criação de uma nova independência nacional, associada às mudanças socioeconômicas e à radicalização da democracia.

Sendo assim, “(...) o discurso político mobiliza cenografias variadas, uma vez que, para persuadir seu coenunciador, devem captar seu imaginário, atribuir-lhe uma identidade, invocando uma cena de fala valorizada” (MAINGUENEAU, 2008: p. 17). Nesse sentido, as diversas imagens e símbolos identitários do passado, valorizados no imaginário social desses países, são utilizados pelas lideranças, a fim de convencer os grupos sociais a apoiarem os governos bolivariano e indigenista.

Estratégias como a utilização das imagens dos resistentes à colonização espanhola, a reutilização das figuras dos lutadores da independência da América Hispânica e a reivindicação dos líderes progressistas das revoluções liberais do século XIX objetivam glorificar os processos políticos em curso com as áureas do passado. Utilizar o passado em períodos revolucionários não significa parodiá-lo ou fazê-lo caminhar outra vez, mas aclamar as novas lutas, bem como engrandecer, na imaginação popular, as tarefas e os sacrifícios revolucionários a serem cumpridos, almejando o encontro do espírito da revolução (MARX, 2008).

O espírito da revolução derivou, exclusivamente, do uso das imagens dos próceres da independência, assim como do emprego dos valores morais e da teoria revolucionária nos embates políticos correntes. Consignas como liberdade, insurreição, dignidade e independência aparecem, muitas vezes, nesses discursos com a intenção de validar as insurreições do presente.

A reutilização do passado de lutas contra os hispânicos fundamenta uma nova tradição de batalhas políticas e a continuidade dos processos de transformações socioeconômicas defendidas por esses processos revolucionários. A criação de tradições políticas por instituições estatais e organizações sociopolíticas mobiliza grupos sociais contra os opositores aos processos revolucionários.

As reminiscências das lutas emancipatórias são utilizadas para revisar aspectos históricos tradicionais e para subverter categorias, suposições e ideologias das memórias dominantes. Os ícones da independência de cada nação são sobrevalorizados, com a finalidade de legitimação dos atuais processos de transformação social.

Rouso (2010) afirma que a memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que leva a uma representação seletiva do passado ou à própria presença do passado. As representações do passado observadas em determinadas épocas ou lugares constituem a manifestação mais evidente da memória coletiva.

Tendo isso em vista, cabe destacar que não objetivamos, neste trabalho, debater o caráter individual ou coletivo da memória. Entretanto, buscamos pensar que sua evocação, no que concerne às lutas de independência, convém aos movimentos revolucionários no início do século XXI, pois consiste em uma fermenta útil à edificação da identidade nacional e ao surgimento de novas culturas e ideologias dominantes. Dessa forma, as imagens do passado são empregadas com o desígnio de edificar novos aparatos culturais e ideológicos.

A construção de símbolos e mitos, a evocação dos heróis nacionais e as cerimônias públicas intencionam solidificar, no imaginário social, tradições políticas que associem as lideranças políticas à transformação social e sedimentem o apoio às revoluções em andamento. A construção desse imaginário ocorre por meio de discursos políticos que pretendem “(...) ser, em seu propósito, um discurso de verdade que diz qual é o sistema de valores em nome do qual deve se estabelecer o elo social (...)” (CHARAUDEAU, 2008: p. 190).

Nos processos políticos atuais, presenciamos a invenção de novas tradições, marca dos fenômenos políticos de massas. Segundo Hobsbawm (2008), esse elemento esteve presente na construção das sociedades europeias na segunda metade do século XIX. Tal como nesse período, temos, na América do Sul, a invenção de tradições que buscam não apenas consolidar, no imaginário social, os ditos processos revolucionários, mas também a noção de reconstrução das repúblicas, derivada da realização das Assembleias Constituintes.

A reestruturação das relações sociopolíticas nos três países estudados ocorre com a utilização de instrumentos asseguradores da identidade e da coesão social. Há invenções oficiais chamadas de políticas, pois surgem de movimentos sociais ou políticos organizados (HOBSBAWM, 2008). Essas tradições sustentam os processos revolucionários correntes, pois apresentam novas formas do agir político e do valores sociais.

Por tradição inventada, entende-se um conjunto de práticas, reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas. Hobsbawm (2008) apresenta três categorias de tradições inventadas, a saber: (i) as que estabelecem ou simbolizam a coesão social e as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais e artificiais; (ii) as que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade; e (iii) aquelas cujos propósitos principais são a socialização e a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento.

Essas práticas, rituais ou simbólicas, nos países que analisamos nesta tese, intencionam inculcar valores e normas de comportamento que sistematicamente se apresentam como uma continuidade do passado. Disso, decorrem as constantes referências à História. Nesse sentido, a intencionalidade das tradições é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas, tais como a repetição. Sua função, por conseguinte, é oferecer a qualquer mudança desejada a sensação do precedente, a continuidade histórica e, igualmente, os direitos naturais (HOBBSAWM, 2008).

O chavismo, o correísmo e o evismo associam suas bandeiras políticas nacionalistas e transformadoras ao passado revolucionário. Essa ligação ocorre, nos discursos políticos, por meio de temáticas políticas análogas às do passado, tais como: anticolonialismo, soberania nacional, liberdade, dignidade e construção de uma identidade nacional pautada por símbolos e valores locais. As imagens do passado são utilizadas como “legitimadoras das ações e cimento da coesão social” (HOBBSAWM, 2008: p. 21).

A História das lutas almeja despertar um sentimento nacionalista, fomentado pelos discursos dos presidentes, cujo conteúdo reivindicatório trata da soberania nacional e do anti-imperialismo. As variadas falas possibilitaram o surgimento de uma consciência de classe que ganhou dimensões cívico-nacionais, pois estabeleceu a associação das melhorias socioeconômicas à implantação de um conjunto de tarefas nacionais, como, por exemplo, a nacionalização dos recursos naturais e das empresas estratégicas, o desenvolvimento produtivo e a distribuição de renda.

A radicalização política das bases sociais em torno desses movimentos revolucionários reforçou a capacidade da consciência nacional. Assim como argumentado por Hobsbawm (2008), podemos afirmar que a América do Sul vive um momento político que une a revolução social e o sentimento patriótico. Os discursos buscam a ligação constante da inclusão social e da distribuição de renda à ocorrência de políticas estatais nacionalistas e soberanas.

O sentimento anti-imperialista e a proposição de maior integração sul-americana, sobre a qual falaremos no Capítulo 4, materializaram-se na criação da Aliança Bolivariana para as Américas (Alba) e na União das Nações Sul-americanas (Unasul), bem como ilustram a busca pela independência política e econômica perante os interesses externos. Como afirmado por Chávez (2009): “(...) a Alba surge como um novo mecanismo de integração. É uma inovação marcada pela solidariedade. Juntamente com

o Mercosul e a Unasul, fazem parte da grande revolução latino-americana” (CHÁVEZ, 2009: p. 2). (Tradução nossa.).

A ascensão do novo nacionalismo sul-americano também está associada às consequências socioeconômicas da globalização. A resposta ao domínio econômico e político das transnacionais e das instituições financeiras internacionais, organizadas em grandes redes empresariais e financeiras, despertou, nos países periféricos, a preocupação com as identidades primárias. O nacionalismo aspira à reconstrução das identidades, por isso, utilizam-se as imagens do passado para germinar uma nova consciência nacional.

Os processos revolucionários sul-americanos apresentam outro ponto fundamental: a construção de uma identidade coletiva por meio da relação entre o líder e as bases sociais. Essa identidade advém da formação de um programa político sustentado na relação dialógica entre governos e entidades sociais. Além disso, contribuem, para os discursos transformadores, as práticas políticas marcadas pela reivindicação da participação popular e a criação e o compartilhamento de agentes simbólicos revolucionários.

Além disso, o carisma das lideranças políticas e o atendimento às demandas sociais possibilitam o contínuo crescimento da popularidade, o que acaba por incrementar a relação com as massas.

Tendo isso em vista, a construção de um sujeito coletivo é um ato político, caso em que a liderança cumpre um papel fundamental: identificar as demandas políticas dos variados grupos sociais e despertar, por meio de falas e atos, a consciência coletiva. A construção da identidade nacional perpassa, necessariamente, pela ligação entre a liderança política e o movimento social organizado, sendo justamente o resultado da relação dialética entre ambos (RABY, 2006).

Para além da construção de novas identidades nacionais, os discursos políticos desses mandatários almejam a edificação de novas ideias, de uma nova ética e de um novo conceito político. Esse advém de uma interação complexa entre discursos, ações e poder (político, midiático e cidadão), de modo a produzir uma nova consciência cidadã e opinião pública. No que se refere a nosso objeto de estudo, tais fatores pleiteiam a perpetuação dos processos revolucionários (CHARAUDEAU, 2008).

Segundo Charaudeau (2008), a construção da opinião pública origina-se pela composição destes dois elementos: (i) a essencialização - processo que converte uma opinião relativa, passível de discussão, em uma opinião coletiva absoluta, em prol de uma razão identitária -; e (ii) a fragmentação - processo que decorre da multiplicação ou da

superposição de opiniões coletivas conflitantes e antagônicas, muitas vezes justificadas na História ou na memória coletiva.

O desenvolvimento da consciência revolucionária nos variados grupos sociais dos países estudados nesta tese deriva, justamente, da relação dialética com as múltiplas reminiscências das lutas emancipatórias. Disso, advém a construção de uma identidade nacionalista e anti-imperialista que almeja tornar-se absoluta nessas sociedades. Assim, é possível afirmar que os inúmeros imaginários presentes nos atores políticos e sociais de cada nação perpassam, ao mesmo tempo, tal consciência.

De acordo com Charaudeau (2008), essa consciência é composta pelos imaginários fundadores (democracia, soberania nacional e participação popular), propagados pelos grupos de opinião dos movimentos revolucionários presentes nessas sociedades. Por meio da relação entre o imaginário social e o posicionamento dos grupos de opinião, constitui-se a consciência política, objetivo último do discurso político.

Nesse sentido, corroboramos com a seguinte afirmação de Charaudeau (2008):

(...) imaginário é efetivamente uma imagem da realidade, mas imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações, (...), a realidade tem, portanto, a necessidade de ser percebida pelo homem para significar (...) é essa atividade de percepção significante que produz os imaginários (CHARAUDEAU, 2008: p. 204).

Os discursos políticos proferidos pelos mandatários e pelas lideranças sociais das nações estudadas materializam-se em *slogans*, panfletos e imagens que objetivam confirmar os líderes por meio da racionalização discursiva. Os diferentes imaginários almejam a persuasão e a adesão aos processos emancipatórios em curso. Por isso, as representações sociais construídas por esses discursos reivindicam valores e símbolos que se identificam com a transformação socioeconômica presente em cada nação analisada. Nesses discursos, a soberania nacional, o igualitarismo e a solidariedade são invocados enquanto elementos fundamentais a serem utilizados para o desenvolvimento da nova identidade nacional e da ideologia revolucionária.

Ocorrem diversas construções ideológicas no bolivarianismo e no indigenismo, as quais derivam das diferenciadas utilizações da memória, mobilizada para a reivindicação identitária. Esses usos distintos intercalam-se nas expressões públicas e na reivindicação de identidade, que, unidas, desenvolvem o fenômeno da ideologia.

Para Ricouer (2010), as ideologias constroem-se a partir da própria compreensão do mundo, a qual distorce a realidade, bem como legitima os sistemas de poder e de

integração ao mundo comum por meio de sistemas simbólicos imanentes à ação. O primeiro aspecto do fenômeno ideológico reside na constituição de uma estrutura intransponível de ação, mediada pelo simbolismo, pelas motivações da ação humana e pelas estruturas hereditárias dos comportamentos. O segundo diz respeito à função da ideologia, que consiste na justificativa de um sistema de ordem ou de poder. As legitimações de autoridade, os governos e a hierarquia entre governantes e governados referem-se a outros aspectos presentes na construção ideológica.

A ideologia revolucionária fundamenta-se em um instrumento de combate e de luta pelo poder, assim como almeja convalidar os governos de Evo Morales, Rafael Corrêa e Hugo Chávez, por meio da criação de outros valores morais e simbólicos nessas sociedades. As ideologias bolivariana e indigenista objetivaram conscientizar, politicamente, os grupos sociais a respeito da necessidade de apoio aos processos revolucionários. Dessa forma, criou-se um aparato ideológico antípoda aos valores dominantes em cada país, propiciando, por conseguinte, a hegemonia política dos grupos revolucionários.

O arraigado nacionalismo desses processos materializou-se na utilização dos símbolos da resistência à colonização espanhola e dos heróis da independência do século XIX, com vistas à sedimentação das variadas ideologias revolucionárias no imaginário social de cada país.

As imagens do passado, as bandeiras revolucionárias e o agir político interagem para criar novos sistemas de representações societárias, os quais se constroem a partir da utilização do passado e das práticas sociais que, associadas, intencionam o surgimento de vínculos sociais, de identidades múltiplas e da busca do poder.

As representações guardariam “o inventário das práticas sociais que regem os laços de pertencimento a lugares, territórios, fragmentos do espaço social, comunidades de filiação (...)” (RICOUER, 2010: p. 240). Nos fenômenos políticos analisados, utiliza-se o passado a fim de legitimar as ações revolucionárias, fortalecendo, consequentemente, a soberania nacional.

Da mesma forma, o passado não apenas justifica as lutas políticas, mas também fomenta a construção da hegemonia dos grupos revolucionários, auxiliando na disseminação da nova cultura dominante. As imagens passadas são reivindicadas para o surgimento da nova ideologia, que objetiva representar os recentes grupos sociais no poder.

Dessa maneira, os partidos políticos no poder empregam os aparelhos ideológicos do Estado (AIE) – igrejas, escolas, exército, família, sindicatos, cultura etc. - na dissipação da ideologia revolucionária. A difícil tarefa de superação da ideologia dos velhos grupos dominantes perpassa pelo desenvolvimento de uma nova consciência política que, para se materializar, necessita da utilização dos AIE (ALTHUSSER, 1985).

Como dissemos anteriormente, o chavismo, o correísmo e o evismo utilizam os períodos de resistência à colonização espanhola e as lutas de independência para legitimar as revoluções. Nesse sentido, as batalhas do presente simbolizam a continuação das lutas do passado. Segundo Morales (2006):

Para recordar nossos antepassados, senhor presidente do Congresso Nacional, peço um minuto de silêncio para Manco Inca, Tupac Katari, Tupac Amaru, Bartolina Sisa, Zarate Villca, Atihuaiqui Tumpa, Andrés Ibáñez, Che Guevara, Marcelo Quiroga Santa Cruz, Luis Espinal e a muitos de nossos irmãos mortos. Cocaleiros da zona do trópico de Cochabamba, irmãos que lutaram pela dignidade do povo *alteño*, dos mineiros e dos milhões de seres humanos que caíram em toda a América. Por eles, presidente, peço um minuto de silêncio. Como segurança, estamos obrigados a fazer uma grande reminiscência sobre o movimento indígena, sobre a situação das épocas colonial, republicana e neoliberal. Os povos indígenas, de acordo com o último senso, são a maioria da população boliviana, compondo 62% da população do país. As etnias aimará, quéchua, *mojeño*, chipaya, murato e guaranis são maioria. Esses povos, historicamente, foram marginalizados, humilhados, odiados, depreciados, condenados à extinção. Essa é nossa história. Os indígenas jamais foram reconhecidos como seres humanos; porém, são os donos absolutos desta nobre terra e dos recursos naturais. Estamos aqui para reivindicar a resistência de 500 anos dos indígenas e para defender que tenhamos o poder pelos próximos 500 anos. Indígenas, operários e todos os setores sociais devem estar unidos para acabar com essa injustiça, com a desigualdade e, sobretudo, com a discriminação e a opressão a que foram submetidos os aimarás, quéchuas e guaranis. Respeitamos e admiramos muitíssimo a todos os setores, sejam profissionais ou não, intelectuais ou não, empresariais ou não. Temos direito a viver essa vida nesta terra, e o resultado das eleições nacionais é, justamente, a combinação da consciência social com a capacidade profissional. Então, poderemos ver que o movimento indígena originário não é excludente. Oxalá, oxalá, outros senhores também aprendam conosco. Podemos seguir falando de nossa História, podemos seguir recordando como nossos antepassados lutaram: Tupac Katari, que restaurou o Império Inca; Simón Bolívar, que lutou pela pátria grande; Che Guevara, que lutou por um novo mundo em igualdade. Essa luta e essa revolução democrático-cultural são partes da luta de nossos antepassados. É a continuidade da luta de Tupac Katari. Essa luta e esses resultados são a continuidade de Che Guevara. Estamos aqui, irmãos e irmãs da Bolívia e da América Latina. Vamos continuar até conseguir a igualdade em nosso país. Não é importante concentrar o capital em poucas mãos, de modo que muitos morram de fome. Isso deve mudar. Mas deve mudar pela democracia. E por que falamos em mudar o estado colonial? Devemos acabar com ele. Imagine: depois de 180 anos de vida democrática republicana, recém-chegados à presidência, ao parlamento e às prefeituras. Antes, não tínhamos direito a isso (MORALES, 2006: p. 3-4). (Tradução nossa.)

Nas palavras de Chávez (2010):

São cinco as raízes da revolução, da dialética e da concentração de ideias: Miranda, Sucre, Zamora, Bolívar e Simón Rodríguez (...). A Universidade Militar Bolivariana também poderá formar profissionais civis em soberania, segurança, defesa e quantas formas de saber que tenham a ver com as tarefas de defesa nacional, de desenvolvimento nacional. (...) nossa academia nasceu em plena efervescência revolucionária, para servir à revolução. (...) Estamos aqui 200 anos depois, em revolução, como nascemos e como seremos de agora em diante e para sempre, escola de revolucionários, de patriotas. (CHÁVEZ, 2010: p. 5). (Tradução nossa.)

Como afirmado por Corrêa (2010):

Há mais de 200 anos, em Quito, Eugenio de Santa Cruz y Espejo, com a edição das *Primicias de la Cultura de Quito*, constituía-se como autor intelectual do movimento libertário de 10 de agosto de 1809, sonhando com o futuro, levantava chamas de dignidade, inflamava os corações e engrandecia os espíritos com sonhos de liberdade. Andrés Bello, talvez o humanista mais sensível de seu tempo, fundava a Gazeta de Caracas. Duas vezes próximas no tempo, unidas pelos mesmos ideais, forjavam a insurreição, conspiravam, carregavam ideias poderosas e ferramentas para a emancipação das consciências em épocas de batalha em que nossos povos assumiram a liberdade como uma urgência de vida. Tais fatos desembocaram no início dos processos de independência de 10 de agosto de 1809, em Quito, e de 16 de abril de 1810, em Caracas. Os ventos sopravam a favor dos insubordinados, dos rebeldes e a favor da utopia libertária. Ambos sofreram juntos os massacres de 02 de agosto de 1810, em Quito, e de abril de 1812, em solo venezuelano.

Pouco depois, Bolívar, com um olhar amplo e profundo sobre a nossa América (...). Cada região, com suas próprias condições, fortalezas e infortúnios foi analisada, mas o fator comum, a coluna vertebral que conforma o ideário de Bolívar, é a necessária unidade de todos os povos, como afluentes no grande oceano independentista. Essa luta vai se construindo com Eugenio Espejo, Francisco Miranda, Andrés Bello e Antonio Nariño; nutre-se do sacrifício dos mártires de Quito, de Caracas, de Chuquisaca, da Junta Tuitiva no Alto Peru; esse combate ocorreu com o sangue de Quito, em agosto, e de Caracas, em abril, dos patriotas de Buenos Aires; essa luta nos pertence (...) (CORRÊA, 2010: p. 6). (Tradução nossa.)

(...) Não haverá retrocesso neste processo, porque somos fiéis ao pensamento de Bolívar. O *Libertador* foi o primeiro a impor-se, assim como fizemos, a elevar ao grau de generala a sua Manuela Sáenz. Bolívar esteve na vanguarda da ressurreição americana (...). Nós seguimos os passos do *Libertador* na construção do que ele chamava de nações, nações irmãs, que desfrutarão de soberania, segundo sua vontade e sua consciência (CORRÊA, 2007: p. 11). (Tradução nossa.)

Nos três casos, a construção das novas sociedades fundamentou-se no emprego dos símbolos da luta emancipatória. Mais do que referências políticas, intencionava-se o desenvolvimento de uma nova ideologia dominante, sustentada em uma cultura que reivindicava a memória das lutas de independência. Até o novo socialismo é justificado na história dos próceres, o que é altamente discutível do ponto de vista científico, pois não pleiteavam, nos discursos, o socialismo. O uso do passado emancipatório para a

geração de uma nova ideologia dominante pode ser constatado a seguir, nas falas de Corrêa (2009) e Chávez (2010):

(...) sabemos que não há culturas sem memórias, que não há desenvolvimento sem povos entusiasmados por suas identidades. Por isso, agora, inauguramos um país ancorado em políticas culturais que favorecem o diálogo entre os diversos, a criação cultural e artística. Para nós, a cultura não é um feito decorativo, é um bem social. E não pouparemos nenhum nesse caminho (CORRÊA, 2009: p. 31-32). (Tradução nossa.)

Bolívar era um pensador pré-socialista ou socialista utópico. Simón Rodríguez desenvolveu, um pouco mais, a tese de um socialismo concreto, mas não alcançou, entretanto, o nível científico de Karl Marx, Frederico Engels, Lênin e outros que sustentaram, cientificamente, a tese do socialismo e a transição do capitalismo ao socialismo. Bolívar e seu planejamento, Simón Rodríguez e Ezequiel Zamora formam as três raízes fundamentais, autóctones e profundas de nosso modelo de socialismo científico, alimentando mais uma de suas raízes, como da revolução chinesa, da revolução russa e da revolução cubana. Estamos criando nosso socialismo, que, para nós, é o caminho da democracia verdadeira e profunda, bem como do Estado popular, social de direito e de justiça, como diz nossa Constituição (CHÁVEZ, 2010: p. 9). (Tradução nossa.)

Dessa forma, as três revoluções passaram a utilizar as imagens e os textos de figuras históricas como Simón Bolívar, Simón Rodríguez, Sucre, Manuela Sáenz, Francisco Miranda, Eugenio Espejo, Eloy Alfaro, Tupac Katari, Tupac Amaru, Bartolina Sisa, entre outros. Com isso, forjou-se um sentido revolucionário e transformador aos processos políticos.

No caso venezuelano, a chegada de Hugo Chávez à presidência marcou mais uma fase do uso da figura de Simon Bolívar. O Bolívar chavista não é o herói isolado, mas o mito opulente e responsável pelo êxito dos sul-americanos contra a colonização espanhola. Temos, portanto, a utilização do Bolívar revolucionário e integrador, que nutriu, durante parte de sua vida, o sonho da união dos povos hispânicos.

Além disso, destacamos que o chavismo apropria-se do Bolívar revolucionário para legitimar os aspectos nacionalista, anti-imperialista (ou neocolonialista, como é constantemente utilizado pelo mandatário venezuelano) e latino-americanista do bolivarianismo. A presença de Bolívar nos discursos de Chávez não ocorreu somente após a ascensão à presidência e o início da intitulada revolução bolivariana, mas teve raízes no início da trajetória política de Hugo Chávez, com a formação do Movimento Bolivariano Revolucionário-200 (MBR-200) (ELIZALDE e BÁEZ, 2004).

Segundo Chávez (1994, 2002):

O movimento revolucionário foi carregado de uma ideologia, a ideologia bolivariana. Nós a formulamos durante muito tempo. Essa ideologia tem uma sustentação ética, filosófica e política, que foi articulada à de outros pensadores e autores venezuelanos, o general Zamora, as terras livres, os homens livres de Simón Rodríguez, o sábio, o Rousseau americano, como chamou Bolívar em algumas ocasiões. Assim, fomos criando uma força transformadora, uma força cívico-militar, pouco a pouco nos fomos armando de uma ideologia, de uma força e de uma estratégia (...) (CHÁVEZ, 2002: p. 18-19). (Tradução nossa.)

Simón Bolívar caminha nos olhos das crianças e nos milhares dos campos venezuelanos. Ele faz parte do mito nacional, quer dizer, do sonho de uma Venezuela distinta (...). Pela noite, despedi-me dos soldados, que me ajudaram a recolher meus pertences no Hospital Militar. Dizia-lhes: “serão os últimos soldados, neste momento, que comandarei para a tarefa de recolher livros”. Identifiquei-me bastante com os soldados que ali estavam. Vejo neles Bolívar (...). Nosso herói está presente no espírito nacional, e sua história nos dá esperança. Dizem que o bolivarianismo é anacrônico, mas creio que, como dizia Simón Rodríguez, que se trata de inventar. Bolívar concebeu o sonho de uma República, e existem dois projetos de Constituição elaborados por seu gênio. Uma concepção geopolítica que está vigente. O novo bolivarianismo está acompanhado da ideia, digamos filosófica, de Simón Rodríguez e da concepção social de Ezequiel Zamora. Creio que é exatamente o que este mundo venezuelano e latino-americano sem ideologia necessita, para que exista um planejamento sério, original e próprio. Isso é uma bandeira ideológica para lutar pela ideologia (CHÁVEZ, 1994: p. 90-1). (Tradução nossa.)

A recuperação da imagem de Bolívar pelo chavismo foi observada na alteração do nome do país, pela Constituição de 1999, para República Bolivariana da Venezuela. Além disso, há uma extensa produção bibliográfica sobre a vida de Bolívar, cuja imagem foi constantemente reivindicada por Chávez. (cf., <http://www.bicentenario.gob.ve>).

O bolivarianismo chavista recupera pontos específicos do discurso de Simón Bolívar. Os traços autoritários e conservadores, presentes nas falas do herói da emancipação, são propositadamente esquecidos. Todorov (2002), ao discutir os usos políticos da memória e os esforços de rememoração realizados pelo aparato de propaganda dos governos, ressalta que o esquecimento é uma opção, isto é, trata-se de um afastamento de detalhes que, por alguma razão, interessam ou não.

Longe de se opor à memória, o esquecimento é um de seus traços constituintes. A memória configura-se no contraste e na interação entre a supressão e a conservação de determinados fatos ou acontecimentos (TODOROV, 2002). Essa seleção certamente envolve critérios, conscientes ou não, que orientam variadas formas de utilização do passado.

O Bolívar revolucionário utilizado por Chávez intenciona a legitimação da ideologia bolivariana. Essa baseia-se na adoção de um discurso político revolucionário,

que também aponta para o desenvolvimento da integração regional e para a construção de um novo socialismo, o socialismo do século XXI.

Acreditamos que a utilização da imagem de Bolívar pelo chavismo possui encontros e desencontros. No que se refere aos encontros, a ligação com o herói revolucionário, anticolonial e integrador da região possui sustentação histórica, por isso, parece-nos acertado reivindicar “esse Bolívar” para sustentar as bandeiras do bolivarianismo chavista.

No entanto, em relação aos desencontros, consideramos anacrônica a vinculação da imagem de Bolívar, quase como um profeta, ao socialismo do século XXI. Essa associação ocorre com o uso arbitrário, seletivo e descontextualizado do discurso de Bolívar. Relacionar, por exemplo, a reivindicação de igualdade e liberdade, também presente nos discursos e nos textos de outros próceres da emancipação, ao socialismo é descontextualizar a História

Os libertadores da América inspiravam-se no iluminismo e, por conseguinte, distanciavam-se da concepção marxista da História. Nesse sentido, a reivindicação do Bolívar socialista deve enquadrar-se no contexto histórico, bem como ter espírito crítico e objetividade científica (KRAUZE, 2008).

Por outro lado, a utilização política da independência ressalta que o povo pode ser protagonista da própria História. Em outras palavras, as imagens dos próceres da independência são utilizadas pelo chavismo para apontar uma continuidade entre as lutas da revolução de independência do século XIX e os processos políticos do início do século XXI. Segundo Villafaña (2007):

Não é um Marx desconhecido e distante das maiorias sociais quem convoca agitando as bandeiras da luta contra a injustiça social. É o próprio Bolívar, em companhia de Simón Rodríguez e Ezequiel Zamora, quem se descobre como agitador, propagandista, organizador e estrategista de nosso processo de libertação. É a História que dignifica e compromete (...), em que o impulso ideológico conduz os povos à mobilização (...), mas a satisfação coletiva de se sentir parte da resistência indígena; das lutas de independência com Bolívar a frente e de sucessivas confrontações contra os inimigos da pátria ao longo de nossa História (VILLAFAÑA, 2007: p. 64).

O passado de embates contra o colonizador também é utilizado para demonstrar que o exército venezuelano cumpre um papel revolucionário e é um aliado da população:

Pudera dizer que nós somos e – certamente é assim – herdeiros do exército de Bolívar, o exército libertador. Mas isso não basta porque aqui passamos por fases nas quais os militares também assumiram ditaduras contra o povo,

massacraram o povo (...). Em todo caso, havia antecedentes distantes que são necessários e justos invocar. Em verdade, nosso exército nasceu das mãos de orientação bolivariana, é um exército libertador. Assim se chamou desde a origem: o Exército Libertador. Essa marca tem um peso histórico que não se pode negar (CHÁVEZ, 2003: p. 30). (Tradução nossa.)

As imagens do passado não são empregadas somente para dar um sentido revolucionário aos processos políticos em curso, mas também para sustentar uma aliança essencial ao chavismo, ou seja, entre a população e o exército. Essa associação ocorre não apenas pelo passado da luta emancipatória, mas também pela composição social, pois a maioria da oficialidade advém de estratos sociais baixos ou médios da sociedade.

No Equador, a comemoração do bicentenário das independências cumpre o mesmo papel do fenômeno chavista, ou seja, o uso das lutas emancipatórias para legitimar o discurso favorável à integração sul-americana. Em virtude de ambas as emancipações terem sido processos correlatos, sucede-se o uso dos mesmos heróis, com exceção de alguns que são típicos de cada nação, como, por exemplo, o equatoriano Eugenio Espejo.

O emprego político das imagens do passado objetiva caracterizar a revolução cidadã como um *continuum* dos processos independentistas, a fim de legitimar o discurso de rompimento com as décadas de exclusão social e de controle político do Equador pela oligarquia. Por isso, como veremos nos discursos mencionados adiante, as transformações sociais e políticas do correísmo são glorificadas com a benção dos heróis do passado.

Destacamos, igualmente, que o correísmo incorre no mesmo equívoco chavista de associar a defesa do socialismo aos heróis do século XIX. Isto é, com a intenção de aclamar o presente, Corrêa comete o mesmo anacronismo histórico. Entretanto, uma diferença substantiva entre o caso equatoriano e o venezuelano reside na contínua utilização da revolução liberal da segunda metade do século XIX para legitimar o aspecto revolucionário do correísmo. Os heróis e as prerrogativas desses dois ciclos revolucionários são reivindicados por Rafael Corrêa, que se intitula um perpetuador desses processos.

Constatam-se esses elementos do caso equatoriano nas seguintes palavras de Corrêa (2007, 2010):

Os povos *criollo* e mestiço venceram em Pichincha, em 24 de maio de 1822. Igual ao que fizera em Carabobo e Boyacá, um pouco mais tarde em Junín e, finalmente, em Ayacucho. Nessas gloriosas batalhas de nossa primeira independência, brigamos unidos quiteños, guayaquilenhos, venezuelanos, argentinos, peruanos, bolivianos, colombianos (...), todos com a causa da

liberdade. Para além do entusiasmo, do brilhantismo e do triunfo, houve quem sabiamente anunciou com assombrosa evidência nos muros quitenhos: “último dia do despotismo e primeiro do mesmo”, evidenciando, assim, desde aquele momento, a tarefa pendente de nossa segunda e definitiva independência.

(...) queridos cidadãos, o ano passado inaugurou o início da celebração do bicentenário do nosso intento independentista. Começaram em 1809 na América do Sul (...) e ocorreram, simultaneamente, em todos os países. Não foi a tarefa de iluminados, mas o despertar de nossos povos que permitiu essa independência, que ocorre, de forma similar, neste início de século XXI. Não há outra maneira para explicar, neste momento, o repúdio ao neoliberalismo e ao corrente Consenso de Washington (...). (...) governos progressistas levam os povos da região ao caminho da justiça, da soberania e da dignidade, que sempre merecemos (...) (CORRÊA, 2010: p. 1-3). (Tradução nossa.)

(...) Dissemos, em variadas ocasiões, que a melhor forma de homenagear nossos grandes homens e mulheres é seguir suas lutas e seus exemplos de insubordinável devoção pela pátria. Em 15 de janeiro, ao assumir o governo, afirmamos: não duvidamos que nosso governo será bolivariano e alfarista. Seguiremos ambas as doutrinas. Hoje, 5 de junho (...), data que coincide com o triunfo revolucionário liberal e a nomeação de Alfaro como chefe supremo do país, visualizamos uma série de coincidências históricas (...). Asseveramos, com orgulho e humildade, que nossos passos estão guiados pelos ideais alfaristas. Foi dito, sem a compreensão dos momentos históricos, que a revolução alfarista era de caráter liberal, o que seria um contrassenso com nossa doutrina do socialismo. Essa afirmativa possuiu um notório desconhecimento da História Comparada e uma incompreensão de que o ataque da burguesia agroexportadora da Costa, liderada por Alfaro, contra a retardatária e doméstica produção “agrofeudal”, é um relevante avanço histórico, da mesma maneira que a velha política clientelista, assistencialista, centralista e paternalista deve ser substituída, hoje, por uma nova História, que isole os que se creem donos do país (CORRÊA, 2007: p. 8-10). (Tradução nossa.)

(...) com a maior convicção, recordamos, aqui, os laços que nos unem à Revolução Alfarista. Se nos perguntarem o que significa ser alfarista, responderemos: é defender a autodeterminação dos povos. É propor e promover a integração dos latino-americanos, como sonharam os libertadores. É atuar com a maior honestidade e transparência no manejo dos fundos públicos. É propiciar a integração nacional e atuar favoravelmente aos mais necessitados e vulneráveis (CORRÊA, 2007: p. 8-9). (Tradução nossa.)

O povo equatoriano despertou da pesada noite neoliberal e está disposto a inaugurar uma nova era de paz, sustentada na igualdade e na definitiva liberdade. Quando o povo desperta, seus próceres abandonam o mármore frio de bronze e surgem em solenes pedestais, unindo o operário à professora; o camponês ao jurista: as trabalhadoras de comércio às empregadas domésticas; as mães à juventude; os aposentados aos pescadores; as domésticas aos soldados; os homens às mulheres. Os grupos sociais compartilham seus sonhos e suas ansiedades, seus desejos e suas frustrações. Acompanham, com seu alento, o trabalho criativo e os esforços para continuar a tarefa libertária de que foram exemplares (CORRÊA, 2010: p. 3-5). (Tradução nossa.)

Na Bolívia, atores e batalhas do período final da colonização são utilizados, com sentido análogo, aos casos equatoriano e venezuelano. A diferença mais visível reside na reivindicação incisiva e contínua dos indígenas enquanto importantes artífices da resistência ao domínio espanhol. Resgatam-se fatos marcantes da luta autóctone contra os

ibéricos, não se restringindo ao uso, quase que exclusivo, dos heróis das batalhas emancipadoras, como sucedido no bolivarianismo.

Essa associação com o passado também intenciona ressaltar a continuidade das lutas passadas com as ocorridas no início deste milênio. Com isso, o evismo busca sua legitimidade perante a sociedade civil, em especial as organizações sociais. Diferentemente dos outros casos, estratégias como o resgate da ancestralidade indígena e da exclusão social e política desse grupo no período republicano almejam conquistar aceitação na comunidade internacional para as políticas revolucionárias.

Ao tomar posse nos dois mandatos na Porta do Sol em Tiwanaku, sítio arqueológico representativo para os indígenas, Morales demonstrou seu comprometimento com os pleitos das entidades sociais, ao mesmo tempo em que carregava sua assunção à presidência de simbologias. Ressaltamos dois elementos: (i) o sentido de retorno ao passado, pois esse ato Morales demonstrava que, finalmente, os descendentes dos autóctones teriam o controle da Bolívia; e (ii) o comprometimento com os valores e a história desse grupo.

A vinculação do governo Morales com a história indígena foi concretizada com o Estado plurinacional. Esse novo arquétipo estatal busca a realização do ajuste de contas com a história republicana, marcada pela exclusão e pela exploração dos indígenas pelos grupos dominantes. Agora, os indígenas são atores e não plateia. Por isso, a reivindicação do passado. Segundo Morales (2011) e Linera (2010):

(...) a plurinacionalidade é o reconhecimento da igualdade de direitos pelos bolivianos. Temos duas composições étnicas: somos indígenas e mestiços. Ambos são vitais e inseparáveis para o país (...). (...) o Estado integral e o Estado plurinacional garantem que nenhum desses grupos sociais seja marginalizado, mas que se completem, como realizado por nossos heróis da independência (...). Antes, nesse hemisfério, estavam nossos libertadores mestiços, dos quais nos sentimos orgulhosos, mas não estavam nossos heróis independentistas indígenas, dos quais também nos sentimos orgulhosos (LINERA, 2010: p. 11-2). (Tradução nossa.)

Essa rebelião vem desde 1600 ou 1700. Alguns historiadores marcam seu início em 1492, ano de chegada dos espanhóis à América. Os ibéricos dominaram e subjugarão os indígenas. Saquearam nossos recursos naturais, dividiram, discriminaram e exterminaram-nos. Assistir a Assembleia Legislativa plurinacional repleta de *polleras*, *guardatojos*, *chulus*, ponchos e chapéus é, realmente, uma satisfação (...). (...) esse fato decorre da luta permanente de nossos antepassados, que não foi em vão (...). (...) se a história da exploração e da resistência pertence aos indígenas, deixa-nos um princípio: o anticolonialismo. Essa é a herança que temos e que não deve ser esquecida. A luta de nossos antepassados foi contra o colonialismo e pela emancipação. Nós devemos continuá-la (...). Essa é a nova Bolívia, surgida após inúmeros episódios de luta pela libertação. A rebelião de nossos antepassados indígenas e dos próceres da emancipação, bem como, finalmente, a rebelião ou a

revolução democrática, cultural e indígena. Estamos na etapa mais difícil da descolonização, e todos possuem essa responsabilidade. Precisamos emancipar-nos completamente e não ter qualquer diferenciação social. Todos devem possuir os mesmos direitos. Por isso, convoco todos para trabalharem juntos, cuidando de nossa economia e aprofundando a democracia (...), convoco os movimentos sociais e os partidos para trabalharmos por nossa querida Bolívia (...) (MORALES, 2011: p. 2-3 e 10). (Tradução nossa.)

(...) durante a república, os indígenas foram discriminados e marginalizados. Jamais respeitaram nossa luta. Durante os últimos 20 anos, foi aplicado um modelo econômico, o neoliberalismo, que continuou o saque de nossos recursos naturais e privatizou os serviços básicos (...). (...) meu governo sintetiza o sentimento humano dos povos. Expresso o sofrimento, produto da marginalização social e da exclusão. Apregoo, sobretudo, esse pensamento anticolonial dos povos que lutam por igualdade e justiça (...) (MORALES, 2006: p. 2). (Tradução nossa.)

(...) A república é a administração e a ampliação do bem comum. No período colonial e após a independência, os governos apropriaram-se de terras comunitárias e privatizaram nossos recursos naturais: borracha, castanha, estanho, prata etc., até 1952. Posteriormente, começaram a privatizar o gás e o petróleo, a água e as terras. A república liberal, ilusória no fundo, matou, durante os últimos 180 anos, nossos heróis indígenas e os que lutaram pela plena liberdade (...) (LINERA, 2010: p. 8). (Tradução nossa.)

Neste capítulo, analisamos que os triunfos revolucionários do passado são continuamente utilizados no bolivarianismo e no indigenismo, a fim de legitimar as insurreições do início de século XXI. Por isso, o uso político, às vezes abusivo e até mesmo anacrônico, da história dos próceres da independência.

Além do apoio popular aos processos políticos em curso, utiliza-se a imagem dos espíritos do passado com o intuito de amparar os elementos do bolivarianismo e do indigenismo. Dessa forma, a reivindicação da integração regional, o apelo à cidadania e à justiça social, a busca da verdadeira soberania popular, entre outros, encontram sustentação no passado.

Observamos, igualmente, que os aspectos revolucionários do chavismo, do evismo e do correísmo se sedimentam em três fatores: (i) a realização das Assembleias Constituintes; (ii) a construção da democracia participativa; e (iii) o apelo às reformas sociais. Tendo isso em vista, acreditamos que esses processos são revolucionários, pois se tratam de transformações no agir e na prática do político, as quais, se consolidadas, inaugurarão um novo momento da região, cujo passado oligárquico, finalmente, ficará para trás.

No Capítulo 3, analisaremos o socialismo do século XXI. Acreditamos que esse novo socialismo tem pouca semelhança com as experiências socialistas vividas no século

XX, exceto o processo cubano em que existem similaridades. Por mais que, do ponto de vista discursivo haja uma intensa e contínua reivindicação do socialismo, principalmente no caso chavista, os processos aproximam-se da retomada da tradição nacional-estatista presente na América Latina.

No entanto, essa crítica não invalida a relevância da construção discursiva do socialismo do século XXI. Os possíveis impactos do imaginário socialista serão analisados no próximo capítulo. A proposição de novos valores éticos e morais, o socialismo bolivariano, na Venezuela, e o socialismo do bem viver, na Bolívia e no Equador, ambos variantes nominais do socialismo do século XXI, consistem no aspecto central do uso e do abuso da retórica socialista, como veremos no Capítulo 3.

Capítulo 3 - O socialismo do século XXI: teoria e imaginário social na América do Sul

Por Cristo, el más grande socialista de la historia, por todos los dolores, por todos los amores, por las esperanzas que haré cumplir con los mandatos supremos de esta maravillosa constitución aún a costa de mi propia vida. Patria, socialismo o muerte.

Hugo Chávez

3.1. Considerações preliminares

Afirmamos na introdução deste trabalho que o início do século XXI na América do Sul foi marcado por um período de fortes contestações ao *status quo* vigente nas décadas de 1980 e 1990. As instituições republicanas, a democracia representativa e as políticas econômicas neoliberais foram veementemente repudiadas nessa parte do continente.

Em consequência, tivemos a ascensão de fenômenos políticos radicalizados, como os três analisados neste trabalho. Surgiram também processos políticos mais moderados, como os liderados pelos Kirchner, na Argentina, ou pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no Brasil.

A negação dos sistemas políticos vigentes e do neoliberalismo culminou na ascensão dos processos revolucionários boliviano, equatoriano e venezuelano, como analisamos no Capítulo 1. Tais processos simbolizaram um novo ciclo revolucionário. Diferentemente de períodos anteriores, como nas décadas de 1960 e 1970, nessa nova fase presenciamos o abandono da luta armada. A via institucional foi reivindicada como o caminho mais plausível para a gênese das revoluções.

Além das transformações políticas e sociais realizadas por esses fenômenos, a principal inovação para o debate acadêmico e político por eles propiciada residiu na teorização do socialismo do século XXI, difundido inicialmente na Venezuela, entre 2004 e 2006, com a radicalização da revolução bolivariana. Os êxitos eleitorais de Morales e Corrêa possibilitaram que o novo socialismo angariasse entusiastas na Bolívia e Equador.

O novo socialismo é de complexa definição. Ao longo desta pesquisa, tivemos uma considerável dificuldade de apontar um caminho ou uma fórmula minimamente conclusiva sobre esse pretense novo modo de produção. Nessa proposta, misturam-se

variadas vertentes de pensamento e bandeiras políticas: marxismo (com todas suas vertentes!), humanismo cristão, keynesianismo, indigenismo, enfim, uma miscelânea de teorias e formas de analisar a realidade que nos impôs o instigante desafio de defini-lo.

A imprecisão fez com que decidíssemos pela demonstração dos aspectos que compõem um *minimum* socialismo do século XXI. Para tal, fundamentamo-nos em discursos de mandatários e em seus programas de governo. Ao final deste capítulo, apontaremos o que acreditamos compor as características básicas do novo socialismo.

Em períodos revolucionários, os mortos podem ressurgir com o intuito de glorificar as novas lutas. No capítulo anterior, vimos que as imagens dos próceres da independência são utilizadas para legitimar o agir político revolucionário dos três casos analisados. No entanto, há “outros mortos” que não apareceram. No início desta pesquisa, alimentamos a ilusão de comparar o socialismo do século XXI a outras experiências socialistas, mas, por fim, resta-nos a “realidade histórica dos documentos e dos discursos”. O novo socialismo é muito mais uma construção imaginária e simbólica do que real. Inegavelmente, ele age na consciência das massas ao propor a utopia do novo modo de produção e de novos valores culturais, entretanto não se trata de uma nova experiência socialista.

Os três processos possuem um viés nacionalista e esquerdista, resgatando a tradição nacional-estatista presente na América Latina desde a década de 1930. Podem-se identificar aspectos do socialismo cubano, como a reivindicação da soberania nacional, mas não há uma cópia desse modelo.

Ao contrário do que a grande mídia propaga, alimentando o senso comum, cremos que Cuba seja um arquétipo de luta e resistência. Trata-se de um símbolo utilizado para a legitimação das melhorias sociais, como nas áreas de saúde e educação, mas não consiste em um modelo político-econômico a ser seguido por esses processos. É uma referência, mas ambas as revoluções não reivindicam sua reprodução.

Como afirmado pelos mandatários, não há uma fórmula que leve a esse novo socialismo, porque ele é elaborado e reinventado continuamente. Entre as várias imagens criadas pelos três mandatários, achamos interessante a fala de Hugo Chávez sobre a construção do novo socialismo. A seguir, reproduziremos a declaração dele, a qual talvez sintetize nossas dificuldades. De acordo com Chávez (2011):

Para construir o socialismo, temos de recordar Fidel. Em uma resposta que ele deu a Ignacio Ramonet: ‘Qual foi um dos maiores erros que você cometeu? E Fidel disse: ter imaginado que alguém sabia como se construía o socialismo’. Nesse ponto, Fidel tem muita proximidade com Mariátegui, quando afirma: ‘o nosso socialismo não deve ser cópia, nem criação heroica’. Muito

robinsoniano, como dizia Simón Rodríguez: ‘não podemos copiar modelos. Ou inventamos ou erramos! Trata-se de uma invenção. Diria uma obra de arte (...) (CHÁVEZ, 2011, p. 372). (Tradução nossa.)

Para avaliarmos essa “obra de arte”, dividiremos este capítulo em três partes: na primeira, resgataremos o passado do nacional-estatismo latino-americano. Explanaremos suas continuidades nas revoluções sul-americanas do início de século XXI; na segunda, abordaremos as características do novo socialismo, subdividindo a análise entre o seu imaginário e a estrutura econômica e, por fim, faremos uma breve consideração sobre os elementos que compõem um *minimum* socialismo do século XXI.

3.2. O nacional-estatismo e a América Latina

As décadas de 1930 e 1940 na América Latina foram marcadas pela crise econômica. O crack da bolsa de valores de Nova York em outubro de 1929 e a Segunda Guerra Mundial propiciaram uma conjuntura econômica desfavorável para a América Latina, permitindo a ascensão de governos nacionalistas. Vargas, no Brasil, Perón, na Argentina, e Cárdenas, no México, tornaram-se as principais expressões do fenômeno político latino-americano definido por populismo. Em razão de não consistir o objetivo de análise deste trabalho, não abordaremos o fenômeno do populismo e o riquíssimo debate acadêmico que há sobre o tema no Brasil e na América Latina durante os últimos 60 anos.

Vale ressaltar, no entanto, que o uso do termo populismo é vago e impreciso. Infelizmente, no Brasil e nos países vizinhos, falar de populismo significou estigmatizar e descaracterizar fenômenos políticos marcados pela participação popular, ainda que controlada, e por reformas sociais. Há amplo debate sobre o tema na academia brasileira e latino-americana, derivando em valiosas obras.

De acordo com Omar Acha, esses processos políticos notabilizaram-se por frear um ciclo revolucionário iniciado na América Latina na década de 1910 com a Revolução Mexicana. A esse período, marcado por críticas ao controle oligárquico das repúblicas, ao autoritarismo e à exclusão social, seguiram-se governos que frearam a possibilidade de revoluções em virtude da conciliação de classes (ACHA, 2009).

Naquele momento, a oligarquia não tinha condições de perpetuar o seu domínio, e as insatisfações foram crescentes em distintos grupos sociais, como a classe média, os trabalhadores urbanos e a própria burguesia. Além disso, a Revolução Russa de 1917 e a crise econômica de 1929 preocuparam as oligarquias latinas em relação à possibilidade de ciclos insurrecionais.

Ademais, as lutas das décadas de 1920 e 1930 representaram o repúdio à exclusão política e à inófia dos variados segmentos societários. Tal cenário possibilitou a ascensão de lideranças políticas que tiveram a tarefa de modernizar suas nações. Não se tratou, apenas, de evitar “revoluções à esquerda”.

Os impactos econômicos e sociais da crise de 1929 fizeram com que esses governos nacionalistas adotassem discursos e programas de governo que transformaram a América Latina. Argentina, Brasil e México foram os símbolos do processo de industrialização direcionado ao fortalecimento do mercado interno e à substituição dos produtos importados pelos nacionais (POZO, 2008).

A superação da crise de 1929 na América Latina adveio do abandono da concepção liberal da autorregulação econômica. Os variados governos latino-americanos seguiram o intervencionismo estatal na economia, principal marca do *New Deal*, elaborado por John M. Keynes, como fórmula para superar a catástrofe econômica iniciada em outubro daquele ano.

Passamos do crescimento econômico “voltado para fora”, sustentado nas exportações, para o crescimento “voltado para dentro”, caracterizado pela substituição de importações. Não abandonamos a tradicional venda de matérias-primas, fundamentais para a superação da depressão econômica, mas buscamos na industrialização um novo rumo. Assim, combinamos a Indústria de Substituição de Importações (ISI) com a recuperação dos mercados externos de matérias-primas. Isso permitiu que as nações latinas saíssem do *debacle* econômico em que se encontravam (THOMAS, 2009).

As mudanças econômicas foram consequência da ascensão de governos nacionalistas, como dissemos anteriormente. O repúdio ao liberalismo político-econômico possibilitou a chegada ao poder de lideranças carismáticas que estabeleceram contato contínuo e direto com as massas. Desse modo, além do intervencionismo estatal na economia, assistimos à emergência de um Estado forte, que interveio nos conflitos sociais e promoveu a legislação social (CAPELATO, 2001).

A emergência desses governos significou um marco na história latino-americana. Eles introduziram uma nova cultura política, marcada, grosso modo, pelas seguintes

particularidades: intervenção do Estado na economia, reformas sociais, mobilização política e presença de um líder carismático símbolo do atendimento às reivindicações dos trabalhadores.

Esse fenômeno ensejou transformações sociopolíticas não de caráter revolucionário, mas modernizador e mobilizador. Foram atendidas as necessidades de sociedades que cresciam, se diversificavam e mudavam sua feição. A fase nacional-estatista entre 1930 e 1960 deixou como legado para a América Latina uma cultura política que retorna em momentos variados, sobretudo de crise econômica.

Uma das marcas da política latino-americana no século XX é o desenvolvimentismo. Sua presença variou no tempo e no espaço, seguindo momentos históricos distintos, o que não o impediu de se tornar inegavelmente uma característica da região. A junção de mobilizações sociais, líderes carismáticos e realização de reformas sociais marcou a história regional a partir da década de 1930 (REIS FILHO, 2001).

Esse aspecto é fundamental para este trabalho. Acreditamos que a cultura política do nacional-estatismo retornou na América do Sul em virtude da crise socioeconômica e do desgaste da democracia representativa ao final da década de 1990. Com isso, criaram-se as condições para que fosse iniciado um novo ciclo desse fenômeno na América do Sul.

Segundo Norberto Ferreras, os novos governos nacionais-estatistas perpetuaram aspectos como: mobilização das massas, diálogo contínuo com bases sociais, reformismo social e engajamento político. As ações estatais direcionadas ao crescimento econômico e à distribuição de renda também são fundamentais nesses fenômenos (FERRERAS, 2011).

Acreditamos que o resgate da tradição nacional-estatista pelo chavismo, evismo e correísmo se notabiliza pela presença das características citadas e por duas inovações. A primeira refere-se a modificações significativas no agir político, por meio da radicalização da democracia, com a prática de referendos e plebiscitos. Com isso, o traço autoritário do nacional-estatismo é abandonado.

A segunda inovação consiste no discurso favorável ao novo socialismo. Como argumentamos anteriormente, esse projeto é multiforme e não tem uma definição clara, mas podemos compreendê-lo a partir de dois pontos: (i) a construção de um imaginário social coletivista, que defende novos valores éticos e morais para as três sociedades e (ii) veementes ataques ao neoliberalismo.

A defesa do novo socialismo figura nos discursos como uma antítese ao neoliberalismo. Observa-se a predominância do capitalismo intervencionista, e não mais

o neoliberal. Por isso, assistimos à nacionalização dos recursos naturais e ao fortalecimento do Estado enquanto agente indutor do desenvolvimento econômico. Isso foi possível graças ao fracasso das políticas neoliberais e à necessidade de diversificar as diretrizes econômicas, distanciando-se do pensamento único neoliberal. Assim, surge uma variedade de caminhos nacionais realizados por governos progressistas que retomaram o intervencionismo estatal na economia e a perspectiva desenvolvimentista (GAITÁN, 2011).

Nesse sentido, os governos neodesenvolvimentistas sul-americanos redimensionaram as relações entre os setores público e privado. A ação estatal foi assumida como essencial para o crescimento econômico e a distribuição de renda, prioridades nos três casos analisados. A ineficácia social dos governos neoliberais fez com que a retórica desenvolvimentista retornasse, ligando expansão econômica às políticas sociais (GAITÁN, 2011).

O “capitalismo de las calles” é a marca das três revoluções analisadas nesta tese. As transformações nas diretrizes econômicas são efetuadas com apoio popular e dentro dos marcos legais. Não há ruptura com o capitalismo, mas o fomento de diretrizes econômicas que almejam a diversificação produtiva e a melhoria das condições de vida. As ruas, nesse contexto, transformaram-se em espaço de pressão e sobretudo do agir político (MORAES, 2011).

A seguir, avaliaremos os discursos e programas de governo do chavismo, evismo e correísmo. Neles poderemos constatar o duplo caminho de análise do socialismo do século XXI e o aspecto neodesenvolvimentista desses processos. Perceberemos também que a reivindicação do socialismo é mais intensa na Venezuela, país que vive um processo de luta de classes superior ao dos casos boliviano e equatoriano.

3.3. O imaginário do socialismo do século XXI na Venezuela

A bandeira do socialismo atua no imaginário social dos três processos políticos analisados. Sua reivindicação contribui para o combate ao neoliberalismo, ao mesmo tempo em que possibilita a germinação de uma contracultura transformadora, a partir da difusão de valores éticos e morais diferentes dos vigentes em cada sociedade.

Por meio do imaginário social, os objetivos, os medos e as ilusões de um povo são atingidos, e as sociedades podem delinear suas identidades e organizar sua história. Ele se expressa por ideologias, utopias, símbolos e mitos. Sua utilização define o

relacionamento dos indivíduos com as instituições, além de ser o meio para a conscientização dos homens, desencadeando a possibilidade de mudança da ordem vigente ou mesmo sua preservação (MORAES, 2012).

A identificação dos três processos enquanto revolucionários ocorreu com a utilização das imagens dos próceres da independência e com a reivindicação direcionada à construção de um novo socialismo. Com isso, foi forjado no imaginário social a possibilidade de realização de transformações socioeconômicas e políticas.

Os discursos mobilizadores e revolucionários do chavismo, evismo e correísmo fundamentam-se na utilização do imaginário socialista, entretanto, na prática, esses governos são desenvolvimentistas. O socialismo é reivindicado para sustentar o combate ao neoliberalismo, promover a participação popular e democratizar as instituições estatais.

O chavismo apresenta propostas mais concretas no intuito de construir um novo modo de produção. A defesa do socialismo ocorre incisivamente nos discursos de Chávez, e sua propagação é constante nos meios de comunicação governamentais. Há, igualmente, medidas concretas intencionando a alteração da estrutura produtiva venezuelana. Os incentivos do chavismo às Empresas de Produção Social (EPS) e o apoio à formação de cooperativas em comunidades, com o controle da produção e dos recursos a cargo de um conselho constituído pelos próprios moradores, consistem em medidas concretas no ainda distante socialismo do século XXI.

O socialismo do século XXI não foi um projeto do chavismo desde sua chegada ao poder. Como afirmamos no primeiro capítulo, o Polo Patriótico, frente partidária e de movimentos sociais organizados em torno da figura de Chávez à época da eleição em 1998, era composto por um conjunto de organizações sociais e partidárias marcado por variadas ideologias e formas de pensamento.

Nesse momento, a prioridade do movimento era a realização de uma assembleia constituinte. Chávez não tinha uma retórica favorável ao novo socialismo. Como veremos posteriormente, ele coadunava com os princípios da terceira via, a qual emergiu no fim da Guerra Fria em 1991. Com a dissolução da União Soviética, a socialdemocracia europeia, propagada por Anthony Giddens, expandiu-se. Essa perspectiva se afastou definitivamente da socialista, no sentido de defender a possibilidade de união entre reformas sociais progressistas e diretrizes econômicas ortodoxas. Elementos da teoria marxista, como luta de classes, revolução e expropriação da burguesia foram abandonados. A assunção de um “pacto socioprodutivo” que garantisse a reprodução do

capital e a distribuição de benesses para os trabalhadores tornou-se central nessa teoria. A radicalização do bolivarianismo, por sua vez, ocorreu após 2004, quando a revolução se consolidou após um intenso processo de luta de classes, como vimos no capítulo 1.

O êxito do chavismo contra os grupos opositores e a vitória eleitoral de Chávez nas eleições presidenciais de 2006 mudaram a correlação das forças políticas no país. Sustentado no maciço apoio popular, à época em torno de 60%, o presidente venezuelano intensificou a retórica favorável à construção do socialismo bolivariano. A partir de então, a proposição do socialismo do século XXI se tornou constante no discurso chavista. A proposta da terceira via foi abandonada pelo presidente venezuelano. Esses dois momentos podem ser constatados nas falas de Chávez (2012) a seguir:

Necessitamos modificar a dependência venezuelana em relação à produção petrolífera. (...) Devemos construir um novo modelo produtivo que, desde o primeiro dia de governo, impulse a agricultura, a indústria, a construção civil, o turismo etc., pois essas atividades geram muito emprego. Precisamos incentivar também as pequenas e médias empresas. Por isso, convido os investidores privados, nacionais e internacionais, a apoiarem as transformações que realizaremos em nossa economia. Isso é um pouco do que propõe a terceira via de Tony Blair, primeiro ministro britânico. Um modelo que não seja socialista nem comunista, tampouco o neoliberalismo selvagem que gera desemprego e instabilidade. Pleiteamos a existência de empregos, salários justos e segurança social. Enfim, um modelo econômico humanista. Essa é a solução (...) (CHÁVEZ, 2012, p. 212-3). (Tradução nossa.)

(...) anteriormente, baseava algumas propostas na tese da terceira via (...) Mas, uma vez na presidência, vi a realidade, sobretudo após o golpe de abril de 2002. A ação imperialista, com aquele brutal boicote econômico, verdadeiro terrorismo, fez com que eu percebesse que o único caminho para a liberdade e independência é o do socialismo. Ele representa a redistribuição da riqueza e possibilidade de igualdade. O capitalismo, em sua essência, é o reino das desigualdades. Já o socialismo representa a igualdade e a justiça social. Minha transformação teórica derivou da maturidade e da prática dialética (...) o golpe foi um ponto de inflexão histórico. Foi o momento que levou a novas definições. Recordo, depois do golpe de abril, (...) que começamos a assumir uma atitude, em primeiro lugar, anti-imperialista. A primeira vez em que levantei essa bandeira publicamente foi em 2003. (...) até então, nossa revolução não tinha assumido o anti-imperialismo como uma bandeira central. Passaram os meses. A sabotagem econômica, a ofensiva da burguesia, dos *pitiyanquis*, como chamamos a oposição, induziu a essa mudança. Evidentemente, ela também foi acompanhada de um conjunto de fatores, inclusive de ordem internacional, que se conjugaram e possibilitaram a revolução bolivariana reivindicar o socialista (...) (CHÁVEZ, 2012, p. 270-3). (Tradução nossa.)

(...) depois de muitas reflexões, dos anos na presidência e das lutas sociais, me transformei em socialista. Isso faz parte, sem dúvidas, da conscientização e do aumento das reflexões sobre o mundo que vivemos. Durante um tempo, segui uma tese equivocada (...) a chamada terceira via. Inicialmente, achava interessante buscar uma conciliação entre o capitalismo e o socialismo. Ao longo do tempo, me convenci de que não há alternativas. Analisando o capitalismo, vemos que ele põe em primeiro lugar o interesse do capital e

promove egoísmos. O ser humano não é importante. O capitalismo é Judas. É capaz de vender sua pátria e a própria mãe pelo lucro. Ele explora e massacra. João Paulo II o qualificou de selvagem. Já o socialismo coloca o ser humano em primeiro lugar. Apregoa a igualdade e a justiça social (...). Ele não prioriza o capital, o ganho econômico. Por isso, não temos dúvidas. Devemos construir o socialismo (...). Mas temos que inventar o socialismo do século XXI (...) (CHÁVEZ, 2005, p. 256-7). (Tradução nossa.)

Desde a juventude me considero socialista. No entanto, temos que analisar o homem e as circunstâncias. Chávez, candidato presidencial em 1998, não possuía condições objetivas e subjetivas para pleitear o socialismo. Isso não se tratou de uma decisão voluntarista ou individual (...). Propus uma revolução democrática. Ganhamos as eleições e realizamos a constituinte. Posteriormente, sofremos com a agressão imperial e burguesa. Percebi a impossibilidade de conciliação com essa burguesia capitalista e com os governos imperialistas. O golpe de Estado em 2002 foi o momento de definição (...). Ao final de 2004 e início de 2005, reivindiquei o caráter socialista da revolução bolivariana em Moscou, Pequim e no Brasil. Inaugurou-se um intenso debate (...). Na campanha de 2006, o candidato Chávez teve um programa, de fato, socialista. Reivindiquei esse programa por todas as partes e o explicava. Ganhamos as eleições (...), e eu sigo convocando esse povo ao socialismo. Esse é o caminho para a dignificação do ser humano e da pátria (...) (CHÁVEZ, 2005, p. 370-1). (Tradução nossa.)

O decreto de convocatória do referendo nacional para a constituinte abriu o caminho à revolução na paz. Assim vieram os anos 1999 e 2000. Vou lhes resumir assim: 1999 foi o ano da constituinte e do nascimento da constituição bolivariana. Em 2000, nos legitimamos no poder, e a V República nasceu. 2001 foi marcado pelas leis habilitantes revolucionárias. 2002 foi o ano da desestabilização contrarrevolucionária e imperialista. Em 2003, tivemos o início da contraofensiva revolucionária e, em 2004, assistimos a grande vitória popular e revolucionária. Nesse ano a revolução se declarou anti-imperialista (...) Dissemos: Não ao imperialismo! Não à exploração! O ano de 2005 será de desenvolvimento endógeno e do salto adiante no econômico e no social (CHÁVEZ, 2005, p. 111-2). (Tradução nossa.)

O Discurso da Unidade, em dezembro de 2006, simbolizou a irreversibilidade da busca do novo socialismo. Segundo Chávez (2007):

(...) queremos construir o socialismo na Venezuela. Temos clareza de que o socialismo do século XXI não poderá ser construído sem transformação econômica, democracia participativa e ética socialista. O amor, a solidariedade e igualdade entre os homens e as mulheres são elementos fundamentais da construção do nosso socialismo (CHÁVEZ, 2007, p. 43). (Tradução nossa.)

Observamos nesses discursos de Chávez (2007) três elementos fundamentais para o socialismo venezuelano do século XXI: (i) reconstrução dos valores éticos e morais da sociedade, (ii) utilização da democracia participativa enquanto instrumento fundamental do agir político e (iii) transformação do modelo produtivo.

Os novos valores societários perpassam pelo rechaço ao individualismo e pela valorização do coletivo, marcas das sociedades contemporâneas. O repulso à lógica produtivista-mercantilista, a qual faz com que os homens sejam valorizados por sua

“eficiência”, pelo “ter” e pelo status social, é repellido pela ideologia revolucionária do chavismo e dos demais processos analisados nesta tese.

Essa condição “homem-mercadoria” foi exacerbada com o neoliberalismo e a globalização. O predomínio do fetiche da mercadoria, do consumismo e da alta produtividade potencializou o estranhamento e a alienação do homem. Nas sociedades capitalistas contemporâneas, marcadas pela alta velocidade produtiva e pelo “tempo agora!”, os não produtores e não consumidores são excluídos, compondo a sujeira e o descartável da pós-modernidade (DA SILVA, 2009). Busca-se um mundo perfeito e para sempre idêntico. No neoliberalismo, esse universo configura-se pela permanência do consumo, da produção e do fluxo de capital. A exclusão de segmentos sociais não participantes do mercado consumidor torna-se, portanto, uma das marcas centrais da pós-modernidade.

De acordo com Bauman, o critério da pureza aborda a aptidão do homem para participar do consumo. Os consumidores falhos, incapazes de responder ao mercado por não terem recursos financeiros, constituem um problema e compõem “a sujeira a ser removida”. Como o critério da pureza se fundamenta no senso de liberdade e é relacionado à aptidão para o consumo, os “não consumidores” são descartados (BAUMAN, 1998).

Nesse sentido, o esforço pela reconstrução dos valores éticos e morais no socialismo do século XXI perpassam pela valorização do indivíduo pelo “ser” e não pelo “ter”, pela negação da exclusão do não consumidor e pela busca da conscientização do homem. Transformações culturais e a constituição de uma nova identidade societária formam os aspectos centrais. Para consolidação desses ideais, determinadas bandeiras são necessárias. O resgate da imagem e dos valores difundidos pelos próceres da emancipação, a exaltação da ação coletiva, a participação política, a solidariedade, o humanismo cristão e as críticas ao consumismo consistem em algumas delas.

Essa desarticulação dos valores difundidos na cultura capitalista é importante. A “batalha das ideias”, termo utilizado pelas três revoluções, objetiva o surgimento de uma nova forma de olhar o mundo. Por isso, temos o uso de variadas concepções teóricas e de imagens.

Assistimos, ao mesmo tempo, ao resgate de variados conceitos e proposições científicas, dificultando uma aceção clara sobre os valores do socialismo bolivariano. Misturam-se variadas maneiras de se analisar o mundo, compondo um mosaico teórico de

difícil definição. Isso pode ser constatado nas falas a seguir de Chávez (2011, 2010, 2008):

Temos que atacar e condenar o egoísmo. Com ele não podemos ter pátria (...) a sociedade nova não nascerá pura. Vem da velha e está viciada. É corrompida moralmente, politicamente e economicamente. Precisamos ter consciência disso (...). Temos a obrigação de deixar o capitalismo e o seu egoísmo para trás. Precisamos lutar pelo florescimento de uma nova sociedade marcada pelo amor, solidariedade, irmandade, igualdade e justiça. Esses traços são centrais no socialismo que desejamos construir (...) (CHÁVEZ, 2011, p. 30). (Tradução nossa.)

(...) O socialismo está fixado na consciência coletiva. Os conceitos de igualdade, justiça social, inclusão absoluta, respeito à diversidade cultural, predileção pelo diálogo, valorização da democracia participativa, poder popular, amor à pátria, entre outros, foram manejados de forma retórica e formal em nossa história. Hoje, o associamos às vidas pública e política. Isso é uma grande conquista coletiva (...). (CHÁVEZ, 2008, p. 53). (Tradução nossa.)

Assumo minha responsabilidade. A única maneira de solucionarmos, definitivamente, o problema da pobreza e da exclusão é avançando pela via do socialismo e da igualdade de todos. Como um dia disse Bolívar: “Algum dia na Venezuela não teremos mais do que uma classe. Seremos cidadãos e teremos os mesmos direitos e deveres...”. Em nosso país, não poderá haver cidadãos de primeira, segunda e terceira. Somos todos filhos de Deus, da mesma pátria e do mesmo povo. Os obscenos privilégios dos que se creem superiores devem terminar. Igualdade, igualdade. Isso vem lá de trás, do Cristo, nosso Senhor. “Amai-vos uns aos outros”, dizia ele (...). Cristo foi um dos maiores socialistas. O primeiro da nossa era. Judas é o maior capitalista, um exemplo do que é o capitalismo, o Judas. (CHÁVEZ, 2011, p. 60). (Tradução nossa.)

O socialismo é o caminho da humanidade. Sou cristão e posso dizê-lo. Cristo, nosso senhor, veio a esse mundo para anunciar a boa fé de um reino futuro. Jesus disse: “Meu reino não é deste mundo, mas da sua vontade”. Passaram-se dois mil anos que Cristo anunciou o reino da paz, do amor e da igualdade. Ele chegou e é chamado de socialismo. Bolívar apregoou que o grande dia da América virá quando existir apenas uma categoria de seres humanos. Então, sejamos cidadãos marcados pela igualdade. Nosso povo deve viver com a mais alta soma de felicidade, segurança social e estabilidade política. Isso se chama socialismo. Chegamos ao ponto inicial. Façamos de tudo para não retrocedermos. A luta está começando. É o caminho para a pátria grande e socialista (...). O socialismo é o que Cristo pregou. Quando ele multiplicou os pães e peixes. O que foi que fez? Economia igual para todos. O capitalismo, na verdade, é o demônio. Identificamos o socialismo como o modelo de progresso e desenvolvimento humano. Demonstramos que é possível criar uma alternativa ao perverso capitalismo. E essa é o socialismo (...) (CHÁVEZ, 2010, p. 3-5). (Tradução nossa.)

A voz do povo é a voz de Deus na terra. Esse é o Deus verdadeiro! Essa é a voz de Deus. Nosso povo é a imagem de Cristo crucificado e ressuscitado. Ele foi o principal comandante na luta por justiça social e pelos pobres da terra. “Bem-aventurados os pobres, pois deles será o reino dos céus” (...) A igualdade é o socialismo. O capitalismo é o império do Satanás, pois é marcado pela injustiça. É o reino de Judas Iscariotes, que vendeu o Mestre por umas moedas. Esse é o capitalismo. O socialismo é o reino de Jesus, da irmandade e do amor entre as pessoas. É nisso que cremos. Cada dia amo mais a Cristo, meu senhor revolucionário e socialista. O verdadeiro Cristo. O Cristo verdadeiro (...) (CHÁVEZ, 2008, p. 39). (Tradução nossa.)

Voltemos, mais uma vez, a Bolívar quando disse: “Senhores legisladores, acolho com indulgência o que pede a minha consciência política e o meu coração. Rogo fervorosamente aos senhores em nome do povo. Que a Venezuela tenha um governo popular, justo e moralmente transformador lutando contra a opressão e anarquia. Um governo que faça imperar a inocência, a humanidade e a paz. Uma gestão que perpetre o triunfo da igualdade e liberdade”. Esses aspectos são, eu diria, núcleos vivos e poderosos do pensamento de Bolívar que impulsamos na construção do nosso socialismo bolivariano (...) ratificamos perante o povo o nosso compromisso de fazer triunfar, sob o Império de leis inexoráveis, a igualdade, liberdade e o desejo de governar obedecendo às prerrogativas do socialismo (...). Neste dia, reafirmamos que o socialismo é o único e verdadeiro caminho para a liberdade definitiva da nossa Pátria. É o caminho para o socialismo. Não existe outro caminho (...) (CHÁVEZ, 2008, p. 14). (Tradução nossa.)

A contraposição à ideologia burguesa pelo chavismo, tal como no evismo e correísmo, é explicada pela teoria de Antonio Gramsci. A construção da hegemonia desse grupo derivou da utilização da força conjugada à liderança moral e intelectual. Para isso, foram fundamentais as concessões políticas e econômicas aos grupos subalternos, sobretudo nos períodos de intensificação da luta de classes.

A preeminência da burguesia foi construída e reconstruída por meio de uma teia de instituições, relações sociais e ideias que contaram com a sociedade civil para o seu desenvolvimento. Como a ideologia é um campo aberto, não determinado exclusivamente pelas forças dominantes, a possibilidade de “batalhas ideológicas” consiste em um aspecto central da teoria gramsciana.

Gramsci assevera que os trabalhadores e grupos revolucionários, antes mesmo de iniciarem a luta armada, precisariam encetar críticas à ideologia dominante, espalhando os seus valores e construindo um bloco histórico a ser formado por grupos sociais contrários aos valores culturais difundidos pela burguesia. Nesse sentido, a conformação da hegemonia de uma classe perpassa pelas atuações nas sociedades política e civil. A primeira é responsável pela coerção e pelo domínio, enquanto a segunda reúne um conjunto de organismos, habitualmente considerados privados, que possibilitam a direção intelectual e moral da sociedade, mediante a constituição do consenso e da adesão das massas.

A sociedade civil é constituída por inúmeras entidades sociais que cumprem papéis de caráter cultural, educativo, religioso, político e econômico. Por meio delas, difundem-se a ideologia, os interesses e os valores da classe que domina o Estado. Isso possibilita o consentimento e a adesão aos grupos dominados. A hegemonia dos grupos dirigentes não decorreria, unicamente, da repressão, mas também da difusão das normas e valores comportamentais pela sociedade civil (ACANDA, 2006).

Para Gramsci, o desenvolvimento do capitalismo ao longo do século XIX redirecionou a relação entre sociedade civil e Estado. Nas nações capitalistas desenvolvidas houve crescimento da sociedade civil, contrária aos interesses da burguesia, a partir da associação de grupos sociais explorados (operários, mulheres etc.) que objetivaram lutar pelo atendimento das suas demandas. Esse processo recompôs a hegemonia burguesa, levando à “politização” da sociedade civil, a partir do deslocamento da política para outros espaços, antes vistos como privados. Surgiram, então, as formas modernas de dominação, com o Estado (sociedade política) se reestruturando por meio de um processo que assimilou o desenvolvimento complexo da sociedade civil à estrutura geral da dominação.

Segundo Portelli, a sociedade civil pode ser pensada por três aspectos complementares: (i) como ideologia da classe dirigente, abrangendo todos os ramos da ideologia, da arte à ciência; (ii) como concepção de mundo, difundida em todas as camadas sociais com o intuito de vinculá-las à classe dirigente, adaptando-se a todos os grupos; (iii) como direção ideológica da sociedade, articulando-se em três níveis essenciais: a estrutura ideológica, as organizações que a difundem e os instrumentos técnicos de difusão da ideologia, como a mídia (PORTELLI, 2002).

O domínio de um grupo não proviria, somente, da sua imposição pela força. O consenso é fundamental e está associado à produção espiritual da sociedade. Essa concepção amplia os “campos do político”, englobando instâncias e estruturas sociais responsáveis pela socialização dos indivíduos, visto ser por meio dessas que se consolida o poder. Para Gramsci, o assalto revolucionário à estrutura estatal não decorreria, somente, do ataque aos centros detentores de violência. O estímulo ao questionamento das normas e dos valores dos grupos dominantes também seria essencial.

A obra de Gramsci ressaltou a inexistência de um automatismo entre crise político-econômica e a revolução. A inter-relação entre os fatores objetivos e subjetivos foi ressaltada como aspecto essencial para a sua ocorrência. Devemos compreender a relevância dos fatores espirituais, pois a história é a arena da atividade consciente, da vontade política, da intervenção subjetiva e da iniciativa política. Por isso, ressaltamos a relativa autonomia do político em relação à economia. Não há, portanto, uma associação automática e direta entre revoluções e crises econômicas (ACANDA, 2006).

O aspecto cultural era fundamental para Gramsci. Segundo ele, uma classe ou um grupo pode exercer seu domínio sobre o conjunto social não só por impor o domínio por meio da força, mas por fazer com que os variados grupos sociais o aceitem como

legítimo. O poder dos grupos dominantes consiste na capacidade de dirigir toda a produção espiritual para a consecução dos seus interesses. A classe dominante obtém e mantém o poder sobre a sociedade, controlando não apenas os meios de produção e os instrumentos repressivos, mas, principalmente, a capacidade de organização do consenso e de direção política, intelectual e moral da sociedade. A luta revolucionária deve ser antecedida das disputas no interior da sociedade civil, por isso a criação de uma ideologia contradominante é fundamental.

A importância da disputa cultural para a ocorrência das revoluções é essencial para compreendermos os discursos favoráveis ao novo socialismo pelo chavismo e demais casos. As críticas às características exploratórias do capitalismo têm por meta o estabelecimento de disputas com a ideologia dominante. É por essa razão que os discursos chavistas ressaltam a edificação de uma nova ideologia, que se afaste do individualismo competitivo. Declara Chávez (2006):

Nunca me esqueço do momento em que conversava com Fidel sobre o bolivarianismo. Na ocasião, começávamos a difundir nossa tese (...). Recordo o que Fidel dizia na Universidade de Havana certa noite em dezembro de 1994: “Chávez, vocês falam de bolivarianismo para buscar a justiça social. Aqui nós falamos de socialismo.” Respondia ao comandante: “estou de acordo.” Fidel agregou mais uma observação: “inclusive se falará do cristianismo”, algo que concordo. O novo pensamento articula nossas culturas profundas. É um socialismo americano, martiniano e bolivariano. Temos de construí-lo, pois o capitalismo destrói as sociedades. Ele defende o individualismo, o egoísmo e a destruição da humanidade. É a causa das guerras, da miséria, da fome e das grandes desigualdades sociais que flagelam os nossos povos (CHÁVEZ, 2006, p. 2). (Tradução nossa.)

Esse trecho demonstra que a batalha ideológica constitui um aspecto central do bolivarianismo. A existência de um novo bloco histórico perpassa por ela. A desconstrução dos valores do capitalismo e o ataque às mazelas sociais são permanentes. A necessidade da desconstrução da cultura dominante fica mais evidente neste outro discurso:

A descolonização cultural da sociedade venezuelana é um dos grandes objetivos da revolução bolivariana. Não esqueçamos que, enquanto o colonialismo segue vivo e influenciando as mentes, o velho não terminará de morrer, e o novo não acabará de nascer (CHÁVEZ, 2006, p. 3). (Tradução nossa.)

O discurso favorável de Chávez às transformações sociopolíticas auxiliou a conscientização da população. Isso possibilitou a superação da alienação e a

intensificação da luta de classes na Venezuela. A retórica socialista incidiu no início de alterações nos valores éticos e morais da sociedade venezuelana. A radicalização do bolivarianismo e a construção do imaginário socialista foram consequências disso.

A elevação do nível de consciência dos venezuelanos derivou de um duplo ciclo. O primeiro, ao final da década de 1990, foi marcado pelo desgaste popular com as consequências socioeconômicas do neoliberalismo e o esfacelamento do sistema de Punto Fijo, como vimos no primeiro capítulo. Fruto disso, tivemos a eleição de Chávez e o processo constituinte, fundador da V República.

O segundo momento proveio da contundente reação popular à contrarrevolução. O auge da luta do chavismo contra os opositores ocorreu no período entre o golpe de Estado em abril de 2002 e a vitória do chavismo no referendo revogatório em agosto de 2004. As batalhas dessa fase consolidaram o apoio popular a Chávez e demonstraram o alto nível de consciência revolucionária dos venezuelanos. Segundo Chávez (2005):

Simón Rodríguez afirmou entre 1840 e 1850: “(...) não nos enganemos. Aqui não há repúblicas porque não há povos. A força material está na massa e no movimento de massas. Ela tem que ser consciente e bem orientada, seguindo um projeto estratégico”. Essas são as ideias que devemos difundir nas ruas do país. Temos a obrigação de sedimentar, difundir, fortalecer e converter tais ideias em bandeiras de luta (...) estamos construindo uma alternativa ao capitalismo e ao neoliberalismo. Esse projeto está na nossa Constituição. Estamos trabalhando intensamente para avançá-lo (...) a participação coletiva é essencial para logarmos as mudanças desejadas (CHÁVEZ, 2005, p. 175-7). (Tradução nossa.)

A superação do capitalismo ocorre somente com a consciência de classe dos trabalhadores. Para isso, a auto-organização popular é fundamental. Na Venezuela, as missões sociais e os *consejos comunales* (conselhos comunitários) são essenciais na construção do novo socialismo. Ambos materializaram a participação popular, a edificação da democracia participativa e são entusiasticamente propagadas pelo chavismo.

Segundo Mariana Bruce, os *consejos comunales* consistem em microgovernos locais. Eles foram estabelecidos no interior das comunidades venezuelanas e possuem caráter deliberativo/executivo sobre a gestão das políticas socioeconômicas locais. O objetivo dessa descentralização do poder é a construção do Estado Comunal venezuelano, articulado por federações ou confederações desses *consejos*. Com isso, temos a possibilidade de edificação da “democracia participativa e protagônica” e de um

desenvolvimento econômico autossustentável, ou seja, prerrogativas fundamentais para o novo socialismo (BRUCE, 2011).

Debatemos no capítulo dois sobre a relevância da democracia participativa para nossa caracterização do chavismo enquanto revolucionário. Nesse sentido, o protagonismo popular é essencial para a construção do novo socialismo. As missões sociais e os conselhos comunitários expressaram, nesse sentido, não apenas os meios para a radicalização da democracia, mas o próprio caminho para a construção do socialismo.

Sobre a relevância do poder comunal, Chávez (2007) afirma:

Há um tempo pensávamos em uma agressiva explosão do poder comunitário. Tenho muita fé que vamos conquistá-lo e ele será uma parte essencial da construção de um socialismo que não termine desmoronado, como foi com a União Soviética ou a Europa do Leste (...). Tenho muita fé na força e na consciência popular porque ela é acompanhada de moral e luzes, injeção de consciência, reforma constitucional, leis habilitantes etc. (...) (CHÁVEZ, 2007, p. 245). (Tradução nossa.)

Além dos aspectos discutidos, as Empresas de Produção Social (EPS) são fundamentais na edificação do socialismo venezuelano, pois elas materializam a possibilidade de transição para um novo modelo produtivo, simbolizando a organização das comunidades e dos trabalhadores. Posteriormente, ao debatemos sobre os aspectos econômicos do novo socialismo, retornaremos a essa questão.

3.4. O socialismo do século XXI na Bolívia

Na comparação que fizemos sobre os discursos dos três mandatários, constatamos que o caso boliviano é o que possui a retórica menos constante na defesa do socialismo do século XXI. Prova disso é que o programa de governo do MAS na eleição de 2009 mencionava o socialismo apenas duas vezes. Nos discursos de Morales, a concepção de socialismo está associada ao comunitarismo indígena. O socialismo do bem viver é reivindicado para a construção de um imaginário social de solidariedade e igualdade, marcado pelo predomínio das consignas indígenas.

Semelhante ao caso venezuelano, a defesa do socialismo deriva da antítese ao capitalismo neoliberal. Elementos da cultura indígena, como solidariedade, coletividade e respeito à natureza são utilizados. A retórica socialista contrasta com valores do capitalismo, como o egoísmo, o individualismo e a valorização de bens materiais. No entanto, a teoria marxista não é fundamental em sua formulação.

Como veremos na parte deste capítulo dedicada à apreciação econômica, o intervencionismo estatal é central, e sua ação é derivada da avaliação de que ele representa o coletivo. Dessa forma, o controle das instituições pelo bloco histórico liderado pelos indígenas faz com que os valores da sua cultura saiam do “micro”, como as comunidades ou movimentos sociais, e se expressem no “macro”, por meio das instituições estatais.

Nas palavras de Morales (2011) e Linera (2009):

(...) temos em nosso país o debate de duas culturas: a da vida e a da morte. Esta última é simbolizada pelo capitalismo. Para nós, povos indígenas, ela defende o viver melhor a custo do outro. A cultura da vida, a socialista, é a do viver bem. Quais são as diferenças entre ambas? Viver melhor é ficar à custa do outro, explorando, saqueando os recursos naturais, violando a Pachamama (Mãe Terra) e privatizando os serviços básicos. Viver bem é coexistir em solidariedade, igualdade, complementariedade e reciprocidade. Não é viver melhor. Cientificamente, o marxismo e o leninismo dizem: capitalismo \times socialismo. Nós acreditamos na *díade* viver bem \times viver melhor (MORALES, 2011, p. 4). (Tradução nossa.)

(...) inexistência de sociedade sem Estado (...). A queda do neoliberalismo foi sucedida de outro projeto de sociedade e de configuração estatal. O Estado, como máquina de poder político, tem a capacidade de monopolizar decisões e representar os interesses da sociedade. Ele também expressa os valores de um grupo dominante. Este pode ser a classe média, a burguesia, o proletariado ou o núcleo nacional-popular, liderado por camponeses e indígenas, como vivenciamos hoje (LINERA, 2009, p. 9-10). (Tradução nossa.)

(...) Quem pode, por exemplo, privatizar ou alugar a própria mãe? A terra não pode ser vista como uma mercadoria. Lamentavelmente, o capitalismo nos traiu e converteu a mãe terra a uma matéria-prima, portanto, uma mercadoria. Mudar essa mentalidade demorará (...). Somos indígenas e lutaremos contra os sistemas econômicos que privatizam nossos recursos naturais (...). Existem várias formas de vivência, como a comunitária e coletiva. Onde nasci, por exemplo, não existem propriedades privadas. A terra é comunitária. Todos a utilizam para o pasto ou na agricultura. Espero que a privatização não chegue nas comunidades, que são marcadas pela vida comunitária e coletiva (...) não construiremos nenhuma novidade no governo. Somente o *Viver Bem*. Almejamos a recuperação da vivência de nossos antepassados (...) a construção do socialismo comunitário, harmonizado com a mãe terra, é fundamental. Permanentemente se fala de socialismo. Concordo com isso, mas creio que precisamos melhorar sua concepção. Não se deve pautar, exclusivamente, pela defesa do homem. O socialismo deve permitir que a população compreenda a obrigação de viver em harmonia com a natureza, respeitando as formas de vivência comunitária e coletiva. (...) ele precisa incorporar as experiências dos povos indígenas na defesa Pachamama (...). Hoje, existem apenas dois caminhos: ou seguimos pelo do capitalismo, que é marcado pela morte, ou avançamos pelo indígena, o da vida, que é marcado pela harmonia com a natureza (MORALES, 2011, p. 3). (Tradução nossa.)

(...) nosso horizonte é socialista (...). O socialismo é bem-estar. Significa a transformação da riqueza em bem comunitário, como faziam nossos antepassados, só que agora em escala maior, com tecnologia e modernidade produtiva. Não será fácil. Demorará décadas, quem sabe séculos, mas é evidente que os movimentos sociais não podem deixar de pleitear o horizonte socialista e comunitário (...) (LINERA, 2010, p. 9-10). (Tradução nossa.)

A visão de socialismo difundida na Bolívia fundamenta-se nas consignas indígenas. Os preceitos marxistas não são negados, mas reformulados e adaptados às demandas dos indígenas e camponeses. Para Linera, a proeminência das bandeiras indígenas foi consequência da não aceitação das temáticas desse grupo, principalmente, o uso comunitário da terra e a questão étnico-nacional pelos marxistas ao longo do século XX (LINERA, 2005).

O indigenismo boliviano retomou pressupostos de José Carlos Mariátegui, defendidos no início do século XX. Segundo o marxista peruano, o resgate do coletivismo e comunitarismo, típicos das tradições indígenas, eram essenciais para a construção do socialismo em nações com predominância demográfica desse grupo. O socialismo sul-americano decorreria, portanto, da reivindicação da cultura indígena pelos grupos revolucionários.

Para Mariátegui, a organização produtiva do Império Inca representaria, dessa forma, uma espécie de comunismo primitivo e deveria ser reivindicada pelos grupos revolucionários. O pensador afirma que princípios do socialismo estavam presentes na América do Sul desde o período pré-colonial, por isso seria tarefa dos grupos revolucionários incorporar a tradição indígena inca ao seu programa, fundindo o marxismo com o comunitarismo indígena (MARIÁTEGUI, 2005).

A proposta de socialismo na Bolívia vincula preceitos marxistas a valores indígenas. O *ama sua, ama llulla e ama q'ella* (não roubar, não mentir e não ser ocioso) são bandeiras da cultura autóctone presentes na constituição boliviana, demonstrando essa vinculação. Presenciamos, igualmente, a reivindicação de valores como solidariedade, divisão das tarefas e não depredação da natureza.

O socialismo boliviano também se relaciona com a democracia participativa. A atuação popular representa o caminho para o bem viver. Segundo Linera (2012, 2007):

As organizações comunitária, agrária e sindical do movimento indígena, com suas formas de deliberação em assembleias, a rotatividade dos ocupantes de cargos e o controle dos meios de produção são os centros da decisão política e econômica da Bolívia. Presenciamos, nos círculos de poder estatal, debates sobre a implantação das decisões derivadas das assembleias indígenas, operárias e de bairros. Os sujeitos da política e da institucionalidade trasladaram dos sindicatos e das comunidades para os círculos de poder estatal (...) (LINERA, 2012, p. 1). (Tradução nossa.)

(...) a democracia deve abranger a socialização dos rumos econômicos. Ela acontece quando as decisões estatais e os rumos da distribuição da riqueza são coletivos. O destino da exploração de gás, petróleo e da terra deve ser coletivo.

Existe democracia quando o emprego dos recursos públicos é decidido pela sociedade (...) (LINERA, 2007, p. 5). (Tradução nossa.)

O imaginário socialista boliviano diferencia-se do construído pelo chavismo. No primeiro, há uma definição teórica mais clara. O indigenismo é o eixo central, e as demais vertentes teóricas, nacionalismo e marxismo, por exemplo, o completam. O socialismo do bem viver baseia-se, essencialmente, nas bandeiras indígenas.

Por outro lado, a tarefa de identificar os aspectos teóricos do socialismo venezuelano revela-se mais penosa. A evocação dos valores cristãos, iluministas, marxistas, por exemplo, proporciona um mosaico teórico de complexa definição. Nos discursos de Chávez, há uma constante reivindicação dos princípios iluministas difundidos pelos próceres da emancipação. Com isso, o socialismo tem uma feição mais próxima do iluminismo, dialogando com valores como a liberdade e a fraternidade, por exemplo, do que com a emancipação completa dos trabalhadores derivada da luta de classes.

Há, no entanto, componentes importantes ao analisarmos o imaginário socialista desses dois casos. As críticas ao individualismo, ao egoísmo e à exploração do trabalho agem na consciência coletiva. Por mais que, teoricamente, as duas propostas de um novo socialismo se distanciem do marxismo, a retórica socialista e a defesa da luta contra os grupos dominantes elevam o nível de consciência da população, tornando suas conquistas sociais e políticas irreversíveis.

Na próxima parte desta tese, analisaremos o imaginário socialista no Equador. Como na Bolívia e Venezuela, o norte é a luta contra o neoliberalismo. Igualmente, sua definição é complexa, em virtude da utilização de inúmeras teorias na sua elaboração.

3.5. O imaginário socialista equatoriano

O discurso socialista no Equador assemelha-se ao boliviano e venezuelano. Há remissões à humanização das relações de trabalho, à solidariedade entre os homens e à ação coletiva. Como nos outros casos, o individualismo e o egoísmo, intensificados nas últimas três décadas de neoliberalismo, são negados. Nas palavras de Corrêa (2007, 2009, 2010):

(...) o respeito é uma das bases do socialismo do século XXI. Temos a missão de mudar os paradigmas de vida e nos afastar do consumismo. Defendemos o viver bem, não melhor, porque a vida não deve ser marcada pela competição e pelo ter, mas pelo viver bem, ou seja, a sobrevivência de acordo com as necessidades (...) (CORRÊA, 2007, p. 5). (Tradução nossa.)

(...) devemos incentivar a coletividade. Com isso, harmonizaremos nossas políticas laborais e não sacrificaremos os trabalhadores. O socialismo do século XXI tem por característica central o resgate da ação coletiva com o objetivo de alcançar o desenvolvimento humano (...) (CORRÊA, 2007, p.10). (Tradução nossa.)

Os referentes centrais do socialismo equatoriano residem no indivíduo, na solidariedade e na valorização do coletivo. A história nos ensinou que os homens precisam conquistar a justiça, a igualdade e a felicidade. O socialismo do século XXI herdou várias manifestações do marxismo, mas se confronta com os dogmas que a história se encarregou de enterrar e que apenas sobrevivem na nostalgia de poucos (...) (CORRÊA, 2009, p. 13). (Tradução nossa.)

(...) o revisionismo foi satanizado muitas vezes no marxismo. Temos a missão diária de revisar e reinventar nosso socialismo. Isso é o que buscamos com o socialismo do século XXI, o do bem viver, que praticamos no Equador, na Bolívia e na Venezuela (...). Esses processos estão em constante construção. Por isso, tratamos de dar respostas concretas aos problemas dos nossos povos (...). Defendemos a supremacia do ser humano sobre o capital. Essa é a maior consigna do nosso socialismo e consiste em uma reação à conversão do ser humano a uma simples mercadoria pelo neoliberalismo (CORRÊA, 2010, p. 36). (Tradução nossa.)

Como nos outros casos, não há críticas à propriedade privada, e inexistente o pleito de emancipação dos trabalhadores em relação à exploração do capital. Além disso, como veremos a seguir, o socialismo equatoriano não reivindica conceitos fundamentais do marxismo, como luta de classes e o materialismo dialético, embora reivindique a supremacia do trabalho sobre o capital.

A miscelânea teórica do socialismo equatoriano é intensificada com a incorporação do cristianismo e do indigenismo. O *sumak kawsay* é constantemente evocado, e o combate à pobreza também é defendido a partir de pressupostos do humanismo cristão. A teoria socialista de Corrêa mistura variadas formas de pensamento, como na Venezuela, por isso, sua definição é extremamente difícil.

De modo semelhante, o socialismo equatoriano é uma resposta ao neoliberalismo e suas consequências sociais. As demandas de justiça social, igualdade entre os homens e valorização do indivíduo aparecem nos discursos de Corrêa como uma reação à desigualdade social, intensificada nas últimas três décadas no país. No discurso correísta:

O *sumak kawsay* não é acumulação ilimitada de bens materiais, mas a satisfação das suas necessidades básicas. A harmonia entre a natureza e os

seres humanos e a defesa da Pachamama consistem em objetivos presentes em nossa Constituição (...) (CORRÊA, 2010, p. 32). (Tradução nossa.)

O novo socialismo expressa a vertente mais avançada do pensamento humano. É, efetivamente, uma doutrina nascida das experiências históricas dos povos na busca de justiça social. Dessa forma, deverá ser reconhecida como um triunfo da espécie humana (...) (CORRÊA, 2007, p. 5). (Tradução nossa.)

Nosso socialismo se sustenta em princípios, e não em modelos. Desconhecemos as respostas antes de realizar as perguntas, como presumiam o socialismo tradicional e o neoliberalismo. Possuímos um profundo humanismo, uma rigorosa ética e uma forte convicção democrática, amparada no pluripartidarismo. Desacredito que existam sociedades imutáveis, como defendido pelo socialismo tradicional ou pelo neoliberalismo. Os dogmas prejudicaram as organizações políticas de esquerda. O socialismo do século XXI se encontra em permanente construção e evolução. Por isso, negamos o dogmatismo (...) a riqueza do novo socialismo é esta: sua constante evolução. Nosso socialismo não é único. Ele se adapta constantemente às realidades de cada nação e região. Isso é sua grande virtude. Respeitamos as especificidades de cada sociedade e cultura. Repudiamos receitas de uniformização dos processos políticos (...). Condensamos as ideias centrais do socialismo do século XXI nos seguintes pontos: (i) supremacia do ser humano e do trabalho sobre o capital; (ii) apego à democracia participativa. A verdadeira democracia não se exerce exclusivamente nas votações periódicas. Ela deve pressupor o controle social das instituições estatais e a participação da comunidade nas decisões coletivas (...); (iii) o bem viver deve ser construído com respeito à natureza e à Pachamama (...) (CORRÊA, 2009, p. 14-6). (Tradução nossa.)

Não há apenas um socialismo. No século XIX, presenciamos o socialismo utópico e o científico. Posteriormente, assistimos ao agrário mexicano e ao andino de Mariátegui na América Latina. Também tivemos os aportes da Teologia da Libertação (...) o socialismo do século XXI advoga a supremacia do ser humano sobre o capital. O neoliberalismo transformou o indivíduo num simples instrumento para a acumulação de capital. Por isso, o repudiamos (...) (CORRÊA, 2008, p. 20-1). (Tradução nossa.)

(...) o maior erro do socialismo tradicional foi não ter disputado a concepção de desenvolvimento com o capitalismo. Ele buscou uma forma acelerada de alcançar o mesmo. Por isso, utilizou o consumismo, o materialismo e a produção como armas. Necessitamos transformar a concepção de desenvolvimento e podemos aprender muito com a cosmovisão dos povos andinos de nossa América. Nela, encontramos a noção de “bom viver”, o *sumak kawsay*. A cultura autóctone não prevê a acumulação ilimitada de bens materiais, mas a satisfação das necessidades humanas, como as de justiça e dignidade (...). Esses elementos foram contemplados na Constituição plurinacional equatoriana (CORRÊA, 2010, p. 36). (Tradução nossa.)

O conceito mais expressivo da doutrina católica foi a ‘opção preferencial pelos pobres’. Baseamos nossa revolução cidadã e o socialismo do bem viver nesse princípio. A opção pelos pobres não é assistencialismo ou caridade. Trata-se do ataque assíduo as desigualdades e injustiças sociais (...). Por isso, entendemos que a pobreza é intolerável e consiste em um problema essencialmente político, cuja solução passa por alterações na correlação de forças da nossa sociedade (CORRÊA, 2012, p. 5-7). (Tradução nossa.)

(...) para sermos socialistas, devemos buscar a justiça em todas as suas dimensões. As políticas públicas devem estar acompanhadas desse objetivo (...) quem opta pelo socialismo do século XXI deve superar o materialismo dialético, que inevitavelmente leva a inaceitáveis teologias sociais. A luta de classes e a inevitabilidade da violência revolucionária para as transformações

sociais não tem espaço em nossa doutrina. Somos profundamente humanistas. No novo milênio, as únicas munições válidas são os votos. Os nossos exércitos são compostos pelos cidadãos. Com base nesses preceitos, ganhamos cinco processos eleitorais consecutivos (...) (CORRÊA, 2009, p. 31-2). (Tradução nossa.)

O socialismo do século XXI se estende por toda a América. É um milagre o despertar dos nossos povos. Há alguns anos estávamos dominados por governos neoliberais, que entregaram nossos recursos e patrimônio aos estrangeiros (...) em reação a isso emergiram governos dignos e soberanos que buscam a justiça social (...) nossa revolução afirma os princípios do bem viver, sem nos afastarmos da paz que buscamos enquanto nação (...) (CORRÊA, 2009, p. 3). (Tradução nossa.)

Outro aspecto relevante do socialismo equatoriano reside na autonomia construtiva das suas propostas e na reivindicação da participação cidadã. A negação da reprodução de modelos e a democracia participativa também são fundamentais. De acordo com Corrêa (2009):

O socialismo do século XXI não tem um modelo construído. Essa é uma das suas virtudes. O seu projeto se adapta às realidades de cada país (...). A partir dessas ideias, propusemos no Equador um programa criativo e emancipador que foi capaz de enfrentar o neoliberalismo e que não repetiu práticas anacrônicas. Nosso socialismo é participativo e radicalmente democrático. Emergiu das lutas e esperanças populares. Consequentemente, não resulta de paradigmas ou da elaboração de um grupo restrito de militantes ou intelectuais. Ele não se baseia em modelos, mas em princípios (...). (CORRÊA, 2009, p. 39-40). (Tradução nossa.)

As mudanças somente ocorrem com democracia, e existem várias formas de sua expressão. Não há apenas a democracia formal do ocidente, que foi elaborada por Montesquieu há três séculos e que, na América Latina, imobilizou países e governos. cremos que as mudanças podem ocorrer em democracia e dentro de um marco constitucional. Por isso, sugerimos a reforma constitucional que está conduzindo o Equador a uma transformação profunda, rápida e pacífica (CORRÊA, 2009, p. 32). (Tradução nossa.)

O socialismo do bem viver intenciona relações harmoniosas entre os homens. A coletivização das decisões políticas e econômicas também consiste em objetivos centrais dessa proposta. Na *revolução cidadã*, o Estado é um agente indutor do desenvolvimento econômico e do bem comum. Para Corrêa (2007):

(...) O Estado é a representação institucionalizada da sociedade, por meio do qual ele realiza a ação coletiva. Pretender minimizar sua importância foi um dos grandes absurdos da longa e triste noite liberal. Pretender maximizá-lo foi um dos erros tangenciais do socialismo estatista. O inquestionável é a necessidade de um Estado eficiente, que aja em função do bem-estar. Temos a tarefa de libertá-lo do “sequestro” perpetrado pelas classes dominantes. Trabalhamos arduamente para isso. Esta foi a tarefa mais dura e menos visível,

mas provavelmente a mais relevante: a profunda reforma do Estado equatoriano (CORRÊA, 2007, p. 10). (Tradução nossa.)

Como veremos na próxima parte desse trabalho, o intervencionismo estatal na economia é fundamental para a revolução cidadã e para os outros processos revolucionários. Nesse sentido, analisaremos que a ação estatal resgata paradigmas do desenvolvimentismo, não consistindo na transformação do modo de produção.

3.6. EPS, capitalismo de Estado e o novo modelo produtivo

Indicamos na primeira parte deste capítulo a proximidade do socialismo do século XXI com a cultura política nacional-estatista. O chavismo resgatou o intervencionismo na economia contido nessa tradição e, assim, o Estado retomou o seu papel de agente fomentador do crescimento econômico.

As nacionalizações dos recursos naturais e as empresas públicas consistiram nos principais símbolos do fortalecimento da ação estatal na economia. Com isso, foram disponibilizados recursos para o investimento em programas sociais e para a multiplicação das atividades produtivas. As revoluções na Bolívia e Equador, dessa forma, seguiram o caminho traçado pelo chavismo.

O projeto de construção do socialismo do século XXI não repulsa o setor privado, mesmo o transnacional. As parcerias público-privada são consideradas fundamentais, pois exprimem a possibilidade de desenvolvimento econômico, geração de emprego e distribuição de renda.

O regaste da tradição desenvolvimentista pelo socialismo do século XXI distancia essa teoria do marxismo. Os discursos almejam o arrefecimento da exploração intensiva da mão de obra, típica das últimas duas décadas. Por isso, há pleito da valorização do trabalho, sob a égide da harmonia capital-trabalho.

A bandeira do socialismo foi desfraldada intencionando o repúdio ao neoliberalismo e a promoção da conscientização popular. As políticas estatais almejaram o crescimento econômico, sendo utilizadas para esse fim diversas táticas, tais como: (i) a associação e o auxílio estatal para empresas privadas; (ii) nacionalizações de empresas estatais outrora privatizadas e dos recursos naturais; (iii) fomento estatal às pequenas e médias empresas e (iv) apoio à produção comunitária e local. Esses quatro pontos são comuns aos três processos analisados. Podemos constatá-los nos discursos dos mandatários, iniciando por Corrêa (2007, 2009):

As transformações socioeconômicas equatorianas não seriam sustentáveis em longo prazo se não estivessem acompanhadas de mudanças na representação política, na organização territorial e estatal. As alterações no padrão de desenvolvimento derivaram da recuperação do protagonismo do Estado na sua relação com a sociedade e mercado, expressos, principalmente, na garantia de direitos sociais e na inclusão social. Revertemos a agenda neoliberal, a mesma que provocou a retração da ação estatal nas funções de coordenação e regulação da economia, bem como naquelas vinculadas à redistribuição da riqueza e busca da igualdade social (...) (CORRÊA, 2007, p. 8-9). (Tradução nossa.)

(...) resistimos e lutamos contra o neoliberalismo. Rompemos com esse modelo de desenvolvimento gerador de desigualdades, pobreza e morte (...). O governo da revolução cidadã está desenvolvendo um programa econômico, social e político enraizado em novos valores. Aplicamos um programa, cujo centro é o ser humano, e que intenciona a recuperação da pátria ativa, digna e soberana. No neoliberalismo, imperou a supremacia do capital sobre o trabalho. Para nós, o ser humano e o seu trabalho se encontram no centro da vida em sociedade (CORRÊA, 2009, p. 6-7). (Tradução nossa.)

Segundo o “velho socialismo”, a eliminação da exploração do trabalho derivaria do fim da propriedade privada. Não acreditamos na estatização dos meios produtivos, que deve ocorrer em casos excepcionais, mas em sua democratização. Unimos nossa ampla visão de soberania aos nossos objetivos de desenvolvimento. Definimos setores estratégicos, como os vinculados à exploração dos recursos naturais não renováveis, sobretudo petróleo e minerais, que devem estar sob controle estatal e das suas empresas (CORRÊA, 2009, p. 33-4). (Tradução nossa.)

Nas palavras de Chávez (2007, 2008, 2012):

Nosso socialismo não exclui a propriedade privada, mas sim a reconhece. Inclusive, queremos dignificá-la, fazendo com seja reconhecida pela sociedade enquanto um elemento central. Aspiramos a que os proprietários sejam respeitados e que aceitem conviver com o Estado, sua Constituição e com as propriedades coletivas. Intencionamos um sistema misto que equilibre o social, econômico, político e territorial e que seja construído por toda a sociedade. Convido todos os grupos sociais, sem exceção, para o nosso projeto (...) é um compromisso fundamental e estou trabalhando muito para isso (...) Não quero sair da presidência sem diversificar o nosso modelo produtivo (CHÁVEZ, 2007, p. 248-9, 250 e 257). (Tradução nossa.)

(...) a formação socioeconômica prevalecente na Venezuela é capitalista e rentista. Iniciamos a implantação do socialismo a partir do nosso dinamismo interno. Ainda é um programa que devemos sustentar e aprofundar. Ele é direcionado à supressão paulatina do capitalismo pelo socialismo (CHÁVEZ, 2012, p. 2-3). (Tradução nossa.)

A nacionalização da faixa do Orinoco e a conquista do controle operacional da produção petrolífera foram realizadas em nosso governo. Dos 11 projetos de exploração existentes, nove se transformaram em empresas mistas, nas quais o Estado, por meio da PDVSA, tem uma participação acionária de aproximadamente 85%. Não haverá exploração petrolífera em nosso país sem a participação da PDVSA. Ela deverá ter maioria acionária e controle operacional. Isso se chama soberania (...) (CHÁVEZ, 2008, p. 26 e 33-4). (Tradução nossa.)

De acordo com Linera (2008, 2009, 2010):

Nosso governo está investindo, principalmente, na infraestrutura e no sistema produtivo. Realizamos mais obras de infraestrutura e construção de rodovias que as gestões anteriores (...). A ação estatal é fundamental para a pluralização das atividades produtivas (...). Ressaltamos também o financiamento estatal, por meio dos microcréditos para o pequeno produtor (...); Disseram que o governo do presidente Evo iria estatizar tudo. Isso é mentira. Nosso governo não é estatista. Temos um modelo que abrange os investimentos estatais e privados. Diferentemente dos anos neoliberais, o setor privado não é o líder, mas o Estado. O modelo nacional produtivo conjuga os investimentos privados, nacional e estrangeiro, e os estatais (...). O Estado está no controle da produção, e o investimento privado é fundamental para tal (...) (LINERA, 2008, p.16-7). (Tradução nossa.)

A modernidade boliviana, propiciada pela globalização, une as comunidades, os artesãos e as atividades empresariais (...). Ela é construída a partir das características da nossa complexa e plural economia, que é composta pela articulação de saberes, conhecimentos, esforços de redes familiares, de vizinhos e de compadrio (...). Nossa Constituição prevê a perpetuação da economia comunitária. Ela seguirá existindo durante séculos, conjuntamente com os demais setores produtivos (...). O Estado tem obrigação de sustentá-los com créditos, tecnologia e incentivos ao mercado consumidor. Antes do governo Morales, o Estado tinha dinheiro, quase que exclusivamente, para a agroindústria. Agora não. Com a nova Constituição, as vantagens do Estado devem ser repartidas entre todos os irmãos. A agroindústria, o proprietário privado, o microprodutor, a comunidade, enfim, temos que distribuir os benefícios para todos. Isso é uma obrigação do Estado prevista na nossa Constituição. Os recursos naturais, entre eles o gás e o petróleo, agora pertencem ao povo boliviano e serão utilizados para isso (...) (LINERA, 2009, p. 14-5). (Tradução nossa.)

(...) O modelo nacional produtivo do governo Morales prevê o protagonismo estatal e a sua união com as forças do mercado. As instituições produtoras (associações, sindicatos, comunidades, *ayllus*, entre outras) são mobilizadas, potencializando seus papéis de provedoras de bens/serviços públicos. A ação coletiva também almeja incentivar a transformação da produção agropecuária e manufatureira. O poder público contribuirá para o desenvolvimento econômico com o incentivo a empresas mistas, formadas por camponesas e indígenas (...), que deverão coexistir com o setor privado (...) (LINERA, 2010, p. 15). (Tradução nossa.)

A transitoriedade para o socialismo não é um objetivo em médio prazo do evismo. O capitalismo boliviano se sustenta no intervencionismo estatal e deriva de um sistema que une os capitais públicos e privado, além de contemplar a economia local. A atuação estatal é primordial para o neodesenvolvimentismo boliviano.

A união dos setores público, privado e comunitário é fundamental para o crescimento econômico boliviano. Em longo prazo, a economia comunitária representa a possibilidade de transição boliviana ao socialismo. Segundo Linera (2006, 2010):

Quem acompanha a luta do movimento social desde 2000 vê que o êxito eleitoral em 18 de dezembro de 2005 significa o ingresso a uma nova etapa política pelo movimento social: o exercício do poder estatal. Os desafios da esquerda na gestão dos assuntos públicos serão complexos, mas, como

sinalizamos ao longo da campanha eleitoral, nossas forças serão direcionadas ao fomento de um novo modelo econômico que denominamos inicialmente de *capitalismo andino-amazônico*. Esse representa a construção de um Estado forte, regulador da expansão industrial. Seu papel reside na extração dos excedentes econômicos e na sua transferência às comunidades (...). O triunfo do MAS abriu a possibilidade de transformação radical da sociedade, não em uma perspectiva socialista, ao menos em curto prazo, como desejava uma parte da esquerda. Há duas razões para isso: o proletariado é minoritário demograficamente e inexistente politicamente. Não se constrói socialismo sem proletários. Nosso potencial produtivo é frágil e por isso a perspectiva socialista encontra-se distante (...). O capitalismo andino-amazônico se adapta a nossa realidade, possibilitando a emancipação operária e comunitária a um médio prazo. Por isso, o concebemos como um mecanismo temporal e transitório (LINERA, 2006, p. 1). (Tradução nossa.)

O Estado integral aproveita soberanamente nossas capacidades e potencialidades como sociedade. Somos um país de pequenos produtores urbanos e rurais. Esses devem ser reforçados em suas capacidades tecnológica, associativa, creditícia e produtiva. A presença da economia comunitária é ampla em nosso país. Hoje, ela está asfíxiada pelo colonialismo e pelo capitalismo depredador. Temos que romper essas cadeias que atormentam a estrutura comunitária e liberar as forças produtivas nele contidas. Temos, também, importantes setores da média e grande empresa que, igualmente, devem ser protegidos para consolidar sua atividade produtiva (...). A única maneira de proteger cada uma dessas esferas da economia plural boliviana é injetar recursos para o seu crescimento. Por isso, necessitamos da atuação estatal nas atividades nacionais estratégicas, permitindo a geração de um excedente econômico a ser reinvestido nas outras atividades produtivas (...). Se não fizermos isso, o excedente econômico ficará em poder dos estrangeiros, como assistimos há 180 anos. O fortalecimento da nossa sociedade reside na constituição de uma economia diversificada, sólida e com um forte mercado interno (...) (LINERA, 2010, p. 12) (Tradução nossa.)

A constituição do socialismo está em nosso horizonte (...). Ele significa bem-estar e comunitarização da riqueza, como ocorrido com nossos antepassados, só que em escala maior, pois incorpora a tecnologia e a modernidade produtiva. Não é uma tarefa fácil construí-lo. Isso poderá demorar décadas ou séculos, mas é evidente que os movimentos sociais não podem ambicionar o socialismo comunitário sem a vontade popular (...) (LINERA, 2010, p. 13). (Tradução nossa.)

Asseveramos no início deste capítulo que a revolução democrática e indígena resgata a tradição nacional-estatista sul-americana. Na Bolívia, o projeto de Economia Plural sedimenta a possibilidade de crescimento, pois conjuga os setores estatal, privado, comunitário e cooperativista. O socialismo é um objetivo distante, com sua reivindicação atuando no imaginário social, como vimos anteriormente.

Dos três casos analisados, o boliviano representa de forma mais nítida o nacional-estatismo. O desenvolvimentismo da 2ª metade do século XX e a necessidade da sua atualização são reivindicados, claramente, nas falas do vice-presidente boliviano. Se os próceres da emancipação retornam das tumbas para legitimar as transformações

revolucionárias, o passado desenvolvimentista valida o fomento da intervenção estatal. Segundo Linera (2008, 2009):

Uma das observações que nos fizemos alguns intelectuais e políticos sustenta que o Modelo Nacional Produtivo não é novo, mas que foi aplicado há alguns anos. A estrutura econômica boliviana teve um comportamento semelhante a de ondas que sobem e descem. No início do século XX, vivemos um período liberal. Esse foi substituído na década de 1950 pela ação estatal, que é distinta da vivida atualmente (...). A revolução de 1952 iniciou uma etapa econômica intitulada de nacional-estatismo. Ela nacionalizou as minas, distribuiu terras aos camponeses e criou empresas públicas. O nacionalismo revolucionário perdurou de 1952 a 1985 (...), quando foi substituído pelo neoliberalismo que privatizou as empresas do Estado, concentrou a riqueza em poucas mãos e concedeu às empresas estrangeiras os rumos da nossa economia. Essa fase entrou em crise em 2000 com as sublevações de indígenas, operários e classe média (...). Em 2006, um novo ciclo econômico foi iniciado, sendo denominado de nacional-produtivo (...). Ele durará, tenho a impressão, uns 20 ou 30 anos. Posteriormente, assistiremos a outra etapa de abertura dos mercados, pois os ciclos econômicos são assim (...). A América Latina está transitando por uma nova etapa, e o intervencionismo estatal na economia é fundamental (...) (LINERA, 2008, p. 6-7). (Tradução nossa.)

(...) os nacionalistas das décadas de 1950 e 1960 acreditavam que o controle da economia pelo Estado era essencial. Imaginavam que a burguesia surgiria da pequena burguesia, que os camponeses e indígenas seriam dissolvidos em pequenos burgueses camponeses, urbanos ou em proletários. Imaginavam que o mercado interno seria construído autarquicamente e que as importações precisariam ser substituídas internamente. Os índios não existiam para os nacionalistas. Todos eram bolivianos, mesmo que essa identidade ocorresse forçadamente (...) atualmente, a ação estatal é essencial para o crescimento econômico. Isso não anula as outras estruturas ou forças econômicas. As comunidades camponesas e rurais não se extinguirão ou serão transformadas em nichos burgueses e proletários. Continuarão a ser comunidades de pequenos produtores e artesãos. Potencializaremos o mercado interno, vinculando-o ao externo. No Estado Plurinacional, os indígenas compõem a força motriz do Estado (LINERA, 2009, p. 10-1). (Tradução nossa.)

(...) O Plano Nacional de Desenvolvimento está permitindo o surgimento de uma Bolívia digna, soberana e produtiva (...). O neoliberalismo e o colonialismo foram desmontados pela gestão de Evo Morales. Com isso, emergiu o Estado plurinacional, solidário e produtivo, que controla o excedente econômico e aplica uma estratégia de desenvolvimento que começou a sanar as injustiças históricas (...) (Plano de Governo do MAS, 2009, p. 15). (Tradução nossa.)

A interferência estatal nas relações socioeconômicas é o ponto forte no evismo. O socialismo é empregado como um símbolo de combate ao neoliberalismo e para legitimar a realização das reformas socioeconômicas. Além disso, o setor privado é considerado um aliado relevante para o crescimento econômico e a distribuição de renda. A visão nacional-estatista do correísmo é semelhante à dos outros dois casos. De acordo com Corrêa (2009, 2007):

(...) Propomos em nossa Constituição três modelos organizativos para um novo sistema econômico: popular, privado capitalista e público. A economia social e solidária não nega o mercado, mas a sociedade deve regulá-lo (...) propomos uma arquitetura financeira que garanta independência, autonomia e a soberania para todos os países (CORRÊA, 2009, p. 34-5). (Tradução nossa.)

(...) a política de exploração dos recursos naturais não renováveis está aberta ao estabelecimento de alianças com países amigos e suas empresas públicas. Com isso, privilegiamos o público antes do privado. Desacreditamos na estatização dos meios produtivos, com exceção dos conectados aos recursos naturais não renováveis e setores estratégicos (...) confiamos na democratização dos meios produtivos, na criação de uma sociedade de cidadãos proprietários e, por que não, de cidadãos empresários (...) (CORRÊA, 2007, p. 37-8). (Tradução nossa.)

O Equador está aberto aos investimentos. Sou de esquerda, nosso governo é socialista, mas é um absurdo imaginar que no socialismo temos a negação do mercado e da propriedade privada (...) o setor privado possui a maior parte dos empregos. Por isso, a complementariedade entre os setores público e privado é fundamental (CORRÊA, 2009, p. 63). (Tradução nossa.)

O socialismo do bem viver aglutina princípios indígenas à tradição nacional-estatista latino-americana. O dirigismo estatal da economia e a associação público-privada são essenciais para o crescimento econômico e para ocorrência das reformas sociais. Os dois processos preveem, ainda, incentivos à economia popular, sendo isso mais incisivo no caso boliviano.

O *Proyecto Nacional Simón Bolívar – Primer Plan Socialista de la Nación (2007-2013)* sistematizou as diretrizes chavistas para a construção do socialismo do século XXI. Sua principal característica reside na existência de preâmbulos que apontam para a construção do socialismo venezuelano. A ação estatal é fundamental nesse projeto. As nacionalizações dos recursos naturais e empresas privadas, o fomento à organização produtiva comunitária, a criação da controladoria social e das Empresas de Produção Social (EPS) são apontadas como realizações importantes para a transição ao socialismo venezuelano.

A proposta do novo sistema produtivo baseia-se no fim da divisão do trabalho e no direcionamento da produção à satisfação das necessidades humanas. As instituições estatais cumprem o papel de guias e gestores desse projeto. De acordo com este plano:

O novo sistema produtivo promoverá o prazer no operário e buscará a eliminação da divisão social do trabalho, com o fim da sua estrutura hierárquica. Findaremos com o dilema existente entre a satisfação das necessidades individuais e a produção das riquezas. O modelo produtivo proporcionará a satisfação das necessidades humanas e estará menos subordinado à reprodução de capital (...). O Estado controlará as estratégicas atividades produtivas e direcionará o desenvolvimento econômico do país (PROYECTO NACIONAL SIMON BOLIVAR, 2006: p. 60-1).

O projeto Simón Bolívar previu uma nova configuração produtiva. A geração, apropriação e distribuição dos excedentes econômicos se sustentam na união do Estado e da comunidade organizada. Sem essa configuração, é impossível a transformação do modelo produtivo. Para o chavismo:

O estabelecimento do socialismo se adequará ao funcionamento das novas formas de geração, apropriação e distribuição dos excedentes. A repartição da renda petroleira refletirá a mudança dos valores coletivos e das formas de relacionamento dos indivíduos com a comunidade, a natureza e os meios de produção (...). Almejamos a unidade das forças produtivas e sua autonomia administrativa. Ambicionamos a gestão coletiva dos centros industriais e a descentralização das suas decisões, permitindo que as comunidades locais ajam autonomamente (...).

(...) A modificação do modelo econômico é o único meio para acabarmos, definitivamente, com a pobreza. O capitalismo reivindica, enganosamente, o auxílio aos pobres. Devemos dar poder aos pobres para que eles acabem com a inófia. Essa é a única forma. Não há outra (CHÁVEZ, 2010, p. 15). (Tradução nossa.)

A distribuição da renda petroleira para atividades produtivas e programas sociais, como as missões, materializou a divisão dos excedentes econômicos estatais. A nacionalização do petróleo, associada à elevação do preço internacional do seu barril após 2003 (entre 2003-2008, o valor do barril de petróleo saltou de US\$30,5 em janeiro de 2003 para US\$140,73 em julho de 2008), propiciou um excedente de divisas. Com o crescimento do PIB, o chavismo teve condições de financiar programas sociais e produtivos. O Estado, dessa forma, tornou-se um fundamental agente do desenvolvimento socioeconômico. Paralelamente, foi desenvolvido no imaginário social o novo socialismo. Nas palavras de Chávez (2011):

Devemos utilizar as divisas provenientes da exportação petrolífera em variadas atividades produtivas. Assim, fomentaremos a agricultura, o desenvolvimento industrial, agroindustrial, científico e tecnológico. O seu aproveitamento possibilitará o cancelamento da dívida social, o desenvolvimento humano, a melhoria dos sistemas de saúde, educação e seguridade social (...) (CHÁVEZ, 2011, p. 120). (Tradução nossa.)

A natureza capitalista da Venezuela não foi transformada. Por mais que a interferência estatal na economia consista em um traço marcante do chavismo, nem mesmo surgiu no país o Capitalismo de Estado. Este pode ser definido como uma fase do capitalismo na qual o Estado emerge como força econômica significativa, diretamente envolvida na acumulação de capital. É marcado pelo papel do Estado na coordenação da

divisão do trabalho, por meio da centralidade da produção nas mãos do setor público, ao qual cabe também o papel de planejamento das atividades produtivas.

A apropriação da mais-valia nessa forma do capitalismo passa para as mãos do Estado, sob a promessa de distribuição desses ingressos para o benefício de toda a população. No entanto, a monopolização da produção e da distribuição pelo Estado fez com que este cumprisse o papel dos capitalistas privados, mantendo a mesma essência de exploração da mão de obra assalariada em nome de um suposto benefício público. Como afirmamos anteriormente, o capitalismo de Estado predominou nos regimes socialistas do leste europeu e na própria União Soviética.

O predomínio das empresas privadas, por sua vez, foi comprovado nos dados do IV Censo Econômico venezuelano de 2007-2008. Das 471.922 unidades econômicas ativas, 93,2% pertencem ao setor privado. O Censo Econômico demonstrou, também, a possível transitoriedade venezuelana em direção ao novo socialismo ao evidenciar a relação entre o número de empresas estatais e as missões sociais. À época, existiam na Venezuela 31.937 unidades econômicas públicas. Dessas, 28.400 consistiram em empresas vinculadas às missões sociais. A possibilidade de descentralização produtiva e os incentivos à sua organização pelas comunidades foram evidenciados nesse número, que ainda é tímido. Apesar disso, o chavismo incentivou o setor privado, sob auréola da unidade trabalhadores, Estado e empresas privadas.

A presença da boliburguesia no interior do chavismo contribuiu para dificultar a transição para um novo socialismo. A boliburguesia consiste na formação de uma oligarquia própria do chavismo, que se beneficia economicamente da revolução bolivariana. É formada por indivíduos e um conjunto de empresas que se aproximaram do chavismo, buscando se aproveitar dos investimentos sociais em infraestrutura e das rendas petrolíferas do país. No interior da revolução, presenciamos fortes críticas a Chávez pelo não combate a esse grupo.

A importância do setor privado é comprovada nas palavras de Chávez (2005, 2011):

Esse governo é de todos e para todos. Incluímos os mais ricos e os mais pobres, desde o mais negro até o mais branco, passando por crianças, mulheres, homens, camponeses, jovens e anciãos. Meu compromisso é com todos. O êxito do crescimento econômico não é do governo. É dos trabalhadores dos setores público e privado. É dos verdadeiros gerentes, dos empresários privados e dos investidores honestos, que são maioria. Ratifico o meu reconhecimento e os aplaudo (...). Confirmo minha mensagem ao setor privado: nós queremos uma ação coordenada entre governo, Estado, setor privado e trabalhadores. Isso permitirá a continuidade do processo de reindustrialização, a democratização econômica, o impulso a um modelo

econômico e produtivo diversificado, como estabelece nossa Constituição. Isso permitirá a geração de riqueza e sua distribuição para todos (...) (CHÁVEZ, 2005, p. 19-25). (Tradução nossa.)

(...) Alguns deputados opositores falaram que há na Venezuela um projeto comunista. Inexiste esse projeto em nosso país! O comunismo prevê as eliminações do Estado e setor privado. Isso não está previsto em nosso país. Não me compararei aos comunistas. Não há comparação (...). Existem pessoas que creem que eu, esse mero soldado da revolução, tenho embaixo da manga um projeto comunista. Revisemos um pouco o comunismo. Reafirmamos que o setor privado nacional terá o nosso incentivo, desde que trabalhem. Buscaremos a elevação da produção nacional de nossas empresas (...). O governo e o setor privado deverão dialogar para defender o interesse nacional. Não estamos aqui para nos aniquilarmos (...). Felicito as empresas privadas que cumprem, como afirma nossa Constituição, sua razão social (...) (CHÁVEZ, 2011, p. 55-6, 82 e 84). (Tradução nossa.)

A proposta chavista de transição ao socialismo reivindica para as Empresas de Produção Social (EPS) um papel de destaque. Elas são essenciais para a passagem venezuelana a um novo modo de produção, pois permitirão o surgimento de novas relações sociais e produtivas. Segundo o plano Simón Bolívar (2006):

As EPS são entidades econômicas dedicadas à produção de bens e serviços, nas quais o trabalho tem significado próprio, não alienado e autêntico (...) a produção é baseada no planejamento realizado pelos trabalhadores, e eles se apropriarão do excedente econômico produzido, repartindo-o proporcionalmente à quantidade de trabalho aportado. A gestão será democrática e participativa, contemplando todos os trabalhadores (...) (PROYECTO NACIONAL SIMON BOLIVAR, 2006: p. 62-3). (Tradução nossa.)

O estímulo estatal é fundamental para o surgimento das EPS. Por isso, a exportação de petróleo é essencial. A Petróleos de Venezuela Sociedade Anônima (PDVSA) tem o papel de financiar a criação dessas empresas, possibilitando a descentralização produtiva. Como a formação das EPS perpassa pela auto-organização dos trabalhadores, por meio das missões sociais e dos conselhos comunitários, seu incentivo proporciona a transitoriedade para o novo socialismo.

Destacamos também que a nacionalização dos hidrocarbonetos não resultou na proeminência estatal na sua exploração. Foi desenvolvida a associação entre a PDVSA e o setor privado internacional, por meio das Empresas Mistas. Com isso, o chavismo intencionou a ampliação da extração desse recurso natural, elevando a arrecadação estatal, importante para o fim da dependência econômica do país em relação ao petróleo.

Diante do exposto, concordamos com as observações de Wallace Moraes direcionadas ao não rompimento do chavismo com o capitalismo, mas apenas com o neoliberalismo. Tal elemento derivou da necessidade do atendimento às reivindicações reformistas da população, em virtude do desgaste socioeconômico propiciado pelas políticas neoliberais da década de 1990 (MORAES, 2011).

Segundo o filósofo Vladimir Garcia, a dualidade chavista expressa-se na atuação da PDVSA. Ao mesmo tempo em que reconhece a possibilidade de transitoriedade pacífica para o socialismo, Garcia critica a atuação dessa estatal. Segundo ele, os recursos financeiros provenientes da exportação de petróleo são destinados aos programas socioeconômicos do governo e, concomitantemente, à ampliação da acumulação de capital de setores da burguesia nacional venezuelana, pois financia ambos os setores (GARCIA, 2009).

As contradições do chavismo perpetuaram a estrutura econômica herdada da década de 1990. Como a revolução bolivariana é pacífica e democrática, o combate à burocracia e às transformações na estrutura estatal ocorreu vagarosamente. A permanência da burocracia anterior ao chavismo nas estruturas estatais dificultou a transitoriedade ao socialismo. Isso contribuiu para a permanência da possibilidade de uma contrarrevolução, como ocorrido em abril de 2002 (ÁLVAREZ, 2010).

A desarticulação da burocracia estatal é essencial para a irreversibilidade da revolução venezuelana. Se não ocorrer, a revolução estará sempre ameaçada por opositores, que já não detêm a proeminência política, mas mantêm um sólido poder econômico. Dessa forma, os grupos contrarrevolucionários almejam a destruição do chavismo para recuperarem seus poderes e privilégios.

Segundo Álvarez, a busca da substituição do Estado burocrático pelo revolucionário tem de ser constante no chavismo. O novo socialismo vigorará, apenas, quando os resquícios da IV República forem completamente eliminados e a consolidação do controle popular sobre os processos de produção, distribuição e comercialização dos bens e serviços ocorrer (ÁLVAREZ, 2010).

Nesse sentido, reiteramos que as EPS são fundamentais para o socialismo do século XXI venezuelano. Como afirmado por Álvarez, a produção comunal é essencial para a construção do socialismo venezuelano. Ela garantirá o livre desenvolvimento dos trabalhadores e não mais servirá aos objetivos privados de burocratas ou capitalistas (ÁLVAREZ, 2010). A transitoriedade venezuelana para o socialismo advirá do incentivo

às propriedades sociais. Elas farão com que os trabalhadores sejam sujeitos ativos no planejamento e direcionamento da produção.

A construção do novo socialismo acabará quando a democratização da produção for realizada. A auto-organização dos trabalhadores e sua autonomia produtiva são essenciais para a edificação do socialismo. A nacionalização das empresas e o controle estatal por si só não permitem a emancipação dos trabalhadores.

Por isso, os *consejos comunales*, a controladoria social e os conselhos de fábrica, desenvolvidos de forma embrionário na Venezuela chavista, são elementos relevantes. Eles consistem em formas de participação e controle cidadão dos rumos econômicos, além de serem espaços que contribuem para a elevação da conscientização popular.

Segundo El Troudi e Monedero, o socialismo do século XXI derivará dos seguintes elementos: (i) participação cidadã, primordial para a promoção da democracia revolucionária e do poder popular, pois desenvolve um sujeito planificador, controlador dos assuntos públicos; (ii) a aliança cívico-militar; (iii) a inclusão social, realizada a partir das missões sociais; (iv) a disponibilização de créditos para microempresários, cooperativas e organizações produtivas; (v) descentralização produtiva, atendendo às especificidades de cada localidade; (vi) criação de uma nova institucionalidade do Estado, controlada pela população e (vii) fomento à autonomia dos trabalhadores na produção (EL TROUDI E MONEDERO, 2006).

O nacional-estatismo venezuelano se dá com a coexistência de EPS, empresas estatais e privadas. O Estado controla os meios de produção estratégicos, como o petróleo ou a mineração e, paralelamente, desenvolvem-se os demais setores. O crescimento das EPS é, como dito, fundamental para que o modelo produtivo venezuelano se consolide. Por isso, o Estado oferece a essas empresas incentivos fiscais, financiamento e maquinário (TROUDI, 2006).

As EPS simbolizam a transição venezuelana ao socialismo, portanto, compreensão da direção do seu excedente produtivo é imperiosa. Em virtude do seu caráter social, sua lucratividade não se destina às mãos de um pequeno grupo de burocratas, mas deve ser reinvestida na sociedade, como abordado por El Troudi e Monedero. Não apenas a produção organizada dos trabalhadores ou das comunidades seria incentivada, mas também os projetos sociais, a fim de que os trabalhadores sejam convertidos em sujeitos ativos da produção e do seu destino final (TROUDI E MONEDERO, 2006).

O nascimento das EPS ocorre em um mundo em que predominam relações econômicas movidas pela busca incessante do lucro e da rentabilidade. Com isso, a

associação da economia popular com a mercantil torna-se parte integrante da transitoriedade ao novo socialismo. O intervencionismo estatal transformará o modelo produtivo, permitindo a emanção e a consolidação do novo socialismo (ÁLVAREZ E RODRÍGUEZ, 2008).

O socialismo do século XXI permitirá o estabelecimento de uma nova relação do homem com o trabalho. O incentivo às propriedades sociais proporcionará a existência de novas organizações produtivas, possibilitando a superação de valores do capitalismo, tais como o egoísmo e o individualismo.

Ao mesmo tempo, o novo socialismo incentivará uma nova composição social da coletividade. Assistiremos ao máximo desenvolvimento das capacidades e potencialidades humanas, bem como a satisfação das suas necessidades materiais, intelectuais e espirituais (ÁLVAREZ E RODRÍGUEZ, 2008). Podemos constatar isso nas palavras de Chávez (2006):

A transformação da estrutura produtiva é fundamental se quisermos construir um verdadeiro socialismo. Devemos socializar a economia e a produção, criando um modelo que privilegie o trabalho sobre o capital. Além disso, a existência da propriedade social é essencial. Ela cria novas relações de produção, orientando o esforço produtivo para a satisfação das necessidades do povo (CHÁVEZ, 2006, p. 51). (Tradução nossa.)

(...) o capitalismo é incapaz de solucionar suas contradições estruturais. Conforme o tempo passa, elas vão se agravando. Por isso, transcendemos o modelo capitalista, que é marcado pela perversidade do capital, para o socialismo, pois ele é fundamentado na valorização do trabalho. Além disso, temos a clareza que o trabalho, o conhecimento, a igualdade e a justiça social representam as únicas formas de solucionar o drama, a selvageria do capital e do capitalismo (CHÁVEZ, 2011, p. 24-5). (Tradução nossa.)

A consolidação do novo modelo produtivo somente ocorrerá com a ampliação da descentralização produtiva, por meio das EPS. Os dados do Censo Econômico, anteriormente citados, demonstram que há uma relevante parcela da produção venezuelana sob o controle das missões sociais, indicando a possibilidade de isso ocorrer.

A emanção do socialismo também perpassa pela participação popular, por isso, no caso venezuelano, as missões sociais e os *consejos comunales* são relevantes. Eles estabelecem redes solidárias de produção, circulação, distribuição e consumo de bens, produtos e serviços. Nesse sentido, o investimento do lucro das empresas estatais na economia popular é fundamental (OBEDIENTE e VARGAS-ARENAS, 2008).

Propusemo-nos a analisar o socialismo do século XXI nos três casos estudados. A imprecisão conceitual em relação às propostas sobre esse modo de produção nos

desafiaram. Ademais, a retórica socialista não foi acompanhada de medidas concretas nessa direção. Diante disso, optamos por uma divisão no nosso estudo, como já dito. Avaliamos a proposta do socialismo do século XXI separando suas medidas produtivas do discurso reivindicativo de um relacionamento diferenciado entre os homens, sustentado, por exemplo, na solidariedade, igualdade e justiça social.

Constatamos que, economicamente, as medidas dos proponentes do novo socialismo resgataram a tradição desenvolvimentista latino-americana. As críticas ao Estado mínimo neoliberal abriram caminho para o advento do intervencionismo estatal, tendo como consequência a proposição de uma nova estrutura produtiva. Esta é marcada pela nacionalização dos recursos naturais, pela diversificação da produção e pelo apoio financeiro do Estado às empresas privadas e, de forma muito embrionária, às populares.

Os três projetos nacional-estatistas valorizaram o setor privado e sua parceria com empresas estatais. Essa união foi pleiteada por proporcionar o desenvolvimento econômico, permitindo a geração de emprego e renda. A descentralização produtiva, por meio da economia popular e comunitária, foi reivindicada como mais um elemento propiciador de crescimento econômico.

Como asseveramos anteriormente, o novo socialismo age no imaginário coletivo. A reivindicação da solidariedade e da justiça social atua na consciência da população. Com isso, presenciemos embates contra o individualismo e o egoísmo, características intensificadas na fase neoliberal do capitalismo.

A construção do socialismo sul-americano fundamenta-se na utilização de princípios do cristianismo, indigenismo, iluminismo, keynesianismo e marxismo, por exemplo. No início deste capítulo, sublinhamos nossa dificuldade de defini-lo teoricamente. A junção de variadas teorias fez com que nos deparássemos com algo novo, que é construído diariamente. É uma invenção sul-americana concomitante à escrita desta tese.

Esses argumentos, no entanto, não fazem com que nos abstenhamos de algumas conclusões. A proposta do socialismo do século XXI é totalmente diferente de qualquer experiência histórica. Sua construção é direcionada ao combate ao neoliberalismo. A intervenção estatal na economia, a reivindicação de novos valores sociais, a emanação de uma cultura fincada na solidariedade e na humanização da relação capital-trabalho são demonstrações da sua antítese em relação ao neoliberalismo.

Não acreditamos que o novo socialismo represente, pelo menos neste momento, um modo de produção alternativo ao capitalismo. Cremos na sua vinculação à tradição

nacionalista sul-americana e aos seus princípios, como intervenção estatal na economia e realização de reformas sociais.

Expusemos na primeira parte deste capítulo que apontaríamos os elementos que formariam um *minimum* socialismo do século XXI. Acreditamos que as seguintes características estão contempladas nessa proposta:

- (i) repúdio aos efeitos socioeconômicos do neoliberalismo;
- (ii) intervencionismo estatal na economia, expresso na nacionalização dos recursos naturais, no fomento às pequenas e médias empresas e no incentivo à diversificação produtiva;
- (iii) constituição de programas sociais distributivos de renda;
- (iv) difusão dos valores de solidariedade, igualdade, justiça social e proeminência do coletivo sobre o individual;
- (v) democratização das instituições estatais e apoio à participação popular;
- (vi) apoio à associação público-privada e à economia comunitária/popular;
- (vii) utilização do imaginário socialista para a conscientização das massas;
- (viii) apoio ao multilateralismo nas relações internacionais e à integração sul-americana, tema que será discutido no próximo capítulo;

As características enumeradas compõem a nossa visão sobre o socialismo do século XXI. Ressaltamos novamente que estamos analisando um processo que ocorre no momento da escrita deste trabalho. A dinâmica das tensões de classe poderá desembocar no abandono dos traços nacional-estatista e na radicalização desses processos, com a construção de fato do socialismo.

No próximo capítulo, analisaremos as propostas de integração dessas revoluções, buscando suas semelhanças e diferenças. Constataremos que a defesa do multilateralismo nas relações internacionais é foco desses processos. Observaremos, também, que muitos dos pontos defendidos na atuação internacional desses países também estiveram contidos no discurso desenvolvimentista das décadas de 1950 e 1960.

Capítulo 4 – A integração sul-americana: os múltiplos olhares do chavismo, do correísmo e do evismo

La integración de América Latina y Caribe nos va a permitir sumarnos con éxito a un mundo pluripolar (...). Solo la unión nos hará fuertes.

Hugo Chávez

4.1. Considerações preliminares

O ciclo revolucionário representado pelos três fenômenos analisados neste trabalho também se fez presente no agir internacional. Chávez, Corrêa e Morales tornaram-se entusiastas da multipolaridade nas relações internacionais, da integração latino-americana e caribenha e da união das nações da região com a África e o Oriente Médio. A diversificação dos parceiros internacionais materializou o rompimento das relações prioritárias com os Estados Unidos e a Europa, marcas das políticas externas desses presidentes até a década de 1990.

Os projetos de integração dessas revoluções é interestatal e defendem a dinamização do comércio entre os países latinos, a integração física regional, os planos produtivos comuns, a unidade energética, a soberania comum sobre os recursos naturais e a solidariedade econômica entre os países. Assim, busca-se a diminuição das assimetrias existentes.

No entanto, as imagens empregadas para legitimar as propostas de integração são diferenciadas. Os bolivarianistas utilizam, sistematicamente, as figuras dos próceres da emancipação, sobretudo Bolívar; porém, Morales não se vale desses personagens. A defesa da integração interestatal é legitimada na reconstrução do *Abya-Yala*, denominação do continente americano pelos autóctones antes da conquista europeia, na defesa da unidade dos povos originários e no respeito a suas bandeiras.

Sobre a não utilização das imagens dos próceres da emancipação no evismo, destacamos uma análise de Linera (2006):

A república boliviana fundou-se com a permanência de mecanismos coloniais que consagraram prestígio, propriedade e poder em função da cor da pele, do sobrenome e do idioma. O libertador Simón Bolívar, claramente, impôs a *bolivianidad* (SIC), que foi atribuída a todos que nasceram sob a jurisdição territorial da nova república, dos cidadãos que deveriam saber ler e escrever o idioma dominante (castelhano) e carecer de vínculos de servidão. Isso se contrastava com a situação dos índios, que precisavam de cidadania. Anteriormente, e em retrocesso à própria colônia, que havia reconhecido a vigência local dos sistemas de autoridade indígena, Bolívar

instaurou uma constituição liberal e extinguiu a autoridade dos caciques indígenas, que foram substituídos por funcionários locais designados pelo Estado (LINERA, 2006, p. 5-6). (Tradução nossa.)

A exclusão sócio-política dos povos originários após a independência fez com que o evismo praticamente ignorasse o uso das imagens dos libertadores *criollos*. A ação independentista é reivindicada, mas não suas propostas após a emancipação, identificadas com a exclusão dos indígenas.

A reivindicação do *Abya-Yala* também é um traço do correísmo, como veremos posteriormente. Inegavelmente, Morales postula-se como uma liderança dos indígenas e de suas bandeiras. Entretanto, isso não invalida as similitudes das propostas de integração com os bolivarianistas, como analisaremos neste capítulo e demonstramos nesta fala de Morales (2008):

(...) defendemos um mundo sem imperialismo e colonialismo. Consideramos importante o estabelecimento de relações bilaterais e multilaterais entre os países. Somos da cultura do diálogo e da convivência social, mas isso não deve ser considerado dependência ou submissão de um país a outro. (...) As relações interestatais devem orientar-se pela complementariedade e não pela desleal competição entre os países (...) (MORALES, 2008, p. 3). (Tradução nossa.)

Os pontos defendidos no agir global por bolivarianistas e indigenistas não foram exclusivos desses países. A esquerda mais moderada da América do Sul também se tornou defensora da independência política, da multipolaridade e do protagonismo da região no cenário internacional.

Consequentemente, tivemos um novo olhar sobre a importância da integração sul-americana para projetar o continente no cenário internacional, o que também se vinculou com a percepção de nossa posição estratégica na Nova Ordem Mundial. Possuímos 6% da população mundial, ocupamos 12% da superfície terrestre e temos 25% dos solos agricultáveis do planeta. Além disso, detemos 23% das reservas mundiais de água doce, somos autossuficientes em energia e conservamos inesgotáveis recursos naturais, como, por exemplo, minérios e petróleo. Esses elementos, em um mundo marcado pelo aumento dos padrões de consumo e pelo crescimento populacional, fazem com que a América do Sul seja extremamente relevante na ordem global (GAMA, 2010).

O capitalismo modificou-se no último quartel do século XX. Com a revolução da tecnologia da informação, surgiu uma economia definida por Castells (1999) como informacional, global e em rede. Essas transformações resultaram da reestruturação das grandes empresas e dos mercados financeiros após a crise da década de 1970. A economia

global expandiu-se por conta da articulação das políticas governamentais com mercados e instituições financeiras, agindo em nome dos mercados e buscando seu fortalecimento e expansão. Para isso, era fundamental a utilização das tecnologias da informação e de comunicação surgidas a partir do final dessa década (CASTELLS, 1999).

A economia é informacional em virtude da produtividade e da competitividade dos atores (empresas, regiões ou nações), que dependem dos conhecimentos. Além disso, é global porque as mais relevantes atividades, como por exemplo, a produção, o consumo e a circulação, organizam-se globalmente por meio de uma rede de conexão dos agentes econômicos. Por fim, é em rede porque a produção e a concorrência articulam-se em uma rede global de interação e competição entre as empresas (CASTELLS, 1999).

Segundo Castells (1999), tivemos dois momentos fundamentais para a consolidação da globalização. O primeiro ocorreu na década de 1980, em virtude da chegada ao poder de conservadores que defendiam o livre mercado. Nos Estados Unidos, Ronald Reagan e, na Inglaterra, Margareth Thatcher pressionaram a desregulamentação e a liberalização das finanças e dos investimentos, bem como defenderam as privatizações de empresas estatais e o corte nos gastos sociais (CASTELLS, 1999). O segundo período fundamental para a globalização ocorreu na década de 1990. Com o fim da Guerra Fria, tivemos um novo momento ideológico, marcado pelo descrédito em relação ao estatismo e às contradições no Estado desenvolvimentista. Com isso, presenciamos o surgimento de instituições e de regras da nova economia global que se expandiram por todo o planeta. A extensão desse fenômeno ocorreu por meio da pressão política realizada por intermédio de atos governamentais e pela imposição de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Para tanto, o argumento consistiu no estabelecimento de que a condição para o ingresso do capital global nos países residia na liberalização da economia (CASTELLS, 1999).

A economia global ficou marcada pela assimetria entre os países quanto à integração, à concorrência e aos benefícios proporcionados pelo desenvolvimento econômico. Conseqüentemente, expansão econômica tornou-se desigual, o que a tornou, ao mesmo tempo, inclusiva e exclusiva. Em decorrência disso, tivemos a elevação do desenvolvimento desigual do capitalismo e presenciamos a concentração de recursos e riquezas em certos países, o que, mesmo em diferentes regiões de cada país, elevou a desigualdade e a exclusão social (CASTELLS, 1999).

Segundo Ianni (1999), a globalização acentuou a interferência das nações centrais do capitalismo, destacadamente os Estados Unidos, nas economias em desenvolvimento ou nas subdesenvolvidas. Esse fenômeno fortaleceu a interação econômica entre as variadas partes

do globo, acentuando o desenvolvimento desigual e a interdependência econômica entre os países. Esse fato intensificou a divisão do capitalismo entre as áreas centrais, beneficiárias da acumulação de capital, e as áreas periféricas, em desvantagem pelo processo de intercâmbio desigual (IANNI, 1999).

A redução da capacidade de interferência estatal na economia pelo neoliberalismo e a subordinação das nações periféricas aos países centrais do capitalismo, realizada por organismos multilaterais interventores por eles controlados, como o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), geraram a imagem de que a globalização diminuiu o papel do Estado como ator internacional. No entanto, os Estados continuam predominando no sistema internacional, por mais que tenham perdido a exclusividade, haja vista que ainda detêm a preponderância na criação de organizações internacionais, nas atividades diplomáticas etc. (PEREIRA, 2004).

Há, também, outros fatores a serem destacados sobre a globalização. Além do aspecto econômico, marcado pela relevância das redes comerciais globais e do papel das transnacionais, presenciamos um teor multidimensional marcado por interações ideológicas, culturais e políticas (NYE, 2002). Por conseguinte, temos, por exemplo, o fortalecimento das identidades no interior de cada nação, o que materializa a segurança e a confiança em um mundo marcado pela atomização do indivíduo. A solitária construção da identidade faz com que os seus construtores busquem “bodes expiatórios” para culpar pelos medos e pelas ansiedades individuais, abrindo caminho para a alteridade. Com isso, a globalização não propicia o fim das barreiras e das fronteiras entre os homens, mas faz com que as construam cada vez mais (BAUMAN, 2008).

O revigoramento das identidades propiciou o renascimento dos nacionalismos. Como vimos, os três processos revolucionários analisados neste trabalho foram consequência do repúdio à globalização e ao neoliberalismo. Nesse sentido, a globalização também propiciou a reafirmação dos interesses nacionais. Portanto, ampliou-se a avaliação autônoma dos interesses estratégicos de cada país, almejando formas propositivas e austeras na condução da política externa e na inserção das economias na ordem global (DINIZ, 2011).

A ampliação do comércio mundial, o impulso da integração financeira e a internacionalização dos investimentos e da produção levaram a uma nova configuração da economia global. A evolução do comércio foi marcada pela tensão entre elementos contraditórios: a liberalização cada vez maior do comércio, com a busca de um mercado cada vez mais globalizado e sem barreiras, por um lado, e o surgimento de blocos de integração comercial, por outro (CASTELLS, 1999).

A integração regional intenciona, dessa forma, fortalecer a inserção dos países na competitividade econômica global. Nesse caso, o Brasil teve papel fundamental, já que a construção da unidade latino-americana foi facilitada pelas alterações da política externa brasileira para a região no fim da Guerra Fria. Na tentativa de ampliar a influência do Brasil na agenda internacional, substituiu-se a denominada autonomia na distância, ou seja, a não aceitação automática dos regimes internacionais, a busca do desenvolvimento do mercado interno e a negação da totalidade da agenda das grandes potências com o intuito de preservar a soberania nacional, pela chamada autonomia na participação, isto é, a defesa dos direitos humanos, a proteção ambiental, a transição democrática, os direitos sociais, as reformas liberais e a integração latino-americana como bandeiras reivindicadas e discutidas pela diplomacia brasileira em razão de suas novas diretrizes (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007).

Com isso, os brasileiros almejavam maior protagonismo na agenda internacional e a concretização da parceria com os países vizinhos, sobretudo os sul-americanos, o que se tornou essencial (VIGEVANI, 2007).

Essas modificações iniciaram-se no governo de José Sarney (1985-1990) a partir, principalmente, da aproximação com a Argentina e intensificaram-se na segunda metade da década de 1990. A crise econômica do período e as redemocratizações impulsionaram a aproximação entre argentinos e brasileiros. Com a Declaração do Iguazu (1985) e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1989), Sarney e o mandatário argentino Raul Alfonsín (1983-1989) solidificaram as relações bilaterais entre as duas nações e impulsionaram a possibilidade de integração regional.

As dificuldades econômicas (dívida externa, incremento do protecionismo no mercado internacional e deterioração do intercâmbio comercial) potencializaram a união das nações sul-americanas e caribenhas, a qual foi definida como um instrumento fortalecedor da autonomia regional, bem como da capacidade de negociação entre os países sul-americanos, as nações centrais do capitalismo e as instituições financeiras internacionais.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) promoveu a aproximação e a maior colaboração com os sul-americanos. O fortalecimento do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) tornou-se fundamental para o Brasil, e a conexão física entre os países foi impulsionada com a criação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) em 2001. O objetivo central da IIRSA consistiu na modernização da infraestrutura física dos países da região, estimulando ações direcionadas ao desenvolvimento das sub-regiões continentais isoladas, com a justificativa de integrar política, social e economicamente a América do Sul. Essa iniciativa também almejou o desenvolvimento da

integração energética, dos transportes e das telecomunicações, com o intuito de propiciar melhores condições para o crescimento das cadeias produtivas e do consumo pelos mercados internos, bem como para dinamizar as exportações sul-americanas para a Ásia. A capitalização de recursos financeiros e o número de projetos de integração desenvolvidos pela IIRSA demonstraram-lhe o vigor. Há 524 projetos de infraestrutura de transportes, energia e comunicações sendo realizados, com um investimento de, aproximadamente, US\$96 bilhões. Além disso, a presidência da IIRSA organizou diversas cúpulas presidenciais e desenvolveu uma agenda mais incisiva de cooperação entre Bolívia, Peru, Venezuela e Colômbia (LIMA, 2009).

Esses aspectos da política externa de Fernando Henrique Cardoso foram exacerbados por Lula, colaborando ainda mais no desenvolvimento da integração. O governo asseverou as políticas e os discursos em torno da soberania nacional e do cooperativismo internacional, ampliando a possibilidade de união com os vizinhos e as nações fora do eixo Europa-Estados Unidos. A diplomacia brasileira intensificou as críticas à exploração dos subdesenvolvidos pelo centro capitalista, o que permitiu a consolidação das alianças com líderes mais à esquerda na América do Sul (Evo Morales, Hugo Chávez e Rafael Corrêa), a dinamização da integração regional e a união com africanos, asiáticos e árabes.

Segundo Vigevani (2007), a diversificação da política externa brasileira no governo de Lula foi marcada pelos seguintes elementos: desacordos com a União Europeia e os Estados Unidos em questões comerciais e ambientais, pressões por reformas no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), negação do unilateralismo, afirmação da liderança regional brasileira, promoção da aliança sul-sul, críticas às assimetrias políticas e econômicas entre as nações e a manutenção da autonomia externa brasileira (VIGEVANI, 2007).

As alterações das diretrizes brasileiras para a América do Sul coadunaram-se com as análises dos mandatários da esquerda radical e da centro-esquerda, os quais partilharam da perspectiva de que a integração ampliaria a projeção internacional do continente. Isso também fortaleceria o papel brasileiro no cenário global e contribuiria para o desenvolvimento social e econômico dos demais países.

Nesse sentido, os acordos entre a esquerda radical e a centro-esquerda levaram a uma agenda comum com quatro pontos: (i) promoção de diálogos e acordos políticos, visando à estabilidade institucional e democrática; (ii) intensificação dos acordos econômicos e comerciais; (iii) união da infraestrutura física de transportes, energia e comunicações; e (iv) construção de uma cidadania sul-americana (GAMA, 2010)

A unidade sul-americana também é sustentada em uma análise da conjuntura global. O novo milênio foi marcado pelo fim da unipolaridade norte-americana e pela diminuição de sua supremacia na cena global. Esse fato foi ocasionado, principalmente, pelos seguintes acontecimentos: (i) a crise econômica mundial iniciada em 2008; (ii) o impasse criado pelas guerras no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003) para os norte-americanos; (iii) o regresso geopolítico e geoeconômico da Rússia; e (iv) a elevação dos preços do petróleo (CALLE, 2010).

Assistimos ao reequilíbrio das relações internacionais, em que Estados Unidos se viram obrigados a compartilhar o poder com potências ascendentes, como, por exemplo, a China e a União Europeia (SILVA, 2009). Além disso, o novo milênio fortaleceu o papel dos atores não estatais (narcotráfico, terrorismo, empresas transnacionais etc.) e o peso das questões ecológicas e climáticas.

A nova configuração mundial, favorável à multipolaridade nas relações internacionais, foi aproveitada pelos sul-americanos. Os governos utilizaram-se do atoleiro norte-americano nas guerras contra afegãos e iraquianos e da crise econômica para desenvolver propostas autônomas de integração.

O surgimento da UNASUL e o fortalecimento do MERCOSUL, que, em 2012, teve a Venezuela incorporada ao bloco, simbolizaram a afirmação da independência política sul-americana nas relações internacionais e a irreversibilidade da unidade regional. Além disso, a UNASUL robusteceu a construção da autonomia política sul-americana e sedimentou o caminho para o desenvolvimento socioeconômico, a integração cultural e o multilateralismo nas relações internacionais. Constatamos essa perspectiva na ata de fundação dessa entidade:

A Unasul objetiva construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de integração e de união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e da independência dos Estados (TRATADO Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas – Brasília, 23 de maio de 2008). (Tradução nossa.)

A reivindicação da união dos sul-americanos é uma característica comum aos três processos revolucionários analisados neste trabalho, na medida em que é vista como fundamental para o desenvolvimento socioeconômico regional e para a definitiva conquista da soberania nacional. Na verdade, como constatamos nos discursos dos mandatários, a unidade pavimenta o caminho para a conquista da segunda e definitiva independência.

Nas três revoluções, a integração é amparada no passado, pois se utilizam da memória das lutas emancipatórias para justificá-la. Além disso, afirma-se que sua ocorrência consiste no caminho irreversível para a concretização da segunda independência sul-americana. Assim, presenciamos a utilização de variadas imagens, como, por exemplo, a soberania sobre o *Abya-Yala* e o pleito da união da América Hispânica após as independências, realizada por Simón Bolívar, as quais foram utilizadas para legitimar a defesa da unidade sul-americana.

Igualmente, a construção ou o fortalecimento das instituições integracionistas, no caso do MERCOSUL, também foram consequências da contestação ao papel político da Organização dos Estados Americanos (OEA). Essa entidade foi caracterizada como inútil aos países sul-americanos e caribenhos, por conta da influência norte-americana. Nas palavras de Corrêa (2012):

(...) a OEA é uma entidade, cujo principal órgão é essa Assembleia Geral integrada por chanceleres. Inexiste um espaço para decisões em nível presidencial nessa entidade, embora seja a principal organização regional. Seu conselho permanente muitas vezes opera à margem das dinâmicas políticas estabelecidas pelos países. (...) lamentavelmente, vemos que o Sistema Interamericano não está ao nível da mudança de época que está ocorrendo. Ele não pode dar soluções, ou pelo menos posturas contundentes e decisivas, a problemas regionais, tais como: colônias em nossa América – refiro-me às ilhas Malvinas, o embargo criminal que sofre há mais de meio século um país irmão como Cuba ou coisas tão simples, como julgar os responsáveis pelo golpe de Estado contra o presidente Manuel Zelaya em 2009. Historicamente, a OEA serviu como instrumento de política internacional das nações hegemônicas. Como disse Fidel Castro certa vez, serviu como “Ministério das colônias” (CORRÊA, 2012, p. 4-5). (Tradução nossa.)

Além da UNASUL e do MERCOSUL, os três processos revolucionários defendem incisivamente outras duas organizações ligadas à integração regional: a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a Alianza Bolivariana das Américas (ALBA), principal projeto de integração das revoluções indigenista e bolivarianista.

Dividiremos este capítulo em três partes. Na primeira, analisamos a ALBA, principal proposta de integração dessas revoluções. Posteriormente, abordamos aspectos históricos da integração e ressaltamos o papel do Brasil, por acreditar na impossibilidade de abordar a união regional sem nos referir a seu papel. Por fim, avaliamos as visões sobre a integração regional nos três processos revolucionários analisados neste trabalho. Para isso, utilizamos os discursos, os programas de governo e os documentos dos respectivos Ministérios de Relações Exteriores.

4.2. A ALBA e a integração revolucionária

A ALBA, criada, em 2004, como uma antítese à concepção da Aliança de Livre-Comércio das Américas (ALCA), é a proposta integracionista mais radical, cuja existência materializou o espaço político para a propagação das consignas anti-imperialistas, cooperativistas e de solidariedade internacional, defendidas pelas três revoluções. Nesse sentido, assemelha-se às prioridades da Alianza Bolivariana, que consistem no desenvolvimento socioeconômico dos membros e na elaboração de políticas comuns nas áreas tecnológica, energética e cultural.

Milza (2003) apontou que as atividades internacionais expressam os debates políticos, identitários, econômicos, entre outros, presentes em cada nação. Nesse sentido, há interações entre a política interna e a externa, as quais influem na elaboração de uma sobre a outra (MILZA, 2003). Dessa forma, a ALBA expressou, internacionalmente, a radicalização política de setores sociais da Venezuela, da Bolívia e do Equador. As contundentes defesas da cooperação e da solidariedade, como, por exemplo, saídas para a superação da pobreza, explicitaram as vontades e os anseios dos habitantes de cada nação.

O desenvolvimento social e humano é o principal objetivo da Alba. Para que isso seja conquistado, o bloco prevê o estabelecimento de um comércio justo e solidário que diminua as assimetrias socioeconômicas entre os membros (FLORES, 2005). Além disso, o bloco previu a superação do caráter comercial da integração e instituiu trocas solidárias entre os membros nas áreas científicas, comercial e tecnológica (GARCIA, 2009).

Igualmente, os membros da ALBA desenvolveram instrumentos produtivos para o crescimento econômico dos países. Como exemplo dessa política, podemos citar a criação da empresa petrolífera Petroamérica, além do Banco de Desenvolvimento do Sul (BANCOSUR), do canal televisivo TELESUR e do plano para a adoção de uma moeda única facilitadora da transação comercial entre os países do bloco, no caso, o Sistema Unitário de Compensação Regional (SUCRE).

Destacamos que a Petroamérica é importante para o fomento da integração regional impulsionada pela ALBA. O chavismo, elaborador dessa proposta, utiliza o petróleo como instrumento promotor de alianças estratégicas entre os países. Fundamentada nos princípios da solidariedade e da complementariedade, essa empresa almeja a utilização dos hidrocarbonetos para o desenvolvimento socioeconômico comum dos seus membros (GARCIA, 2009).

O uso do petróleo com tal propósito também pode ser constatado no acordo entre Venezuela e Cuba, firmado no final de 2004. O convênio estabeleceu que o primeiro país venderia petróleo subsidiado para os cubanos; em contrapartida, esses cederiam aos

venezuelanos cerca de 20 mil médicos e professores para trabalhos sociais (ACUERDO entre el presidente de la República bolivariana de Venezuela y el presidente del Consejo de Estado de Cuba para la aplicación de la Alternativa Bolivariana para las Américas, La Habana el 14 de diciembre del 2004). (Tradução nossa.)

Em relação ao BANCOSUR, destacamos seus objetivos principais: facilitar o acesso ao crédito pelos países sul-americanos e caribenhos e diminuir a dependência em relação aos investimentos externos. Na fundação da ALBA, Cuba e Venezuela estabeleceram que “a organização deve desenvolver instrumentos financeiros que permitam a utilização dos capitais nacionais em investimentos na própria região, com o objetivo de reduzir sua dependência em relação aos investimentos externos” (ACUERDO entre el presidente de la República bolivariana de Venezuela y el presidente del Consejo de Estado de Cuba para la aplicación de la Alternativa Bolivariana para las Américas, La Habana el 14 de diciembre del 2004). (Tradução nossa.)

Além disso, esse banco é considerado relevante por proporcionar aos países da região o acesso ao crédito, com juros baixos, para projetos de desenvolvimento produtivo e de infraestrutura, gerando condições para a atenuação das assimetrias socioeconômicas entre as nações do continente.

Outro instrumento essencial para a ALBA é a TELESUR, que objetiva disponibilizar para as populações do continente uma alternativa informativa às grandes empresas de comunicação. Outrossim, ambiciona fomentar, entre os habitantes do continente, a “democracia participativa, o desenvolvimento humano, a solidariedade entre os povos, a paz, o pluralismo e um sentido histórico e crítico” (FLORES, 2005, p. 102).

4.3. Um olhar histórico sobre a integração

A luta pela independência das colônias europeias no Novo Mundo e a consolidação desses processos no início do século XIX promoveram propostas de unidade entre as lideranças da independência. O receio em relação à ameaça recolonizadora representada pela Europa e o desejo de influência dos Estados Unidos forjaram, entre os próceres da emancipação, ideais de solidariedade, pacifismo e relações harmoniosas entre os países.

Durante o século XIX, dois projetos de unidade destacaram-se: o monroísmo e o bolivarianismo. O primeiro foi formulado pelo presidente dos Estados Unidos, James Monroe (1817-1825), por meio da Doutrina Monroe, a qual defendia as nações da América que estivessem sob a ameaça de recolonização por parte dos europeus, sob o lema *América para*

os americanos. Ao longo dos séculos XIX e XX, esse lema foi utilizado por grupos sociais sul-americanos e caribenhos como símbolo do intervencionismo militar norte-americano sobre os países da região. O segundo, por outro lado, apresentou aos novos países o projeto de constituição de uma Confederação. Com isso, a proposta de Simón Bolívar intencionou contrabalançar a influência dos Estados Unidos e impossibilitar os anseios intervencionistas dos espanhóis e seus aliados europeus.

Apesar desses projetos, apenas em 1889 ocorreu a primeira tentativa mais contundente de unidade entre os países da América, com a criação da união Pan-Americana, fruto da Conferência de Washington. Os objetivos dessa organização variaram de acordo com a conjuntura mundial, como, por exemplo, as duas grandes Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945) e os anos de crise econômica advindos do *crack* da bolsa de valores de Nova York em 1929. Essa união perdurou até 1948, quando fundou a OEA.

Além disso, nas décadas de 1950 e de 1960, durante o ciclo desenvolvimentista, presenciamos o resgate das tentativas de unicidade entre as nações latino-americanas, sem, todavia, a participação dos Estados Unidos. Ancoradas nos debates presentes no interior da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e promovidos, sobretudo, pela Argentina e pelo Brasil, essas propostas de unidade latino-americana traduziram a insatisfação referente aos Estados Unidos e à política externa para a região.

A integração entre os países foi entendida como um processo global e abarcou as dimensões da realidade, o que deveria estar incutido na consciência popular. Além disso, foi vista como elemento basilar para a inserção do continente no cenário mundial. Nesse momento, intelectuais e políticos latino-americanos pensaram sobre ações culturais, diplomáticas e socioeconômicas comuns, com o intuito de estabelecer o desenvolvimento regional (VALDÉS, 2008).

Nesse período, a integração econômica foi considerada um projeto a ser construído pelos estados nacionais, mas não mera articulação de empresas atuantes na região. A possibilidade de desenvolvimento perpassava pela cooperação entre os distintos setores das populações latinas (FURTADO, 1966).

As nações latinas também se sentiram desprestigiadas pelos norte-americanos após a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos estiveram mais preocupados com a reconstrução europeia e japonesa, em virtude da influência soviética na Ásia, e com a descolonização afro-asiática. Pouca atenção foi relegada para o continente sul-americano, que era seguro e não uma área de disputa da bipolaridade. Em consequência disso, assistimos a essas tentativas autônomas de unidade (VISENTINI, 2011).

O impulso à integração latino-americana nas décadas de 1950 e de 1960 teve um entusiasta fundamental no Brasil: a diplomacia do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que promoveu, ao final dos anos 1950, uma ação externa mais autônoma. Nesse sentido, a diversificação dos aliados comerciais e a autonomia internacional tornaram-se eixos fundamentais. Como consequência dessas diretrizes, em maio de 1958, o presidente lançou a Operação Pan-Americana, a fim de pressionar os norte-americanos a auxiliar o desenvolvimento econômico latino-americano, o combate à miséria, o respeito estadunidense à autonomia internacional e ao multilateralismo (MELO, 2010).

Os rumos da política externa brasileira, iniciados nesse governo, foram intensificados pela diplomacia de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1961-1964). Nesses anos, as prioridades internacionais estiveram amparadas no pensamento cepalino e nas formulações acerca da desigual relação centro-periferia. As elaborações no interior da Cepal apresentaram a integração entre os latino-americanos, a diminuição da vulnerabilidade externa e a industrialização como ferramentas fundamentais para a solução contra o subdesenvolvimento do continente (BIELSCHOWSKY, 2000).

Como consequência desse debate, emanou, no governo Jânio Quadros, a Política Externa Independente (PEI), articulada por Afonso Arinos. Seus princípios tiveram continuidade no governo João Goulart, com o ministro de Relações Exteriores San Tiago Dantas. O desenvolvimento econômico, o cooperativismo internacional, a busca de mercados consumidores, a reforma social e a autonomia da política externa brasileira, em nome dos interesses nacionais, compuseram os pilares fundamentais dessa política (CERVO e BUENO, 2010).

Em virtude da independência conquistada pelo Brasil, assistimos às primeiras tentativas mais contundentes de integração, as quais se sustentaram na política externa autônoma e cooperativista articulada pelo Brasil com os países vizinhos. A unidade, como dissemos, consistiu em um aspecto basilar para o desenvolvimento socioeconômico regional.

A diversificação dos parceiros comerciais, a exploração autônoma dos recursos naturais, a ampliação da quantidade de produtos exportados e o estímulo ao desenvolvimento industrial, científico e tecnológico foram elementos articulados com o intuito de ampliar os mercados nacionais, maximizar a competitividade regional e diminuir as diferenças econômicas entre os países (TORRES, 2008). Ou seja, a motivação para a integração na década de 1960 foi análoga à desenvolvida pelos governos de esquerda no início do século XXI.

O surgimento da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC) expressou a tentativa mais contundente de integração dos latino-americanos nesse momento. O acordo objetivou dinamizar o comércio entre os países membros, por meio do estabelecimento de um mercado comum, da potencialização dos sistemas produtivos locais, dos mercados internos, da complementação econômica e do intercâmbio de experiências no que se refere ao aproveitamento dos recursos naturais. O cooperativismo, sem a interferência dos Estados Unidos, também foi o norte das propostas de integração apresentadas pelos signatários desse acordo (TRATADO que estabelece uma zona de livre-comércio e institui a associação latino-americana de livre-comércio, Montevideu, 1960).

A experiência da ALALC foi ineficaz por distintas motivações. Primeiramente, não houve dinamização e diversificação das atividades econômicas entre os membros. Além disso, inexistiu a formulação de planos de desenvolvimento regional, e foram poucos os recursos financeiros disponibilizados. Contribuiu também para a instabilidade política, as diferenças econômicas entre os membros e a resistência de grupos políticos mais interessados em uma aliança com os norte-americanos (MENEZES, 1990).

Em agosto de 1980, os signatários da ALALC abandonaram o projeto e constituíram a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), por meio do Tratado de Montevideu (1980). Com metas mais flexíveis e ambiciosas, essa nova associação objetivou a instauração de um mercado comum entre os membros, apresentado, ainda, os seguintes princípios:

(...) pluralismo em matéria política e econômica, convergência progressiva de ações parciais para a criação de um mercado comum latino-americano, flexibilidade no estabelecimento de acordos de alcance parcial, tratamentos diferenciados com base no nível de desenvolvimento dos países-membros e multiplicidade nas formas de concertação de instrumentos comerciais (TRATADO de Montevideu – 1980).
(Tradução nossa.)

Na estrutura jurídica da Aladi, foi prevista a possibilidade de acordos comerciais que desenvolvessem projetos de integração sub-regionais, plurilaterais e bilaterais. O surgimento do MERCOSUL e da Comunidade Andina de Nações (CAN), formada pelo Peru, pela Bolívia, pelo Equador e pela Colômbia, não esvaziou a associação, mas possibilitou a formação de espaços econômicos comuns entre as nações latino-americanas.

A década de 1980 foi marcada pela ampliação das tentativas de integração. As dificuldades econômicas enfrentadas nesse decênio (inflação e endividamento externo), a instabilidade política e institucional (fruto dos processos de redemocratização) e a guerra das Malvinas foram elementos que alavancaram a coesão regional (CERVO, 2007).

As transformações mundiais no início dos anos 1990 (fim da Guerra Fria e expansão da globalização e do neoliberalismo) contribuíram para ampliar as perspectivas integracionistas. Conseqüentemente, o sistema internacional não possuía mais espaço para a atuação solitária das nações. Portanto, definiram-se estratégias econômicas que buscaram a interdependência econômica e a elevação da competitividade entre os países (TORRES, 2008). Almejaram-se, por conseguinte, a liberalização dos mercados, a quebra das barreiras protecionistas ao comércio de bens e serviços e a dinamização comercial com outras partes do globo. Nesse sentido, a integração foi utilizada como ferramenta para a melhor localização da América Latina nas negociações comerciais com países e blocos econômicos.

Além disso, a união entre os países foi caracterizada como um instrumento fomentador da ligação com o sistema internacional e o mundo globalizado. Essa perspectiva diferenciou-se daquela na década de 1960, quando a integração foi defensiva, visto que havia os propósitos de impedir a interferência do centro capitalista nas economias, de estimular a produção industrial e de fortalecer o mercado interno (TORRES, 2011).

4.4. A Venezuela e a integração sul-americana: da década de 1980 ao chavismo

A crise econômica na década de 1980 e as democratizações sul-americanas impulsionaram a integração, da qual os venezuelanos foram entusiastas, em virtude da reaproximação aos vizinhos do Cone Sul. Entretanto, durante as décadas de 1960 e de 1970, o país caribenho manteve-se distante dos vizinhos sul-americanos.

Naquele momento, os parâmetros dessa política externa foram pautados pela Doutrina Betancourt, elaborada pelo principal articulador do *Pacto de Punto Fijo*, Rómulo Betancourt. Nessa fase, a Venezuela condenou os regimes ditatoriais sul-americanos e defendeu, incondicionalmente, a democracia e os direitos humanos. Em paralelo, os governos venezuelanos buscaram o protecionismo econômico, com o intuito de incentivar a industrialização. Com isso, a política externa foi direcionada para a expansão de poder sobre o Caribe e para o estreitamento das relações com os Estados Unidos, principal comprador de petróleo (CERVO, 2001).

Um marco fundamental da associação venezuelana com os sul-americanos residiu no estabelecimento do Tratado de Cooperação Amazônica, firmado, em 1978, por Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Esse acordo aliou as nações amazônicas a fim de promover a proteção e o aproveitamento científico das riquezas naturais,

o desenvolvimento sustentável, a criação de infraestrutura comunicativa e de transportes e a preservação do meio ambiente.

A aproximação entre a Venezuela e os países sul-americanos manteve-se ao longo das décadas de 1980 e de 1990, embora os distúrbios econômicos e políticos entre os anos de 1989 e de 1998 tenham dificultado sua inserção internacional. O início do governo de Chávez, em 1999, transformou as diretrizes da política externa venezuelana: o multilateralismo nas relações internacionais, constatado no incentivo às relações com a África, o Oriente Médio, a China e a Rússia, e a reivindicação da integração sul-americana e caribenha tornaram-se primordiais.

Em relação à América Latina, a política externa chavista destacou-se pelo incondicional rechaço à ALCA, pela prioridade às construções da ALBA, da UNASUL e da CELAC, além das tratativas direcionadas ao ingresso no MERCOSUL, por mais que houvesse críticas ao caráter comercial desse bloco. O fomento da integração regional das Forças Armadas e a estruturação de políticas sociais comuns também consistiram em objetivos do chavismo. Ressaltamos que, para a diplomacia venezuelana, o Brasil lidera a integração comercial e industrial, enquanto a Venezuela apresenta-se como proponente da união sócio-política. Segundo os Fundamentos Filosóficos da Nova Integração do Sul (2007):

Nossa proposta possui os seguintes aspectos: um plano estratégico de união dos povos e das repúblicas que supere os caducos esquemas de integração; a estruturação de planos de alimentação, saúde e desenvolvimento econômico; o incentivo às negociações diretas entre os Estados e o fortalecimento de sua soberania; a criação de um bloco autônomo de poder na América do Sul ou América Latina e Caribe; a construção de um pacto de repúblicas; a coordenação das Forças Armadas dos distintos países (...). A definição de um Plano Estratégico da União dos Povos e Repúblicas prevê o encorajamento das forças integracionistas e unitárias, o que se conquistaria com o impulso da ALBA, por meio da incorporação de Estados, movimentos sociais e instituições regionais. A decrepitude dos esquemas neoliberais de integração formulados pelas oligarquias ocorreu em razão da diminuição da influência das suas ideias e pelo surgimento de um novo modelo de união baseado em princípios, tais como: solidariedade, cooperação, complementação, justiça social e desenvolvimento comum. Os blocos comerciais (CAN e MERCOSUL) tiveram que coexistir com outras formas mais capitalistas, como os Tratados de Livre-Comércio (TLC) (...). A incapacidade do capitalismo para atender às necessidades dos povos contrasta com o processo integrador, solidário e profundo de conteúdo humanista. A convergência dos projetos de integração e de superação do capitalismo objetiva um horizonte imediato de mudanças. A Venezuela empreendeu um programa fomentador de modelos alternativos de produção social. Alguns países acompanharam-no nesse caminho, enquanto outros se sentiram ameaçados por esse projeto. O Brasil intenciona liderar a integração regional, especialmente em indústria e comércio. A via venezuelana almeja incentivar mecanismos integracionistas, enfatizando o político e o social (...). A coordenação das Forças Armadas dos países do Sul permite o surgimento de políticas comuns nas áreas de segurança e defesa. O papel delas assume diversos aspectos na evolução das sociedades latinas. A análise política tradicional qualifica-as como um braço armado da oligarquia, algo que está certo, embora não escondamos que a Venezuela demonstrou, nos últimos anos, uma

clara associação entre o povo e a Força Armada Nacional (MMRRE, 2007, p. 10-2 e 15.). (Tradução nossa.)

A edificação de um mundo multipolar e com equilíbrio de poder é essencial para o chavismo, o que se constata nos encaminhamentos do Projeto Nacional Simón Bolívar (2007-2013). Esse projeto estabeleceu os pontos centrais da política externa chavista (AUTOR, 2007), cujos elementos são: (i) identificação e definição de uma política de construção e articulação dos novos polos de poder geopolíticos mundiais, ou seja, almeja-se a edificação de uma nova matriz mundial de poder nos campos financeiro, midiático, militar e político; (ii) aprofundamento da amizade e da solidariedade entre as nações, vistas como instrumentos relevantes para o cooperativismo internacional e a multipolaridade; (iii) estabelecimento de um mapa geopolítico de desenvolvimento energético, por meio do qual a Venezuela ambiciona usar o potencial energético para o aprofundamento da unidade da América Latina; (iv) construção de espaços de cooperação econômica e financeira que permitam o surgimento do comércio justo entre as partes do globo; e (v) a integração cultural, educativa e científica entre os latino-americanos e demais povos do mundo.

O petróleo e os petrodólares serviram de instrumentos fomentadores dos projetos integracionistas defendidos por Chávez. Em decorrência disso, houve acordos no interior da ALBA e a ampliação dos membros desse bloco, o que foi impulsionado pela venda subsidiada do hidrocarboneto venezuelano para os países constituintes. O surgimento da Petroamérica também expressou a utilização dos hidrocarbonetos na política externa venezuelana como mecanismo de integração (BARBARITO, 2009).

Tendo isso em vista, identificamos dois momentos da política externa chavista. Um primeiro entre 1999 e 2004, quando a instabilidade política interna, resultante da tentativa de golpe de Estado em abril de 2002, do paro petrolífero entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003 e do referendo revogatório de mandato em agosto de 2004, resultou em uma política externa mais pragmática, com a defesa do multilateralismo, da democracia e dos direitos humanos como pilares fundamentais. O segundo período sucedeu entre 2005 e 2012, quando presenciamos a consolidação política do chavismo, o que propiciou uma política externa mais agressiva, com defesa do projeto da ALBA, da união sul-americana e dos acordos políticos e comerciais da região com as nações africanas, o Oriente Médio, a Rússia e a China.

Adicionalmente, intensificaram-se os ataques aos Estados Unidos, sobretudo na gestão de George W. Bush (2000-2008). Assistimos, também, à defesa do estabelecimento de relações solidárias e cooperativas entre os países sul-americanos e caribenhos. As bandeiras

do bolivarianismo e do socialismo do século XXI, igualmente, foram desfraldadas e reivindicadas de forma mais incisiva. Esses pontos transformaram a Venezuela em um ator importante no cenário internacional.

Podemos constatar esses apontamentos nas palavras de Chávez (2008, 2012):

Como não valorizar a recuperação da soberania e da dignidade? Isso se expressa na Alba, no Petrocaribe, no Banco do Sul, na Telesur e nos intercâmbios humanitários. Não há referência alguma, em nossa História, de tantos avanços. Nunca um chefe de Estado venezuelano conquistou tanto prestígio internacional (...) (CHÁVEZ, 2008, p. 53). (Tradução nossa.)

A Venezuela é reconhecida pelas grandes potências do mundo, como China, Rússia, nações europeias, africanas e árabes. Internacionalmente, nosso país não é o do século passado, isolado, solitário, debilitado e submisso aos Estados Unidos (CHÁVEZ, 2012, p. 423). (Tradução nossa.)

Impulsionamos um modelo alternativo e socialista na nossa América. Vivemos uma mudança de época e afirmamos que isso se iniciou a partir da chegada da revolução bolivariana ao poder. Esse período de transformações é marcado por alterações nas relações de poder favoráveis à maioria da população. É evidente que o sistema do mundo capitalista atravessa uma crise estrutural que pode ser terminal (...). Há um ponto que destaco: desenvolvemos um sistema internacional multipolar que se orienta pelo grande princípio que Bolívar chamou de equilíbrio do Universo (...) (PROPOSTA DE GOVERNO DO PSUV, 2102, p. 13). (Tradução nossa.)

A defesa da multipolaridade nas relações internacionais e da soberania da Venezuela e das nações sul-americanas, a partir da consolidação das instituições da integração, também é averiguada no programa do PSUV apresentado aos venezuelanos para a disputa eleitoral da presidência em outubro de 2012. De acordo com esse programa:

Fomentaremos uma nova geopolítica internacional com o intuito de desenvolver um mundo multicêntrico e pluripolar que permita a conquista do equilíbrio do Universo e a garantia da paz mundial (...). Desempenharemos um papel protagonista na construção da unidade sul-americana e caribenha (...), fortaleceremos a ALBA, que é um espaço importante para o relacionamento internacional da revolução bolivariana. Utilizaremos essa entidade para transformar a relação entre os países latino-americanos e caribenhos, dinamizando novos espaços como a UNASUL e a CELAC. Reforçaremos os acordos políticos das nações da Alianza Bolivariana nos sistemas interamericano e universal, até sua transformação integral. Construiremos a zona econômica da Alba, mediante uma articulação econômica que fortaleça o papel do Sistema Unitário de Compensação Regional (SUCRE) e o Banco da ALBA, na estratégia de complementariedade econômica, financeira, produtiva e comercial da região (...), solidificaremos a UNASUL enquanto espaço estratégico regional para a construção de um mundo pluripolar (...). Impulsionaremos a CELAC enquanto mecanismo de unidade da América do Sul e do Caribe. Faremos com que essa instituição seja um espaço para a elaboração de políticas comuns das nações sul-americanas nas áreas econômica, social e cultural (...), aprofundaremos a identidade política dos governos e dos povos irmãos da ALBA e do MERCOSUL, buscando a justiça social e a solidariedade em nossa América (...). Fortaleceremos o papel do

A chegada de Rafael Corrêa à presidência em 2007 redirecionou os paradigmas da política externa, como sucedido na Venezuela após a eleição de Chávez. O multilateralismo, a integração sul-sul e o fomento à unidade sul-americana constituíram elementos basilares das relações internacionais equatorianas. Associados a esses itens, tivemos a defesa da democracia, dos direitos humanos e da migração, bem como o apoio à reforma do Conselho de Segurança da ONU (ECUADOR: Las relaciones económicas internacionales- Política Exterior, 2007).

A opção pelo multilateralismo também decorreu da necessidade de ampliação dos mercados consumidores para as exportações equatorianas. O crescimento econômico chinês, conjuntamente ao da Ásia, fez com que o Pacífico se tornasse uma das prioridades da sua política externa.

A consolidação dos múltiplos processos da integração sul-americana é fundamental para o governo Corrêa; por isso, o fortalecimento da UNASUL é importante. Adicionalmente, podemos constatar esses objetivos no Plano Nacional de Desenvolvimento (2007-2010), proposto pelo Alianza País:

(i) Buscaremos o fortalecimento do comércio entre as nações sul-americanas, por meio da solidificação dos dois grandes blocos comerciais da região, CAN e MERCOSUL.

(ii) Impulsionaremos obras de modernização da infraestrutura regional. A interligação física entre as nações é relevante, pois contribuirá para o aumento da produção, do comércio e das relações culturais entre os sul-americanos. Para o Equador, a IIRSA é fundamental, sobretudo pela possibilidade de união do seu Porto de Manta, principal via marítima para comércio internacional, com a Amazônia equatoriana e Manaus.

(iii) Consolidaremos o Banco do Sul como instituição financeira autônoma dos sul-americanos. Para o governo, essa ferramenta potencializará a realização das obras de infraestrutura e a independência financeira perante instituições internacionais, como, por exemplo, o FMI e o Banco Mundial.

(iv) Almejaremos a transformação produtiva por meio da incorporação tecnológica, o que possibilitará valor agregado às mercadorias exportadas pelos sul-americanos e o desenvolvimento, em condições igualitárias, das economias.

(v) Estimularemos a união energética por meio dos incentivos à interligação dos sistemas hidrelétricos e das empresas produtoras dos hidrocarbonetos.

(vi) Consolidaremos o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Esse conselho expressa a autonomia das nações sul-americanas na elaboração de políticas comuns concernentes à segurança regional.

A revitalização da CAN também é relevante para o governo de Corrêa. Duas são as prioridades: (i) melhoria da infraestrutura física que liga o país à Colômbia e ao Peru e (ii) adição de valor agregado às matérias-primas exportadas e aprimoramento da tecnologia industrial, visto que 70% da venda de produtos manufaturados direcionam-se a esse bloco.

O surgimento de entidades autônomas propiciadoras da integração regional é um dos objetivos centrais do bolivarianismo equatoriano. Como Chávez e Morales, Corrêa acredita que a união dos países deve superar o aspecto comercial, contribuindo, também, para o desenvolvimento cultural e político. De acordo com Corrêa (2009, 2010, 2012):

A UNASUL expressa nossa convicção de que a integração e a unidade sul-americana são imprescindíveis para o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de nossos povos (...). (...) ela é fundamental para resolvermos nossos problemas sociais, especialmente a pobreza, a desigualdade e a exclusão. Os temas de impacto regional devem ser tratados no marco dessa entidade e em forma bilateral. Ela constitui, em razão do pluralismo, a expressão da vocação integracionista sul-americana, fundada no respeito irrestrito à soberania, à integridade e à inviolabilidade territorial dos Estados (...). (...) ela é um espaço de integração que fortalece a democracia, reafirma a cidadania e a identidade. Além disso, estreita os laços socioeconômicos e culturais na região. Consideramos que nossa unidade requer um acordo político estável e institucionalizado (...). Durante o século XX, fomos submetidos à exploração das transnacionais (...). Vivemos processos democráticos de liberação, construção da soberania, mudanças pacíficas e democráticas. Estou convencido de que é inexorável o caminho para alterações definitivas que necessitam de nossos povos, para conquistarmos o bem-estar, o desenvolvimento igualitário, o respeito aos direitos humanos (...), nada poderá frear o caminho de nossos povos até a construção da pátria grande e da segunda e definitiva independência da região (...) (CORRÊA, 2009, p. 6 e 24). (Tradução nossa.)

Formaremos blocos econômicos mais estruturados do que os existentes em momentos anteriores da integração regional. Devemos superar os blocos meramente comerciais, como a CAN e o MERCOSUL (...). A América do Sul percebeu a necessidade de atuar unida para buscarmos um melhor posicionamento no cenário internacional. Avançaremos para conquistar a desejada integração e, porque não, em um futuro próximo, desenvolvermos a união monetária e um coordenado bloco geopolítico (...). Superamos grandes obstáculos históricos para desenvolvermos a UNASUL, que é um projeto de integração alentador e que busca unir regiões historicamente separadas, como os países andinos e os do litoral atlântico (...) (CORRÊA, 2012, p. 43 e 45-6). (Tradução nossa.)

Os países da ALBA estão dando um exemplo do desejo de integração. Encontramos comprometidos com a superação das condições de pobreza e exclusão, buscando uma adequada distribuição da riqueza. Queremos alcançar um futuro igualitário para

todos os cidadãos, ou seja, o bem viver de nossos povos ancestrais, o *sumak kawsay*. Por isso, convocamos todos os povos para a subscrição de um Tratado de Comércio dos Povos, sob os princípios de integração de nossas economias e sociedades (...), para que conquistemos a necessária soberania alimentar, energética e financeira (...) (CORRÊA, 2010, p. 6 e 24). (Tradução nossa.)

Corrêa é um dos principais entusiastas da integração financeira entre os países da região. O BANCOSUR é uma expressão dessa política, que almeja ampliar a autonomia dos países em relação aos bancos internacionais e realizar financiamentos direcionados a atividades produtivas e obras de infraestrutura. Segundo Corrêa (2007, 2008):

(...) ao mesmo tempo em que os países latino-americanos buscam financiamento externo, temos milhões de dólares em reservas internacionais investidos nos países do primeiro mundo, o que constitui um verdadeiro absurdo. Devemos trazer essas reservas para a região, juntá-las e administrá-las adequadamente no Banco do Sul. Isso materializa o início da integração financeira, que mais do que um imperativo econômico, constitui um eixo central para a soberania regional (...) (CORRÊA, 2007, p. 18). (Tradução nossa.)

(...) Estamos diante de uma grande oportunidade para construir algo novo e diferente na América do Sul (...). Propomos uma nova arquitetura financeira que garanta independência, autonomia e soberania para nossos países (...), no caso sul-americano, isso será possível mediante a existência de um Banco de desenvolvimento regional, nosso Banco do Sul, por meio do Fundo de Reserva Regional, que sustentará possíveis crises na balança de pagamentos etc. (...). (...) devemos juntar essas reservas e fazer um fundo comum para termos mais segurança financeira (...) (CORRÊA, 2008, p. 41-2). (Tradução nossa.)

A prioridade à unidade regional fez com que os três fenômenos políticos utilizassem o passado para legitimar a integração sul-americana e caribenha. Segundo Chávez (2010) e Corrêa (2007, 2009, 2011):

Retomamos e reivindicamos a bandeira histórica que nos chegaram por meio de nossos libertadores: a unidade. Essa baseia-se na cooperação, na complementação, na interdependência e no auxílio mútuo (...) (CHÁVEZ, 2010, p. 1). (Tradução nossa.)

“Para nós a pátria é a América”, disse Bolívar. Essa sentença parecia utópica, porque sempre foi desprezada em razão da submissão dos governos locais aos ditames dos países capitalistas. Hoje, ela é realidade. Caminhamos unidos até o exercício da verdadeira democracia e a autêntica soberania (...). Companheiros presidentes, as palavras de Bolívar retumbam em Buenos Aires. Cito, também, outra sentença bolivariana que serve de epígrafe a esta nova época que celebramos: “a legitimidade de um governo somente deve ser examinada por seus súditos e não por estrangeiros” (...) (CORRÊA, 2011, p. 2 e 7). (Tradução nossa.)

O Equador integra-se à construção da grande nação sul-americana, aquela utopia de Bolívia e San Martín que, graças à vontade de nossos povos, verá a luz e, com suas centelhas históricas, oferecerá outros horizontes de irmandade e fraternidade aos sul-americanos, povos justos, altivos e soberanos (CORRÊA, 2007, p. 27 e 29). (Tradução nossa.)

É impossível recordar a junta soberana de Quito sem nos referir à grande epopeia cumprida pelos povos da nossa América sob a liderança insubstituível de Bolívar, Santa Martín, O'Higgins, Carabobo e Boyacé (...). Essa história gloriosa, queridos amigos, sustenta a UNASUL. (...) Foi ela que impulsionou nossa determinação de construir uma identidade e uma cidadania sul-americanas, além de desenvolver um espaço regional integrado nos âmbitos político, econômico, social, cultural, ambiental, energético e infraestrutural. Fortaleceremos a unicidade da América e do Caribe com a Guiana e o Suriname para encaminhar nossa história na direção da constituição da grande pátria que sonharam nossos libertadores (...). (...) nossos países, nossos povos são, em todo o sentido, irmãos. Fomos livres, donos e senhores do *Abya-Yala*. Vivemos uma subjugação que nos asfixiou durante três séculos (...). (...) a integração simboliza a possibilidade de nossa completa libertação (CORRÊA, 2009, p. 5-8). (Tradução nossa.)

Celebramos o bicentenário das lutas de independência promovidas por nossos próceres, que, com heroico sacrifício, plantaram a semente da liberdade. (...) é maravilhoso presenciar, 200 anos depois, o despertar dos povos latino-americanos em busca de uma verdadeira independência (...). (...) desde o sul do Rio Bravo até a Patagônia sopram ventos de mudanças e renovação. A esperança está renascendo. Estamos decididos e felizes por construir a segunda e definitiva independência (...) (CORRÊA, 2010, p. 47). (Tradução nossa.)

A integração não é uma opção entre outras nem está sujeita a fatores cambiantes da nossa vida econômica e política. Ela foi sonhada por Bolívar e é, hoje, um imperativo histórico inevitável (...). (...) logramos muito sobre esse tema nos últimos dez anos. Superamos obstáculos históricos para criar a UNASUL (...). A América do Sul deve formar um bloco de peso no cenário internacional, com capacidade de influência nas decisões da humanidade (...) (CORRÊA, 2010, p. 21-2). (Tradução nossa.)

O evismo possui uma análise semelhante ao chavismo e ao correísmo sobre a integração. O passado incaico é utilizado para legitimar a defesa da união sul-americana, e, diferentemente do chavismo e do correísmo, as remissões à imagem de Bolívar como sujeito da integração não aparecem nos discursos de Morales.

A integração representa a possibilidade de superação do atraso socioeconômico boliviano e é considerada relevante para impedir a influência do imperialismo norte-americano na região. Tal como equatorianos e venezuelanos, o evismo reivindica a multipolaridade nas relações internacionais, com o incentivo de acordos comerciais com a China e os países árabes e africanos.

Destacamos dois outros pontos da política externa evista: a conquista da saída para o mar, direito considerado irrenunciável e imprescindível, em razão da perda da faixa litorânea para o Chile após a Guerra do Pacífico, e a obtenção do reconhecimento pela comunidade internacional do caráter ancestral e originário da folha de coca. A gestão Morales almeja que esse recurso natural seja considerado um patrimônio cultural dos bolivianos e um elemento propiciador da coesão nacional.

Do mesmo modo que o chavismo e o correísmo, as instituições surgidas no início do século XXI, principalmente a UNASUL e a ALBA, são consideradas essenciais para o desenvolvimento da integração e para o impedimento definitivo da implantação da ALCA. O fortalecimento do MERCOSUL e da CAN é considerado vital para o crescimento econômico sul-americano, que deve estar marcado não somente pela complementariedade e pela solidariedade comercial, mas também pela competitividade. De acordo com Morales (2009, 2011):

Na atual fase de desenvolvimento do capitalismo, as crises econômicas não são cíclicas, mas estruturais. Por conta disso, temos uma enorme responsabilidade. Diversificaremos os mercados regionais. Dessa forma, o MERCOSUL e a UNASUL são importantes. Incrementaremos as políticas de complementariedade, solidariedade e não exclusivamente de competitividade (MORALES, 2011, p. 10). (Tradução nossa.)

Saúdo e agradeço os povos sul-americanos. Acompanhado por alguns presidentes, acabamos com as políticas de saqueio permanente que vinham do imperialismo norte-americano. Meu respeito e admiração a Fidel, Hugo Chávez e aos movimentos sociais que, há alguns anos, pararam a ALCA. Esse bloco não previa o estabelecimento da área de livre comércio das Américas, mas uma área de *livre colonização das Américas*. Esse projeto foi paralisado e derrotado. Ao analisar economicamente a ALCA, devemos ter a clareza de mudar-lhe o nome para ALGA, caso fosse implantada, pois seria Área de Livre Ganância das Américas (MORALES, 2009, p. 2). (Tradução nossa.)

O exercício da soberania está vinculado à conformação de blocos regionais que possuam capacidade de incidir no cenário mundial. Nenhum país pode atender a suas necessidades e resolver seus problemas isoladamente. Por isso, a integração é fundamental. Defendemos a união entre os povos, tendo por centro o ser humano e a natureza antes do comércio e do lucro. Reivindicamos processos “integrals e holísticos” que abarquem os aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais no marco da complementariedade e solidariedade. Diminuiremos as assimetrias entre os países e as regiões. Reivindicamos a ocorrência de processos democráticos sustentados na diversidade econômica, social e cultural. Potencializaremos a ALBA, meio fundamental para a integração comercial entre os povos. Essa organização, nos últimos anos, impulsionou uma série de políticas econômicas que beneficiaram os seus membros. No caso boliviano, foram abertos mercados que substituíram a ATPDEA [Lei de Promoção Comercial Andina e Erradicação de Drogas], e fomentaram-se investimentos na área energética, com a formação da Empresa Mista Andina, que explora hidrocarbonetos no norte de La Paz (MORALES, 2009, p. 146-147). (Tradução nossa.)

O estímulo à integração simboliza a soberania na gestão dos recursos naturais e sua utilização para o desenvolvimento socioeconômico. Além disso, materializa o repúdio à ingerência de países ou instituições internacionais em temas políticos ou econômicos dos sul-americanos. De acordo com o programa de governo de Morales nas eleições de 2009:

(...) a política exterior boliviana sempre esteve marcada pela dependência e pela aceitação dos desígnios externos. O velho sistema de partidos e seus respectivos

governos submeteram-se, almejando ser os “melhores alunos” ou modelos, na aplicação das receitas de instituições financeiras internacionais, como, por exemplo, o FMI ou o Banco Mundial. Os governos bolivianos, reféns do colonialismo interno e externo, extrapolaram as recomendações dessas entidades. Converteram as relações internacionais do país em submissão e subordinação às entidades financeiras e aos países do “primeiro mundo”. A política internacional expressou os interesses de famílias e setores empresariais (...). A sociedade civil, os movimentos sociais e, particularmente, os povos originários estavam totalmente ausentes desses processos. A nova política exterior boliviana é ancorada na valorização da identidade nacional, na defesa dos recursos naturais, na projeção geopolítica do país, na transformação e na industrialização dos recursos naturais, particularmente os estratégicos, na articulação de alianças com países que permitam o incremento da nossa capacidade de negociação em nível internacional (...). Nossa política de relações exteriores está orientada para a construção de um mundo justo, solidário, diversificado, inclusivo, equilibrado, harmônico com a natureza e inspirado no bem viver de todos os povos do mundo. Fundamenta-se nos seguintes pilares: (i) privilégio às relações entre os povos da América Latina; (ii) defesa dos direitos humanos e imposição dos princípios da vida sobre a lógica do mercado; (iii) exercício da soberania estatal; (iv) respeito à diversidade cultural e negação de uma cultura única, moderna e superior às demais (...) (MORALES, 2009, p. 40). (Tradução nossa.)

O início do século XXI apresenta-se como um momento de grandes oportunidades para o nosso país. O modelo de acumulação capitalista e de padrões de consumo da civilização ocidental entrou em crise. Diante desse panorama, os bolivianos apresentaram uma nova proposta política e filosófica, a revolução democrática e cultural, que está orientada para construir um mundo justo, diverso, inclusivo, equilibrado e harmônico com a natureza para o viver bem de todos os seres humanos do mundo. Diante desse contexto, o governo do presidente Evo Morales apresentou, em foros internacionais, uma série de propostas para inovar as relações diplomáticas entre os Estados, para buscar a integração e o comércio entre os povos e, principalmente, para propiciar um novo tipo de relação entre o ser humano e o meio ambiente (...) (MORALES, 2009, p. 146). (Tradução nossa.)

Como vimos ao longo deste capítulo, as propostas de integração nos três processos revolucionários são bastante semelhantes. A unidade regional é percebida como uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento socioeconômico. A união possibilita a soberania sobre os recursos naturais, elemento fundamental para o incremento da região.

Ambos reivindicam a multipolaridade nas relações internacionais e a unidade dos latino-americanos com nações da África, da Ásia, da China, sobretudo, e do Oriente Médio. Esses elementos permitem a diminuição da dependência econômica em relação aos Estados Unidos e à Europa, ampliando parceiros comerciais e investidores em áreas como ciência e tecnologia. Essas bandeiras assemelham-se àquelas da década de 1960, o primeiro grande momento das tentativas autônomas de integração dos latino-americanos.

Presenciamos a utilização das imagens do passado na defesa da integração. Elas são empregadas para legitimar o discurso de que a unidade regional representa o caminho para a segunda e definitiva independência da América Latina. Há, no entanto, diferenças quanto a esse uso. No indigenismo de Evo Morales, a unidade regional não é justificada como uma

continuidade ou realização das bandeiras unitárias dos próceres *criollos* da emancipação. É vista como um retorno ao *Abya-Yala*, ou seja, a união dos povos é retomada ao contexto anterior ao domínio Hispânico. Isso objetiva ressaltar a necessidade de soberania dos povos latino-americanos, algo que é possibilitado com a integração. Por outro lado, Corrêa e Chávez advogam pela integração a partir do uso do passado independentista. Os líderes *criollos* são usados, dessa forma, para legitimar a unidade regional.

Considerações finais

Vimos, ao longo desta tese, que a América do Sul viveu um período revolucionário no início de século XXI. Comparamos o evismo, o correísmo e o chavismo a partir das seguintes perspectivas: o uso político das comemorações do bicentenário das independências, o socialismo do século XXI, as propostas de integração latino-americana e a democracia participativa. Realizamos, também, um debate histórico dos três processos revolucionários com o objetivo de identificar as causas principais para o surgimento desses fenômenos políticos e as transformações sociais por ele realizadas.

A comparação dos contextos históricos que propiciaram o surgimento dessas revoluções permitiu-nos identificar alguns pontos importantes para a análise realizada. Todos se constituem em movimentos anti-imperialistas e antineoliberais, surgidos em reação à crise socioeconômica da América do Sul entre as décadas de 1980 e de 1990. Além disso, expressaram o repúdio à democracia representativa e às instituições democráticas, consideradas, pela população de cada país, corruptas, causadoras da inóxia social e servidas aos interesses dos grupos oligárquicos.

As causas principais para a ascensão de Chávez, Corrêa e Morales para a presidência residiram no descrédito popular em relação aos partidos políticos tradicionais e por contundentes mobilizações *callejeras*. O *Caracazo* venezuelano em 1989, o ciclo revolucionário boliviano entre 2001 e 2005 e a intensa instabilidade política equatoriana, que levou à renúncia de seis presidentes em dez anos, expressaram a contestação popular ao *status quo*. Assim, presenciamos a ascensão de governos que exprimiram a insurgência popular em relação às crises socioeconômica e política.

Na Bolívia, os indígenas e os camponeses organizaram-se de forma autônoma e lideraram as batalhas contra o neoliberalismo e os partidos políticos tradicionais. A liderança de Morales e o projeto político por ele representado derivaram da reação dos movimentos populares às conjunturas políticas e socioeconômicas vividas pelos bolivianos no final da década de 1990 e no início do novo milênio.

Por outro lado, Chávez e Corrêa não constituem lideranças que expressaram a ação política autônoma dos movimentos sociais, pois ambos são lideranças bonapartistas. No caso venezuelano, a frágil existência de organizações sociais permitiu que Chávez se transformasse no símbolo das contestações ao sistema político venezuelano após 1992. A idolatria a Chávez fez com que a revolução bolivariana

ficasse concentrada em sua figura, o que dificultou a construção de outras lideranças que pudessem, inclusive, sucedê-lo.

Da mesma forma, Corrêa também não é uma liderança política originada nas lutas sociais. Como vimos, as insurreições ocorridas entre 1996 e 2006 não levaram à formação de um movimento político que expressasse suas bandeiras. Ascenderam ao governo presidentes que não atenderam às reivindicações populares. A participação de dirigentes da CONAIE no governo de Lucio Gutiérrez levou à desmoralização política dessa organização, abrindo caminho para a liderança bonapartista de Rafael Corrêa.

O caráter revolucionário desses três fenômenos políticos advém das transformações sociopolíticas realizadas. A distribuição de renda, o incentivo à democracia participativa e a realização das Constituintes, esse último símbolo da refundação estatal, sedimentaram o caráter progressista e transformador do chavismo, evismo e correísmo.

O uso político das lutas independentistas do século XIX e de outros ciclos insurrecionais latino-americanos, como as revoluções liberais da segunda metade do século XIX, validou os processos revolucionários do século XXI. As imagens do passado são reivindicadas para legitimar um ciclo revolucionário que propõe a segunda e definitiva independência da Bolívia, do Equador e da Venezuela.

Nesse sentido, a reivindicação das bandeiras políticas dos próceres da emancipação, como autonomia e soberania nacional, tem por objetivo sedimentar, nas populações dos três países, o apoio às revoluções. A imagem dos espíritos do passado é constantemente utilizada para amparar e justificar as consignas políticas do bolivarianismo e do indigenismo.

Quanto ao socialismo do século XXI, acreditamos que sua reivindicação objetiva realizar uma contraposição direta ao neoliberalismo e às consequências sociais da globalização. Não verificamos alterações significativas na estrutura econômica de cada país que nos permitam analisá-lo, nesse momento, enquanto a expressão real de um novo modo de produção.

Dessa forma, observamos que os paradigmas econômicos do chavismo, do evismo e do correísmo estão mais próximos da tradição nacional-desenvolvimentista latino-americana do que propriamente de um novo tipo de socialismo. Assistimos à retomada do papel interventor do Estado na economia, simbolizado na reversão dos processos de privatização dos recursos naturais e das empresas públicas ocorridas durante os anos neoliberais.

O fortalecimento da ação estatal na economia também se expressa nos incentivos públicos a pequenas e médias empresas e pela regulação do setor privado. A descentralização produtiva ocorre, por exemplo, por meio da reivindicação das Empresas de Produção Social na Venezuela, da produção comunitária indígena na Bolívia e do fomento a pequenas e médias empresas, como no Equador.

A proposta do novo socialismo atua no imaginário social. Sua reivindicação sustenta o discurso contrário ao neoliberalismo e a defesa de novos valores morais e éticos para as sociedades, a partir das críticas ao individualismo e ao consumismo que foram exacerbados nas últimas três décadas.

Nos três casos, o socialismo está articulado à cooperação, à solidariedade e ao resgate do comunitarismo. Sobretudo nos casos boliviano e equatoriano, temos sua vinculação a valores da cultura indígena, como participação política, divisão de tarefas e conservação da natureza. Nesse sentido, o novo socialismo está associado à construção do *sumak kawsay* ou o bem viver dos povos originários.

A reivindicação da democracia participativa é um elemento essencial dessas revoluções. O envolvimento dos cidadãos em temáticas relevantes para os países, por meio dos plebiscitos, dos referendos e do uso das *calles* como espaço prioritário do agir político, consiste na principal inovação defendida pelos três processos, que buscaram ressignificar a democracia, incentivando a participação popular.

A integração sul-americana e caribenha é defendida por expressar a diminuição das assimetrias socioeconômicas entre as nações latino-americanas. A integração energética e produtiva, o cooperativismo em programas sociais e as trocas comerciais solidárias representam para o chavismo, o correísmo e o evismo o caminho para que haja um desenvolvimento comum dos países da região. A unidade também é reivindicada por simbolizar a autonomia regional no agir internacional e possibilitar ser a segunda e definitiva independência, discurso comum aos três processos.

A argumentação favorável à multipolaridade nas relações internacionais e à união da América do Sul com nações africanas, asiáticas e árabes são fundamentais para as três revoluções. Dessa forma, o terceiro mundismo das décadas de 1950 e de 1960 foi resgatado por representar a diminuição da dependência econômica em relação aos Estados Unidos e à Europa e possibilitar a ampliação dos parceiros comerciais internacionais.

Nos três casos, as imagens do passado foram utilizadas para legitimar a construção da unidade regional e para sustentar o discurso de que a integração

representa o caminho da soberania nacional e da segunda e definitiva independência. No indigenismo, justificou-se a partir da retomada do *Abya-Yala*, ou seja, a união dos povos indígenas anterior ao domínio Hispânico.

Por outro lado, Corrêa e Chávez defendem a integração a partir do uso das lutas independentistas do século XIX. O anticolonialismo dos próceres da emancipação e a defesa da unidade da América Hispânica após a independência, realizada por Bolívar, são resgatadas pelos líderes *criollos* para legitimar a unidade regional.

Por fim, consideramos que a América do Sul vive um novo ciclo transformador. O *chavismo*, o *correísmo* e o *evismo* são movimentos progressistas, conduzidos por atores políticos que defendem o nacionalismo econômico, a participação popular e a distribuição de renda enquanto soluções para as crises sociopolítica e econômica vividas na região durante as últimas duas décadas do século XX.

Assim, acreditamos que um estudo sistemático e contínuo desses processos é fundamental. Longe de esgotar essas temáticas, trouxemos, nesta tese, impressões e considerações sobre alguns aspectos desses processos dinâmicos que são “reinventados” diariamente. Assim, a perpetuação de um olhar comparativo sobre as dinâmicas políticas dessas revoluções em curso é essencial para a História do Tempo Presente sul-americana.

Referências

(A) Bibliográficas

- ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2006. Tradução Lisa Stuart.
- ACHA, Omar. *La historia latino-americana y los procesos revolucionários: una perspectiva del bicentenario (1780-2010)*. IN: RAJLAND, Beatriz e COTARELO, María Celia. *La revolución en el bicentenario – reflexiones sobre la emancipación, clases y grupos subalternos*. Buenos Aires, Clacso, 2009. 1ª Edição.
- ACOSTA, Alberto. *Breve história económica del Ecuador*. Quito (Equador), Biblioteca General de Cultura, 2º edição, 2006.
- ALFARO, Gral. Eloy. Disponível em: <http://www.encyclopediadelecuador.com/temasOpt.php?Ind=51> Acesso: Agosto/2011.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 2. ed. Trad. de Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ÁLVAREZ, Víctor e RODRÍGUEZ, Davgla. *Guia teórico-práctica para la creación de EPS (Empresas de Producción Socialista)*. Caracas, Fundación la Pupila Insomne, 2008.
- ÁLVAREZ, Víctor. *Del Estado burocrático al Estado comunal – La transición al socialismo de la Revolución Bolivariana*. Caracas, Centro Internacional Miranda, 2010.
- AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso – a construção do ethos*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, 1º reimpressão.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução Boliviana*. São Paulo, Unesp, 2007.
- ARAUJO, Rafael. *A História do Tempo Presente venezuelana de 1950 ao século XXI*. Olinda: Livro Rápido, 2009.
- ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. São Paulo: Ática/UNB, 1998.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A crise do capitalismo liberal*. P. 30-33 e PADRÓS, Enrique Serra. *Capitalismo, prosperidade e Estado de bem-estar social*. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão. *O século XX (Vol. 2) – O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. 1ª Edição.
- AYALA, Mario e QUINTERO, Pablo (Orgs). *Diez años de revolución en Venezuela – historia, balance y perspectivas (1999-2009)*. Buenos Aires, Editorial Maiupe, 2009. 1ª Edição.

BAEZ, René. *La quimera de la modernización*. IN: _____, CUEVA, Agustín, MEIJA, Leonardo, MONCADA, José, MOREANO, Alejandro e VELASCO, Fernando. *Ecuador: pasado y presente*. Quito (Ecuador), Colección Ensayo, 1995.

BAPTISTA, Mariana Bruce Ganem. *A “democracia participativa y protagônica”, o povo e o líder: A Experiência dos Consejos Comunales na Parroquia 23 de enero (Caracas/Venezuela)*. Dissertação de Mestrado defendida em agosto de 2011 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

BARBARITO, Maria A. Hernández. *A integração energética da América Latina e Caribe*. IN: DEP – Diplomacia Estratégica Política nº 9, Janeiro-Março de 2009. Brasília, Projeto Raul Prebisch, 2009.

BARROS, José D’Assunção. *Teoria da História (Vol. 3) – os paradigmas revolucionários*. Petrópolis, Editora Vozes, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1998. Tradução: Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. São Paulo-Rio de Janeiro, Record, 2000.

BOLÍVAR, Simón. *Carta da Jamaica*. IN: Simón Bolívar – O Libertador. Caracas, Fundação Biblioteca Ayacucho. 2007.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRICEÑO, Gustavo Tarre. *El 4F el espejo roto*. Caracas, Editorial Libros Marcados, 2007.

CABELLERO, Manuel. *Las crisis de la Venezuela contemporánea (1903-1992)*. Caracas, Alfadil Ediciones, 3ª edição, 2003.

CALLE, Fabián. *El espacio sudamericano como “zona de paz” a preservar frente a factores de turbulencia intra y extra-regionales*. IN: IN: JOBIM, Nelson A., ETCHEGOYEN, Sergio W e ALSINA, João Paulo. *Segurança internacional - perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.

CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão. *Bolívia – A criação de um novo país*. Brasília, FUNAG, 2006. PINTO, Darwin e NAVIA, Roberto. *...Um tal Evo*. Santa Cruz de la Sierra. Editorial El País, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Populismo latino-americano em discussão*. IN: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

CASTELLS, Manuel. *Sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999, 6ª Edição.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília, Editora da UNB, 2010. 3ª Edição.

CERVO, Amado Luiz. *A Venezuela e seus Vizinhos*. Brasília: UNB, 2001. Disponível em: <http://www.cprepmauss.com.br/documentos/avenezuelaeseusvizinhos90669.pdf>
Acesso: Out/2010.

CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina – velhos e novos paradigmas*. São Paulo, Saraiva, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Editora Contexto, 1ª edição, 1ª reimpressão, 2008.

CHEVALIER, François. *América Latina – de la independência a nuestros dias*. Tradução de José Esteban Calderon. México, Fondo de Cultura Económica, 2005, 2ª reimpressão.

COLMENAREZ, Elio. *La insurrección de febrero*. Caracas, Ediciones La Chispa, 1989.

CONSTANCE, Paul. *Quem ganhou a Guerra da Água?* Disponível em: <http://www.iadb.org/idbamerica/index.cfm?thisid=3539> Acesso: 20 de Junho de 2005.

CUBA ROJAS, L. P. *Bolívia: movimientos sociales, nacionalización y Asamblea Constituyente*. Revista del Observatorio Social de América Latina, ano 7, nº 19, enero-abril 2006.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Caudilhismo e agir político na América Latina – ensaio de história comparada*. IN: DE ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro. *História do Mundo Atlântico: Ibéria, América e África: entre margens do XVI ao XXI*. Editora Universitária (UFPE), 2009.

DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira, CABRAL, Ricardo Pereira e MUNHOZ, Sidnei J. *Impérios na História*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2009.

DÁVILA, Francisco Rhon. *Estado y movimientos étnicos en Ecuador*. IN: SEOANE, José. *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires, Clacso, 2004, 1ª edição, 1ª reimpressão.

DINIZ, Eli. *Depois do neoliberalismo – rediscutindo a articulação Estado e desenvolvimento do novo milênio*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.

ECHEGARAY, Patricio. *Notas sobre la revolución latinoamericana*. Cidade do México, Ocean Sur, 2010, 1ª Edição.

EL TROUDI, Haiman e MONEDERO, Juan Carlos. *Empresas de Producción Social - Instrumento para el Socialismo del Siglo XXI*. Caracas, Centro Internacional Miranda, 2006. 1ª Edição, P. 85-89. Disponível em: <http://www.rebellion.org/docs/43743.pdf> Acesso: Out/2007.

FERRERAS, Norberto. *A sociedade de massas: os populismos*. IN: AZEVEDO, Cecília e RAMINELLI, Ronald (org). *História das Américas – novas perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2011.

GAITÁN, Flavio. *O desenvolvimento esquivo e as tensões do desenvolvimentismo – reflexões sobre a América Latina na Hora atual*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.

FLORES, Rafael Corrêa. *Construyendo el Alba – Nuestro norte es el sur*. Disponível em: http://www.radiolaprimerisima.com/files/doc/1198297702_Libro%20Construyendo%20el%20ALBA.pdf Acesso: Fev/2007.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

GAMA, Marcos Vinicius Pinta. *O Conselho de Defesa sul-americano e sua instrumentalidade*. IN: JOBIM, Nelson A., ETCHEGOYEN, Sergio W e ALSINA, João Paulo. *Segurança internacional - perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010.

GARCIA, Luis Britto. *América Nuestra – integración y revolución – Tomo II*. Caracas, Fondo Cultural da Alba, 2009, 1º Edição.

GARCIA, Vladimir Lazo. *Transformar la transición en algo más drástico*. Disponível na edição “Intelectuais, democracia e socialismo” da Revista Comuna – Pensamiento crítico en la revolución. Caracas, ano 1, 2009, número 0.

GOLINGER, Eva. *El Código Chávez*. Editorial de Ciencias Sociales, Havana, 2005.

GOMEZ, Luis A. *El Alto de pie – Una insurrección aymara en Bolívia*. La Paz, Comuna, 2004.

GONZÁLEZ, Franklin. *40 años de democracia econômica, social y política en Venezuela (1959-1999)*. Caracas, Litho Express, C. A., 2008.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUMUCIO, Mariano Baptista. *Historia Contemporânea de Bolívia*. Fondo de Cultura Econômica, México, 1996.

GUZMAN, Antonio. *Historia de Bolívia*. Editorial “Los amigos del Libro” Werner Guttentag. La Paz-Cochabamba, 1998.

HARNECKER, Marta e FUENTES, Frederico. *MAS-IPSP de Bolívia: Instrumento político que surge de los movimientos sociales*. Caracas, Monte Ávila Editores latinoamericana e Centro Internacional Miranda, 2008.

HARNECKER, Marta. *Ecuador – una nueva Izquierda en busca de la vida em plenitud*. Espanha, Ediciones de Intervención Cultural/El Viejo Topo, 2011.

HOBBSAWM, Eric. *A produção em massa de tradições: Europa, 1870-1914*. IN: HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo, Paz e Terra, 6ª Edição, 2008. Tradução de Celina Cardim Cavalcante.

HOBBSAWM, Eric. *Nação e nacionalismo – desde 1780*. P. 165-178.

HURTADO, Osvaldo. *Las costumbres de los ecuatorianos*. Equador, Editorial Ecuador, 2009, 9ª Edição.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição a semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAUZE, Enrique. *El poder y el delirio*. Caracas, Editorial Alfa, 2008.

LAMBERT, Jacques. *América Latina*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

LASCANO, Mario Palacios. 21 de enero. *La noche de los coroneles*. Disponível em: <http://www.mariolascano.com/cubecart/images/File/LA%20NOCHE%20DE%20LOS%20CORONELES.pdf> Acesso: Dez/2010.

LENIN, Vladimir. *Que Fazer?* IN: _____, Obras escolhidas – Volume 1. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1982.

LEÓN GALARZA, Natalia Catalina. *Equador - la cara oculta de la crisis*. Buenos Aires, Clacso, 2009.

GUARDERAS, Augsto Barreras. *Acción colectiva y crisis política. El movimiento indígena ecuatoriano em la década de los noventa*. Quito, Osal, 2001.

LEYTON, Juan Carlos Gómez. *La revolución en la Historia – reflexiones sobre el cambio político en América Latina*. IN: RAJLAND, Beatriz e COTARELO, María Celia. *La revolución em el bicentenario – reflexiones sobre la emancipación, clases y grupos subalternos*. Buenos Aires, Clacso, 2009.

- LIMA, Priscilla Henriques. *Crise no Equador: golpe de Estado ou reivindicação corporativa?* Disponível em: http://www.tempo.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5510%3Acrise-no-equador-golpe-de-estado-ou-reivindicacao-corporativa&catid=207&Itemid=100076&lang=pt acesso: Dez/2010.
- LINERA, Alvaro Garcia. *La sublevación indígena popular en Bolívia*. Disponível em: <http://www.promec.umss.edu.bo/38.pdf> Acesso: Out/2006.
- LINERA, Alvaro Garcia. *Las Empresas del Estado – Patrimonio colectivo del Pueblo boliviano*. La Paz, janeiro de 2012. Disponível em: http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/empresas_del_estado.pdf Acesso: Março/2012.
- LINERA, Alvaro. *Autonomias indígenas e Estado multicultural: una lectura de la descentralización regional a partir de las identidades culturales*. Disponível em: http://conflictosinterculturales.cebem.org/admin/images/cms/upload/Autonomias_indigenas_y_Estado_multicultural.pdf. Acesso em: 15 Jul. 2007.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Rio de Janeiro, Editora Elfos, 1989, 2ª Edição.
- MACIEL, Cláudio Schuller. *O primeiro ano de gestão do Governo do Aymaré Evo Morales na Bolívia: avanços e limites*. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/___628_c7d057b625028b0487cc3ef0d269fdd8.pdf?PHPS_ESSID=0b41930ecf6d7a0fa2bcd9eda3e6a8fd. Acesso: out/2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos, cenografia, incorporação*. IN: AMOSSY, Ruth. *Imagens de si no discurso – a construção do ethos*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, 1ª reimpressão.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano*. Seleção e Organização: Michael Lowy, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2005.
- MARINGONI, Gilberto. *A Venezuela que se inventa. Poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2004.
- MARREGOT, Miguel González. *Revisión, rectificación y reimpulso*. Disponível em: <http://www.analitica.com/va/politica/opinion/5333053.asp> Acesso: Jan/2008.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- MARX, KARL. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo, Centauro Editora, 2006. 6ª Edição.

- MAYA, Margarita López e LANDER, Edgardo. *La transformación de una sociedad “petrolera-rentista”: desarrollo economico y viabilidad democratica en Venezuela*. IN: GAITAN, Pilar; PEÑARANDA, Ricardo y PIZARRO, Eduardo (Orgns). *Democracia y Reestructuración economica en America Latina*. Bogotá (Colômbia), Instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional, Cerec, 1994.
- MAYA, Margarita López. *Del viernes negro al referendo revocatorio*. Caracas, Alfadil Ediciones, 2006.
- MAYO, Henry B. *Introdução à teoria marxista*. Rio de Janeiro/São Paulo, Livraria Freitas Bastos, 1966.
- MELLO, Alexandra de Melo e. *O Brasil de JK – A política externa no cenário da Guerra Fria*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/PoliticaExterna/CenarioGuerraFria> Acesso: Nov/2010.
- MENEZES, Alfredo da Mota. *Do sonho à realidade: a integração latino-americana*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1990.
- MILZA, Pierre. *Política interna e política externa*. IN: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003. 2ª Edição.
- MOLINA, Luis Bonilla e TROUDI, Haiman el. *Historia de la Revolución Bolivariana, Pequeña Crónica 1948-2004*. Caracas, Ministerio de Comunicación e información. 2004.
- MORAES, Denis de. *Imaginário social e hegemonia cultural*. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297> Acesso: Dez/2011
- MORAES, Wallace dos Santos de. *Por que Chávez chegou ao poder e como permanece por mais de uma década? Um balanço dos onze anos de chavismo na Venezuela*. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300593175_ARQUIVO_PorqueChavezchegouaopoderecomopermanecepormaisdeumadecada.pdf Acesso: Jan/2012.
- MORAES, Wallace. *Brasil e Venezuela – Histórico das relações trabalhistas de 1889 até Lula e Chávez*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2011.
- MORÓN, Guillermo. *Breve História Contemporânea de Venezuela*. Fondo de Cultura Económica, México, 2ª Edição, 2004.
- OBEDIENTE, Mario Sanoja e VARGAS-ARENAS, Iraida. *La revolución bolivariana – historia, cultura e socialismo*. Caracas, Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2008.

OSTRIA, Gustavo Rodríguez. *Los Mineros de Bolívia en una perspectiva histórica*. Disponível em: <http://convergencia.uaemex.mx/rev24/Rodriguez.pdf>. Acesso 15. Jul. 2007.

PARGA, José Sánchez. *Democracia caudillista y desmovilizaciones sociales en Ecuador*. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-65682009000300009&script=sci_arttext Acesso: Out/2010

PEREIRA, Antonio Celso Alves. *Globalização e Soberania*. IN: COSTA, Darc e DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Mundo Latino e Mundialização*. Rio de Janeiro, Mauad Editora, 2004.

PITTARI, Salvador Romero. *Bolívia: Democracia, ajuste economico y nueva orden internacional*. IN: GAITAN, Pilar PEÑARANDA, Ricardo e PIZARRO, Eduardo (Compiladores). *Democracia y reestructuracion economica en América Latina*. Universidad Nacional de Colombia, 1996.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002, 6° Edição. Tradução de Angelina Peralva.

POZO, José del. *História da América Latina e do Caribe – dos processos de independência aos dias atuais*. Petrópolis, Editora Vozes.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo, Edusp, 2004.

PRIETO, Alberto. *Procesos revolucionarios en América Latina*. Cidade do México, Ocean Sur, 2009, 1ª Edição.

RABY, Diana. *Democracia e revolução: América Latina y el socialismo hoy*. Caracas, Monte Ávila Editores Latino-americana, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*. IN: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

RICOEUR, Paulo. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2010, 3° reimpressão.

RODAS, German. *Reforma o Revolución: un debate indispensable en América Latina?* IN: _____ (Org). *América Latina hoy: reforma o revolución?*. Cidade do México, Ocean Sur, 2009.

ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010, 2° reimpressão.

- SADER, Emir e JINKINGS, Ivana. *Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.
- SOARES DE LIMA, Maria Regina e HIRST, Mônica. *Brasil como país intermediário e poder regional*. IN: *Os BRIC's e Ordem Global*. Rio de Janeiro, FGV, 2009.
- STEFANONI, Pablo e Do ALTO, Hervé. *Evo Morales de la Coca al Palacio*. Editora Malatesta, La Paz (Bolívia), 1ª Edição.
- SUAREZ, Hugo José. *Bolívia: el nacimiento de una nueva Izquierda*. IN: DUTERME, Bernard. *Movimientos y poderes de izquierda en América Latina*. Editorial Laboratorio Educativo, 2010.
- THOMAS, Victor Bulmer. *As economias latino-americanas, 1929-1939*. IN: BETHELL, Leslie. *História da América Latina – Vol. VI – A América Latina após 1930*. São Paulo, Editora EDUSP, 2001.
- THOMSON, Alistair, FRISCH, Michael e HAMILTON, Paula. *Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais*. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2010, 2ª reimpressão.
- TIBOCHA, Ana Maria e JASSIR, Mauricio Jaramillo. *La Revolución Democrática De Rafael Correa*. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-47052008000300002&lang=pt Acesso: Jan/2010.
- TODOROV, Tzvetan. *A conservação do passado*. In: *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: Editora ARX, 2002.
- TORRES, Jorge José. *El concepto integración latino-americana*. Buenos Aires, Editorial Dunken, 2008.
- TORRES, Jorge José. *El concepto integración latino-americana*. Buenos Aires, Editorial Dunken, 2008.
- TOUSSAINT, ERIC. *Transformar el fracaso del 2 de diciembre de 2007 en una potente palanca para impulsar el proceso en curso en la Venezuela de Hugo Chávez*. IN: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=60613> Acesso Dez/2007.
- TROTSKY, Leon. *A Revolução Permanente*. São Paulo, Expressão Popular, 2007. Tradução de Hermínio Sacchetta.
- TROTSKY, Leon. *La industria nacionalizada y la administración obrera*. Disponível em: <http://www.ceip.org.ar/escritos/Libro6/html/T10V238.htm> Acesso: Agosto/2008.

TROUDI, Haiman El. *Nos invitaron a debatir sobre el socialismo del siglo XXI: El nuevo modelo productivo socialista*. Caracas, 2006. p. 3-4. Disponível em: <http://www.fundacite.lara.gov.ve/material/ieesp.pdf>. Acesso 16 Jul. 2007.

VALDÉS, Eduardo Devés. *El pensamiento latinoamericano en el siglo XX: desde la CEPAL ao neoliberalismo, 1950-1990*. Buenos Aires, Biblos, 2008, 2º reimpressão (1ª Edição 2003).

VIGEVANI, Tulio e CEPALUNI, Gabriel. *A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação*. IN: REVISTA CONTEXTO INTERNACIONAL, Rio de Janeiro, vol.29, nº2, julho/dezembro 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *O populismo e as relações Brasil-EUA (1945 a 1964): a dialética do alinhamento e da autonomia*. IN: MUNHOZ, Sidnei J e DA SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI*. Maringá, Editora da Universidade de Maringá, 2011.

(B) Informativos

Informe macroeconomico - Bolívia - Junho 2012. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/5/46985/Bolivia-completo-web.pdf> acesso: Dez/2012.

Informe macroeconomico - Ecuador - Junho 2012. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/5/46985/Ecuador-completo-web.pdf> acesso: Dez/2012.

Informe macroeconomico - Venezuela - Junho 2012. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/5/46985/Venezuela-completo-web4sep12.pdf> Acesso: Dez/2012.

Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano. Disponível em: <http://www.ine.gob.bo/indice/EstadisticaSocial.aspx?codigo=30601> Acesso: Março/2012
Estadísticas sociales 2005 - Anuario estadístico de América Latina y el Caribe, 2005. CEPAL. Disponível em:

http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/0/26530/LCG2311B_1.pdf Acesso: Março/2012

Estadísticas sociales 2010. Disponível em: http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/6/42166/LCG2483b_1.pdf Acesso: Março/2012

Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe (2012). Disponível em: <http://www.cepal.org/cgi->

bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/4/48594/P48594.xml&xsl=/publicaciones/ficha.xsl&base=/publicaciones/top_publicaciones.xsl# Acceso: Jan/2013.

Últimos resultados de pobreza, desigualdade y mercado laboral en el Ecuador.

Disponível em:

http://www.inec.gob.ec/estadisticas/index.php?option=com_remository&Itemid=&func=startdown&id=1199&lang=es&TB_iframe=true&height=250&width=800 Acceso:

Jan/2013

Indicadores Pobreza - Diciembre 2012. Disponível em:

http://www.inec.gob.ec/estadisticas/index.php?option=com_remository&Itemid=&func=startdown&id=1199&lang=es&TB_iframe=true&height=250&width=800 Acceso:

Jan/2013.

O discurso de Chávez em 4 de fevereiro de 1992 está disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=VBUo-pYeVfQ> Acceso: Set/2010.

Panorama social da América Latina. Disponível em

http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/27480/PSE_2006.pdf Acceso: Maio/2007.

Segunda Presidência. Disponível em: http://www.rafaelcaldera.com/a_indexa.htm

acessado Acesso 18 Out. 2007.

Os originais dessas leis podem ser acessadas em: *Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela.* Disponível em:

<http://www.pgr.gob.ve/dmdocuments/2001/37323.pdf> Acceso: Fev/2011.

Boletín electoral referendum 15 de agosto de 2004. Disponível em:

http://www.cne.gov.ve/referendum_presidencial2004/ acessado em 22/01/2008.

Anteproyecto para la 1era. Reforma Constitucional - Propuesta del Presidente Hugo

Chávez - Agosto 2007. Disponível em:

<http://www.nodo50.org/plataformabolivariana/Externos/AP-RefConst.pdf> Acceso:

Jan/2008.

Chávez lanza campaña por las regionales y frena la revolución. Disponível em:

http://www.eluniversal.com/2008/01/07/pol_art_chavez-lanza-campana_661557.shtml

Acesso: Jan/2008.

Somos un faro para América Latina y el Mundo. Disponível em:

<http://www.psuv.org.ve/psuv/> Acceso: Junho/2010.

Libro Rojo – Documentos Fundamentales del PSUV. Disponível em:

<http://www.psuv.org.ve/temas/biblioteca/libro-rojo/> Acceso: Dez/2010.

Las misiones bolivarianas. Caracas, Ministério de Comunicación y información. 2006, 1º Edição.

Misiones. Disponível em: <http://www.gobiernoenlinea.gob.ve/home/misiones.dot> Acesso: Dez/2012.

Fondespa. Disponível em: http://www.pdvsa.com/index.php?tpl=interface.sp/design/readmenuprinc.tpl.html&newsid_temas=39 Acesso: Dez/2011.

El petróleo al servicio del Pueblo. Disponível em: <http://www.minci.gob.ve/2012/09/el-petroleo-al-servicio-del-pueblo/> Acesso: Out/2012.

Para maiores detalhes sobre o atendimento das Metas do Milênio pela Venezuela, consultar: Metas do Milênio. Disponível em: http://www.venezueladeverdad.gob.ve/?page_id=27966 Acesso: Out/2012.

Cumpliendo las Metas del Milênio. Disponível em: http://www.pnud.org.ve/INFORMEOBJETIVOS_MILENIO_2010_INE.pdf Acesso: Out/2012.

Decreto Supremo nº 21060, de 29 de agosto de 1985. Disponível em: <http://www.sbef.gov.bo/leyes/DS21060.pdf> Acesso Out/2007.

Panorama Social Del América Latina. IN: http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/27480/PSE_2006.pdf acessado em 30/10/2007.

La milicia Indígena de Morales. El País, Madri, 19. Fev. 2007. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/internacional/milicia/indigena/Morales/elpeuint/20070219elpepiint_16/Tes. Acesso: Nov/2007.

Resultado Elecciones Generales 1997. Disponível em: http://www.cne.org.bo/proces_electoral/eg1997.aspx Acesso 20 Jul. 2007.

Nace la Coordinadora por el Cambio. Disponível em: http://www.constituyentesoberana.org/3/propuestas/gobierno/enero2007/230107_1.html Acesso: Jun/2007.

Programa de Gobierno do MAS. Disponível em: <http://www.masbolivia.org/mas/gobierno/programa.html> Acesso 16 Jul. 2007 e Congresso Nacional do MAS: Programa de Gobierno – 50 propuestas concretas para encarar la crisis. Disponível em: <http://www.masbolivia.org/mas/organizacion/programagob.htm>. Acesso 16 Jul. 2007.

Elecciones Generales 2002. Disponível em: http://www.cne.org.bo/proces_electoral/eg2002.aspx Acesso Jul/2007.

Estadísticas sociales 2001. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/1/9621/anexo.pdf> Acesso Nov/2007.

Pacific LNG. Disponível em: <http://es.geocities.com/gasosocl/plnn.html> Acesso:Jan/2008.

Referendum 2004, resultados nacionales. Disponível em: http://www.cne.org.bo/proces_electoral/ref2004.aspx. Acesso Março/2008.

Decreto Supremo nº 28701. Disponível em: http://www.ambito.com/diario/aw_documentos/archivospdf/2005/id_doc_4131.pdf Acesso: Ago/2006.

Bolivia compra de Brasil las refinerías en \$us 112 millones. Disponível em www.la-razon.com. Acesso em: 09/05/07.

Acuerdo de Cuiabá generará mayores ingresos para el país. Disponível em: www.eldiario.net. Acesso em: Fev/2007

Atlas Electoral de Bolivia (Tomo I) – Elecciones Generales 1979-2009. Disponível em: http://www.oep.org.bo/oep/archivos/sifde/investigacion/Atlas_Electoral_tomoI_S1.pdf e *Atlas Electoral de Bolivia (Tomo II) – Referendums 2004-2009.* Disponível em: http://www.oep.org.bo/oep/archivos/sifde/investigacion/Atlas_Electoral_tomoII_S1.pdf Ambos foram acessados em Dez/2012.

Acta de Cómputo Nacional Elecciones Generales y referendos 2009. Disponível em: <http://www.oep.org.bo/PadronBiometrico/COMUNICACION/ACTADECOMPUTONACIONALGENERALES2009.pdf> Acesso: Dez/2012.

Informe 2011 – Latinobarómetro. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latino/LATContenidos.jsp> Acesso: Dez/2011. P. 17.

Informe 2011 – Latinobarómetro e Opinión data – diciembre 2012. Disponível em: <http://www.ipsos-apoyo.com.bo/html/anuncios/2007/setiembre/anun1.htm> Acesso: Dez/2012.

Los sindicatos de Ecuador anuncian mas protestas contra el nuevo plan económico. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/internacional/MAHUAD/_JAMIL_/POLITICO_DE_ECUADOR/ECUADOR/sindicatos/Ecuador/anuncian/protestas/nuevo/plan/economico/elpepiint/19990313elpepiint_13/Tes Acesso: Dez/2010.

El presidente de Ecuador retira las medidas que provocaron el caos. Disponible en:
http://www.elpais.com/articulo/internacional/MAHUAD/_JAMIL_/POLITICO_DE_EC UADOR/ECUADOR/presidente/Ecuador/retira/medidas/provocaron/caos/elpepiint/1999 0319elpepiint_12/Tes Acceso: Dez/2010.

Un autodenominado parlamento de los pueblos de Ecuador 'asume' el gobierno. Disponible en:
http://www.elpais.com/articulo/internacional/ECUADOR/autodenominado/Parlamento/P ueblos/Ecuador/asume/Gobierno/elpepiint/20000113elpepiint_19/Tes Acceso: Dez/2010.

Anuário estadístico Cepal. Disponible en:
<http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas> Acceso: Jan/2011.

Alianza País - principios y programa. Disponible en:
http://revolucionciudadana.com.ec/wp-content/uploads/Principios_Programa.pdf Acceso: Jul/2010.

Resultado elecciones 2006 – segunda vuelta. Disponible en:
http://app.cne.gob.ec/Resultados2006_2v/ Acceso: Out/2010.

Resultado consulta popular nacional sobre a realização de uma Assembleia Constituinte. Disponible en:
http://www.cne.gob.ec/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=16 Acceso: Out/2010.

Resultados Oficiales Asamblea Constituyente– 2007. Disponible en:
<https://app.cne.gob.ec/ResultadosAsamblea2007/> Acceso: Dez/2010.

Constitución política del Ecuador - 2008. Disponible en:
<http://www.mmrree.gob.ec/ministerio/constituciones/2008.pdf> Acceso: Out/2010.

Comisión para la auditoria integral del crédito público (CAIC). Disponible en:
http://www.auditoriadeuda.org.ec/index.php?option=com_content&view=article&id=89 &Itemid=58 Acceso: Out/2010. P. 107

Auditoria a la Deuda Ecuatoriana. Disponible en:
http://www.auditoriadeuda.org.ec/index.php?option=com_content&view=article&catid= 35&id=44&Itemid=55 Acceso: Out/2010.

Foreign leaders condemn riots in Ecuador. Disponible en:
<http://www.globalsecurity.org/military/library/news/2010/10/mil-101001- rianovosti09.htm> Acceso: Out/2010.

Correa, en su mejor momento. Disponible en:
http://www.cedatos.com.ec/detalles_noticia.php?Id=12 Acceso: Jan/2011

Para consultar as dez perguntas e os resultados do referendo, acessar:
<http://app2.cne.gob.ec/resultados/> Acesso: Agosto/2011.

Resultados eleitorais – Eleição presidencial de 2013. Disponível em: :
<http://resultados.cne.gob.ec/Results.html?RaceID=9&UnitID=1&IsPS=0&LangID=0>
Acesso: Fev/2013.

Acesso às informações do ADH. Consultar: <http://www.rips.gob.ec/rs/> Acesso: Jan/2013.

Resultado nacional - eleição para a presidência em 2009. Disponível em:
<http://app.cne.gob.ec/resultados2009/> Acesso: Out/2010 e *Votação para a Assembleia Nacional.* Disponível em: <http://app.cne.gob.ec/resultados2009/> Acesso: Out/2010.

Correa, en su mejor momento. Disponível em:
http://www.cedatos.com.ec/detalles_noticia.php?Id=12 Acesso: Jan/2011.

“Opinion” Compendio 2011. Disponível em: <http://www.cedatos.com.ec/PDF/Informe-Fin-de-Anho-2011-Dic-30-2011.pdf> Acesso: Fev/2012.

Rafael Correa encabeza ranking de popularidad de los líderes americanos. Disponível em:
<http://actualidad.rt.com/actualidad/view/54376-rafael-correa-tope-ranking-popularidad-lideres-americanos> Acesso: Set/2012.

Evo Morales toma banho de energia antes da posse. Disponível em:
http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/01/060121_boliviaritualmb.shtml. Acesso: Jan/2006.

Opec Basket Price (2003-2011). Disponível em:
<http://www.opec.org/basket/basketDayArchives.xml> Acesso: Fev/2010.

Disponível em: <http://www.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2011/01/Mensaje-Anual-a-la-Asamblea-Nacional-2010.pdf> Acesso: Fev/2011. P. 120.

Em relação ao Sucre, acessar: <http://www.sucrealba.org/> Acesso: Dez/2012.

Acuerdo entre el presidente de la República bolivariana de Venezuela y el presidente del Consejo de Estado de Cuba para la aplicación de la Alternativa Bolivariana para las Américas. Disponível em:
<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=News&file=article&sid=81> Acesso: Dez/2012.

Declaración conjunta entre el presidente de la República bolivariana de Venezuela y el presidente del Consejo de Estado de la República de Cuba para la creación del Alba. La Habana, 14 de diciembre de 2004. Disponível em:
<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2060>
Acesso: Dez/2012.

Tratado que establece una zona de livre-comércio e institui a associação latino-americana de livre-comércio. Disponível em:
<http://www.aladi.org/NSFALADI/ARQUITEC.NSF/VSITIOWEBp/ALALCp> acesso: Jan/2010.

Tratado de Montevideú – 1980. Disponível em:

<http://www.aladi.org/nsfaladi/juridica.nsf/vtratadowebp/tm80> Acesso: Nov/2010.

A CAN é formada por Peru, Bolívia, Equador e Colômbia. Para maiores informações, consultar: <http://www.comunidadandina.org/index.aspx> Acesso: Dez/2012.

Tratado de cooperación amazônico. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/tca.htm>
Acesso: Ago/2010.

Ecuador: Las relaciones económicas internacionales- Política Exterior. Disponível em:
http://www.mmrree.gob.ec/pol_exterior/pladespe/Relaciones_economicas.pdf Acesso:
Out/2010. P. 18-20.

Sobre o projeto do Porto de Manta e demais projetos da IIRSA no Equador (47 no total)
acessar: <http://www.iirsa.org/ProyectosPais.asp?CodIdioma=ESP&Pais=6>

Ecuador: Las relaciones económicas internacionales- Política Exterior. Op. Cit. P. 149-151.
Disponível em: http://www.mmrree.gob.ec/pol_exterior/pladespe/Relaciones_economicas.pdf
Acesso: Out/2010

Ecuador: Las relaciones económicas internacionales- Política Exterior. Op. Cit. P. 14-15.
Disponível em: http://www.mmrree.gob.ec/pol_exterior/pladespe/Relaciones_economicas.pdf
Acesso: Out/2010

(C) Documentais – Por ordem de aparição no texto e por capítulo

Capítulo 2

CORREA, Rafael. *Intervención del presidente de la república, Rafael Corrêa, en el acto conmemorativo de la Batalla del Pichincha*. Quito, 24 de mayo de 2008.
Disponível em: <http://www.presidencia.gov.ec/discursos/05-24-08%20Discurso%20por%20Batalla%20del%20Pichincha.pdf> Acesso: Mar/2011

_____, *Discurso del presidente de la República de Ecuador en el Congreso de la Confederación latino-americana de organizaciones del campo (CLOC) – via campesina – en Coliseo de la Universidad Central del Ecuador - Quito, 12 de octubre de 2010*.
Disponível em: http://www.presidencia.gov.ec/pdf/121010_discursocloc.pdf Acesso:
Maio/2011.

CHÁVEZ, Hugo. “*De Yare a Miraflores el mismo subversivo – Entrevistas al comandante Hugo Chávez Frías*”. Organização: José Vicente Rangel. Disponível em:
http://minci.gob.ve/wp-content/uploads/downloads/2012/06/desde_la_primera_lineacoweb.pdf Acesso:
Fev/2012.

_____, *Discurso del presidente de la república bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la toma de posesión. Palácio Federal Legislativo, 2 de febrero de 1999*. IN: 1999 – año de la refundación de la República – Gobierno bolivariano – año 1. Selección de discursos del presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías. Caracas, Ediciones de la Presidencia de la República. P. 19.

_____, *Discurso del presidente de la república bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo del referendun para convocar una Asamblea Nacional Constituyente*. IN: Op. Cit. P. 105.

_____, *Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la instalación de la Asamblea Nacional Constituyente*. Palácio Federal Legislativo, Caracas, 05 de agosto de 1999. IN: Op. Cit. p. 284-285.

_____, *De Yare a Miraflores el mismo subversivo – Entrevistas al comandante Hugo Chávez Frías*”. Op. Cit. p. 84-85.

MORALES, Evo. *Discurso del Presidente de Bolivia Evo Morales Ayma en las Naciones Unidas*. Nueva York, 19 de septiembre de 2006. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.bo/discursos1.php?cod=10> Acceso: Jan/2012.

LINERA, Alvaro Garcia. *Los tres pilares de la nueva Constitución Política del Estado – Estado plurinacional, economía estatal y Estado autonómico*. Disponible em: http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/discursos_ponencias_4.pdf Acceso: Março/2012. P. 12.

_____, *El Estado Plurinacional*. Disponible em: http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/discursos_ponencias_7.pdf Acceso: Fev/2011. P. 11.

_____, Op. Cit. p. 11.

CORRÊA, Rafael. *Intervención del presidente de la República, Rafael Corrêa. Cadena Nacional*. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/12-04-07-CadenaNacional.pdf> Acceso: Fev/2011. P. 2-3.

_____, *Discurso de posesión del presidente de la república, economista Rafael Corrêa, en la mitad del mundo. Quito, 15 de enero de 2007*. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/01-15-2007-DiscursoPosesionPresidencialMitadMundo.pdf> Acceso: Fev/2011. P. 3-4.

_____, *Intervención del presidente de la república, Rafael Corrêa, en el acto conmemorativo de la Batalla del Pichincha – Quito, 24 de mayo de 2008*. Disponible em: http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/24-05-08-Discurso_Batalla_Pichincha.pdf Acceso: Fev/2011. P. 13-15.

CHÁVEZ, Hugo. *Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la instalación de la Asamblea Nacional Constituyente*. Op. Cit. p. 299-300.

_____, *Intervención del presidente de la república, Rafael Corrêa en la ceremonia de clausura de la Asamblea Nacional Constituyente. Montecristi, 25 de julio de 2008*. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/25-07-08IntervencionPresidencialClausuraAsambleaConstituyente.pdf> Acceso: Fev. 2011. P. 11.

_____, *Intervención en acto de entrega de armas en el comando provincial de Manabí – Portoviejo, 12 de marzo de 2009*. Disponible em: http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/03-12-09Discurso_entrega_armas_Manabi.pdf Acceso: Fev/2011. P. 5-6.

CHÁVEZ, Hugo. *Chávez en la ONU: Nada podrá detener la Revolución en América Latina*. Disponible em: <http://www.chavez.org.ve/temas/discursos/chavez-onu-nada-podra-detener-revolucion-america-latina/> Acceso: Dez/2010. P. 1 e 4.

_____, *Intervención del presidente de la República ante la asamblea constituyente al cumplirse el primer año de gobierno – Quito, 15 de Janeiro de 2008*. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/15-01-08-Mensaje-al-cumplirse-el-primer-ao-de-Gobierno.pdf> Acceso: Fev/2011. P. 8-9

_____, *Informe a la Nación – Cuarto aniversario del mandato. Machala, 15 de enero de 2011*. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/2011-01-15-Informe-a-la-Nacion-Cuarto-Aniversario.pdf> Acceso: Fev/2011. P. 6-7.

_____, *Intervención en la 42 Asamblea General de la OEA. Cochabamba, Bolivia, 4 de junio de 2012*. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/2012-06-04-Intervencion-en-la-42-Asamblea-General-de-la-OEA-Cochabamba-Bolivia.pdf> Acceso: Fev/2012. P. 1-2.

[content/uploads/downloads/2012/10/2012-06-04-42-Asamblea-General-de-la-Oea-Cochabamba-Bolivia.pdf](#) Acceso: Agosto/2012.

_____, *Intervención presidencial en la inauguración “Casa Nueva”, secretaria de pueblos. Quito, 09 de dezembro de 2009.* Disponible em: http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/12-09-09-Discurso_inauguracion_casa-Secretaria-Pueblos.pdf Acceso: Fev/2009. P. 2-3, 12 e 16.

_____, *Conferencia magistral del economista Rafael Corrêa Delgados en la Universidad de Buenos Aires.* Disponible: http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/031210_Conferencia-Magistral-dictada-por-el-Presidente-en-la-UBA.pdf Acceso: Fev/2011. Fev/2011.

Población que se autoidentificó indígena, según provincia de empadronamiento, nacionalidad o pueblo indígena al que pertenece y sexo. Disponible em: http://www.inec.gob.ec/cpv/index.php?option=com_content&view=article&id=232&Itemid=128&lang=es Acceso: Ago/2012.

_____, *Premio al logro excepcional académico 2009.* Universidad de Illinois, 08 de abril de 2010. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/08-04-10-Discurso-en-U-de-Urbana-Champaign-Illinois-EU.pdf> Acceso: Fev/2011.

_____, *Discurso del ciudadano vice-presidente de la república Álvaro García Linera – Sesión del Honor del Congreso Nacional en Conmemoración de los 25 años de democracia en Bolivia.* Disponible em: http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/discursos_ponencias_1-2.pdf Acceso: Fev/2012.

_____, *Entrevista de La Jornada de México a García Linera: “El Pueblo boliviano vive la mayor revolución social”.* Disponible em: <http://www.jornada.unam.mx/2012/02/07/politica/002e1pol> Acceso: Agosto/2012.

MORALES, Evo. *Discurso de Posesión del Presidente Juan Evo Morales Ayma en el Congreso - Congreso Nacional de Bolivia, 22 de enero de 2006.* Disponible em: <http://www.presidencia.gob.bo/discursos1.php?cod=9> Acceso: Nov/2010.

LINERA, Alvaro García. Op. Cit. p. 14.

_____, *Los tres pilares de la nueva Constitución Política del Estado – Estado plurinacional, economía estatal y Estado autonómico.* Op. Cit. p. 14.

MORALES, Evo. *Mensaje de Evo Morales, presidente de Bolivia, al ser ratificado en referendun.* Palacio Quemado, Plaza Murillo, La Paz, 10 de agosto de 2008. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.bo/discursos1.php?cod=14> Acceso: Nov/2010.

CHÁVEZ, Hugo. *“De Yare a Miraflores el mismo subversivo – Entrevistas al comandante Hugo Chavez Frias”.* Op. Cit. P.404.

_____, *“De Yare a Miraflores el mismo subversivo – Entrevistas al comandante Hugo Chavez Frias”.* Op. Cit. P.53-54.

_____, Op. Cit. p. 112-113 e 127-128.

_____,. *Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la instalación de la Asamblea Nacional Constituyente. Palácio Federal Legislativo, Caracas, 05 de agosto de 1999.* Op. Cit. p. 274.

_____, *Palabras a las trabajadoras y trabajadores.* Caracas, Ediciones Correo de Orinoco, 2011. P. 14.

_____, *“De Yare a Miraflores el mismo subversivo – Entrevistas al comandante Hugo Chavez Frias”.* Op. Cit. P.287 e 315.

_____, *Palabras a las trabajadoras y trabajadores.* Op. Cit. P. 20.

LINERA, Alvaro García. *Del Estado aparente al Estado integral – la construcción democrática del socialismo comunitario.* Disponible em:

- http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/discursos_ponencias_8.pdf Acceso: Fev/2012. P. 9-10.
- _____, Op. Cit. p. 10-11.
- CHÁVEZ, Hugo. *Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez, en el 227 aniversario del natalicio de Simón Bolívar*. Disponible em: <http://www.chavez.org.ve/chavez/lineas-chavez/viva-bolivar-bolivar-vive/> P. 2 e 14.
- CORREA, Rafael. *Intervención del presidente de la República, Rafael Correa, durante la posesión presidencial*. Quito, 10 de agosto de 2009. Disponible em: http://presidencia.gob.ec/discursos/10-10-09Discurso_posesion_Presidencial.pdf Acceso: Fev/2011.
- CHÁVEZ, Hugo. *Chávez en la ONU: Nada podrá detener la Revolución en América Latina*. Disponible em: <http://www.chavez.org.ve/temas/discursos/chavez-onu-nada-podra-detener-revolucion-america-latina/> Acceso: Dez/2010.
- MORALES, Evo. Discurso de Posesión del Presidente Juan Evo Morales Ayma en el Congreso Nacional de Bolivia, 22 de enero de 2006. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.bo/discursos1.php?cod=9> Acceso: Jan/2012.
- CHÁVEZ, Hugo. *Discurso del presidente Hugo Chávez en el acto conmemorativo de los 200 años de la Academia Militar de Venezuela*. Disponible em: <http://www.chavez.org.ve/temas/discursos/academia-militar-venezuela/> Acceso: Set/2010.
- CORREA, Rafael. *Discurso ante el congreso de la República Bolivariana de Venezuela*. Caracas, 5 de julio de 2010. Disponible em: http://www.presidencia.gov.ec/pdf/discurso_congresoven.pdf Acceso: Fev/2011. P. 6.
- _____, *Discurso conmemoración natalicio Simón Bolívar*. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/11/2007-07-24-Discurso-en-Aniversario-del-Natalicio-del-Libertador-Sim%C2%A2n-Bol%C2%B0var.pdf> Acceso: Fev/2011.
- _____, *Intervención del presidente de la República, Rafael Correa, durante la posesión presidencial*. Quito, 10 de agosto de 2009. Disponible em: <http://www.presidencia.gov.ec/discursos/10-10-09%20Discurso%20posesi%C3%B3n%20Presidencial.pdf> Acceso: Fev/2011
- CHÁVEZ, Hugo Chávez. *Hacia la victoria admirable contra la burguesía y el imperialismo*. Disponible em: http://www.alopresidente.gob.ve/material_alo/12/p--7/tp--31/ Acceso: Fev/2011. P. 9
- Chávez y la revolución bolivariana. Conversaciones con Luis Bilbao*. Buenos Aires: Capital Intelectual S.A, 2002, p. 18-19.
- _____, “De Yare a Miraflores el mismo subversivo – Entrevistas al comandante Hugo Chávez Frías”. Op. Cit. P. 90-91.
- _____, *Chávez y la revolución bolivariana. Conversaciones con Luis Bilbao*. Op. Cit. P. 30.
- CORRÊA, Rafael. *Relevo del alto mando militar*. Quito, 22 de abril de 2010. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/22-04-10-relevo-del-alto-mando-militar.pdf> Acceso: Agosto/2012.
- _____, *Discurso del Presidente Rafael Correa en la estación de Ferrocarriles em Huigra*. Huigra, 05 de junio de 2007. Disponible em: http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/05-06-07-Discurso_estacion_Ferrocarriles_Huigra.pdf Acceso: Fev/2011. P.8-10.
- _____, *Intervención del presidente de la República, Rafael Corrêa, en el aniversario del natalicio de Eloy Alfaro en Montecristi*. Quito, 25 de junio de 2007.

Disponível em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/11/2007-06-25-NTERVENCIO%CC%81N-DEL-PRESIDENTE-DE-LA-REPU%CC%81BLICA-RAFAEL-CORREA-EN-EL-ANIVERSARIO-DEL-NATALICIO-DE-ELOY-ALFARO-EN-MONTECRISTI-.pdf>

Acesso: Fev/2011. P. 8-9.

_____, *Discurso para el acto de conmemoración del centésimo octagésimo octavo aniversario de la victoria de Pichincha y homenaje a la generala Manuela Sáenz. Quito, 24 de maio de 2010.* Disponível em:

http://www.presidencia.gob.ec/pdf/discurso_victoria_pichincha.pdf Acesso: Nov/2010.

LINERA, Alvaro García. *Del Estado aparente al Estado integral.* Disponível em: http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/discursos_ponencias_8.pdf. Acesso:

Jan/2012. P. 11-12.

MORALES, Evo. *El discurso presidencial en la Casa de la Libertad – 186 anos de independência da Bolívia.* Disponível em:

http://www.lostiempos.com/media_pdf/2011/08/06/279158_pdf.pdf Acesso: Fev/2012.

P. 2-3 e 13.

_____, *Discurso del Presidente de Bolivia Evo Morales Ayma en las Naciones Unidas. Nueva York, 19 de septiembre de 2006.* Disponível em:

<http://www.presidencia.gob.bo/discursos1.php?cod=10> Acesso: Nov/2009.

LINERA, Alvaro García. *Del Estado aparente al Estado integral.* Op. Cit. p. 8.

Capítulo 3

CHÁVEZ, Hugo. *Yo soy así - 7 de agosto de 2011.* IN: “*De Yare a Miraflores el mismo subversivo – Entrevistas al comandante Hugo Chavez Frias*”. Op. Cit. P. 372.

_____, *Nosotros somos gente de palabra. 16 de octubre de 1998.* IN: “*De Yare a Miraflores el mismo subversivo – Entrevistas al comandante Hugo Chávez Frías*”. Op. Cit. p. 212-213.

_____, Op. Cit. P. 270-273.

_____, *Discurso del presidente de la Republica Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la instalación del III Encuentro Mundial de la solidaridad con la revolución bolivariana.* IN: 2005 – Año del salto adelante. *Hacia la construcción del socialismo del siglo XXI. Gobierno bolivariano. Año 7.* Caracas, Ediciones de la Presidencia de la República. 2005. P. 256-257.

_____, Op. Cit. P. 370-371.

_____, *Discurso del presidente de la Republica Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la celebración de los seis años del gobierno bolivariano. Balcón del Pueblo, Palacio de Miraflores, Caracas, 2 de febrero de 2005.* IN: 2005 – Año del salto adelante. *Hacia la construcción del socialismo del siglo XXI. Gobierno bolivariano. Año 7.* Caracas, Ediciones de la Presidencia de la República. 2005. P. 111-112.

_____, *O discurso da unidade.* Caracas, Edições Socialismo do Século XXI, nº 1. Janeiro de 2007.

_____, *Palabras a las trabajadoras y trabajadores.* Op. Cit. p. 30

_____, *Discurso del presidente Hugo Chávez Frías durante la presentación de su mensaje anual ante la Asamblea Nacional. Caracas, 11 de janeiro de 2008.* Disponível em: http://www.alopresidente.gob.ve/material_alo/12/p--19/tp--31/ Acesso: Fev/2011.

P. 53.

- _____, *Mensaje anual a la Asamblea Nacional, 15 de enero de 2011*. Disponible em: <http://www.psuve.org/ve/wp-content/uploads/2011/01/Mensaje-Anual-a-la-Asamblea-Nacional-2010.pdf> Acceso: Fev/2011.
- _____, *Hacia la victoria admirable contra la burguesía y el imperialismo*. Op. Cit. P. 3-5.
- _____, *Discurso del presidente Hugo Chávez Frías durante la presentación de su mensaje anual ante la Asamblea Nacional. Caracas, 11 de janeiro de 2008*. Op. Cit. P. 39.
- _____, Op. Cit. P. 14.
- _____, *La integración es nuestra bandera antiimperialista*. Disponible em: <http://www.chavez.org.ve/chavez/lineas-chavez/integracion-es-nuestra-bandera-antiimperialista/> Acceso: Jan/2012.
- _____, *Madre Santa, Maisanta...* Disponible em: <http://www.chavez.org.ve/chavez/lineas-chavez/madre-santa-maisanta/> Acceso: Jan/2012.
- _____, *Discurso del presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, con motivo de la inauguración de la IV Cumbre de la Deuda Social y Carta Social de las Américas*. IN: 2005 – Año del salto adelante. *Hacia la construcción del socialismo del siglo XXI*. Op. Cit. P. 175-177.
- _____, *En las fronteras de un tiempo. 4 de marzo de 2007*. IN: “De Yare a Miraflores el mismo subversivo – Entrevistas al comandante Hugo Chávez Frías”. Op. Cit. p. 245.
- MORALES, Evo. *Discurso del Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia Evo Morales en la XV Cumbre del Cambio Climático, Copenhague*. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.bo/discursos1.php?cod=16> Acceso: Nov/2011.
- LINERA, Álvaro García. *El Estado Plurinacional*. Op. Cit. P. 9-10.
- Discurso del Presidente de Bolivia Evo Morales Ayma ante el Foro Permanente para las Cuestiones Indígenas de las Naciones Unidas*. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.bo/discursos1.php?cod=13> Acceso em: Nov/2011.
- _____, *Del Estado aparente al Estado integral*. Op. Cit. P. 13.
- _____, *El desencuentro de dos razones revolucionarias. Indianismo y Marxismo*. Disponible em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/cuadernos/garcia/garcia.pdf>. Acceso em 5 Out. 2008.
- _____, *Entrevista de La Jornada de México a García Linera: “El Pueblo boliviano vive la mayor revolución social”*. Op. Cit. P. 1.
- _____, *Discurso del ciudadano vice-presidente de la República Álvaro García Linera*. Op. Cit. p. 5.
- CORRÊA, Rafael. *Intervención del presidente de la República, Rafael Corrêa en el evento del Ministerio de inclusión económica y social - Quito, 29 de agosto de 2007*. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/29-08-07DiscursoMinisterioInclusionEconomicaySocial.pdf> Acceso: Fev/2011.
- _____, *Discurso de posesión governamental del presidente Rafael Corrêa*. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/01-15-2007-DiscursoPosesionPresidencialMitadMundo.pdf> Acceso: Fev/2011.
- _____, *Intervención en la Universidad Nacional de Asunción – Ponencia magistral: mensaje a los estudiantes sobre el socialismo del siglo XXI*. Asunción, 23 de

marzo de 2009. Disponible em: <http://www.presidencia.gov.ec/discursos/03-23-09%20Discurso%20en%20Asunci%C3%B3n.pdf> Acceso: Fev/2011. P. 13.

_____, *Intervención en el encuentro de partidos políticos de Izquierda em Ciespal*. Quito, 12 de noviembre de 2010. Disponible em: http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/121110_Saludo-del-Presidente-durante-el-reconocimiento-de-Fe-y-Alegria-en-el-salon-de-banquetes-de-Carondelet.pdf Acceso: Fev/2010. P. 36.

_____, *Conferencia magistral del economista Rafael Corrêa Delgado en la Universidad de las Naciones Unidas en Japón, Cátedra U-Thant – “Los desafíos de América Latina en el siglo XXI”, Tokio, 07 septiembre 2010*. Disponible: http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/070910_Conferencia-Magistral-en-la-Universidad-de-ONU-en-Japon-Catedra-U-Thant-Los-Desafios-de-America-latina-en-S.-XXI.pdf P. 32.

_____, *Intervención del Presidente de la República, Rafael Correa en aniversario del natalicio del libertador Simón Bolívar*. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/11/2007-07-24-Discurso-en-Aniversario-del-Natalicio-del-Libertador-Sim%C2%A2n-Bol%C2%B0var.pdf> Acceso: Fev/2011. P. 5.

_____, *Intervención en la Universidad Nacional de Asunción – Ponencia magistral: mensaje a los estudiantes sobre el socialismo del siglo XXI*. Asunción, 23 de marzo de 2009. Disponible em: <http://www.presidencia.gov.ec/discursos/03-23-09%20Discurso%20en%20Asunci%C3%B3n.pdf> Acceso: Fev/2011. P. 14-16.

_____, *Intervención Conferencia Magistral sobre el socialismo del siglo XXI*. Disponible em: http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/12-08-Conferencia_socialismo_sigloXXI_Iran.pdf Acceso: Fev/2011. P. 20-21.

_____, *Conferencia magistral del economista Rafael Correa en la Universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires, 03 de Diciembre de 2010. Disponible em: http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/031210_Conferencia-Magistral-dictada-por-el-Presidente-en-la-UBA.pdf Acceso: Fev/2011. P. 36

_____, *Informe a la nación*. Quito, 10 de Agosto de 2012 - Primera Parte. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/2012-08-10-Informe-a-la-Nacion-2012-Primera-Parte.pdf> Acceso: Agosto/2012. P. 5-7.

_____, *Intervención en la Universidad Nacional de Asunción. Ponencia magistral: mensaje a los estudiantes sobre el socialismo del siglo XXI*. Asunción, 23 de marzo de 2009. Op. Cit. p. 31-32.

_____, *Intervención en la Universidad Nacional de Asunción. Ponencia magistral: mensaje a los estudiantes sobre el socialismo del siglo XXI*. Asunción, 23 de marzo de 2009. Op. Cit. p. 3.

_____, Op. Cit. p. 39-40.

_____, *Intervención del presidente de la República, Rafael Corrêa en el 50º aniversario de la revolución cubana*. Op. Cit. p. 32

_____, *Discurso de posesión gubernamental del presidente Rafael Correêa*. Op. Cit. p.

_____, *Intervención del presidente de la República, Rafael Corrêa, ante el consejo de las Américas*. Nueva York, 25 de septiembre de 2007. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/11/2007-09-25->

[Discurso-Ante-la-Conferencia-del-Consejo-de-las-AmC%CC%A7ricas.pdf](#) Acceso: Fev/2011.

_____, *Intervención presidente de la república ante la comición legislativa en el 2º año del gobierno*. Discurso segundo año de mandato – Rafael Corrêa Disponible em: http://presidencia.gob.ec/discursos/01-15-09Discurso_segundoAnioGestion.pdf Acceso: Fev/2011.

_____, Op. Cit. P. 33-34

FRIAS, Hugo Chávez. *En las fronteras de un tiempo. 4 de marzo de 2007*. Op. Cit. P. 248-249, 250 e 257.

_____, *Propuesta del candidato de la pátria, Comandante Hugo Chávez, para la gestión bolivariana y socialista (2013-2019)*. Disponible em: <http://www.chavez.org.ve/Programa-Patria-2013-2019.pdf> Acceso: Set/2012. P. 2-3.

_____, *Discurso del presidente Hugo Chávez Frías durante la presentación de su mensaje anual ante la Asamblea Nacional. Caracas, 11 de janeiro de 2008*. Op. Cit. p. 26 e 33-34

LINERA, Alvaro Garcia. *Del Liberalismo al Modelo Nacional Productivo - Los ciclos de la economía boliviana – los ciclos de la economía boliviana*. Disponible em: http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/revista_analisis_3.pdf Acceso: Fev/2012. P. 16-17.

_____, *El papel del Estado en el Modelo Nacional Productivo*. http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/discursos_ponencias_6.pdf Acceso: Fev/2012. P. 14-15.

Programa de gobierno MAS-IPSP (2010-2015). Disponible em: <http://pt.scribd.com/doc/19548042/Programa-de-Gobierno-MASIPSP> Acceso: Nov/2011. P. 52-53.

LINERA, Alvaro Garcia. *El “capitalismo andino-amazónico”*. Disponible em: <http://www.lemondediplomatique.cl/El-capitalismo-andino-amazonico.html> Acceso: Jan/2006.

_____, *Del Estado aparente al Estado integral – la construcción democrática del socialismo comunitario*. Disponible em: http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/discursos_ponencias_8.pdf Acceso: Jan/2012. Op. Cit. P. 12.

_____, Op. Cit. P. 13.

Programa de gobierno MAS-IPSP (2010-2015). Disponible em: <http://pt.scribd.com/doc/19548042/Programa-de-Gobierno-MASIPSP> Acceso: Nov/2011. P. 52-53.

_____, *Del Liberalismo al Modelo Nacional Productivo - Los ciclos de la economía boliviana*. Op. Cit. p. 6-7.

_____, *El Estado Plurinacional*. Op. Cit. P. 10-11.

Programa de gobierno MAS-IPSP (2010-2015). Op. Cit. P. 15.

CORRÊA, Rafael. *Intervención del presidente de la República, Rafael Corrêa en el 50º aniversario de la revolución cubana*. Disponible em: <http://www.presidencia.gov.ec/discursos/01-08-09%20Discurso%2050%20aniversario%20Cuba.pdf> Acceso: Fev/2011. P. 34-35

_____, *Intervención del presidente de la República, Rafael Corrêa, na cerimonia del acta fundacional del Banco del Sur. Buenos Aires, 09 de diciembre de 2007*. Disponible em: http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/09-12-07Discurso_Ceremonia_acta_fundacionalBanco_Sur.pdf Acceso: Fev/2011. P. 37-38.

_____, *Discurso al inaugurar el World Business Forum Latinoamérica, Aila, 2010* - “Complementación Público - Privada para la Generación de Desarrollo Sostenible” - Guayaquil, 30 de noviembre de 2010. Disponible em: http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/301110_worldbusiness.pdf Acceso: Feb/2011. P. 63.

Proyecto Nacional Simon Bolivar – Primer Plan Socialista de la Nación” (2007-2013). Caracas, Ediciones de la Presidencia de la Republica. 2007. P. 60-61.

Proyecto Nacional Simon Bolivar – Primer Plan Socialista de la Nación”. Op. Cit. P. 61-62

CHÁVEZ, Hugo. *Hacia la victoria admirable contra la burguesia y el imperialismo*. Op. Cit. p. 15.

_____, *Discurso del presidente de la Republica Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías, com motivo del mensaje anual a la asamblea nacional. Palacio Legislativo, Caracas, 14 de enero de 2005*. IN: 2005 – Año del salto adelante. p. 19-25.

_____, *Mensaje anual a la Asamblea Nacional, 15 de enero de 2011*. Op. Cit. P. 55-56, 82 e 84.

Proyecto Nacional Simon Bolivar – Primer Plan Socialista de la Nación”. Op. Cit. P. 62-63.

_____, *Palabras a las trabajadoras y trabajadores*. OP. Cit. p. 24-25.

Capítulo 4

MORALES, Evo. *Discurso del Presidente de Bolivia Evo Morales Ayma ante el Foro Permanente para las Cuestiones Indígenas de las Naciones Unidas*. Nueva York, 21 de abril de 2008. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.bo/discursos1.php?cod=13> Acceso: Dez/2009.

Declaração do Iguazu. Disponible em: http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_256_733.htm Acceso: Ago/2010.

Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. Disponible em: http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_281_758.htm Acceso: Ago/2010.

Princípios orientadores da IIRSA. Disponible em: http://www.iirsa.org/BancoConocimiento/p/principios_orientadores/principios_orientadores.asp?CodIdioma=ESP Acceso: Dez/2010 e *Carteira de projetos da IIRSA*. Disponible em: <http://www.iirsa.org/Cartera.asp?CodIdioma=ESP> Acceso: Dez/2010.

Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas – Brasília, 23 de maio de 2008. Disponible em: <http://unasurg.org/PDFs/unasur/tratado-constitutivo/Tratado-Constitutivo-version-portugues.pdf> Acceso: Set/2011. P. 2.

CORRÊA, Rafael. *Intervención en la 42ª Asamblea General de la OEA. Cochabamba, Bolivia, 4 de junio de 2012*. Disponible em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/2012-06-04-42-Asamblea-General-de-la-Oea-Cochabamba-Bolivia.pdf> Acceso: Ago/2012. P. 4-5.

Fundamentos Filosóficos de la Nueva Integración del Sur. Caracas, Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual - Ministério del Poder Popular para Relaciones Exteriores, 2007. P. 10-12 e 15.

Proyecto nacional Simón Bolívar (primer plan socialista) – desarrollo económico y social de la nación (2007-2013). Caracas, Presidência da República, 2007. P. 128-136.

FRIAS, Hugo Chávez. *Discurso del presidente Hugo Chávez Frías durante la presentación de su mensaje anual ante la Asamblea Nacional. Caracas, 11 de janeiro de 2008*. Op. Cit. P. 53.

_____, *De Yare a Miraflores*. Op. Cit. P. 423

_____, *Propuesta del candidato de la pátria, Comandante Hugo Chávez, para la gestión bolivariana y socialista (2013-2019)*. Op. Cit. P. 3.

_____, *Propuesta del candidato de la pátria, Comandante Hugo Chávez, para la gestión bolivariana y socialista (2013-2019)*. Op. Cit. P. 35-36.

IV Censo Econômico 2007-2008 – primeiros resultados. Disponível em: <http://www.ine.gov.ve/documentos/Economia/IVCensoEconomico/pdf/InformeIVCE.pdf> Acesso: Jan/2012. P. 10

A boliburguesia e as contradições do bolivarianismo venezuelano. Disponível em: http://www.tempopresente.org/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=5311 Acesso: Fev/2012.

Apoio da PDVSA às Misiones Sociales. Disponível em: <http://www.pdvsa.com/> Acesso: Jan/2012.

PDVSA em cifras e La CVP y las Empresas Mixtas. Disponível em: <http://www.pdvsa.com/> Acesso: Nov/2012.

CHÁVEZ, Hugo. *Discurso da Unidade*. Op. Cit. P. 51.

CORRÊA, Rafael. *Ceremonia de traspasso de la presidência pro tempore de la Unasul. 10 DE AGOSTO DE 2009*. Disponível em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/10-08-09-Traspaso-Presidencia-Pro-tempore-UNASUR.pdf> Acesso: Março/2012. P. 6 e 24.

_____, *Conferência magistral: nueva arquitectura financeira. Lima, Universidad de San Marcos, 09 de junio de 2010*. Disponível em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/09062010-Conferencia-magistral-del-Presidente-en-U-San-Marcos-Lima-Peru.pdf> Acesso: Março/2012. P. 43 e 45-46.

_____, *Discurso en la cumbre presidencial, de autoridades indígenas y afrodescendientes de la ALBA. Otavalo, 25 de junio de 2010*. Disponível em: http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/2010-06-25_alba.pdf Acesso: Março/2012. P. 12-13.

_____, *Discurso de posesión del presidente de la República, economista Rafael Corrêa, en la mitad del mundo*. Quito, 15 de enero de 2007. Op. Cit. P. 18.

_____, *Intervención del presidente de la República Rafael Corrêa en la cerimonia militar por el centésimo septuagésimo noveno aniversario de la “Batalla de Tarqui, día del civismo y der ejército ecuatoriano”*. Quito, 27 de febrero de 2008. Disponível em: <http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/27-02-08-Discurso-dia-Ejercito-Ecuatoriano.pdf> Acesso: Março/2012. P. 41-42.

CHÁVEZ, Hugo. *Soldado Bolívar!* Disponível em: <http://www.chavez.org.ve/chavez/lineas-chavez/%C2%A1soldado-bolivariano-linea/> Acesso: Dez/2010.

CORREA, Rafael. *Intervención del presidente de la república, Rafael Corrêa en la cerimonia del acta fundacional del Banco del Sur*. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.ec/discursos/12-09-07%20Discurso%20en%20ceremonia%20acta%20fundacional%20Banco%20del%20Sur.pdf> Acesso: Fev/2011. P. 2 e 7.

_____, *Discurso de posesión del presidente de la República, economista Rafael Corrêa, en la mitad del mundo*. Op. Cit. p. 27 e 29.

_____, *Ceremonia de traspasso de la presidência pro tempore de la Unasul. 10 De agosto de 2009*. Op. Cit. P. 5-8.

_____, *Conferência magistral: nueva arquitectura financeira*. Lima, Universidad de San Marcos, 09 de junio de 2010. Op. Cit. P. 47.

_____, *Discurso sobre la unidad latino-americana*. Congreso de la República del Perú, Lima, 10 de junio de 2010. Disponível em: http://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2012/10/2010-06-10_CongresoPeru.pdf Acesso: Mar/2012. P. 21-22.

Objetivos Estratégicos Institucionales. Disponível em: <http://www.rree.gob.bo/> Acesso: Dez/2012.

MORALES, Evo. *El discurso presidencial en la Casa de la Libertad – 186 anos de independência da Bolívia*. Op. Cit. p. 10

_____, *Discurso del Presidente del Estado Plurinacional de Bolivia Evo Morales en la XV Cumbre del Cambio Climático, Copenhague, 17 de diciembre de 2009*. Disponível em: <http://www.presidencia.gob.bo/discursos1.php?cod=16> Acesso: Março/2011.

Programa de gobierno MAS-IPSP (2010-2015). Op. Cit. p. 146-147.

_____, Op. Cit. p. 40.

_____, Op. Cit. P. 146.